

Coleção Escritos sobre a Educação do Sensível
Volume II

Reencantando a educação do sensível social

Janete Magalhães Carvalho
Sandra Kretli da Silva
Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni
ORGANIZADORAS



encontrografia

Coleção Escritos sobre a Educação do Sensível
Volume II

Reencantando a educação do sensível social

Janete Magalhães Carvalho
Sandra Kretli da Silva
Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni
ORGANIZADORAS



encontrografia

Copyright © 2026 Encontrografia Editora.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização da editora.

EDITOR CIENTÍFICO

Décio Nascimento Guimarães

EDITORA ADJUNTA

Carolina Gonçalves Caldas

DESIGN

Diagramação: Nadini Mádhava

Design de capa: Nadini Mádhava

Foto de capa: Magnific.com

REVISÃO

Alexi Ravi Virgínia (Estagiário)

Paula Vignerón (Supervisora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reencantando a educação do sensível social /
Janete Magalhães Carvalho, Sandra
Kretli da Silva, Tânia Mara Zanotti Guerra
Frizzera Delboni (organizadoras). --
Campos dos Goytacazes, RJ :
Encontrografia Editora, 2026. --
(Coleção escritos sobre a educação do
sensível ; v. 2)

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5456-196-9

1. Currículos 2. Discursos 3. Educação -
Finalidades e objetivos 4. Pesquisa educacional
5. Produção científica 6. Sensibilidade I. Carvalho,
Janete Magalhães. II. Silva, Sandra Kretli da.
III. Delboni, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera.
IV. Série.

26-382659.0

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia da educação 370.1

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9

encontrografia

ENCONTROGRAFIA EDITORA COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE LTDA

Av. Alberto Torres, 371 - Sala 1101, Centro

Campos dos Goytacazes, RJ, 28035-581 | Tel: (22) 2030-7746

www.encontrografia.com | editora@encontrografia.com

Comitê científico/editorial

Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)

Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza – UENF (BRASIL)

Prof. Dr. Casimiro M. Marques Balsa – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)

Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai – MPMA (BRASIL)

Prof. Dr. Daniel González – UNIVERSIDAD DE GRANADA (ESPANHA)

Prof. Dr. Décio Nascimento Guimarães - IFF (BRASIL)

Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo – UFES (BRASIL)

Prof. Dr. Eduardo Shimoda – UCAM (BRASIL)

Prof.^a Dr.^a Emilene Coco dos Santos – IFES (BRASIL)

Prof.^a Dr.^a Fabiana Alvarenga Rangel – UFES (BRASIL)

Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – UNIR (BRASIL)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Luísa de Miranda Cardoso – IFRS (BRASIL)

Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho – UFSC (BRASIL)

Prof. Dr. Francisco Elias Simão Merçon – FAFIA (BRASIL)

Prof.^a Dr.^a Gisele Pessin - UENF (BRASIL)

Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes – UFRPE (BRASIL)

Prof. Dr. Javier Vergara Núñez – UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA (CHILE)

Prof. Dr. José Antonio Torres González – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)

Prof.^a Dr.^a Margareth Vetis Zaganelli – UFES (BRASIL)

Prof.^a Dr.^a Martha Vergara Fregoso – UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA (MÉXICO)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Teles Alvaro – IFRJ (BRASIL)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães – UFRN (BRASIL)

Prof. Dr. Rogério Drago – UFES (BRASIL)

Prof.^a Dr.^a Shirlena Campos de Souza Amaral – UENF (BRASIL)

Prof. Dr. Wilson Madeira Filho – UFF (BRASIL)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Sumário

Apresentação	9
-------------------------------	----------

Capítulo 1. As ressonâncias do sensível nas <i>Teias</i> da educação	17
---	-----------

Nathan Moretto Guzzo Fernandes
Priscilla Costa Meireles
Suzany Goulart Lourenço

Capítulo 2. A educação do sensível na <i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i>	41
--	-----------

Andréa Scopel Piol
Fábio Mota Salvador
Jannaína Calixto de Lima

Capítulo 3. Caminhos do sensível nas discursividades da revista <i>E-Curriculum</i>	69
--	-----------

Carlos Pereira de Melo
Hociene Nobre Pereira Werneck
Janete Magalhães Carvalho

Capítulo 4. Educação do sensível: currículos, docências e pesquisas em travessias dissidentes do pensar	102
--	------------

Sunamita Astir Daud de Souza
Eliana Aparecida de Jesus Reis
Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni

Capítulo 5. Retratos da escola: bordado escriturístico rascunhado com linhas intensivas e expressivas de uma educação do sensível. 126

Ana Paula Patrocínio Holzmeister
Gisely Mara Favalessa
Nilma Moreira da Penha

Capítulo 6. Mapeando o sensível em meio às discursividades presentes na *Revista Educação em Questão* 144

Magda Simone Tiradentes
Letícia Gonçalves Rosa
Tânia Mara Zanotti G. Frizzera Delboni

Capítulo 7. O que pode o sensível na escola: experiências, agenciamentos e processos inventivos . . 169

Alice de Souza Gomes
Fernanda Binda Alves Touret
Sandra Kretli da Silva

Capítulo 8. Composições curriculares entre macro/micropolíticas: experimentações como afirmação da vida e acolhimento à diferença 192

Andrea dos Santos Gabriel
Elidiana do Amaral Chaves
Sandra Kretli da Silva

Capítulo 9. Cartografia da discursividade sobre a relação educação e sensibilidade social na revista *Educação Temática Digital (ETD)* 219

Janete Magalhães Carvalho
Marina R. Suhett de Rezende
Victor Nogueira Lage

Dados dos autores. 257

Apresentação

Este livro busca apresentar o discurso da comunidade acadêmico-científica sobre educação da sensibilidade social e, nesse sentido, delinear como a dimensão do sensível se apresenta nas práticas discursivas sobre currículos em sua relação com a discursividade expressa em artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, classificados no Qualis Capes Educação, nos estratos superiores A1 e A2, e nos cinco anos posteriores à promulgação da BNCC (2018).

Para tanto, compreende a educação da sensibilidade social mediante o estabelecimento de relações entre os campos da ética, da política e da estética, na medida em que constituem uma totalidade: a estética da sensibilidade, da inventividade e da diferença; a política da igualdade, ou dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; e a ética da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum social.

Trabalha considerando que, se cada força implica uma relação de poder e todo campo de forças se reparte em função dessas relações e de suas variações singulares, torna imprescindível a realização de uma cartografia do diagrama de distribuição das singularidades discursivas. Desse modo, a relevância do objeto de estudo parte do pressuposto de que a

concepção de conhecimento expressa em periódicos qualificados contribui para o debate e ações políticas, interferindo em práticas discursivas e nos discursos práticos vivenciados nos múltiplos contextos educacionais, no âmbito dos processos de ensino, de pesquisa, de gestão.

Ao considerarmos que a arte é um lugar privilegiado onde o sensível e o inteligível se reconciliam, concordamos com a inspiração de Fernando Pessoa que, no famoso poema *Autopsicografia* (1942) escreve que o poeta sente (sensível), mas o coração que sente já não sente, pois foi racionalizado pela inteligência (inteligível) e transformado em arte. Assim, em Fernando Pessoa, o sensível é o “eu” que vive e sente, enquanto o inteligível é o “eu” que observa, analisa e, finalmente, cria a arte ante a fragmentação de ambos.

No poema II de *O Guardador de Rebanhos*, Alberto Caieiro (pseudônimo de Pessoa) escreveu: “Creio no mundo como num malmequer, porque o vejo. Mas não penso nele, porque pensar é não compreender”. Assim, há uma espécie de olhar inaugural para as coisas ou correlações e composições. Caieiro (1925, p. 7) assim escreve:

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver
no Universo...

Por isso a minha aldeia é tão grande como outra
terra qualquer

Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...

Vemos, assim, que mesmo um dos maiores poetas do século XIX e XX (1888–1935) atribui ao inteligível a possibilidade de criação artística, sendo essa perspectiva ainda dominante em nossos tempos, em especial na educação. Nas escolas, de modo geral, estimula-se o inteligível sobre o sensível e, evidentemente, para o apagamento do sensível social. Desse modo, nos capítulos apresentados neste livro, desejamos afirmar, com Rancière (2005), que a relação entre estética e criação nada teria com a defesa de uma ideologia liberal aliada ao capital, visto que para este autor a estética envolveria uma partilha do sensível, que constituiria o plano das condições da experiência, da ação e do pensamento, posta nas condições

de possibilidade — relativas ao que é ou não visível, audível, imaginável — da experiência comum que deveria unir o inteligível ao sensível.

Dessa maneira, a dimensão do sensível social na educação deverá ser redescoberta, pois redescobrimos a dimensão sensível no educar, tomando o corpo e suas potencialidades sensíveis e expressivas como ponto de partida para a descoberta e a reinvenção da prática educativa, talvez possamos reconciliar-nos com a palavra estética (*aisthesis*), indicativa da capacidade do ser humano de sentir a si próprio e ao mundo.

Falamos, portanto, neste livro, de uma educação que desloca o ato de compreender da dimensão meramente intelectual para o corpo e as suas experimentações. Logo, a análise envolve um escopo da perspectiva da educação da sensibilidade social representativa e fecunda sobre a temática, constituindo 9 capítulos, cada um deles referido a um dos seguintes periódicos: *Acta Scientiarum*; *Cadernos de Educação*; *Revista Ibero-Americana*; *Educação em Questão*; *Revista e-Curriculum*; *Retratos da Escola*; *Teias*; *Educação Temática Digital*; *Educação da Unisinos*.

O capítulo 1, denominado *As ressonâncias do sensível nas teias da educação*, trabalha artigos publicados na revista *Teias* da Uerj, constatando que a educação da sensibilidade social, aqui, não opera como ornamento, mas como condição de abertura de poros de respiração no plano comum. Ela desestabiliza o que parecia estável, descortina fendas na solidez institucional e produz cintilações capazes de transformar a paisagem educativa. Cada estudo observado revela, à sua maneira, um convite a atravessar os entorpecimentos que configuram o cotidiano escolar e a reencontrar o caráter inventivo que pulsa no encontro entre sujeitos. Se há algo que este conjunto de pesquisas faz emergir é que não existe futuro educativo sem o gesto da partilha: partilha do tempo, do espaço, das imagens, das palavras, dos sons, dos afetos e, sobretudo, de modos de existir e sonhar que insistem em germinar, apesar das forças que tentam contê-los.

No capítulo 2, denominado *A educação do sensível na revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, a temática do sensível é abordada como espaços para experimentações estéticas, propiciando a percepção, a sensibilidade e a inventividade nas práticas pedagógicas.

Ao valorizar essas experiências, emergem outros modos de pensar a existência, de compreender o mundo e de relacionar-se com ele. Nessa perspectiva, objetiva problematizar como a dimensão do sensível foi evidenciada em práticas discursivas acerca de currículos, culturas e formação de professores expressas em artigos publicados no período de 2019 a 2023. Conclui-se que há uma pluralidade de currículos vividos nas escolas brasileiras e, diante desse cenário, aposta-se na afirmação de uma educação aberta às múltiplas experimentações que se produzem no cotidiano escolar.

No capítulo 3, denominado *Caminhos do sensível nas discursividades da revista e-Curriculum*, a partir do movimento de leitura, fica evidente que, apesar de alguns artigos percorrerem caminhos que se afastam do entendimento da dimensão do sensível apresentada pelos preceitos de Rancière (2005), a escolha de mantê-los ocorre considerando que, mesmo apresentando uma compreensão diferente da defendida no artigo, eles representam ruptura com a lógica cognitivista tradicional ao considerarem o papel das emoções e dos sentidos nos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, em diferentes versões teórico-metodológicas, os artigos selecionados nesta temática mostram o afastamento das prescrições presentes nas diretrizes curriculares para uma educação do sensível que emerge como competências e habilidades socioemocionais, tendo sido evidenciado uma educação como movimento de experimentação, fruição e de formação ético-estético-política que abre novos caminhos para um mundo em devir em que a força esteja na multiplicidade e nas diferenças.

Os artigos analisados na revista *Acta Scientiarum Education* (ASE), no capítulo 4, apresentam experimentações estéticas com currículos, docências e modos insurgentes de pesquisa que se constituem como força de resistência capaz de deslocar a educação das lógicas racionalistas e instrumentais, abrindo-se a diferentes modos de conhecer e de produzir sentidos à educação. Assim, ao transitar por zonas de contágio e fricção no encontro com os artigos analisados, observou-se que uma educação na dimensão do sensível expande modos de ser e estar no mundo não conformados e não consensuais com formas e forças fixas e hegemônicas na relação *saberpodersubjetividades*. Desse modo, essas forças ético-estéti-

co-políticas suscitam a composição de currículos, docências e pesquisas que criam deslocamentos em relação às lógicas representacionais e instrumentais do saber, constituindo outros sentidos à educação para afirmar a vida e a diferença.

O capítulo 5, denominado *Retratos da escola: bordado escriturístico rascunhado com linhas intensivas e expressivas de uma educação do sensível*, aborda a educação contemporânea em meio às dobras do tempo e às tensões do presente, como território fértil para experiências formativas que desafiam o instituído e afirmam o direito de existir por outras vias — mais sensíveis, mais imprevisíveis, mais implicadas e afirmativas com processos educativos baseados em políticas cognitivas inventivas articuladas a outras sensibilidades e modos de existências. Torna-se evidente, nessas publicações, o deslocamento de uma educação com viés mercadológico, que marca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de caráter tecnocrático e esvaziamento conceitual para uma abordagem mais ampla, que valoriza as dimensões ético-estético-políticas e poéticas como eixos das práticas pedagógicas.

O capítulo 6 analisa como a dimensão sensível é tratada nas discursividades presentes na revista *Educação em Questão*. Guiada por uma abordagem teórico-epistemológica pós-fundamentalista, a análise apoia-se em Michael Hardt (2003, 2015) e Jacques Rancière (2005) para pensar o sensível na educação e inspira-se na análise do discurso de Michel Foucault (2008) para examinar os enunciados publicados no periódico. O levantamento culminou na seleção de 20 artigos que, em meio às normatizações que tentam enquadrar a educação, tensionam e produzem fissuras à linearidade e ao controle, potencializando a invenção de modos outros de pensar e experienciar a educação. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o fortalecimento de enunciados que desafiam as estruturas enrijecidas, deslocando fronteiras e reconfigurando a partilha do sensível em mapas mais democráticos e plurais.

O capítulo 7 trata dos textos publicados no periódico *Educação da Unisinos*. A escolha dos textos partiu de uma atenção especial à presença da dimensão do sensível nas problematizações propostas, considerando que sensibilidade não se restringe ao afeto com sentido de afetividade

ou à emoção, mas se desdobra no sentido de afetar, mover, isto é, como aquilo que aumenta ou diminui a potência de agir dos corpos em relação (Spinoza, 2009), constituindo-se como abertura ao outro, ao mundo e à experiência, com potência de produzir rupturas nos discursos normalizadores e inventar novas possibilidades de vida, de educação e de pensamento. A leitura dos textos selecionados permitiu a construção de três linhas de força que organizam este estudo: *Movimentos do sensível*, que reúnem artigos voltados à criação de movimentos curriculares; *Escutas encarnadas*, que trazem a infância, os corpos e os territórios como campos de produção de subjetividades em relação; e *Corpos insurgentes*, que problematizam regimes de normalização e exploram a força da sensibilidade como resistência.

O capítulo 8 objetiva tecer conexões e/ou afastamentos entre as práticas discursivas na/da revista *Cadernos de Educação* sobre currículos, culturas e formação docente na relação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e outras políticas curriculares e de avaliação, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC, 2013) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA, 2013). Considerou na análise 166 artigos publicados pela revista no período, selecionando 19 com temática convergente à pesquisa, apresentados com as seguintes temáticas: *Composições curriculares coletivas como práticas de resistência: por uma educação do sensível*; *Entre macro/micropolíticas e a educação do sensível: porque a vida não se deixa aprisionar*; e, por fim, *Experimentações curriculares como abertura e acolhimento à diferença*. As análises das práticas discursivas expressas nos artigos selecionados evidenciam experiências que problematizam as prescrições curriculares, apresentando indícios que contribuem para pensar a partilha do sensível nos processos educativos, em movimentos curriculares de afirmação da vida e se abram à experimentação de outros modos de ser e de estar no cotidiano escolar.

O capítulo 9, denominado *Cartografia da discursividade sobre a relação educação e sensibilidade social na revista Educação Temática Digital*, apresenta uma variedade de perspectivas, observando, porém, uma crítica comum aos dualismos corpo e mente, razão e emoção, objetividade e subjetividade e indicando um movimento em direção a concepções mais

integradas de conhecer e aprender. A experiência em suas dimensões estética, corporal, afetiva e relacional surge como elemento central dos processos educativos e como modo de reconhecer a singularidade dos sujeitos em sua dimensão coletiva. Os resultados sugerem que a atenção ao sensível não é um adorno periférico, mas um eixo capaz de reorganizar modos de pesquisar, ensinar e habitar a educação. Ao evidenciarem práticas que investem em experiências estéticas, afetivas e corporais, os artigos mostram que o sensível opera como força de deslocamento das formas hegemônicas de pensar o currículo e a formação. Com isso, a pesquisa não oferece respostas finais, mas abre brechas para inventar outras políticas do cotidiano escolar, de forma que a docência e a aprendizagem se afirmam como campos de criação e não apenas de cumprimento de prescrições normativas.

Por fim, mas somente enfim, finalizando a apresentação deste livro, esperamos que nossos leitores possam dialogar com as reflexões estabelecidas em aberto e as problematizações apresentadas, movimentando o pensamento e experimentando uma educação em que o inteligível não obscureça a importância do sensível como porta de entrada do aprender-ensinar.

Boa leitura!

Outono de 2026

Janete Magalhães Carvalho

Referências

BRASIL. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: Formação do professor alfabetizador: Caderno de apresentação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/533581893/Avaliacao-Nacional-ANA-documento-basico>. Acesso em: 25 de abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAEIRO, Alberto. Poema II. *In*: CAEIRO, Alberto. **O guardador de rebanhos**. Lisboa: Revista Athena, 1925. Disponível em: <https://www.epedagogia.com.br/materialbibliotecaonline/1800-Guardador-de-Rebanhos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

CORAZZA, Sandra Mara. **Artistagens**: filosofia da diferença e educação. São Paulo: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HARDT, Michael. O trabalho afetivo. *In*: PELBART, Paul; COSTA, Roberto (org.). **O reencantamento do concreto**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 143-157.

HARDT, Michael. Para que servem os afetos? **Intersemiose Revista Digital**, [S. l.], ano IV, n. 7, p. 1-4, jan./jun. 2015.

PESSOA, Fernando. Autopsicografia. *In*: PESSOA, Fernando. **Autopsicografia**: poesias. Lisboa: Athena, 1925.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CAPÍTULO 1.

As ressonâncias do sensível nas *Teias da educação*

Nathan Moretto Guzzo Fernandes

Priscilla Costa Meireles

Suzany Goulart Lourenço

DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.1

Favela, pega a visão
Não tem futuro sem partilha
Nem messias de arma na mão
Favela, pega a visão
Eu faço fé na minha gente
Que é semente do seu chão

Trecho de Samba-Enredo 2020; Samba-*enredo*

“A verdade vos fará livre”

(Cuíca; Máximo, 2020)

Introdução: *não tem futuro sem partilha*

Para Rancière (2005), a estética diz respeito à partilha do sensível, ou seja, à forma como o mundo é distribuído entre o que pode, ou não, ser visto, ouvido ou imaginado. Essa partilha define as condições em que a experiência, a ação e o pensamento são possíveis. Nessa linha, as condições materiais e subjetivas de vida podem colaborar, ou não, na participação em um plano

comum. A partilha do sensível torna visíveis as fronteiras de “[...] quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter essa ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum” (Rancière, 2005, p. 16).

Desse modo, para adentrarmos esse horizonte e disputar o comum, é preciso rompermos com os arranjos que delimitam quem pode falar, agir ou aparecer. É necessário um grito que venha das margens, forças que emergem contra as narrativas dominantes, que tentam silenciar aqueles que, na busca por uma experiência comum e plural, desafiaram *status quo* e se opuseram ao poder. A resistência, assim, não se reduz a um simples confronto, mas surge como uma ação que reedita os tempos e espaços, que redistribui as possibilidades do visível e do audível, um movimento que desenha novas formas de participação e de presença na cena pública; em suma, cria novos modos de existir e de partilhar o/no/do mundo.

Para atravessarmos esse horizonte, duas palavras tornam-se chave: justiça e resistência. Não como meros vocábulos, mas como atos vivos, como modos de habitar um mundo marcado pela desigualdade. Como nos ensina o samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, “não tem futuro sem partilha”. O samba, com sua potência, convoca-nos a questionar as fronteiras do comum e a desafiar as estruturas que buscam manter a exclusão e a invisibilidade. Assim, na partilha do sensível, na perturbação dos limites que definem quem pode tomar parte em um comum, redeseñham-se os contornos de uma nova comunidade.

Pensando a produção acadêmico-científica como esse lugar de possível perturbação dos limites estabelecidos pelo conhecimento, em um processo que intensifica modos outros de abertura para possíveis, este artigo busca analisar as discursividades expressas pela comunidade acadêmico-científica no periódico *Teias*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Esta pesquisa teve por objetivo traçar o diagrama de forças e investigar como a educação do sensível e/ou da sensibilidade social se manifesta nas práticas discursivas do campo educacional, conforme evidenciado em periódicos classificados nos estratos superiores da avaliação da Capes, no período de 2019 a 2023, após a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018).

É importante destacarmos que, para além da BNCC, no intuito de consolidar o tripé formado por currículo estruturado em competências e habilidades, avaliação em larga escala e formação docente, foram promulgados o Parecer CNE/CP n.º 22, de 7 de novembro de 2019, e a Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Tais normativas reforçam a padronização da formação inicial de professores, impondo uma “grade” formativa que desloca a subjetividade docente do centro do processo formativo, priorizando a dimensão técnica baseada em competências e habilidades previamente definidas. Além disso, estabelecem parâmetros para a avaliação docente em larga escala sob uma lógica de auditoria. Essas diretrizes contribuem para a modulação de identidades docentes, ao prescreverem formas específicas de ser professor/a, alinhando a formação profissional aos conteúdos e objetivos da BNCC (Brasil, 2018).

A dimensão do sensível, especialmente no que concerne à estética, manifesta-se nas normativas curriculares (Brasil, 2018), notadamente no componente curricular de Arte, que contempla as linguagens das artes visuais, dança, música e teatro. O documento também ressalta a importância do diálogo da Arte com a literatura e o contato com outras expressões estéticas, como o cinema, a performance e as artes circenses. No entanto, as competências são definidas como a mobilização de conhecimentos, enquanto as habilidades se relacionam a práticas cognitivas e socioemocionais, bem como a atitudes e valores voltados à resolução de demandas complexas da vida cotidiana, ao exercício pleno da cidadania e às exigências do mundo do trabalho (Brasil, 2018).

Assim, distancia-se da expressão da relação entre o inteligível e o sensível e/ou de uma educação voltada para a sensibilidade social. Contrários a essa perspectiva e alinhados com a hipótese desta pesquisa, concordamos com Jacques Rancière, quando afirma que a relação entre estética e política está distante de qualquer ideologia liberal vinculada ao capital, uma vez que

[...] há, portanto, na base da política, uma “estética” que não tem nada a ver com essa “estetização da

política”, própria da “idade das massas”, de que fala Benjamin. Não devemos entender esta estética no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte (Rancière, 2005, p. 13).

Jacques Rancière, em *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual* (2024), critica a educação tradicional por ela reproduzir desigualdades e se basear na transmissão hierárquica de conhecimentos, quando sempre há um incapaz que necessita de instrução e um capaz responsável pela explicação. Em contrapartida, Rancière defende a ideia de que todos somos igualmente capazes de aprender. Para que isso se concretize, é essencial uma educação fundada na igualdade das inteligências e na liberdade dos estudantes, permitindo-lhes escapar de um destino predeterminado. A “educação do sensível”, nesse contexto, refere-se à experiência estética e democrática do ato de educar, um processo que envolve tanto a razão quanto a sensibilidade.

No importante texto, *Escola, produção, igualdade*, o filósofo argelino afirma que “[...] a escola não é, a princípio, uma função ou um lugar definido por uma finalidade social exterior. Ela é, antes, uma forma simbólica, uma norma de separação dos tempos e ocupações sociais” (Rancière, 2022, p. 77). Distante da lógica do trabalho e do tempo da produção, o filósofo propõe a evocação do “tempo livre”, afirmando que “[...] a escola não quer dizer fundamentalmente aprendizagem, mas tempo livre” (Rancière, 2022, p. 77). Esse “tempo livre” não é marcado por um fim imediato, mas é um tempo em si mesmo, uma oportunidade para experimentar e compartilhar o sensível, o que está diretamente relacionado com a distribuição desse tempo, com uma partilha do comum.

A conquista desse tempo livre exige uma subversão da lógica desigual que determina quem deve ocupar cada lugar na sociedade. Para alcançarmos uma vida de igualdade, é fundamental desfazermos exclusões e hierarquias que limitam quem pode, ou não, participar do comum. A educação deve, portanto, redescobrir sua dimensão sensível, retomando o corpo e suas potencialidades expressivas como ponto de partida para a reinvenção da prática educativa. Ao fazermos isso, podemos reconectar-nos à

capacidade humana de sentir e compreender tanto a si mesmo quanto o mundo a seu redor.

Assim, a educação que propomos desloca o ato de compreender da esfera meramente intelectual para o corpo e suas experiências sensoriais. Nessa abordagem, que é simultaneamente corporal e afetiva, o “sentir” entrelaça-se com a memória e a imaginação, gerando novos valores que conferem significado à experiência ético-estético-cultural-política. A partir dessa perspectiva, a realidade vivida pode ser questionada e (res)significada. Investigamos, portanto, como a dimensão da educação da sensibilidade social tem sido abordada nas produções acadêmicas no campo da educação.

Para a análise dos documentos selecionados, adotamos a “análise do discurso” de Foucault (2005), compreendendo que os discursos de verdade emergem de um complexo jogo de regras e mecanismos de poder que atravessam práticas sociais e culturais. Cada campo do saber é constituído por regimes de verdades: tipos de discurso que são acolhidos e legitimados como verdadeiros; mecanismos e instâncias que reforçam esses enunciados. Diferentemente de algo fixo e definitivo, o enunciado circula, modifica-se e integra-se a processos que podem tanto promover como restringir desejos e interesses, tornando-se parte de contestações e lutas, ou sendo apropriado de maneiras diversas. “O enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização do desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (Foucault, 2008, p. 119).

Nesse percurso de aberturas e desvios criados para o mapeamento da produção acadêmico-científica no campo da educação da sensibilidade social em artigos publicados na revista *Teias*, no âmbito da educação, entre aqueles que discutem ou exploram a relação entre a educação e a dimensão do sensível, selecionamos 148 artigos, nos quais averiguamos os enunciados discursivos que compõem as práticas políticas em suas diferentes perspectivas para compor os arquivos dessas discursividades. Durante a investigação, buscamos rastrear processos de homogeneização/padronização ou indícios de processos de singularização e afirmação da pluralidade da vida em uma educação do sensível.

Nesse sentido, o debate para a produção curricular e docência, em níveis local, nacional e internacional, mobiliza sempre um conjunto discursivo expressivo, pois nele se articulam as “vozes” de gestores, consultores e pesquisadores do campo, sobressaindo evidentemente nessa composição a “vontade de verdade” daqueles que compõem, na comunidade acadêmico-científica, a discursividade sobre a temática da educação da sensibilidade social no período pós-BNCC.

Ao considerarmos o papel relevante que os periódicos acadêmicos desempenham na circulação e na validação do conhecimento, é possível afirmarmos que as produções publicadas nesses espaços não só se limitam a refletir a realidade, mas também contribuem para a construção de práticas e discursos que moldam a educação. Ao proporem novas abordagens e questionamentos, esses textos não apenas influenciam a compreensão teórica sobre determinados temas, mas também têm impacto direto nas práticas pedagógicas e nas decisões políticas educacionais. Nesse sentido, a análise das discussões sobre a dimensão do sensível, especialmente em sua relação com o processo educativo, revela uma interação complexa entre teoria e prática no campo da educação.

A partir da premissa de que a concepção de conhecimento divulgada em periódicos de relevância acadêmica influencia discursos e decisões políticas e configura *práticas políticas* educativas, propomos as seguintes questões: O que o periódico *Teias* enuncia sobre currículos e docência em sua relação com a dimensão do sensível na educação? Quais experiências educativas outras, marcadas por singularidades sensíveis, os trabalhos selecionados evocam?

Das estratégias de busca

Realizamos, por meio de revisão de literatura, um levantamento para mapear os artigos publicados na revista *Teias*, no período de 2019 a 2023, dando destaque àqueles que apresentassem, abordassem e explorassem a relação da educação com a dimensão do sensível, conforme problematizado por Jacques Rancière.

Procedimentalmente, a revisão possuiu caráter sistemático. Logo, todos os artigos publicados no recorte temporal supracitado, um total de 685 publicações, foram considerados neste levantamento. Nessa busca, de todas as publicações foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave e, a partir desse movimento, selecionamos as que consideramos possuir intersecção com uma “educação do sensível”, seja na dimensão das políticas educacionais, seja nas práticas curriculares ou na relação das experiências artísticas com o ato de educar.

Acerca dos critérios de exclusão, inicialmente todas as publicações que não fossem artigos foram excluídas da seleção, tais como editorial, resenha, tradução, entrevista. Além disso, excluímos publicações em línguas estrangeiras, restringindo-se a seleção a textos disponíveis em língua portuguesa. Essa decisão visa assegurar a compreensão plena e precisa dos conteúdos analisados. Por fim, excluímos textos que não possuem relação com a educação das sensibilidades. Nesse ínterim, do total de 685 artigos, após os critérios de inclusão e exclusão aplicados, incluímos 148 para análise mais aprofundada no trabalho.

Tabela 1: Dados numéricos do levantamento

ANO	INCLUSÃO	EXCLUSÃO	N.º DE ARTIGOS
2019	26	92	118
2020	34	103	137
2021	32	139	171
2022	18	105	123
2023	38	98	136
TOTAL	148	537	685

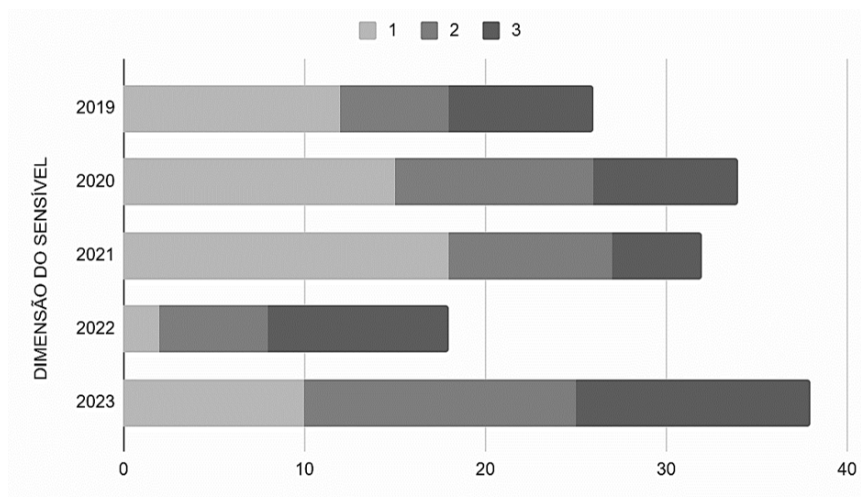
Fonte: Análises dos autores com base na revista *Teias* (2019–2023).

Diante do volume expressivo de artigos incluídos (148), o que indica a ampla presença da dimensão do sensível, em suas múltiplas inflexões, no escopo da revista *Teias*, organizamos o levantamento em três dimensões de análise, definidas mediante as concentrações temáticas identificadas nos textos selecionados.

Nos artigos agrupados na dimensão 1, predominam discussões que articulam artes, corpo, criação e linguagem sensível como dimensões constitutivas dos processos educativos. Já a dimensão 2 reúne estudos que problematizam a presença (muitas vezes marcada pelo silenciamento) de minorias na educação, abordando temas como colonialidade, raça, gênero e território. Por sua vez, a dimensão 3 concentra análises voltadas às políticas curriculares e à formação de professores, evidenciando as tensões produzidas pela lógica capitalista que atravessa ambos os campos. As três dimensões aparecem de forma consistente ao longo dos cinco anos analisados, conforme indica o gráfico a seguir.

1. Dimensão 1: A urgência do sensível: práticas artísticas e experiências formativas (57 artigos);
2. Dimensão 2: Cartografias do indizível: disputas políticas e resistência contracolonial (47 artigos);
3. Dimensão 3: Forjas de liberdade: a desobediência ao saber hierárquico como modo de produção de fazeres inventivos (44 artigos).

Gráfico 1: Distribuição das três dimensões de análise (2019–2023)



Fonte: Análises dos autores a partir da revista *Teias* (2019–2023).

No gráfico, evidenciamos que as três dimensões do sensível, de forma recorrente, aparecem nos cinco anos analisados, ainda que com variações na distribuição anual. Entre 2019 e 2021, observamos certo equilíbrio entre as três dimensões, com presença constante de estudos voltados às experiências estéticas e corporais (Dimensão 1), às questões de diferença, raça, gênero, sexualidade e colonialidade (Dimensão 2) e às disputas curriculares e políticas de formação (Dimensão 3). No entanto, é possível percebermos que 2022 apresenta uma configuração distinta, muito provavelmente atravessada pelos efeitos da pandemia da covid-19 sobre a produção acadêmica, os campos de pesquisa e as próprias condições de trabalho docente e investigativo.

Em 2022, houve uma redução geral das publicações, em especial da Dimensão 1, justamente aquela mais vinculada a práticas presenciais, experimentações corporais e processos criativos que dependem do encontro e da convivência. Ao mesmo tempo, ganham maior peso as Dimensões 2 e 3, que dialogam com debates intensificados no período pandêmico: as desigualdades educacionais agravadas, as disputas em torno das políticas curriculares, as tensões territoriais, raciais e de gênero e as formas de controle, regulação e vigilância que afetam os corpos e suas condições de visibilidade.

Já 2023 marca uma retomada significativa, tanto em número de publicações quanto na reconfiguração das categorias. Nesse ano, há um crescimento expressivo da Dimensão 2, acompanhada por uma também robusta presença da Dimensão 3, enquanto a Dimensão 1 volta a aparecer, embora em menor proporção. Esse movimento sugere a recuperação pós-pandemia e um período em que os debates sobre justiça social, diferença e colonialidade se tornam ainda mais centrais, ao lado da crítica às políticas curriculares que emergiram ou se intensificaram no contexto pandêmico.

Assim, o gráfico não apenas demonstra a presença recorrente das três dimensões do sensível, como também revela a marca temporal da pandemia no tipo de pesquisa que se tornou possível, urgente e socialmente demandada. O período mais recente revela um deslocamento para abordagens que tratam o sensível como campo de disputa política, visibilidade e reconhecimento, ao mesmo tempo que aponta uma retomada

progressiva das investigações que envolvem corpos, linguagem e criação no pós-pandemia.

1) A urgência do sensível: práticas artísticas e experiências formativas

A primeira dimensão evidencia que o sensível não se põe como um mero adorno metodológico nem como apêndice afetivo dos processos aprendentes, mas como um plano de força que atravessa e desestabiliza modos de ver, sentir e conhecer nos cotidianos escolares. Os 57 artigos que compõem este agrupamento fazem ver, de diferentes modos, as práticas artísticas, corporais e imagéticas na constituição das experiências formativas, indicando que fazer a educação acontecer, aqui, implica necessariamente lidar com encontros.

Essa dimensão, em consonância com o arcabouço teórico que orientou esta pesquisa, mostra que o sensível opera como uma espécie de membrana — porosa, movente, aberta —, acolhendo singularidades, (re) distribuindo percepções e instaurando novas possibilidades de existência no comum. Tal como discutiremos na segunda dimensão, na qual o sensível se revela campo de disputa e visibilidade política, neste primeiro grupo de trabalhos o sensível aparece nos pequenos gestos instaurados nos processos aprendentes que fabricam como constituímos subjetivações e, consequentemente, o modo como nos relacionamos com o outro e com o mundo. Aqui, o foco encontra-se na potência da criação: pequenas invenções que, ao reordenarem o tempo, o corpo e a palavra, põem outras formas de experienciar a escola em sua plenitude.

Uma das forças dessa primeira dimensão encontra-se em artigos que mobilizam o corpo como campo de experimentações. A aula-experimentação com dança, como nos trazem Char e Paraíso (2020), por exemplo, evidencia que um currículo-dançante só se realiza ao “entrar em uma dança com o imprevisível”, permitindo “um aprender com corpos-dançantes”. Nesse sentido, vemos o corpo não como algo fixo e imutável, mas como um elemento primordial na redistribuição do sensível (Rancière, 2005), colaborando para a invenção de coreografias outras nos movimentos curriculares

e formativos. Gestos que reconfiguram o que podemos ver, ouvir e sentir nas escolas. O corpo como instaurador de novas percepções.

É possível vislumbrarmos essa perspectiva também nas investigações sobre carnaval, *hip-hop*, brinquedos na Educação Infantil, dança clássica com bailarinas cegas e práticas artísticas que realocam o corpo como elemento central de problematização e força. Outro exemplo pode ser visto no estudo sobre o carnaval da Unidos da Rheingantz, escrito por Gularte, Finoqueto e Soares (2021), no qual o corpo é descrito como elemento que “ganha visibilidade e relevância” ao longo das décadas, assumindo uma centralidade que é profundamente política. Desse modo, esses diferentes artigos englobados nas análises a respeito do corpo indicam práticas nas quais o sensível, longe de ser um “adicional”, afirma-se como ato educativo, reverberando a ideia de que aprender é sempre um gesto encarnado.

Dentro do escopo da dimensão aqui tratada, apresentamos ainda um conjunto de artigos que propõem metodologias entrelaçadas ao sensível. As pesquisas são engendradas por artistagens e experimentações, assumindo perspectivas visuais, narrativas artísticas e escritas em imagens, por meio das quais afirmam que conhecer é também produzir deslocamentos sensoriais. Nesse movimento, a “Poética do arquivar”, evidenciada por Silva e Amorim (2020), redefine o arquivo como espaço de invenção. Arquivar, nesse ínterim, não é guardar: é fabricar relações, criar passagens, costurar imagens e narrativas em zonas interfronteiriças de experimentação curricular. Acompanhar a coleção de despropósitos, como ensinado por Manoel de Barros, apresenta-se como uma possibilidade de encontros com diferentes modos de existência, diferentes modos de fabricar a docência, transbordando análises genéricas de ser e estar professor.

Então, nos encontros com os artigos da dimensão aqui analisada, percebemos que há diferentes caminhos de redistribuição do sensível por meio da pesquisa em Educação, ampliando os horizontes na criação de mundos. Horizontes que convidam a enxergar além do que podemos ver no imediatismo: a buscar poros de respiração, desnaturalizando verdades e engendrando processos de singularização. Narrativas, autobiografias, cartografias, análises de imagens, pesquisas-intervenção, análises discursivas se põem

como campos de estudo que operacionalizam o sensível como modo de produção de conhecimentos dentro da dimensão estudada.

Outro ponto a ser destacado é o lugar ocupado pelo cinema nessa dimensão. Nessa linha, trabalhos como os de Silva, Zouain e Fernandes (2021, p. 359) convidam-nos a pensar em experimentações sensíveis com cinema em redes de conversações como potencializadoras de movimentos de pensamentos, “[...] uma abertura do campo dos possíveis para docências artistas, para aulas como acontecimento inventivo, para os currículos e para as pesquisas com os cotidianos escolares”. No artigo que trata do filme “O menino que descobriu o vento”, Santos e Mualaca (2021) demonstram que o cinema agencia produção de significados e representações, operando na formação de identidades e potencializando sensibilidades culturais.

Outros trabalhos, inspirados nesse viés, mostram que os dispositivos cinematográficos acionam experiências “desarticuladoras das formas tradicionais da educação” (Alves, 2020), abrindo espaço para devires sensíveis que escapam às gramáticas pedagógicas estabelecidas. Silva (2019), quando traz o curta-metragem “Alike” em sua pesquisa, também nos convoca a pensar que as imagens possibilitam agenciamentos e mapas intensivos, expandindo micropolíticas e resistências cotidianas. Logo, as imagens cinematográficas põem-se como acontecimentos, ou seja, desestabilizam certezas, convocam novas percepções e produzem pensamentos nas relações entre o fazer, o ver e o dizer. É o ser espectador também como performance, conforme ensina Rancière (2005), como sujeito ativo nos encontros com os signos do cinema.

Assim, a leitura dos 57 artigos permite-nos afirmar que a contribuição central dessa primeira dimensão está em invocar o sensível como elemento substancial para os processos aprendentes e criações curriculares no cotidiano escolar. Ao invés de tratá-lo como uma pequena parte decorativa ou como etapa de um registro de planejamento, as pesquisas evidenciadas nos artigos mostram que o sensível produz modos outros de percepção: de partilhar o comum e liberar os sujeitos de racionalidades meramente técnicas, abrindo espaços para a criação e efetuação de outros mundos possíveis na educação. Afirmar a urgência do sensível nesses espaços implica apostar na proliferação da vida em sua máxima potência.

2) Cartografias do indizível: disputas políticas e resistência contracolonial

A segunda dimensão reúne 47 estudos que tratam diretamente da educação como espaço de disputa pela visibilidade de sujeitos, saberes e corpos historicamente silenciados. Nessas produções, o sensível aparece como território político envolto em relações de poder em que se decide quem pode aparecer, falar, existir e ser reconhecido no interior das instituições educativas. Inspirados por perspectivas decoloniais, feministas, negras e *queer*, esses trabalhos interrogam regimes hegemônicos de visibilidade e mostram como a escola participa tanto da produção quanto da contestação de silenciamentos que atravessam gênero, raça, sexualidade, território e classe social.

É o que evidencia, por exemplo, o estudo de Rocha, Coelho e Fernandes (2020, p. 118), ao acompanharem a experiência de uma pessoa T indígena entre-gêneros e defender que “[...] existências que escapam às classificações coloniais e cisnormativas desorganizam a percepção instituída do corpo indígena e tensionam as normas que regulam quem pode aparecer como sujeito legítimo no cotidiano escolar”. A partir desse enquadramento, a educação é compreendida como campo de lutas por reconhecimento e justiça, em que práticas pedagógicas podem tanto reiterar normas coloniais e cisheteropatriarcais quanto instaurar novos modos de presença e pertencimento.

Os artigos dessa dimensão destacam a emergência de sujeitos e saberes frequentemente apagados pelos currículos e pelas formas dominantes de narrar e organizar a experiência escolar: corpos negros e suas epistemologias; infâncias e juventudes racializadas; expressões culturais periféricas; corpos dissidentes de gênero e sexualidade; sujeitos indígenas e saberes ancestrais; populações marcadas pela pobreza e por estigmas territoriais. Em muitos casos, a presença desses sujeitos desloca o que a escola tende a considerar legítimo, bonito, inteligível ou humanamente possível. Em estudo sobre infâncias ribeirinhas, Souza e Maldonado (2020, p. 129) mostram que “[...] as narrativas das crianças carregam marcas de ancestralidade, do rio e da floresta, configurando modos de sentir e conhecer que a escola frequentemente silencia”, revelando como a partilha do sensível é atravessada por disputas históricas e por hierarquias de humanidade.

Nesses estudos, o sensível é entendido como dimensão estrutural da política, em consonância com Rancière (2005): na materialidade das percepções, dos olhares, das escutas e dos afetos escolares, distribui-se quem conta, quem tem voz, quem pode ocupar espaço e quem permanece relegado à invisibilidade. Assim, a política do sensível não está apenas nos grandes documentos normativos ou programas educativos, mas ainda nos gestos ordinários, nas expectativas dirigidas a cada aluno, nas imagens que circulam, nas pedagogias que silenciam ou acolhem, nas classificações que ordenam os corpos. Nesse sentido, pesquisas como a de Rodrigues, Euclides e Herneck (2023, p. 114), ao problematizarem o uso do “lápiz cor de pele”, mostram que esse gesto aparentemente trivial “[...] revela um campo sensível que normatiza a brancura como padrão de humanidade”, apontando como desigualdades são naturalizadas no plano comum, mesmo antes de aparecerem como discurso.

Ao seguirem essas intencionalidades políticas, as metodologias utilizadas nos estudos que englobam essa dimensão navegam por narrativas autobiográficas, etnografias do cotidiano, relatos de experiência, cartografias de pesquisa, análises discursivas e pesquisas colaborativas que permitem tornar visíveis e audíveis sujeitos marginalizados e acompanhar os processos pelos quais se produzem exclusões ou resistências inventivas. São abordagens que se recusam a observar de fora; ao contrário, elas engajam-se com os modos pelos quais professores, estudantes e comunidades experimentam a escola, produzindo conhecimentos que emergem do próprio encontro com o outro e da presença dos corpos no cotidiano escolar. Essas escolhas metodológicas também dialogam com práticas decoloniais, como as analisadas por Paz da Rosa (2020, p. 279) em sua investigação sobre o Centro Afrocarioca de Cinema, entendido como “[...] território de educabilidade decolonial no qual a negritude não aparece como objeto de estudo, mas como potência criadora, estética, política e epistêmica”.

Uma contribuição central dessa dimensão é a demonstração de que práticas educativas podem operar como gestos de insubmissão epistêmica. A partir de ações que valorizam saberes negros, indígenas, feministas, periféricos ou *queer*, esses estudos mostram como a educação pode instaurar novos regimes de visibilidade que desafiam o universalismo eu-

rocêntrico, as normas cisheteropatriarcais de corpo e comportamento, as hierarquias raciais e os estigmas territoriais. Nessas práticas, o sensível é reconfigurado: outras imagens, outras sonoridades, outras presenças e outras emoções entram em cena, reconfigurando plano de forças e afetos, produzindo brechas na ordem do comum e choques entre mundos que se afetam e confluindo novas existências em mundos vivíveis, possíveis e habitáveis, que antes não existiam.

O que essa dimensão deixa entrever são **cartografias do indizível** traçadas no cotidiano escolar, linhas que revelam disputas políticas pela visibilidade e gestos de resistência contracolonial que fazem emergir mundos antes silenciados. A força política reside, portanto, em pensar o sensível como campo decisivo para a justiça curricular e social. Como asseveram Ranniery, Oliveira e Rocha (2023, p. 5), “[...] a diferença, nas políticas curriculares, muitas vezes é convocada apenas como categoria administrativa, e não como presença que reconfigura o comum”, de modo que reconhece-la exige “torná-la visível como força que interpela a ordem curricular e seus modos de distribuição dos lugares de fala”.

À luz dessa compreensão, tornar visíveis sujeitos historicamente silenciados não se reduz a um gesto inclusivo ou compensatório, mas implica uma redistribuição profunda daquilo que pode ser percebido e reconhecido como legítimo no espaço escolar. Nessa recombinação, que renova percepções, amplia a possibilidade de existir e desloca normas coloniais e patriarcais, a educação apresenta-se como prática radicalmente ético, política e estética, capaz de fazer instaurar novas sociabilidades, novas subjetividades, novas formas de relação e novas maneiras de viver juntos.

3) Forjas de liberdade: a desobediência ao saber hierárquico como modo de produção de fazeres inventivos

A terceira dimensão engloba 44 artigos que problematizam a política educacional brasileira em contextos de influência neoliberal, bem como suas ações políticas curriculares e de formação docente e, como esses atos, produzem desdobramentos que indagam os currículos, as formações e as docências nos cotidianos escolares. Nessas produções,

o fazer docente aparece como ato insurgente entre as tentativas de homogeneização do *professorar* e de controle curricular enredados em discursos que evocam a padronização, a performatividade e a formação verticalizada como “sucesso escolar”.

Nessa perspectiva, em que a aposta é sobre docências e fazeres cotidianos indomáveis, os artigos apresentam temas que violentam estruturas rochosas para afirmar a potência do enfrentamento docente entre discursos negacionistas e temas silenciados nos currículos prescritos para possibilitar a emergência da diferença, as táticas de aprendizagem como modo de produzir tessituras de conhecimentos, a força inventiva que desestabiliza o sentido hegemônico atribuído ao currículo, as possibilidades e limites de professores negros imersos nas normas curriculares, a potência das narrativas docentes para além das propostas verticalizadas das políticas formativas, os modos de produzir a descolonização dos currículos e as docências como experimentações estéticas e produtora de possíveis tessituras curriculares.

Nessa dimensão, as propostas investigadas constituem-se entre análise de dados, experiências autobiográficas, estudos bibliográficos, pesquisas-intervenção cartográficas, relatos de experiência, entre outros percursos metodológicos para afirmar o sensível, embora haja uma incisiva tentativa de domar “o que pode” e “como deve” ser produzido conhecimento no espaço escolar. Os escritos escancaram que os cotidianos escolares produzem dobras e invenções curriculares que desafiam essas imposições dominantes.

As composições discursivas reverberam modos outros de ver, dizer e sentir as docências, os currículos e os processos formativos. Desse modo, para Rodrigues e Ferraço (2022), os textos instituem-se, coletivamente, “[...] como possibilidades de resistência aos tempos cafetinos que temos vivido nos últimos anos” (Rodrigues; Ferraço, 2022 p. 4). Assim, os textos afastam-se da lógica da produção do “ensinar para” (Rancière, 2022), que valoriza a individualização dos fazeres e saberes nos processos educativos, para afirmar que, mesmo entre as *macroforças* estruturantes, hierarquizadas e excludentes, há brotagem de vida, de atos micropolíticas sorrateiros que produzem dobras e resistem com gestos éticos, estéticos e políticos.

Ao observarmos a recorrência de produções que se debruçam entre currículo, formação de professores, docências e políticas educacionais e curriculares sob a perspectiva contrária à que é impregnada nos espaços escolares como orientação normativa e formativa, sinalizamos como as tensões educacionais se proliferam entre prescrição e invenção, política e experimentação, documentos e cotidianos, como objetivos centrais dos textos.

Os conteúdos analisados movimentam-nos a pensar, e “[...] pensar é experimentar, é problematizar” (Zourabichvili, 2016, p. 58) os modos pelos quais as políticas educacionais operam como dispositivos de dominação dos corpos, produzindo efeitos de captura, ao tentarem moldar os fazeres docentes segundo padrões de competência, eficiência e produtividade. Como afirmam Costa, Oliveira e Aikawa (2022, p. 104), tal conformação “[...] corrobora para *[sic]* o afundamento e o desmonte da educação brasileira ao preconizar a formação de professores por linhas neoliberais como padronização, homogeneização e racionalização”. Ainda assim, os textos evidenciam que essa captura nunca é absoluta: algo sempre escapa, produzindo fissuras, dobras e desvios que desestabilizam as noções fixas de currículo, docências e formação. Nesse sentido, Faria e Gomes (2020, p. 95) apontam a potência dos fazeres docentes como “[...] modo de re-existir através da/na docência, rompendo com perspectivas eficientistas, burocráticas e individualizadas de idealização da aula e do currículo”

A presença da pedagogia decolonial, discutida por Nascimento e Souza (2020), aparece como disparadora de táticas insurgentes, incorporando conhecimentos subalternizados para além do currículo formal e reposicionando sujeitos historicamente silenciados pela colonialidade. As autoras afirmam

O sistema educacional do Brasil reproduz estruturalmente características hegemônicas na formação dos professores. Tais práticas, aproximadas ao colonial, tendem não somente perpetuar, mas ampliar desigualdades e exclusões sociais. Entretanto, neste universo crítico, há indícios de resistência na prática de professores/as, que seguem lutando diariamente por uma pedagogia que represente

estudantes, territórios e suas identidades (Nascimento; Souza, 2020, p. 48).

Esses movimentos insurgentes potencializam a subversão das lógicas coloniais que ainda atravessam as estruturas políticas formativas, curriculares e as docências. Assim, a crítica à hierarquia do saber articula-se à crítica à hierarquia das relações, ao buscar ressignificar lugares de fala, inventar novos regimes de visibilidade e atrever-se a afirmar saberes que não cabem nos moldes homogêneos da perspectiva neoliberal.

Entre os escritos que problematizam as políticas curriculares como dispositivos de macrorregulação, o artigo de Luckesi e Conti (2023, p. 378) reverbera como o hiperfoco em bons resultados conduz gestores e professores a assumir “[...] certas lógicas de ação que levem ao reducionismo do currículo ao ensino de conteúdos da matriz avaliativa, como leitura e matemática, deixando em segundo plano outros conteúdos, dimensões e áreas curriculares”. Ainda que a macropolítica pressione pela homogeneização e pela mensuração, a micropolítica escolar reinventa brechas, buscando equilibrar as exigências externas com a responsabilidade ética de sustentar experiências educativas que ultrapassem o quantificável.

Por fim, essa dimensão potencializa os currículos, as docências e as formações como movimentos éticos, estéticos e políticos, capazes de desobedecer e produzir desvios à lógica hierarquizada do processo educativo. Inspirados em Rancière (2009, p. 13), afirmamos a potência escolar de “[...] criar espaços de jogo, de dar ar à ordem social”, para proliferar afrouxos entre as amarras que tendem a encadear, com o automatismo e a rigidez, a vida que respira nos cotidianos escolares. Nesse viés, junto a Rodrigues e Ferraço (2022), observamos que os temas transpõem os marcos regulatórios que envolvem as políticas educacionais, curriculares e de formação engendradas na lógica racional tecnicista.

Nesse entrelaçar de modos desterritorializados, brotam as insurgências que fissuram a racionalidade produtivista e inventam percursos outros entre tempos marcados pela intensa governamentalidade dos corpos, dos currículos, das docências e dos cotidianos escolares.

Considerações sobre as fileiras contra a opressão

Rosto negro, sangue índio, corpo de mulher
Moleque pelintra no buraco quente
Meu nome é Jesus da Gente

Nasci de peito aberto, de punho cerrado
Meu pai carpinteiro, desempregado
Minha mãe é Maria das Dores Brasil

Enxugo o suor de quem desce e sobe ladeira
Me encontro no amor que não encontra fronteira
Procura por mim nas fileiras contra a opressão
E no olhar da porta-bandeira pro seu pavilhão

Trecho de Samba-Enredo 2020; Samba-enredo
"A verdade vos fará livre"
(Cuíca; Máximo, 2020)

As epígrafes que margeiam nosso texto, feito um abre-alas que convoca a passagem, testemunham que as disputas pela visibilidade e por justiça social atravessam o país e ressoam em diferentes espaços. O samba torna visíveis e audíveis corpos historicamente marginalizados e lembra que nenhuma política pode ser concebida sem considerar essas existências que desafiam o silêncio imposto. É nesse terreno de luta, marcado por vozes que demonstram que, "[...] sim, suas bocas emitem uma palavra que enuncia algo do comum e não apenas uma voz que sinaliza dor" (Rancière, 2010, p. 21), que este estudo inscreveu suas análises.

Ao percorrermos as três dimensões investigadas, observamos que a educação do sensível se expressa na revista *Teias* como um território vibrátil, onde práticas artísticas desarranjam expectativas normativas, disputas políticas reconfiguram os regimes de visibilidade e insurgências docentes produzem desvios à racionalidade tecnicista que pretende capturar o ato educativo. A própria revista, ao acolher produções contracoloniais e contra-hegemônicas, afirma-se como espaço coerente com as lutas sociais contemporâneas, sustentando debates que tensionam apagamentos históricos e ampliam as fronteiras do pensável na educação.

Os 148 artigos examinados desenham, cada qual à sua maneira, formas de romper entorpecimentos que as políticas padronizadoras tentam solidificar. Longe de uma leitura homogênea, o que emerge é um campo marcado por reverberações múltiplas, cintilações que atravessam documentos, corpos, afetos e experiências, produzindo brechas e trazendo à tona mundos que se esquivam das gramáticas oficiais. Eles mostram a persistência de práticas que germinam no ordinário: uma dança que desloca olhares, uma imagem que convoca outras formas de existência, um arquivo que se reinventa, uma docência que tece possibilidades não previstas.

Esses gestos, aparentemente mínimos, constituem a força política da educação do sensível, força capaz de desmontar hierarquias, redistribuir percepções e recolocar sujeitos historicamente silenciados no centro do comum. A educação da sensibilidade social, aqui, não opera como ornamento, mas como condição de abertura de poros de respiração no plano comum. Ela desestabiliza o que parecia estável, descortina fendas na solidez institucional e produz cintilações capazes de transformar a paisagem educativa. Cada estudo observado revela, à sua maneira, um convite a atravessar os entorpecimentos que configuram o cotidiano escolar e a reencontrar o caráter inventivo que pulsa no encontro entre sujeitos.

Se há algo que este conjunto de pesquisas faz emergir é que não existe futuro educativo sem o gesto da partilha: partilha do tempo, do espaço, das imagens, das palavras, dos sons, dos afetos e, sobretudo, de modos de existir e sonhar que insistem em germinar, apesar das forças que tentam contê-los. Ao cartografar o indizível, ao acompanhar deslocamentos que reconfiguram o que pode ser percebido, a educação apresenta-se como um campo em permanente devir, onde os corpos e as narrativas desenham novos contornos do possível.

Nesse umbral entre o já dado e o por vir, as três dimensões entrelaçam-se: práticas estéticas que deslocam o olhar, disputas políticas que reordenam o visível e as desobediências docentes que forjam novas escolas e mostram que a sensibilidade pode ser compreendida como força germinativa, capaz de instaurar novos modos de viver juntos. Assim, o sensível não apenas atravessa os textos analisados, ele os transborda, con-

vocando-nos a imaginar uma educação que faça de cada encontro uma oportunidade de redistribuição do comum, uma política do estar-com e um exercício contínuo de reinvenção.

No horizonte que se abre, reafirmamos o que ecoa desde o início: não tem futuro sem partilha, e é justamente nessa partilha do sensível que se gestam outras epistemologias, outras presenças, outras políticas e outras maneiras de nomear e habitar o mundo. Elas anunciam que há sempre mundos por vir, mundos que se constroem na partilha e na invenção coletiva. A educação, quando atravessada por essas potências, torna-se menos um sistema e mais um campo de encontros e possibilidades: um território onde o inesperado pode florescer, onde o indizível encontra voz e onde a vida, em toda a sua pluralidade, pode finalmente ser recriada.

Referências

ALVES, Álvaro Renan José de Brito. Pistas para um método dramático de pedagogia do cinema. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 63, p. 297–308, dez. 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.53741. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/53741>. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE; CP, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE; CP, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de; RANCIÈRE, Jacques. **Jacques Rancière e a escola**: educação, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

CHAR, Carla Melo; PARAÍSO, Marlucy Alves. Aula-experimentação com dança: demanda de um currículo-dançante. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 63, p. 234–247, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.53926. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/53926>. Acesso em: 10 dez. 2025.

COSTA, Mônica de Oliveira; OLIVEIRA, Caroline Barroncas de; AIKAWA, Moni-ca Silva. BNC–Formação e cuidado de si: a (im)possibilidade de professorar. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 98–112, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.70227. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/70227>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CUÍCA, Manu da; MÁXIMO, Luiz Carlos. **A verdade vos fará livre**. Samba-enredo. Intérprete: G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 2020.

DE SOUZA, Edilma; CASTRILLON MALDONADO, Maritza Maciel. Contos e encantos infantis ribeirinhos-amazônidos no cotidiano escolar. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 61, p. 128–138, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.48860. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/48860>. Acesso em: 8 dez. 2025.

FARIA, Izaque Moura de; RODRIGUES GOMES, Larissa Ferreira. Planejamento docente como produção de possíveis. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 63, p. 95–109, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.54015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/54015>. Acesso em: 10 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org., introd. e rev. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GULARTE, Priscila Fontes; FINOQUETO, Leila Cristiane Pinto; SOARES, Rodrigo Lemos. Entre samba e brilho: a produção dos corpos nos carnavais da Unidos da Rheingantz. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 65, p. 461–475, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.49589. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49589>. Acesso em: 10 dez. 2025.

LACERDA LUCCHESI, Maria Eliéte; CONTI, Celso Luiz Aparecido. Macro e microrregulação: a avaliação em larga escala e alguns efeitos sobre o currículo. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 72, p. 375–385, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.70205. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/70205>. Acesso em: 10 dez. 2025.

NASCIMENTO, Erica Pereira dos Santos; SOUZA, Victória Guimarães. Formação continuada e pedagogia decolonial: o M.A.R. e o samba. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 63, p. 46–63, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.53968. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/53968>. Acesso em: 10 dez. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. **Devires – cinema e humanidades**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 14–36, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024.

RANNIERY, Thiago; OLIVEIRA, Anna Luiza; ROCHA, Damião. “Vocês são importantes...”: questões de alteridade e diferença nas políticas curriculares. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 3–14, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.80462. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/80462>. Acesso em: 8 dez. 2025.

ROCHA, José Damião Trindade; COELHO, Marcos Irondes; FERNANDES, Alexandre Araripe. Experiências de/com uma “pessoa T” indígena entre-gêneros do/ no cotidiano tocantinense. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 61, p. 117–127, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.49500. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49500>. Acesso em: 8 dez. 2025.

RODRIGUES, Ana Cláudia Silva; FERRAÇO, Carlos Eduardo. É “sobre” ser professor(a): poéticas/pruridos de anunciação da formação docente nas dolíticas curriculares. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 2–9, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.71402. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/71402>. Acesso em: 11 dez. 2025.

RODRIGUES, Lillian Ferreira; EUCLIDES, Maria Simone; HERNECK, Heloisa Raimunda. Lápis cor de pele: entre “riscos” e rabiscos das infâncias negras nos cotidianos escolares. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 72, p. 113–123, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.64690. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/64690>. Acesso em: 8 dez. 2025.

ROSA, Fábio José Paz da. O Centro Afrocarioca de Cinema como espaço de educabilidade decolonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 278–293, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.49739. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49739>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SANTOS, José Douglas Alves; MUALACA, Machaia Muhammade. Ciência, educação e sociedade: uma leitura sobre “O menino que descobriu o vento”. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 65, p. 476–488, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.51330. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revista-teias/article/view/51330>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SILVA, Antonio Almeida; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Poética do arquivar: didáticas dos despropósitos entre a arte e a natureza. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 63, p. 324–339, dez. 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.53646. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revista-teias/article/view/53646>. Acesso em: 11 dez. 2025.

SILVA, Sandra Kretli. As imagens-cinematográficas como força que impulsiona o devir-pensamento no cotidiano escolar. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 59, p. 283–300, dez. 2019. DOI: 10.12957/teias.2019.44923. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/44923>. Acesso em: 11 dez. 2025.

SILVA, Sandra Kretli; ZOUAIN, Ana Cláudia Santiago; FERNANDES, Nathan Morretto Guzzo. O cinema em redes de conversações: inventando novos modos de produção de pesquisa e currículos. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 359–371, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.53558. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/53558>. Acesso em: 11 dez. 2025.

ZOURABICHVILI, François. Encontro, signo, afeto. In: ZOURABICHVILI, François. **Deleuze: uma filosofia do acontecimento**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 51–76.

CAPÍTULO 2.

A educação do sensível na *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*

Andréa Scopel Piol
Fábio Mota Salvador
Jannaína Calixto de Lima
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.2

Introdução: A educação do sensível

A dimensão do sensível na educação convoca-nos a pensar o processo educativo para além de uma lógica racional ou cognitiva e situa-se no campo das experiências, das forças que atravessam os corpos e das potências que emergem dos encontros. Trata-se de uma estética do educar que se agencia às afecções do corpo, convidando a sensibilidade a expandir-se como condição fundamental da aprendizagem. Nessa perspectiva, educar não é apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que os sujeitos afetem e sejam afetados pelo mundo.

A sensibilidade, inscrita em nossa corporeidade, permite que a educação se configure como experimentação. Pelo corpo, percebemos, sentimos e construímos sentidos para a existência. Assim, o aprender não

se reduz a um ato mental, mas abrange um conjunto de forças que atravessam o sujeito, envolvendo afetos e afecções, desejos e intensidades. Deleuze (2019), em sua obra *Cursos sobre Spinoza*, afirma que o afeto (*affectus*) é a variação contínua da força de existir de alguém ou da potência de agir; e a afecção (*affectio*) é uma mistura de corpos, o estado de um corpo enquanto sofre a ação de outro corpo. Nesse sentido, a escola, como espaço de encontros, torna-se um território onde circulam afetos e afecções que podem potencializar ou limitar os processos educativos, dependendo da qualidade das relações que ali se estabelecem.

Nessa dimensão, a força não se refere à imposição ou ao controle, mas à capacidade de mobilizar a vida em sua potência criadora. A potência, por sua vez, manifesta-se na possibilidade de ampliar modos de sentir, pensar e agir, produzindo deslocamentos nos modos habituais de aprender e ensinar. Quando a educação se abre ao sensível, ela reconhece que o conhecimento acontece no encontro entre corpos que se afetam e produzem sentidos. Trata-se de uma experiência que se constitui na relação entre corpos e afetos, manifestando-se na capacidade de sentir a vida em seu movimento e em sua intensidade. A dimensão do sensível na educação afirma que aprender é ser atravessado por forças que nos transformam, é deixar-se tocar pelo mundo e, ao mesmo tempo, inscrever nele novos gestos, novas narrativas e novas possibilidades de existência.

Nesse contexto, este artigo propõe problematizar como a dimensão do sensível foi evidenciada em práticas discursivas acerca de currículos, culturas e formação de professores expressas em artigos publicados na *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, no período de 2019 a 2023.

Partimos da afirmação de que, no conjunto dessas produções, a dimensão do sensível na educação, por um lado, emerge como experiência ética e estética, potencializada pela inventividade dos encontros, pela arte das experimentações, pelas práticas de liberdade e pelos modos possíveis de ampliação da vida; por outro, o sensível parece ser capturado por dispositivos de controle que engessam a experiência educativa. Portanto, o sensível na educação pode ser território de potência e de criação, quando abre espaço para encontros inventivos, práticas de liberdade e experimentações

ético-estéticas; contudo, pode também configurar-se como território de fraqueza, quando se deixa capturar por lógicas de padronização, normalização e controle. Sua força ou vulnerabilidade não residem na sensibilidade em si, mas nos agenciamentos políticos e pedagógicos que o produzem, organizam e põem em funcionamento.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem documental-bibliográfica que tomou por objeto de estudo um total de 822 artigos publicados na *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, dentro do recorte temporal 2019–2023, a saber: 142 artigos no volume 14 (2019); 161 no v. 15 (2020); 172 no v. 16 (2021); 177 no v. 17 (2022); e 170 no v. 18 (2023). Após a leitura cuidadosa dos resumos dos artigos publicados, selecionamos 32 com temática convergente à pesquisa, dos quais selecionamos 22, ao final, para categorização e análise, conforme esquematizamos a seguir:

Quadro 1: Artigos selecionados por compostos de sensações –
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (2019–2023)

COMPOSTOS DE SENSações	Nº DE ARTIGOS: 22
A relação do sensível com/na formação docente: outros currículos possíveis...	08
Impactos da Base Nacional Comum Curricular na formação da juventude brasileira	07
A dimensão da estética para a educação da diferença	07

Fonte: *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*.

Assim, este texto está organizado em três seções denominadas “compostos de sensações”: a relação do sensível com a formação docente e as normativas curriculares; os impactos da Base Nacional Comum Curricular na formação da juventude brasileira; e a dimensão da estética para a educação da diferença. Buscamos articular um conjunto de enunciados acerca da educação do sensível, considerando os distintos modos de experimentar, pensar e sentir as potências do corpo.

Atravessadas pelos efeitos do sensível que emergem do encontro com esses artigos, levantamos algumas questões: que aproximações e deslocamentos esses artigos produzem no campo de uma educação do sensível? Quais efeitos uma educação da sensibilidade pode provocar em nossas experimentações curriculares?

Reiteramos que esse texto compõe a pesquisa *O discurso da comunidade acadêmico-científica sobre educação da sensibilidade social nas diretrizes curriculares*, financiada pelo CNPq, coordenada pela professora Janete Magalhães Carvalho, que tem por objetivo analisar a produção acadêmico-científica publicada em periódicos classificados no Qualis Capes Educação, nos estratos superiores A1 e A2, convergentes da dimensão do sensível.

A relação do sensível com/na formação docente: outros currículos possíveis...

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome, de raiva e de sede
São tantas vezes
Gestos naturais
Podres Poderes – Caetano Veloso

Dos oito artigos nos quais tecemos uma análise mais aprofundada no período de 2019 a 2023, observamos uma aposta na temática da educação sensível na articulação com a formação docente, principalmente desterritorializando as maneiras de movimentar o pensamento e rompendo com as concepções curriculares prescritivas. Essas produções científicas potencializam os bons encontros formativos que agenciam processos coletivos solidários que produzem redes de afetos, de afecções e de singularidades.

Nas problematizações desses textos, buscamos evidenciar suas linhas de fuga que se distanciam de um cotidiano escolar de poderes e saberes uniformizantes, que, muitas vezes, condicionam o corpo e o pensamento a uma vida burocrática e uniforme. As pesquisas dialogam com processos de fabulações nas experiências de formação docente e de práticas curriculares que transbordam dados e narrativas que fortalecem novas

possibilidades de vivenciar a experimentação-vida, a formação docente, o currículo sensível e a constituição de si na relação com o outro.

Nos artigos visitados, as reinvenções das formações de professores e de currículos que pulsionam novos olhares, novos desejos e novas subjetivações para a prática docente e para uma ressignificação da escola, por meio do sensível que atravessa as experiências coletivas cotidianas que alimentam devires de encontros líricos, criativos e afetivos. Publicações atentas ao desdobrar-se em outras maneiras de ser e de fazer que produzem novos currículos que rompem com modelos de docência normativa catalisadora de uma existência triste.

Na reflexão desses textos, inquieta-nos a questão de como a formação docente diluída em agenciamentos que potencializam o sensível pode compor outros currículos desvinculados de poderes e saberes sacralizados? Analisamos nas publicações as movimentações do pensamento e a promoção de bons encontros que diluem afetos felizes, afecções, singularidades e processos coletivos solidários e afirmação de vida. Afetos que, para Deleuze (1998), são devires: ora eles nos enfraquecem, quando diminuem a nossa potência de agir e decompõem nossas relações (tristeza); ora nos tornam mais fortes, quando aumentam nossa potência e nos fazem entrar num indivíduo mais vasto ou superior (alegria).

O artigo *As políticas e os currículos de formação de pedagogos (as) após 2015: rupturas e padronizações*, de Leonice Matilde Richter e Maria Célia Borges (UNESP, 2023), problematiza os desafios dos processos formativos nos constantes embates com os dispositivos legais ancorados no tecnicismo, no conservadorismo e em preceitos neoliberais que acorrentam o currículo. Díaz (2012) aponta o conceito de exclusão de Foucault, quando, em toda a sociedade, a produção da palavra está controlada, selecionada e distribuída por certos procedimentos que buscam evitar perigos, conjurar poderes, manipular o aleatório e esquivar a materialidade do discurso.

Nas possíveis linhas de fuga, os encontros formativos docentes potencializam fabulações que tecem resistências, lutas, afetos e, principalmente, forças coletivas de imposição ao exercício docente servil. O texto aprofunda as rupturas cotidianas na docência e no currículo diante de poderes

e saberes que buscam invisibilizar as vozes dos educadores e coibir as reinvenções curriculares que potencializam processos de subjetivações.

Nos enfrentamentos das formações docentes com as políticas públicas que legitimam interesses hegemônicos, o texto *Políticas públicas curriculares na formação do professor: questões de diversidade na licenciatura em ciências humanas*, de Thiago Luiz Sartori e Bruno Gomes Pereira (UNIAN, 2022), aposta numa análise documental das políticas curriculares da licenciatura em ciências humanas, trazendo a problematização dos discursos heteroformativos que compõem os currículos tradicionais — ainda distantes nos debates das questões de gênero e de diversidade no cotidiano escolar.

O artigo aposta na formação docente como agenciamento coletivo possível para o fortalecimento das discussões das questões de gênero e de diversidade, quando se distancia do modelo curricular que condiciona o corpo e o pensamento e não transborda afetos, afecções e constituição das singularidades nos movimentos formativos. As publicações buscam a afirmação da vida nos bons encontros e nas práticas curriculares favoráveis ao desenhar dos desejos e nas tessituras subjetivas no contato com o outro. Como ultrapassar as fronteiras dos poderes e saberes institucionais para uma existência sensível?

No texto *A educação étnico-racial na educação infantil: reflexões sobre a prática de professores*, de Tércia Regina da Silva e Ernani Martins dos Santos (UPE, 2022), a formação docente é um *espaçotempo* fundamental para as possíveis reinvenções curriculares que sejam sensíveis às questões das relações étnico-raciais. A publicação aposta nos encontros formativos em que a temática seja diluída em redes de singularidades, de subjetividades e de afetos que visibilizam o legítimo outro. Na pesquisa, as fabulações nas práticas docentes no cotidiano escolar que valorizam e acolhem as diferenças estão diretamente articuladas com processos formativos que afirmam a vida.

No percurso dos agenciamentos do sensível das publicações analisadas, observamos no artigo *Formação continuada em educação ambiental para professores de educação infantil na visão da complexidade e da*

transdisciplinaridade, de Daniele Saheb e Daniela Gureski Rodrigues (PUC, 2023), uma pesquisa qualitativa que compreende os processos formativos continuados numa abordagem transdisciplinar sobre a educação ambiental — fundamentais para a elaboração coletiva de outras formas de pensar e fazer o currículo. O texto aponta os desafios de superar práticas docentes conservadoras em Educação Ambiental que não potencializam fabulações, afetos, resistências, afecções e forças criativas.

No artigo *Formação de professores alfabetizadores para a educação inclusiva: um destaque ao pacto nacional pela alfabetização na idade certa*, de Lucia Cristina Dalago Barreto e Elsa Midori Shimazak (EUM, 2019), percebemos uma análise das contribuições do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa à formação de professores alfabetizadores para a educação inclusiva. Os encontros formativos potencializaram narrativas coletivas em que os cursistas compartilhavam suas experiências com a educação inclusiva e refletiam sobre novas maneiras de agenciar um currículo mais inclusivo e sensível à existência do legítimo outro.

A publicação *Formação continuada de professores no Brasil e na Argentina: um estudo comparado das políticas de formação para o contexto inclusivo*, de Paloma Domingues Ferreira e Gilmar de Carvalho Cruz (UNICENTRO, 2022), também versa sobre a educação inclusiva nos processos formativos, mas, distancia-se do artigo anterior, pois aponta um estudo comparado que analisa as políticas de formação continuada de professores no contexto educacional inclusivo no Brasil e na Argentina. Na análise dos documentos institucionais dos países, a pesquisa problematiza a restrita e/ou ausência de textos oficiais sensíveis à temática da inclusão para docentes de turmas regulares da educação básica. Na proposta de uma educação sensível, o texto reflete a urgência de a temática se consolidar nos documentos oficiais que orientam as formações continuadas dos docentes, não apenas para os profissionais especializados nesse atendimento.

Quais as aproximações possíveis na concepção de formação docente, de currículo e de experiências sensíveis nos artigos selecionados? As publicações revelam as produções de desejos coletivos que impulsionam

novas formas de pensar e fazer a prática docente no cotidiano escolar. Em muitos momentos, optam por linhas de fuga que permitam fabulações subjetivas que potencializam a experimentação-vida nas áreas de gênero, diversidade, relações étnico-raciais, de educação ambiental e educação inclusiva. Por meio das formações docentes, agenciam redes de afeto, de afecções, de singularidades, de subjetivações e, principalmente, de resistências às normatizações curriculares que burocratizam o pensamento e docilizam o corpo.

No texto *Reflexões de uma experiência enquanto formadora regional no contexto do PNAIC em Mato Grosso*, de Angela Rita Christofolo de Mello (UNEMAT, 2019), percebemos novamente a concepção da formação docente como composição do bom encontro que produz forças coletivas de reflexões, de agenciamentos solidários, de fabulações, de afetos, de afecções e de reinvenções curriculares. Tadeu (2002) diz que o interessante é saber quais composições são feitas, quais podem ser feitas e se elas são boas ou más do ponto de vista do agir – passar da formação à composição, do desenvolvimento à combinação, da organização para o agenciamento.

O artigo *Experiência formativa de professores no exterior: efeitos nas concepções pedagógicas*, de Sheylla Chediak (IFRO, 2022), caminha por um estudo de caso que analisa a experiência formativa continuada de docentes na Finlândia, por meio da mobilidade internacional, e seus efeitos nas concepções pedagógicas dos cursistas. Percebemos, nas narrativas dos docentes participantes, as marcas dos encontros que possibilitaram redes de afetos, de processos coletivos criativos que potencializam as singularidades que desterritorializam o currículo e a docência institucionalizados.

As oito publicações que compõem esse mosaico de artigos que atravessam os conceitos de formação de professores, de docência, de currículo e de educação sensível revelam as experiências dos bons encontros que ecoam pensamentos nômades que reinventam as forças criativas coletivas que potencializam fabulações, agenciamentos e devires que rompem com as normatizações curriculares.

Pesquisas que se abrem às multiplicidades das maneiras de pensar e fazer, afirmando a vida quando elevam os afetos de alegria, os pensamentos

solidários, os desejos, as fabulações, as afecções e as resistências ao currículo hegemônico. Como dizem os versos de Caetano Veloso, enquanto há podres poderes que dilaceram e aprisionam a vida, também há linhas de fuga que produzem agenciamentos sensíveis que escapam em experimentações de vida felizes e de pensamentos sensíveis potentes.

Impactos da Base Nacional Comum Curricular na formação da juventude brasileira

A vida é sempre mais do que aquilo que é imposto a ela; a potência de criar nunca pode ser totalmente capturada

(Gilles Deleuze, *Lógica do Sentido*).

Em meio ao conjunto de artigos selecionados entre o período de 2019 e 2023, destacamos sete estudos que compõem este *composto de sensações*, o qual, de modo singular, agencia a dimensão do sensível nas práticas discursivas curriculares. Esses trabalhos evidenciam os efeitos da Base Nacional Comum Curricular na formação de crianças e jovens do Ensino Médio, ao mesmo tempo que revelam a configuração de uma política de educação pública brasileira orientada por uma racionalidade neoliberal.

A partir dessa composição, desejamos argumentar, à luz de Spinoza e Deleuze, que a dimensão do sensível na educação pode operar tanto como potência de criação e ampliação da vida quanto como dispositivo de captura e controle dos afetos. Sua força ou vulnerabilidade não reside na sensibilidade em si, mas nos agenciamentos políticos e pedagógicos que o produzem, organizam e põem em funcionamento.

Nesse sentido, dos textos selecionados, seis problematizam uma educação curricular orientada por normativas legais e estruturada por mecanismos de obediência, os quais submetem os sujeitos a normas externas, limitando sua capacidade de pensar e agir. Tais abordagens distanciam-se de uma educação do sensível concebida como campo de forças, intensidades e afetos que atravessam os processos educativos. Em contrapartida, um dos textos que compõem esse bloco envolve a produção de afetos como potência para pensar os currículos e os processos formativos dos

estudantes, apostando na criação de experiências abertas que ampliam os modos de existir e possibilitam a invenção de outras formas de sentir, pensar e aprender.

No que se refere à relação entre currículo e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o artigo *BNCC, Ensino Médio e educação física: formação de habilidades e de competências*, de Gilioli, Galuch e Sanches (2023), com base em uma pesquisa bibliográfica, analisa a proposta da Educação Física no Ensino Médio à luz da BNCC (Brasil, 2018b), problematizando o fato de que a centralidade atribuída às habilidades e competências tende a secundarizar os conteúdos específicos da área, evidenciando um modelo formativo que opera nos limites da adaptação dos sujeitos ao trabalho precarizado.

O estudo explicita que a BNCC para o Ensino Médio expressa uma racionalidade instrumental (Adorno, 1995), alinhada à lógica produtiva de exploração, controle e maximização, especialmente no contexto da Lei n.º 13.415/2017. Ao priorizar competências e habilidades, a proposta curricular tende a reduzir a diversidade de conhecimentos e a submeter a formação a critérios de utilidade e aplicabilidade, com ênfase nos itinerários técnico-profissionais.

Nesse cenário, a Educação Física é esvaziada em seus conteúdos específicos, sendo convertida em instrumento de adaptação dos corpos às exigências do trabalho precarizado. Diante disso, coloca-se a questão: ao instrumentalizar a formação, não se inviabilizam a liberdade e a experiência? Como afirmar uma educação do sensível se os currículos negam a possibilidade de uma corporeidade aberta à experimentação? Pensar a Educação Física, portanto, exige tensionar essa lógica e ultrapassar a centralidade das competências e habilidades.

Do mesmo modo, Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019), no artigo *Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações*, mediante uma análise documental, buscam identificar as concepções de diversidade sexual e de gênero presentes na BNCC. Os autores afirmam que o documento aborda a sexualidade de forma restrita, circunscrevendo-a exclusivamente à dimensão biológica e a espaços específicos da área das Ciências da Natureza. Desse modo, a diversidade

de gênero é silenciada no documento oficial, situação agravada pela superficialidade com que são tratados os direitos humanos. Os resultados indicam que a BNCC reduz a sexualidade a sua dimensão biológica, configurando um retrocesso em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), especialmente ao documento Tema Transversal Orientação Sexual, que, no fim da década de 1990, defendia a abordagem das questões relativas à sexualidade por docentes de diferentes áreas do conhecimento

Esse documento configura-se como um regulador de aprendizagens, expressas em habilidades e competências consideradas necessárias à educação básica nacional. As constatações deste estudo evidenciam obstáculos à elaboração de atividades, discussões e/ou projetos voltados à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, uma vez que o tratamento conferido pela BNCC, aliado à ausência de subsídios pedagógicos aos docentes, pode resultar na marginalização das temáticas da sexualidade e do gênero na escola.

Diante desse cenário, o sensível não atua como forma de libertação da vida, mas como instrumento de modulação e governo dos sujeitos, produzindo subjetividades dóceis e conformadas. Políticas curriculares que regulam afetos, padronizam experiências e alinham a formação às lógicas neoliberais, como percebemos, também, no artigo *Imagens e palavras para pensar a escola: apontamentos sobre a reforma do ensino médio*, de Carvalho (2019), que debruça sobre o ensino de Arte no Ensino Médio à luz da Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente transformada na Lei nº 13.415/2017, e aponta que tais alterações implicaram retrocessos históricos na presença da Arte no currículo escolar. A Reforma do Ensino Médio desconsiderou vozes e direitos e, ao desvalorizar o ensino da Arte, abriu espaço para precarizar tanto o trabalho docente quanto as possibilidades de conhecimento que a Arte pode promover na educação.

A arte está ancorada na experiência humana, que é múltipla e diversa, e compartilha um modo sensível de perceber o mundo. Ninguém permanece passivo ao entrar em contato com a arte; ela mobiliza uma série de inquietações, muitas vezes provocando em nós desconforto, ao questionar nosso olhar sobre o mundo e nossa percepção sobre o que seria arte.

Assim, diminuir a presença da arte no currículo do Ensino Médio é privar os jovens de um conhecimento sensível à vida. Ora, qual é a real importância da arte no currículo do Ensino Médio? Que tipo de Ensino Médio desejamos para nossos jovens? Esse desejo corresponde àquilo que os estudantes realmente almejam?

Nesse contexto, o texto *A educação profissional e a BNCC: políticas de exclusão e retrocessos*, de Boanafina, Otranto e Macedo (2022), argumenta que a educação profissional, embora tenha passado por um processo de revitalização, ainda carrega o caráter da chamada inclusão excludente. Tal dinâmica contribui para a construção de uma nova sociabilidade, moldando formas de pensar e agir — sobretudo na classe trabalhadora —, ao mesmo tempo em que atribui à escola o papel de lócus de uma política meritocrática e socialmente seletiva.

Com base em pesquisa bibliográfica, os autores analisam o retrocesso representado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no campo da educação profissional. Nesse sentido, identificam que os itinerários formativos e o reconhecimento do notório saber para a docência — conforme previsto na Lei n.º 13.415/2017 — estão fortemente associados a um viés economicista, o que reforça a histórica dualidade do sistema educacional, também presente na BNCC. A partir dessa análise, destacam três pontos centrais: (1) a expansão da educação profissional sob ameaça; (2) a BNCC e os itinerários formativos como mecanismos de inclusão excludente; e (3) o notório saber como um retrocesso na qualificação do trabalho docente.

Diante desse cenário, marcado por inflexões político-econômicas que fragilizam a educação profissional, a resistência pode ser pensada à luz da filosofia da diferença, especialmente a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992). Nessa perspectiva, resistir não se limita à oposição frontal às políticas hegemônicas, mas implica a criação de outras formas de pensar, ensinar e aprender — linhas de fuga que escapem à lógica tecnicista e à padronização curricular. Trata-se de afirmar a diferença como potência, deslocando a educação de uma função meramente instrumental para um campo de experimentação, invenção e multiplicidade.

Braggio e Silva (2023), no artigo *O Projeto de Vida no novo ensino médio*, apresentam um levantamento dos principais documentos orientadores dessa etapa da educação, desde as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 1998, até a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018b). Nesse percurso, evidenciam a crescente influência do campo econômico na formulação das políticas educacionais, particularmente na centralidade atribuída ao Projeto de Vida, que passa a ocupar lugar estratégico tanto na Formação Geral Básica quanto nos Itinerários Formativos.

Os autores destacam que a configuração final da BNCC, assim como os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos, foi consolidada a partir da atuação da Comissão Bicameral instituída pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), responsável por analisar a proposta educacional do documento. A apreciação das 96 contribuições sistematizadas nesse processo reforça diretrizes voltadas à formação para a cidadania, ao desenvolvimento do protagonismo juvenil e à preparação para o mundo do trabalho, com ênfase nas chamadas habilidades socioemocionais e na adoção de metodologias ativas.

Nesse contexto, torna-se evidente a articulação entre o discurso educacional e as demandas do campo econômico, que projeta o empreendedorismo e as parcerias público-privadas como caminhos privilegiados para o Novo Ensino Médio. Tal proposta é apresentada como mais conectada ao cotidiano dos estudantes e promotora de sua autonomia. Contudo, esse argumento se sustenta na premissa de que os estudantes realizam escolhas livres e autônomas a partir dos pilares que constituem seus Projetos de Vida, desconsiderando que tais escolhas são profundamente condicionadas pelas determinações sociais e econômicas que atravessam suas trajetórias.

Na perspectiva da política educacional de Projeto de Vida prevista pela BNCC, Mota, Casagrande e Alonso (2022), no artigo *Política educacional para o ensino médio: o projeto “Escola Plena” no contexto mato-grossense*, identificam a presença de uma orientação gerencialista, sustentada na valorização do protagonismo do estudante a partir do empresariamento de si, da autorresponsabilização pelo próprio percurso formativo.

A partir de um estudo de caso realizado em uma escola pública de Cuiabá, os autores analisam a implementação do Ensino Médio em tempo integral nas chamadas “Escolas Plenas”, política adotada em 39 unidades da rede estadual de Mato Grosso. Nesse contexto, a disciplina Projeto de Vida assume papel central, por estar diretamente vinculada aos objetivos estratégicos da reestruturação do Ensino Médio proposta. A análise evidencia que essa política articula fortemente a formação juvenil às demandas do mercado de trabalho contemporâneo, enfatizando práticas de autogerenciamento, responsabilização individual e adaptação às exigências produtivas. Ao problematizar essa reconfiguração à luz do princípio da democratização da educação, os autores apontam seu caráter complexo e multifacetado, mas também suas contradições.

Os estudos indicam que a política educacional da BNCC segue uma lógica neoliberal, aproximando educação e mercado, o que reforça desigualdades e exclusão social. Contudo, é possível promover resistência dentro da escola, problematizando clichês da educação formal e criando experiências que escapem a essa lógica, abrindo espaço para novas formas de ensinar e aprender.

Como evidenciam Feldens, Catanhede e Fusaro (2021), no artigo *“O que pode um currículo? Breve ensaio sobre o currículo em imanência”*, tais experiências abrem brechas para possibilidades inventivas de transformação da prática educacional, afirmando o currículo como campo de criação, experimentação e produção de outros modos de ensinar e aprender.

A partir de uma análise dos conceitos da filosofia de Spinoza, os autores propõem um currículo comprometido em potencializar a educação por meio de afetos alegres que extrapolem os modelos tradicionais e possibilitem outros modos de educar. A pesquisa, realizada em uma escola no estado de Sergipe, explora experimentações curriculares que, ancoradas na Filosofia da Diferença, buscam integrar práticas voltadas para uma educação da sensibilidade. Esse modo de educação, fundamentado em afetos alegres, amplia a potência do pensamento e o intensificar o processo de aprendizagem, oferecendo alternativas para um currículo que não apenas ensina, mas que experimenta.

A pesquisa experimenta outros modos de viver os currículos, distanciando-se da lógica da reprodução e da preparação para avaliações padronizadas, privilegiando a criação, a experiência e o desejo de aprender. Assim, a aprendizagem é compreendida como um processo vivido por um corpo que pensa, sente e aprende de maneira singular, sem perder de vista sua inserção na coletividade e na realidade que o atravessa.

Na composição com este artigo, uma força sensível nos atravessou, afirmando a vida em sua potência de criação nos currículos, compreendidos como modos inventivos de existir. Essa força emerge no movimento que libera as formas de representação, desfaz os clichês e desloca os lugares identitários, fazendo irromper mais vida nos currículos. Trata-se de uma força que subsiste na criação, nas vibrações, nas afecções, nos desejos e nos gestos menores que se produzem nos encontros com outros corpos.

Os autores destacam quatro princípios de molecularidade para orientar um currículo comprometido com a produção de afetos: a educação baseada em alegria e amor; o conhecimento concebido de forma rizomática, rompendo hierarquias e linearidades; um currículo nômade, aberto à experimentação e ao devir; e a produção de conhecimento cartográfica, mapeando o que o corpo encontra e como é afetado no plano de imanência. Nessa perspectiva, os currículos passam a ser modos inventivos de existir, atravessados por uma força sensível que libera formas de representação, desfaz clichês, desloca identidades e faz emergir vida, potência e criação nos encontros, nos gestos e nas afecções que surgem nas interações com outros corpos.

O encontro com este conjunto de artigos — que se configura como um composto de sensações — revela, por um lado, um movimento majoritário marcado por lógicas excludentes, que conformam os currículos a partir de normativas oficiais. Nesse horizonte, a política educacional expressa na BNCC apresenta-se como uma tática que opera nas relações hegemônicas, orientando práticas curriculares alinhadas a dinâmicas de padronização e controle. Por outro lado, o último artigo aproxima experiências vividas na escola pública, ancoradas na potência do sensível e

nos aportes da Filosofia da Diferença, que tensionam e deslocam esses modelos dominantes.

Colocamo-nos, assim, à espreita de modos menores de educar, atentos aos acontecimentos éticos que emergem em um exercício contínuo de criação de multiplicidades, capazes de produzir deslocamentos nos modos majoritários de ser e fazer, que tendem a enquadrar e normalizar as experimentações curriculares. Parte inferior do formulário

A dimensão da estética para a educação da diferença

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce.

Jacques Rancière (2009, p. 16).

Nesse processo de análise dos artigos selecionados para a categoria *A dimensão da estética para a educação da diferença*, foram selecionados sete por se aproximarem dessa discussão. Os artigos analisados evidenciam o impacto das políticas curriculares na educação brasileira, destacando o viés neoliberal que atravessa normativas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas interferências nos cotidianos escolares.

Nesse contexto, a dimensão estética — entendida como experiência sensível, relacional e situada — é tensionada, pois a padronização curricular tenta limitar as possibilidades de experimentação, criação e atenção às singularidades que emergem nos cotidianos. Como nos lembra Rancière (2009), a partilha do sensível organiza aquilo que pode ser visto, dito e vivido no comum, definindo lugares, tempos e modos de participação. Ao instituírem um currículo único e hegemônico, tais políticas tendem a afastar a educação dos múltiplos modos de ser, estar e fazer, reduzindo a abertura para práticas educativas atravessadas pelos afetos, pelas experiências e pela diferença.

Pensar a educação da diferença a partir da dimensão estética implica, portanto, problematizar essas normativas e afirmar o sensível como potência de resistência, capaz de reinscrever outros modos de viver, produzir e experimentar o currículo nos cotidianos escolares. Diante disso, nesse

composto de artigos explorados, fomos provocados pelas indagações: quais são as possíveis aproximações de experiências sensíveis nos artigos selecionados? Quais são os distanciamentos e como eles afetam os currículos ante as problematizações com a BNCC? A partir das análises, as publicações revelam que, mesmo atravessadas por normativas curriculares prescritivas, as práticas educativas produzem fissuras, deslocamentos e invenções nos cotidianos escolares, afirmando a educação do sensível como força ética, estética e política.

Assim, o artigo *Afetos docentes e relações de cuidado na creche: narrativas de professoras em discussão* de autoria de Rodrigo Saballa de Carvalho, explora a temática da educação do sensível por meio da análise dos afetos docentes e das relações de cuidado com bebês na creche, abordando como esses aspectos são regulados nas práticas pedagógicas. A partir de uma perspectiva sociocultural, apoia-se em autores como Abramowski (2010), Rezende e Coelho (2010) e Carvalho, (2014). Embora não mencione diretamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou outras políticas neoliberais, a reflexão gira em torno da regulação do afeto e da maneira como as emoções são tratadas no campo educacional. O foco principal está na forma como os afetos são capturados por discursos institucionais e como isso impacta a docência.

A discussão sobre o sensível no artigo é centrada na concepção de afetos e emoções como construções culturais e sociais, e não como processos naturais. Afetos são descritos como forças que implicam cognição, avaliação, motivação e corpo, desempenhando papel essencial nas relações pedagógicas. No entanto, o artigo destaca a tensão em trazer os afetos docentes para um espaço coletivo e cultural, questionando como esses afetos podem ser visibilizados sem perder a singularidade da experiência de cuidado e ensino.

Diante disso, problematizamos: de que modo essa regulação dos afetos impactam a autonomia docente e restringem a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis na creche? Pensar com Deleuze implica reconhecer os afetos como intensidades que podem produzir deslocamentos e abrir possibilidades para uma docência mais singular e inventiva.

Na continuidade das leituras, ao analisarmos o artigo *A diferença de Deleuze na pesquisa em educação: experiências dos pesquisadores do LEPED*, dos autores José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti, Maria Isabel Sampaio Dias Baptista e Eliane de Souza Ramos, apresentamos os achados de três teses de doutorado desenvolvidas no LEPED — Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença, da Universidade Estadual de Campinas — e defendidas entre 2018 e 2019.

A primeira tese, de Baptista (2018), analisa a formação continuada de professores do AEE a partir do sistema “Todos Nós em Rede”, compreendendo-a como uma experiência sensível, relacional e inventiva. Nesse espaço colaborativo, a formação ocorre de modo não linear, marcada por encontros, experimentações e criações coletivas. Assim, a pesquisa afirma a diferença como potência formativa e a estética como resistência às lógicas de padronização na educação.

A segunda tese, de Ramos (2018), investiga a alfabetização de estudantes surdos como uma experiência sensível, relacional e inventiva, produzida nos encontros entre línguas e modos de perceber o mundo. Ao criticar práticas padronizadas e a lógica que reduz a surdez à falta, a pesquisa afirma a diferença como potência, propondo uma escola como espaço de criação, acessibilidade e múltiplas formas de aprender.

A terceira tese, de Lanuti (2019), analisa uma formação docente em matemática, compreendendo a aprendizagem como experiência produzida nos encontros que afetam o pensamento. Inspirada em Deleuze, problematiza práticas que geram exclusão e propõe o ensino sem diferenciações segregadoras, ampliando possibilidades para todos. Assim, afirma a inclusão como princípio curricular e a escola como espaço aberto à diferença.

Assim, ao tomarem a diferença de Deleuze como fundamento comum, as produções do LEPED afirmam a escola para todos como um espaço de criação, no qual pesquisadores e docentes, ao reconhecerem e atualizarem as singularidades que os atravessam, produzem práticas pedagógicas inovadoras que rompem com lógicas excludentes e reafirmam a educação como campo ético, político e inventivo.

Dando continuidade, o artigo *Diversidade cultural, alteridade e vida: o cinema para pensar atos de currículo nos espaçostempos de aprendizagem*, de Mirian Amaral, Tania Lucía Maddalena e Edméa Santos, analisa o uso do cinema como dispositivo estético-pedagógico na formação docente e na produção de aprendizagens, estabelecendo um diálogo consistente com a dimensão estética para a educação da diferença. Ao articular arte e educação, o cinema é compreendido como um elemento que tensiona currículos oficiais de caráter homogeneizador, abrindo fissuras nos modos prescritos de ensinar e aprender e possibilitando a emergência de subjetividades, afetos e saberes silenciados pelas normativas. Nessa perspectiva, o cinema atua como força de deslocamento, ao atravessar certezas, provocar reflexão e fomentar processos de análise e criação que se produzem nos cotidianos escolares, configurando “atos de currículo” conectados às experiências, à diversidade cultural e à relação entre conhecimentos científicos e saberes comuns.

Analiticamente, o texto aproxima-se da educação da diferença ao afirmar a estética como experiência sensível, relacional e situada. A diferença é concebida menos como enfrentamento do caos e mais como produção coletiva que emerge das interações entre sujeitos, entendidos como constituídos na relação com o outro. Assim, os atos curriculares mediados pelo cinema buscam problematizar desigualdades e conflitos do cotidiano escolar, favorecendo currículos multirreferenciais que fortalecem a capacidade crítica e criativa dos futuros professores, com ênfase nas relações, na heterogeneidade e na construção de sentidos compartilhados.

À luz de Foucault e Agamben, o artigo *Sintomas do Brasil contemporâneo: tensões discursivas e a educação para a diferença*, dos autores Juliana Santos Monteiro Vieira, Lucas de Oliveira Carvalho e Dinamara Garcia Feldens, problematiza como discursos científicos, morais e educacionais se constituem historicamente como regimes de verdade frágeis, porém normativos, que capturam o pensamento e reduzem a formação a processos adaptativos e instrumentalizados. Nesse contexto, a educação deixa de operar como espaço de criação e passa a funcionar como reprodutora de consensos, apagando a singularidade e reforçando um pensamento médio comum, alinhado às exigências do mercado e à racionalidade técnica.

Em contraposição a lógicas totalizantes, a educação da diferença afirma uma dimensão estética como possibilidade ética, política e formativa, ao deslocar verdades universais e modelos fixos de sujeito. Inspirada em Deleuze, compreende a aprendizagem como processo contínuo de diferenciação, aberto à experiência, ao acontecimento e à criação. Nesse sentido, a estética atua como força que provoca o pensamento e desestabiliza certezas, contrapondo-se a políticas curriculares prescritivas e afirmando práticas pedagógicas construídas no cotidiano, marcadas pela alteridade e invenção.

A pesquisa articula um diálogo teórico fundamentado em Michel Foucault, ao discutir discurso, práticas discursivas, regimes de verdade e dispositivos de poder na produção de subjetividades; em Giorgio Agamben, ao compreender a contemporaneidade como tempo de fratura que exige uma postura ética de estranhamento do presente; em Theodor Adorno, na crítica à semiformação e à racionalidade instrumental, defendendo uma educação voltada à resistência à barbárie; em Friedrich Nietzsche, na crítica à moral, às verdades fixas e aos valores universalizantes; e em Gilles Deleuze, cuja filosofia da diferença sustenta a defesa de processos formativos centrados na singularidade, no acontecimento e na criação, em oposição às lógicas homogeneizadoras e normativas que atravessam as políticas curriculares contemporâneas. Parte superior do formulário

Inspirados sobretudo em Deleuze e Guattari (2010; 2012), os autores Fabio Zoboli, Matheus Souza dos Santos e Elder Silva Correia, em seu texto *A arte como potência pedagógica através da música: porque o flamengo também se canta*, compreendem a arte como potência de criação de perceptos e afectos, capaz de romper com os clichês, os usos instrumentais e as destinações sociais previamente dadas ao futebol escolar. Nesse sentido, a estética instaura como uma força política, que rasga o “guarda-sol” das opiniões, abrindo fendas para que outras formas de ver, sentir e experimentar o mundo — e o futebol — possam emergir nos cotidianos escolares.

O artigo aproxima-se da educação da diferença ao propor o diálogo entre futebol e arte, deslocando a Educação Física de uma lógica técnico-instrumental para uma experiência sensível, marcada por afetos, criação

e pluralidade. Nessa perspectiva, o sujeito se constitui nos encontros e na alteridade, e não na reprodução de modelos universais. Contudo, essa proposta tensiona políticas como a BNCC, cujo caráter prescritivo e padronizador pode limitar experiências inventivas. Assim, tais práticas configuram-se como formas de resistência, ao afirmar currículos construídos na experimentação, na criação e nas singularidades dos contextos escolares.

Inspirados na filosofia da diferença, afirmamos com os autores que a arte como potência de invenção abre espaço para experiências sensíveis e criadoras. Ao articular futebol e arte, o artigo valoriza a diferença e os encontros, tensionando a padronização curricular e afirmando práticas inventivas como forma de resistência no cotidiano escolar.

Nesse percurso de leituras, o artigo acadêmico intitulado *Nietzsche educador e a afirmação da singularidade*, de autoria de Lúcia Schneider Hardt, explora a filosofia educacional de Nietzsche, focando a promoção da singularidade individual em contraste com as exigências de massificação das instituições. O texto argumenta que a educação genuína, influenciada pela crítica de Nietzsche à cultura de seu tempo e ao próprio processo formativo, deve ir além da subordinação aos interesses do Estado e do mercado de trabalho. A partir de Nietzsche, o texto evidencia como os documentos normativos e as diretrizes institucionais, ao definirem modelos universais de formação, tendem a enfraquecer a cultura e a produzir sujeitos ajustados, úteis e homogêneos, em detrimento da singularidade.

A autora defende uma pedagogia voltada à formação de sujeitos autênticos, capazes de resistir à padronização e se constituírem como “artistas de si”, valorizando a história e a cultura sem abrir mão da criação e do pensamento crítico. Nessa direção, a dimensão estética orienta uma educação da diferença que prioriza a experimentação, a autonomia e o singular, tensionando políticas curriculares homogeneizadoras e afirmando a escola como espaço de criação e produção de subjetividades.

Por fim, analisamos o trabalho *O dispositivo pedagógico moderno e a criança-simulacro: para pensar diferentemente a infância*, escrito por Helena Almeida e Silva Sampaio e Luiz Guilherme Augsburguer. Os autores analisam a infância a partir da tensão entre controle e potência, criticando

o dispositivo pedagógico moderno. Com base em Foucault, mostram que a infância é produzida como objeto de gestão e normalização, atravessada por uma racionalidade biopolítica e neoliberal que a configura como governável, ajustável e orientada ao desempenho e à produtividade.

Ao mesmo tempo, os autores tensionam essa captura ao mobilizarem as contribuições de Friedrich Nietzsche e Gilles Deleuze, deslocando a análise da infância do campo da representação, do modelo e da norma para o domínio do simulacro, do devir e da imanência. Nessa perspectiva, a criança não é tomada como etapa do desenvolvimento nem como identidade fixa, mas como força criadora que desestabiliza os regimes de verdade que sustentam a pedagogização neoliberal da vida. A noção de criança-simulacro emerge, assim, como um conceito que afirma a diferença, a instabilidade e a invenção, recusando os parâmetros transcendentais que orientam as políticas de normalização da infância.

A análise dos autores permite afirmar que, embora o dispositivo pedagógico opere intensamente na captura da infância, ele não esgota a experiência da criança. Ao contrário, a criança-simulacro evidencia fissuras nos mecanismos de governo, abrindo espaço para pensar a educação para além da correção, do desempenho e da adaptação. Desse modo, o artigo contribui para os estudos da infância e da educação, ao propor uma inflexão teórica que desloca o foco do governo das condutas para a afirmação do sensível, do devir e da criação como dimensões constitutivas da experiência educativa.

Seguimos entre problematizações e afirmações para a educação do sensível...

As publicações que compõem este mosaico de artigos, ao atravessarem os campos da formação de professores, dos currículos e da educação do sensível, evidenciam forças e experiências que emergem em meio às normatizações curriculares. Algumas pesquisas se abrem às multiplicidades de modos de pensar e fazer, afirmando a educação do sensível nos e com os cotidianos escolares, enquanto outras ainda se mantêm mais distantes dessa perspectiva, reforçando lógicas mais prescritivas e normativas.

As análises realizadas indicam que as políticas curriculares contemporâneas, em especial a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atuam como dispositivos centrais na organização dos currículos escolares e dos processos formativos, gerando impactos na experiência educativa, na formação docente e os modos de viver o sensível na escola.

De maneira predominante, os artigos analisados evidenciam que a BNCC se inscreve em uma racionalidade neoliberal e instrumental, orientada pela lógica das competências, habilidades, desempenho e empregabilidade, o que resulta em processos de padronização, controle e esvaziamento dos conteúdos, das experiências e das singularidades que atravessam os cotidianos escolares.

No que se refere à relação entre currículo e BNCC, os estudos indicam que a centralidade atribuída às competências e habilidades, à flexibilização curricular e aos itinerários formativos contribui para a produção de uma formação adaptativa, marcada pela conformação dos sujeitos às exigências do mercado de trabalho precarizado. Tal racionalidade tende a reduzir a educação a um conjunto de prescrições técnicas, subordinando o currículo a critérios de utilidade e aplicabilidade imediata, como evidenciado nas análises sobre a Educação Física, a Arte, a educação profissional, o Projeto de Vida e as discussões sobre diversidade sexual, de gênero e direitos humanos. Nesse cenário, o sensível deixa de operar como potência de ampliação da vida e passa a ser capturado como mecanismo de modulação dos afetos, governo das condutas e produção de subjetividades dóceis e conformadas.

Entretanto, os artigos também evidenciam fissuras e resistências no interior das escolas e da formação docente, compreendida como *espaçotempo* de criação de linhas de fuga às normatizações. Por meio de encontros e práticas colaborativas, produzem-se afetos e experiências que deslocam a docência de uma lógica tecnicista para uma prática ética, estética e política, aberta à diferença e à reinvenção da escola.

Por fim, na análise da dimensão estética para a educação da diferença, os artigos evidenciam que a estética emerge como um campo plural de forças, no qual se produzem tanto aproximações quanto distanciamentos

conceituais. As aproximações manifestam-se na afirmação do sensível como experiência relacional, situada e inventiva, na valorização da arte, dos afetos, do cuidado, do cinema, da música e das práticas curriculares que se produzem nos interstícios do cotidiano escolar. Os distanciamentos, por sua vez, aparecem sobretudo entre abordagens que enfatizam regimes normativos e macropolíticas de educação.

Esses deslocamentos não fragilizam a discussão, mas a fortalecem ao evidenciar a educação da diferença como campo de tensões e criações. Frente a políticas homogeneizadoras, a dimensão estética se afirma como força de resistência, reinscrevendo o sensível nos currículos e valorizando práticas comprometidas com a singularidade e a invenção. Assim, buscamos provocar reflexões que ampliem experiências sensíveis e potencializem outros modos de pensar e viver o cotidiano escolar.

Referências¹

ADORNO, T. **Palavras e sinais**: Modelos críticos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

AMARAL, Mirian M.; MADDALENA, Tania L.; SANTOS, Edméa O. de. Diversidade cultural, alteridade e vida: o cinema para pensar atos de currículo nos espaços tempos de aprendizagem. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 650-666, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i2.12544>.

BARRETO, L. C. D.; SHIMAZAKI, E. M. A formação de professores alfabetizadores para a educação inclusiva: um destaque ao pacto nacional pela alfabetização na idade certa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 157-168, jan./mar., 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i1.11067>.

BOANAFINA, Anderson; OTRANTO, Celia Regina; MACEDO, Jussara Marques de. A educação profissional e a BNCC: políticas de exclusão e retrocessos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 1, p. 0716-0733, mar. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.115783>.

1 Todos os 24 artigos analisados constam nas referências deste texto. Os demais teóricos e conceitos utilizados pelos referidos autores devem ser consultados nas referências dos respectivos artigos.

BRAGGIO, A. K.; SILVA, R. O projeto de vida no Novo Ensino Médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023041, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.16266>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: terceira versão. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei n.º 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT [...]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

CARVALHO, F. O. Imagens e palavras para pensar a escola: apontamentos sobre a reforma do ensino médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 973–985, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i3.10621>.

CARVALHO, Janete Magalhães. A formação contínua de professores: acompanhamento de processos ou formação para a ação. *In*: SCHWARTZ, Cleonara Maria *et al.* (org.). **Desafio da educação básica**: a pesquisa em educação. Vitória: EDUFES, 2007. p. 73–96.

CARVALHO, R. S. de. Afetos docentes e relações de cuidado na creche: narrativas de professoras em discussão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 188–207, jan./mar., 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: [10.21723/riaee.v14i1.10239](https://doi.org/10.21723/riaee.v14i1.10239).

CHEDIAK, S. Experiência formativa de professores no exterior: Efeitos nas concepções pedagógicas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0361–0381, jan./mar. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.15658>.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza**. 3. ed. Fortaleza: Ed. Uece, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 11–39.

DIAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. Tradução de Cesar Candiottto. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FELDENS, Dinamara Garcia; CATANHEDE, Camilo; FUSARO, Luana. O que pode um currículo? Breve ensaio sobre o currículo em imanência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 4, p. 2826–2851, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i4.15689>.

FERREIRA, P. D.; CRUZ, G. C. Formação continuada de professores no Brasil e na Argentina: Um estudo comparado das políticas de formação para o contexto inclusivo. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0413–0427, jan./mar. 2022. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.14675>.

SILVA, C. S. F. da; BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. De. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538–1555, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>.

GILIOLI, E. B.; GALUCH, M. T. B.; SANCHES, E. O. BNCC, ensino médio e educação física: Formação de habilidades e de competências. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023006, 2023. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.15694>.

HARDT, L. S. Nietzsche educador e a afirmação da singularidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2776–2793, out./dez. 2022. e-ISSN: 1982 5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i4.16121>.

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista; BAPTISTA, Maria Isabel Sampaio Dias; RAMOS, Eliane de Souza. A diferença de Deleuze na pesquisa em educação – experiências dos pesquisadores do LEPED. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 3, p. 1167–1180, jul./set. 2020. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i3.12627>.

MELLO, Ângela Rita Christofolo de. Reflexões de uma experiência enquanto formadora regional no contexto do Pnaic em Mato Grosso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 1229–1244, jul./set., 2019. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i3.11510>.

MOTA, Érico Ricard Lima Cavalcante; CASAGRANDE, Ana Lara; ALONSO, Katia Morosov. Política educacional para o ensino médio: o projeto “Escola Plena” no contexto mato-grossense. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2273–2293, nov. 2022 e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16728>

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

RICHTER, L. M.; BORGES, M. C. As políticas e os currículos de formação de pedagogos(as) após 2015: Rupturas e padronizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023121, 2023. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18774>.

SAHEB, D.; RODRIGUES, D. G. Formação continuada em educação ambiental para professores de educação infantil na visão da complexidade e da transdisciplinaridade. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023008, 2023. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.15052>.

SAMPAIO, H. A. S.; AUGSBURGERL. G. O dispositivo pedagógico moderno e a criança simulacro: Para pensar diferentemente a infância. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1736–1754, jul./set. 2022. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i3.15975>.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, G. G. Políticas públicas curriculares na formação do professor: Questões de diversidade na licenciatura em ciências humanas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2741–2757, out./dez. 2022. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i4.17173>.

SILVA, T. R.; SANTOS, E. M. A educação étnico-racial na educação infantil: Reflexões sobre a prática de professores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, 1, p. 0870–0884, mar. 2022. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.1.15859>.

SILVA, Tomaz Tadeu. A arte do encontro e da composição: Spinoza + Currículo + Deleuze. **Educação & Realidade**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 47–57, jul./dez. 2002.

VIEIRA, J. S. M.; CARVALHO, L. O.; FELDENS, D. G. Sintomas do Brasil contemporâneo: tensões discursivas e a educação para a diferença. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 3, p. 2314–2331, nov., 2020. E-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14440>.

ZOBOLI, F.; SANTOS, M. S.; CORREIA, E. S. A arte como potência pedagógica através da música: Porque o Flamengo também se canta. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 2045–2063, jul./set. 2022. e-ISSN: 1982–5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i3.16684>.

CAPÍTULO 3.

Caminhos do sensível nas discursividades da revista *E-Curriculum*

Carlos Pereira de Melo
Hociene Nobre Pereira Werneck
Janete Magalhães Carvalho
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.3

Introdução

O artigo objetiva investigar como a temática da educação do sensível e/ou da necessária relação entre o inteligível e o sensível foi enfocada nas discursividades expressas pela comunidade acadêmico-científica na revista *e-Curriculum*, da PUC/SP, período 2019–2023. A escrita nasce de uma pesquisa mais ampla, que buscou delinear o diagrama de forças, analisar e discutir a forma como a educação do sensível e/ou da sensibilidade social se apresenta nas práticas discursivas do campo da educação, presente em periódicos classificados nos estratos superiores da avaliação da Capes, no período pós-edição da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Cumprе considerar que, para além da BNCC, como modo de assegurar o tripé currículo formatado por competências e habilidades, avaliação em larga escala e formação de professores, são editados o Parecer

CNE/CP n.º 22/2019 e a Resolução CNE/CP n.º 02/2019, evidenciando a padronização da formação inicial de professores, imposta como uma “grade” formativa, que retira a subjetividade docente do centro do processo formativo, concentrando atenções na dimensão técnica da formação, com competências e habilidades predefinidas, e estabelecendo padrões a serem utilizados em uma avaliação docente de larga escala, em forma de auditoria. Essa normativa fabrica identidades docentes quando prescreve os modos de ser professor(a) e alinha a formação ao conteúdo da BNCC (Brasil, 2018).

Decorre que a dimensão do sensível, presente, em especial, como dimensão da estética, aparece nas normativas curriculares (BNCC, 2018), em especial no componente curricular referente à Arte, centrado em artes visuais, dança, música e teatro. Também é enfatizada a importância de que o componente curricular Arte leve em conta o diálogo com a literatura, além do contato com formas estéticas, como o cinema, a performance e as artes circenses. Porém, as competências são definidas no documento como a mobilização de conhecimentos. As habilidades estão relacionadas às práticas cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2018), distante, portanto, de expressar relação entre o inteligível e o sensível.

Considerando o papel relevante que os periódicos acadêmicos desempenham na circulação e validação do conhecimento, é possível afirmar que as produções publicadas nesses espaços não se limitam a refletir a realidade, mas também contribuem para a construção de práticas e discursos que moldam a educação. Ao proporem novas abordagens e questionamentos, esses textos influenciam, não apenas a compreensão teórica sobre determinados temas, mas também têm impacto direto nas práticas pedagógicas e nas decisões políticas educacionais. Nesse sentido, a análise das discussões sobre a dimensão do sensível, especialmente em sua relação com o processo educativo, revela uma interação complexa entre teoria e prática no campo da educação.

Desse modo, este artigo aborda como a discursividade expressa pela comunidade acadêmico-científica, veiculada no periódico *e-Curriculum*, relaciona o inteligível ao sensível e, assim, direta e indiretamente, questio-

na: como as práticas escolares contribuem para a produção de sentidos na aprendizagem dos alunos? Quais são os conhecimentos que os alunos mobilizam nas interações artísticas que ocorrem durante o processo de ensino? É possível o professor perceber as alternativas a partir dos questionamentos dos próprios alunos, do seu modo peculiar e único de fruir e se expressar; utilizar ações artístico-pedagógicas que, de fato, expandam e aprofundem suas experiências com a arte, de maneira a estimular sua imaginação, gerando novas formas de expressão e produção artístico-cultural? A educação estética possibilitará processos educativos que facilitem e estimulem a aprendizagem? É possível, e necessário, o estabelecimento de conexões entre o inteligível e o sensível no processo de ensinar e aprender?

Para Schiller (2002), a experiência estética faz convergir emoção e razão, pelas nossas ações culturais, que unificam os elementos que nos capacitam para aprender o mundo à nossa volta. Schiller demonstrava, em suas reflexões por uma educação sensível, que esse ensino deve se dar por meio da arte e da prática artística, desde a mais tenra idade, pois o contato com a obra de arte e a prática artística proporciona uma educação dos sentidos.

O que Schiller propõe é uma conexão entre o estético e o político, estabelecendo um sentido na busca da beleza, em direção à criação de um novo modelo social. Segundo ele, a beleza precede a liberdade e, ao se ter experiência de um problema político, é preciso passar através do estético. Neste ponto de vista, Schiller acredita que, pela beleza, se alcança a liberdade. Assim, “[...] a reflexão de Schiller concentra-se nas relações entre a esfera estética e a moral, ou, mais precisamente, entre a arte e o gosto, por um lado, e todo o espectro da razão prática, por outro, o que envolve a moral, o direito e a política” (Barbosa, 2004, p. 08).

Em outra perspectiva, Jacques Rancière, filósofo francês contemporâneo, defende que não é preciso compreender a estética sob o viés “da captura perversa da política por uma vontade de arte” (Rancière, 2002, p. 16). O autor aponta que é preciso ter em conta que já existe, no fundamento da política, uma estética primeira — a “partilha do sensível” — como uma espécie de forma a priori da subjetividade política, visto que envolve uma distribuição de lugares e ocupações, um modo de visibilidade que

“faz ver quem pode tomar parte no comum, em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (Rancière, 2002, p. 16). Além disso, ele tende a ver as próprias práticas artísticas como exemplos da ação, de compartilhar o comum e da esperança da possibilidade de “mudança de vida” (Rancière, 2002, p. 03).

Dessa forma, Rancière (2005) afirma o estético como um corpo de conhecimento, como uma forma de compreensão das interações entre o campo perceptivo, cognitivo, ético e político, que redimensiona e amplia os significados do processo educativo, os quais se articulam em nossas interações com o outro e com as tensões que emanam da dinâmica cultural.

Trata-se de, concomitantemente, dividir e compartilhar a experiência sensível comum. Para o autor, trata-se de uma espécie de forma a priori da subjetividade política: uma distribuição inquieta de ocupações e lugares, um modo negociado de visibilidade, que “faz ver quem pode tomar parte no comum, em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (Rancière, 2005, p. 15–16).

Nesse sentido, podemos pensar no encontro entre práticas artísticas e as ações educativas como provocadoras de uma relação entre o sujeito e seu lugar no que é comum, que tenciona e ativa os dissensos e, ao mesmo tempo, contribui para fazer emergir novas formas de subjetivação, de dinamizar o campo político e de constituir, por meio de novas relações, significações diversas.

Por isso, a educação pela sensibilidade propõe que a investigação estético-filosófica possa indicar novas práticas de ensino e dar ensejo a novos interesses, campos imprevistos do saber e, desta forma, englobar as mais díspares formas de pensar, sentir e falar. Nessa perspectiva, o artigo usou como metodologia a pesquisa de abordagem bibliográfico-documental, que tomou como matéria um *corpus* de 376 artigos publicados pela revista no período considerado.

A análise concentrou-se nos pontos singulares em que forças interagem, destacando relações de poder e suas variações, tornando essencial mapear a distribuição das singularidades discursivas. Dessa forma, após

a leitura dos títulos e resumos, dentro do período estabelecido, foram selecionados 41 artigos que se aproximam do tema “currículo e formação continuada de professores”, com foco específico na dimensão do sensível na educação e sua relação com currículos, culturas e formação docente.

A partir desse processo, foram estabelecidas categorias de análise para aprofundar a compreensão do tema, a saber: *Currículos nas relações de fluxos e forças — desterritorializações e reconfigurações no neoliberalismo*; *Currículo como resistência — agenciamentos de sensibilidades plurais*; *Cartografias afetivas da docência como gesto de resistência e/ou contraconduta*; *Cores, sons e práticas artísticas na composição de uma educação do sensível*; e *A arte do sensível e o sensível da Arte nos currículos de formação docente*.

Diante da tensão entre a lógica neoliberal que estrutura os currículos e as práticas curriculares que ocorrem na vida cotidiana, como a pesquisa acadêmico-científica analisa essa relação a partir dos estudos realizados? Como os sujeitos, em suas experiências, conseguem se relacionar com essa racionalidade produtivista e criar novos espaços de existência? Como a dimensão do sensível atravessa a dimensão do inteligível nos processos educativos?

Nossa hipótese é que a normatização reduziu a formação à instrumentalização do ensino, afastando a dimensão estética e sensível. Enquanto a padronização curricular busca alinhar a educação ao mercado, impactando a criatividade, a autonomia docente e a formação educacional, a formação de professores segue um modelo fragmentado, priorizando conhecimento, atitude ou habilidade, sem uma abordagem ampla. Além disso, há pouca valorização dos componentes artísticos e culturais, restringindo a formação integral e reforçando uma visão pragmático-instrumental, que prioriza a aplicação prática do conhecimento, em detrimento de sua função formativa mais abrangente. Isso evidencia a marginalização da dimensão do sensível nos currículos e na formação de professores, além de desintegrar os aspectos ético-estético-político-culturais.

Conexões, rupturas e resistências curriculares: uma análise das práticas discursivas em produções acadêmico-científicas publicadas na revista *e-Curriculum*

Ao ingressarmos no universo das publicações acadêmicas, buscamos promover um diálogo aprofundado com as abordagens discursivas sobre a educação do sensível, presentes na produção científica da revista *e-Curriculum*, da PUC/SP. Tal incursão tem por objetivo evidenciar as relações de aproximação e distanciamento entre diferentes perspectivas teóricas e práticas que se expressam nesses espaços, revelando como se estabelece a articulação entre o inteligível e o sensível no campo educacional contemporâneo.

Nesse movimento de análise, emergem categorias fundamentais que orientam a leitura crítica dos textos, que em um primeiro momento, diz respeito às tensões entre os currículos e os fluxos de poder e normatização presentes na atual configuração educacional brasileira. Sob forte influência da racionalidade neoliberal, verifica-se uma desterritorialização das práticas pedagógicas, marcada pela reconfiguração dos sentidos atribuídos à formação, à subjetividade e ao conhecimento, com destaque para o papel da BNCC como dispositivo que promove a padronização, excluindo singularidades e reforçando lógicas de mercado.

Em contrapartida, identifica-se um movimento de resistência curricular. Docentes e pesquisadores se posicionam diante dos modelos rígidos impostos pelas normativas, articulando agenciamentos de sensibilidades plurais e construindo práticas educativas que desafiam a homogeneização. Nesse contexto, o currículo passa a ser ressignificado: deixa de ser mero instrumento técnico e ganha contornos ético-estéticos, tornando-se espaço de luta, criação e diálogo com a diversidade.

As experiências formativas dos professores também ocupam papel central nesta reflexão. Por meio de suas memórias, afetos e vivências cotidianas, os docentes constroem cartografias que funcionam como gestos de resistência e contraconduta frente às determinações normativas. A docência aparece, assim, como prática situada e carregada de sentidos,

atravessada por tensões, mas igualmente potencializadora de uma educação transformadora e sensível.

A arte, enquanto dimensão constitutiva do humano, desponta como elemento basilar na construção de uma educação que acolhe o sensível e valoriza o subjetivo. Ao serem incorporadas à prática pedagógica, expressões como a música, a dança, o teatro, as artes visuais e a literatura não apenas ampliam a percepção de mundo dos/as alunos/as, como também possibilitam processos de reflexão crítica, de ressignificação de experiências e de emergência de novos modos de existir.

No campo da formação docente, essas práticas artísticas ganham protagonismo na medida em que promovem experiências estéticas capazes de estimular a subjetivação e expandir as possibilidades pedagógicas. A arte, nesse cenário, deixa de ser um mero conteúdo curricular e torna-se linguagem privilegiada para o encontro entre conhecimento, emoção, política e ética, favorecendo uma educação que se constrói na intersecção entre o inteligível e o sensível.

Para sustentar essas proposições, realizamos uma seleção criteriosa de artigos que dialogam diretamente com a temática investigada. A partir desse movimento, extraímos as categorias de análise que orientam a compreensão crítica dos artigos estudados, organizadas em quadros para possibilitar a análise dos estudos sobre a dimensão do sensível nas pesquisas acadêmicas da revista *e-Curriculum*, como se verá a seguir:

Quadro 1: Currículos em relações de fluxos e forças: desterritorializações e reconfigurações no Neoliberalismo (continua)

ANO	TÍTULOS	AUTORES/AS
2019	Cinema na escola: uma máquina de guerra contra a violência performática narcisista	Mirele Corrêa Alexandrina Monteiro
2019	A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil	Tassia Joana R. Ciervo Roberto Rafael Dias da Silva

Quadro 1: Currículos em relações de fluxos e forças:
desterritorializações e reconfigurações no Neoliberalismo (conclusão)

2021	Os códigos alfanuméricos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e as brincadeiras das crianças	Camilla Borini V. Gonçalves Janete Magalhães Carvalho
2021	Corpo, “produção do comum” e currículo: sobre a (im)possibilidade de uma Base Nacional Comum Curricular	Elder Silva Correia Fabio Zoboli
2023	Corpos infantis e pandemia: contraposições para a existência de um currículo comum	Ana Paula Menezes Andrade Jurema Rosa Lopes Soares
2023	O Currículo e a Produção de Rostidade: afecções, desterritorializações e reterritorializações em cenário pandêmico	Daniele Farias Freire Raic
2023	Gênero e justiça curricular: os desafios na construção do currículo crítico em um contexto neoconservador e antidemocrático	Keysa Katiere Garcia Secatti Lucelia Tavares Guimarães

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Ao analisarmos os artigos relacionados neste quadro, observamos que os textos trazem como ponto de convergência as políticas curriculares neoliberais que impactam a educação brasileira, reforçando desigualdades e limitando a construção de um ensino mais democrático e inclusivo. Ao longo das análises, diversos autores problematizam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros mecanismos de controle pedagógico, evidenciando como a normatização do ensino contribui para a reprodução de exclusões sociais e limitações.

Corrêa e Monteiro (2019) examinam a cultura performática neoliberal na escola contemporânea, destacando como a gestão por resultados molda os corpos escolares, tornando-os produtivos e competitivos, mas também aprofundando desigualdades interpessoais. Essa lógica de qualificação contínua e exclusão do outro é igualmente explorada por Ciervo e Silva (2019), que investigam como o neoliberalismo e o capitalismo emocional influenciam as competências socioemocionais e transformam

os estudantes em “empresários de si”. Ambos os textos convergem para a crítica ao impacto das políticas neoliberais na subjetividade dos alunos, ressaltando como o sistema educacional prioriza a adaptação e a produtividade em detrimento da construção coletiva do saber.

Na educação infantil, Gonçalves e Carvalho (2021) discutem a regulamentação das brincadeiras, argumentando que a BNCC pretende limitar a espontaneidade ao transformá-la em códigos alfanuméricos com os seus objetivos pedagógicos quantificáveis. Em diálogo com essa crítica, Correia e Zoboli (2021) questionam a concepção de “comum” na BNCC, apontando seus limites na valorização da diversidade e na autonomia dos sujeitos na construção do conhecimento. Ambas as pesquisas enfatizam como o currículo normativo impõe barreiras à experiência infantil, seja ao tentar cercear o brincar ou limitar as possibilidades de aprendizado e experimentação coletiva.

Andrade e Soares (2023) analisam os efeitos do isolamento social, ressaltando como a BNCC impõe um modelo homogêneo de ensino que desconsidera as singularidades dos estudantes. Essa crítica se soma à investigação de Moreira, Santos e Gandin (2019), que destacam como a localização das escolas em regiões periféricas influencia a qualidade da educação, reforçando barreiras estruturais. O impacto da pandemia também é abordado por Raic (2023), que discute como as reformas educacionais e a transição para o ensino remoto desterritorializaram o currículo, exigindo novas formas de organização pedagógica. A partir da filosofia da diferença, Raic propõe alternativas para um ensino mais dinâmico, que permita reconfigurações flexíveis em vez de um retorno idealizado à normalidade.

A relação entre currículo e ideologia é aprofundada por Secatti e Guimarães (2023), que analisam a exclusão dos termos “gênero” e “orientação sexual” na BNCC como reflexo da influência do neoconservadorismo na educação brasileira. Fundamentados na teoria crítica do currículo e no feminismo de Nancy Fraser, os autores demonstram como essas supressões reforçam desigualdades estruturais e limitam a formação cidadã e a consciência crítica dos alunos. Em diálogo com Michael Apple e Axel Honneth, argumentam que o currículo deve considerar tanto o reconhecimento das diferenças quanto a redistribuição, promovendo uma educação emancipatória.

Esses estudos revelam um panorama complexo no qual as políticas educacionais brasileiras refletem interesses neoliberais e conservadores, que tentam limitar a autonomia dos sujeitos, reforçando exclusões sociais e dificultando a experimentação pedagógica sensível, compreendida como aquela que mobiliza o corpo, os afetos, a imaginação e a escuta como dimensões formativas indispensáveis. Trata-se de um cenário marcado por tentativas de uniformização que suprimem vivências subjetivas e dificultam a construção de práticas educativas mais humanas, abertas ao plural e à experiência sensível.

Ao mesmo tempo, as pesquisas apontam caminhos de resistência que recuperam o papel transformador do sensível na educação. Seja pelo cinema como espaço de criação estética e subjetivação (Corrêa; Monteiro, 2019), pela valorização do brincar como ato de invenção, convocando a ludicidade e a experiência como meios de aprender (Gonçalves; Carvalho, 2021), ou pela flexibilização curricular como estratégia de enfrentamento à normatização e abertura à pluralidade dos modos de existir (Raic, 2023), tais propostas reafirmam o potencial do sensível como ato pedagógico importante no ambiente escolar. Nesse contexto, o debate educacional ressalta a urgência de práticas que valorizem a diversidade, o pensamento crítico e a construção coletiva do conhecimento, ampliando a potência criativa e o reconhecimento dos sujeitos na escola.

Quadro 2: Currículo como resistência: agenciamentos de sensibilidades plurais (continua)

ANO	TÍTULOS	AUTORES/AS
2019	A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo	Elizabeth Macedo
2019	Eles, os desgraçados! Ou manifesto para pensar um currículo amoroso	Lêda Valéria Alves da Silva Sílvia Nogueira Chaves
2019	Corpo, gênero e sexualidade no currículo da nudez: entre denúncias e resistências	Luíza Cristina Silva Shirlei Rezende Sales

Quadro 2: Currículo como resistência: agenciamentos
de sensibilidades plurais (conclusão)

2019	"Isso é batom para vir às escola?" Disputas estético-metodológicas nos pátios do currículo	Iris Verena Oliveira
2020	Pensar na práxis do campo do currículo como uma rede rizomática de relacionamentos e derivações	Fernando Hern-Hernández Juana María Sancho-Gili
2021	Educação infantil como direito, alegria e possibilidade de criação e encontros	Virgínia Louzada Lisandra Ogg Gomes
2021	"A história que a história não conta": heterotopias de um samba-enredo no currículo	Danilo Araujo de Oliveira Anderson Ferrari Carla Char
2021	Outro projeto, outra escola: outros fazeres-saberes curriculares	Rosiana da Silva N. de Paula Elize Keller-Franco
2021	Projeto Leituraço e descolonização do currículo: uma construção coletiva e inovadora	Nádia Dumara Ruiz Silveira Luciene Ribeiro da Silva
2022	A Escola da Escolha e suas produções curriculares para a juventude, o futuro e a diferença	Lynna Gabriella Silva Unger Tássia Alexandre T. Bertoldo Lívia de Rezende Cardoso
2022	Processos de Criação em Currículos: "O Possível Precisa Ser Inventado"	Cláudia Aparecida dos Santos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Tomamos esta categoria para examinar como os sujeitos se relacionam com os modelos rígidos das normatizações curriculares, e de que maneira constroem um currículo resistente, fluido e descentralizado, capaz de transformar a educação em um espaço efetivamente democrático e plural. Para isso, consideramos os onze artigos relacionados neste quadro, a partir dos quais observamos que o currículo educacional tem sido amplamente discutido como um campo de disputa e resistência, um território de contestação frente às normatividades impostas pelas políticas neoliberais de governo.

Os estudos selecionados, em suas distintas abordagens teóricas, convergem na valorização da multiplicidade, da sensibilidade e da potência transformadora que emerge dos currículos quando são atravessados por vozes plurais. O reconhecimento das subjetividades, das experiências formativas e das expressões culturais torna-se central, reforçando a compreensão de que o currículo é também um lugar de invenção, de afetação e de possibilidade, onde o sensível pode ser mobilizado como força criadora na formação dos sujeitos.

Macedo (2019) contextualiza a evolução do neoliberalismo no Ocidente e seus impactos na educação brasileira, evidenciando a concentração de renda, o enfraquecimento da democracia e a introdução de políticas que reforcem a instrumentalização do ensino. Apesar dos avanços na diversidade e inclusão, o modelo neoliberal ainda perpetua desigualdades estruturais. Para superar essa lógica reguladora, a autora propõe um currículo que priorize a convivência e a valorização da alteridade, permitindo a errância como força de transformação. Dialogando com esse pensamento, Silva e Chaves (2019) concebem a resistência como fuga, argumentando que, mais do que protestos tradicionais, fugir, desviar são manifestações que se dão em dispersão das subjetividades para provocar deslocamentos contínuos. Criticam o “currículo-inseticida”, que sufoca singularidades, e defendem um currículo que incomode, desestabilize padrões rígidos e favoreça a abertura ao mundo por meio de criação de outras possibilidades.

A questão da normatização dos corpos e subjetividades também é central nos debates sobre currículo a partir do estudo que fizemos no texto de Silva e Sales (2019). Observamos que elas analisam a violência contra as mulheres e introduzem o conceito de “currículo da nudez”, explorando como discursos e relações de poder que disciplinam modos de existência. A exposição não consentida de imagens íntimas é abordada como um mecanismo de controle sobre a autonomia feminina, demonstrando como normas educacionais refletem hierarquias de poder. Em convergência com essa análise, Oliveira (2019) investiga a relação entre estética, raça e educação, problematizando a abordagem curricular que trata a questão racial apenas como um conteúdo formal, sem considerar vivências cotidianas. O estudo destaca a importância dos espaços digitais na resistência identitária, enfatizando o

papel das *youtubers* negras na construção de narrativas contra-hegemônicas sobre estética e pertencimento.

A transformação curricular requer, portanto, uma abordagem que valorize a fluidez e a multiplicidade, permitindo aprendizagens menos hierarquizadas. Hernández-Hernández e Sancho-Gil (2020) defendem um “rizocurrículo”, fundamentado na conectividade e na interação pedagógica, contestando a visão economicista da educação, que prioriza resultados mensuráveis em detrimento de experiências sociais e culturais. Esse pensamento encontra ressonância em Santos (2022), que, inspirada em Deleuze e Guattari, propõe um currículo errante e experimental, rompendo com a rigidez do ensino tradicional e estimulando trajetórias inovadoras. Ao desafiar a busca pela verdade absoluta e pelo conhecimento ordenado, Santos enfatiza a transformação contínua da aprendizagem, possibilitando práticas mais abertas e plurais.

A resistência também se manifesta nas discussões sobre a infância e os processos de alfabetização. Louzada e Gomes (2021) analisam as políticas educacionais voltadas para a educação infantil, criticando abordagens economicistas que antecipam a escolarização e impõem padrões rígidos de desenvolvimento. Propõem uma pedagogia sensível e inclusiva, baseada na interação, na criatividade e na valorização das vivências infantis. Essa crítica ao modelo normativo se estende ao debate sobre gênero e sexualidade no currículo. Oliveira, Ferrari e Char (2021) argumentam que a exclusão desses temas é impulsionada por grupos conservadores que reforçam a heteronormatividade, e sugerem a criação de *contraespaços* baseados no conceito foucaultiano de heterotopia, exemplificando com o samba-enredo da Mangueira de 2019, que ressignificou narrativas históricas e ampliou perspectivas sobre diversidade.

A inovação curricular, portanto, torna-se um elemento central nas estratégias de resistência e transformação educacional. Paula e Keller-Franco (2021) analisam iniciativas que rompem com o ensino disciplinar tradicional, promovendo metodologias mais flexíveis e centradas no aprendizado ativo. O Projeto Âncora, citado como exemplo, demonstra a viabilidade de práticas pedagógicas alternativas que enfatizam autonomia e participação.

Da mesma forma, Silveira e Silva (2021) investigam o impacto do projeto Leituraço, que incorporou a cultura africana ao acervo das Salas de Leitura e possibilitou a ressignificação do currículo, fortalecendo o diálogo sobre identidade e diversidade.

No Ensino Médio, o currículo também se apresenta como um espaço de disputa e resistência. Unger, Bertoldo e Cardoso (2022) analisam a reforma educacional consolidada pela Lei nº 13.415/2017, destacando como ela reforça a lógica mercadológica e a responsabilização individual dos estudantes. Apesar de reproduzir normas que dificultam avanços na inclusão, o currículo permanece como um espaço heterogêneo, permitindo ressignificações e contestação. Isso evidencia a necessidade de compreendê-lo como um território de conflito e possibilidade, onde rupturas e inovações podem emergir.

Dessa forma, os diversos estudos analisados convergem na defesa de um currículo que fissure, que rasgue a normatização e transpasse a homogeneização do saber, promovendo autonomia, diversidade e novas formas de existência na educação. Ao reconhecer a multiplicidade de sensibilidades e subjetividades, o currículo pode ser ressignificado como um espaço de resistência, capaz de transformar estruturas e ampliar perspectivas sociais, sobretudo quando a educação do sensível é assumida como processo formativo, aquela que acolhe os afetos, as corporeidades, as escutas e as experiências estéticas como dimensões legítimas e fecundas do processo educativo. Nessa perspectiva, o sensível não se apresenta como apêndice ou complemento da racionalidade técnica, mas como fundamento para uma pedagogia que valoriza o sentir, o imaginar, o narrar e o criar, ampliando os modos de conhecer e revelando novas possibilidades de subjetivação. O currículo, assim concebido, torna-se território simbólico e político, onde o saber é atravessado por vozes plurais, pela abertura à diferença e pelo compromisso ético com a formação integral dos sujeitos.

Quadro 3: Cartografias afetivas da docência como gesto de resistência e/ou contraconduta

ANO	TÍTULOS	AUTORES/AS
2019	Uma ação de contraconduta no currículo para enfrentamento à distorção idade-série em tempos de neoliberalismo: o projeto trajetórias criativas	Clarice Salete Traversini Kamila Lockmann Ligia Beatriz Goulart
2019	O currículo entre o que fizeram e o que queremos fazer de nós mesmos: efeitos das disputas entre conhecimentos e opiniões	Marlucy Alves Paraíso
2023	Narrativas, conversas e as múltiplas grafias de vida: reverberações curriculares	Alexandra Garcia Maria Alfredo Moreira Antonio Carlos Rodrigues de Amorim
2023	A virada pedagógica no currículo, na formação e na profissão docente: experiências, princípios e inspirações com pesquisas narrativas em educação	Daniel Hugo Suárez (espanhol)
2023	A vida grafada nas asas invisíveis da docência: memória, afetos e experiências formativas na produção de currículos	Sabrina Mendonça Ferreira Tânia da Costa Gouvêa
2023	Entre cartas: considerações sobre currículo escolar	Carlos Augusto Silva e Silva Tatiana dos Santos Costa Franciele Pereira dos Santos Rafael Christofolletti

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esta categoria, composta pela seleção de 06 artigos (apresentados no Quadro 3), analisa como a dimensão do sensível atravessa práticas docentes, evidenciando memórias, afetos e experiências formativas que operam como resistência e/ou contraconduta diante das lógicas neoliberais. Assim como Schiller (2002) via a beleza preceder a liberdade e o estético como um caminho para lidar com problemas políticos, as cartografias afetivas evidenciam que a valorização do sensível na docência é uma forma de insurgência, um “passar através do estético” para desafiar

e transformar as imposições de um sistema, defendendo uma educação sensível que vai além da mera reprodução.

No texto de Traversini, Lockmann e Goulart (2019), o sensível emerge nas propostas dos próprios estudantes, impulsionando currículos inventivos que rompem com modelos tradicionais. Inspiradas pelo projeto Trajetórias Criativas, as autoras mostram como práticas pedagógicas voltadas à escuta e singularidade dos jovens ampliam os espaços de invenção e reconhecem o protagonismo estudantil. Fundamentadas nos conceitos de “contraconduta” (Foucault) e “comum” (Dardot e Laval), defendem currículos que se constroem na interação viva entre professores e alunos.

Paraíso (2019) afirma o currículo como campo de resistência frente à polarização entre saber e opinião. Para ela, professores devem assumir o duplo papel de defensores do conhecimento e acolhedores da diferença. Além da crítica, propõe que os educadores se comprometam com a criação de “possíveis”, cultivando uma educação sensível, aberta à experiência e à liberdade.

Garcia, Moreira e Amorim (2023) destacam o valor das narrativas e abordagens (auto)biográficas para compreender como docentes constroem seus currículos e práticas formativas no cotidiano escolar. O sensível aparece na escuta das experiências, na valorização dos processos de subjetivação e na abertura a outras formas de pensar e praticar à docência.

Nessa mesma direção, Suárez (2023) propõe uma “virada pedagógica” que rompe com práticas tecnicistas, defendendo a pesquisa narrativa como uma via epistemo-política capaz de valorizar os saberes da experiência e fortalecer a profissão docente. Ao focar nas vivências dos professores, o autor vê nas narrativas docentes um instrumento potente para reinventar o currículo e a formação. Assim, de modo semelhante ao texto anterior, Suárez (2023) também nos apresenta a dimensão do sensível nas interações tecidas entre narratividades e experiências como força capaz de impulsionar uma “virada” nas concepções e práticas pedagógicas contemporâneas.

Ferreira e Gouvêa (2023) também ressaltam a importância das experiências cotidianas dos professores na produção curricular. Com base em narrativas de docentes de escolas públicas, mostram como memórias e

afetos se transformam em atos de resistência e em formas de afirmar o sentido da docência.

Por fim, Silva *et al.* (2023) utilizam a troca de cartas como método para refletir sobre o currículo a partir de uma perspectiva sensível e rizomática, inspirada em Deleuze e Guattari. As cartas revelam encontros, afetos e modos de existência que deslocam o currículo de um roteiro fixo para um território de criação, mais conectado à vida e à multiplicidade.

Em conjunto, os textos analisados evidenciam como a dimensão do sensível atravessa profundamente as práticas docentes e curriculares, operando como força de resistência, criação e invenção. Em Traversini, Lockmann e Goulart (2019), o sensível se expressa na escuta das propostas dos estudantes, que, ao serem acolhidas, geram currículos inventivos e conectados às vivências dos jovens, valorizando seus desejos e singularidades. Em Paraíso (2019), o sensível se manifesta na postura dos docentes que, diante da banalização do saber, afirmam a importância de afetar-se pelas experiências do outro, de acolher a diferença e de criar alternativas formativas ancoradas na liberdade de pensar e sentir. Garcia, Moreira e Amorim (2023) ampliam esse olhar ao destacar as narrativas e memórias como caminhos para compreender a docência como prática sensível e situada, onde os sentidos atribuídos às experiências ganham relevância na construção do currículo.

De forma semelhante, Suárez (2023) mostra como a valorização das vivências dos professores, por meio da documentação narrativa, possibilita a valorização dos processos de subjetivação na produção do conhecimento, promovendo uma formação mais significativa. Já Ferreira e Gouvêa (2023) revelam como os afetos, memórias e relações do cotidiano escolar são forças formadoras que sustentam a docência e a construção de currículos forjados nas realidades vividas. Por fim, em Silva *et al.* (2023), a sensibilidade se traduz na escolha metodológica das cartas, que criam um espaço de expressão afetiva, fluida e aberta às múltiplas intensidades do cotidiano escolar.

Assim, em todas essas produções, o sensível não é apenas um elemento complementar, mas uma força intensiva que articula experiências,

desafia normas e mobiliza a criação de novos sentidos para o ensinar e o aprender, em uma clara reverberação do pensamento de Schiller (2002) visto que, para ele, a experiência estética é o terreno onde emoção e razão convergem, capacitando-nos a compreender o mundo e, mais profundamente, a forjar um novo modelo social. Ao afirmar o sensível como essa “força intensiva”, que não se limita a um papel secundário, as práticas docentes se elevam a um patamar de resistência e/ou contraconduta, produzindo novos modos de habitar os cotidianos escolares.

Quadro 4: Cores, sons e práticas artísticas na composição de uma educação do sensível (continua)

ANO	TÍTULOS	AUTORES/AS
2019	Culturas cotidianas na inter-relação da cidade com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ à luz do documentário lixo extraordinário	Mirian Maia do Amaral Rosemary Santos Edméa Santos
2019	Masculinidade nos currículos de “Tropa de Elite” e de “Praia do Futuro”	Evanilson Gurgel C. Filho Marlécio Maknamara
2020	“Cantinho do pensamento”: um ato normativo?	Eliane Maria de Jesus Silas Borges Monteiro
2020	Rapunzel e enrolados: aproximações e distanciamentos	Flávia Brocchetto Ramos Lovani Volmer Verônica Bohm
2020	Currículo-fabulação: biblioteca escolar entre-linhas de fuga	Carlos Eduardo Ferraço Fabiano de Oliveira Moraes
2020	“Cineconversas” e fabulações curriculares: o uso de filmes e a potência das conversas como metodologia de pesquisa em educação	Rosa Helena de Mendonça Joana Ribeiro dos Santos Noale Toja Maria Morais
2020	E sacode a poeira: fazendo o currículo embalar em composição com imagens cinematográficas e professoras	Sandra Kretli da Silva Marlucy Alves Paraíso

Quadro 4: Cores, sons e práticas artísticas na composição
de uma educação do sensível (conclusão)

2020	Tecnologias e letramento visual com stop motion na educação básica: experiências metodológicas com cartas narrativas	Nuria Pons Vilardell Camas Eduardo Fofonca Andrei Rafael Galkowski
2021	Aula-tradução da diferença: os métodos espiritográfico e sonhográfico em transcrições intercambiantes	Maria Idalina K. de Campos Sandra Mara Corazza Marina dos Reis
2022	As ecologias dos metaversos e formas comunicativas do habitar, uma oportunidade para repensar a educação	Massimo Di Felice Eliane Schlemmer
2022	Cliques, palavras e imagens: a escrita em um telecentro de uma comunidade quilombola	Maria Jacy Maia Velloso Maria Lúcia Castanheira
2022	Verde-hódos, verde-metá: por uma infância metodológica	Robert Santos do Carmo Michele de Freitas Faria de Vasconcelos
2023	Fazer Sentir. Testemunho de uma transformação da sensação (Modos de interrogar nossas práticas educativas e pedagógicas).	Adrián Cangi Michele Fernandes Gonçalves
2023	Quando um jogo digital afeta as relações: rastros de mediações pedagógicas em uma rede	Marcio Roberto de Lima
2023	Migrações Curriculares: cotidianos, travessias e criações de outras margens como possibilidades	Claudia Chagas Marcelo Ferreira Machado Maria Cecília S. de Castro Thamy Lobo

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Para esta categoria, selecionamos 15 artigos (apresentados no Quadro 4) a fim de analisar as diversas abordagens pedagógicas que incorporam cores, sons e práticas artísticas como elementos propulsores de uma educação sensível. Nosso objetivo é discutir como essas experiências estéticas contribuem para ampliar a percepção, a expressão criativa e a

dimensão afetiva no processo educativo, alinhando-se diretamente com o pensamento de Rancière (2005), pois, para ele, a estética não é um mero adorno, mas a própria “partilha do sensível”, uma “forma a priori da subjetividade política” que distribui os lugares e o que é visível no comum.

Nesse sentido, a incorporação de cores, sons e práticas artísticas nas abordagens pedagógicas não é apenas um meio de enriquecer o ensino, mas um gesto político que redimensiona os significados do processo educativo. Essas experiências estéticas se tornam um “corpo de conhecimento” que amplia as interações perceptivas, cognitivas, éticas e políticas, promovendo uma “divisão e compartilhamento da experiência sensível comum” (Rancière, 2005). Assim, ao cultivar a percepção, a expressão criativa e a dimensão afetiva, essas práticas contribuem para “fazer ver quem pode tomar parte no comum”, desafiando as lógicas estabelecidas ao permitir que o sensível se manifeste como um vetor de transformação e participação.

Nossas análises apontam que, desses 15 artigos selecionados, 5 deles incorporam as artes cinematográficas com suas cores e sons, como o estudo de Amaral, Santos e Santos (2019) sobre o documentário *Lixo Extraordinário*, que relaciona resíduos descartados e saberes marginalizados. O artigo destaca como a arte transforma a percepção do “lixo” em algo que provoca reflexão e afeto, revelando a potência do sensível na construção de novos olhares sobre o espaço e as relações humanas.

Carvalho Filho e Maknamara (2019) analisam os filmes *Tropa de Elite* e *Praia do Futuro*, que abordam modelos contrastantes de masculinidade, desde o dominante e hierárquico ao considerado “abjeto” da identidade *queer*. O sensível atravessa a análise dos autores ao explorarem como as emoções, os afetos e as corporalidades dos personagens masculinos são construídos e performados, revelando as expectativas sociais e as tensões inerentes a esses modelos de masculinidade. A forma como a violência, a vulnerabilidade e o desejo são representados nesses filmes toca diretamente na dimensão sensível da experiência humana.

Já Ramos, Volmer e Bohm (2020) discutem as diferenças entre o conto *Rapunzel*, dos Irmãos Grimm, e sua adaptação Disney, *Enrolados*, mostrando como o currículo cultural reflete valores contemporâneos sobre liberdade

e o papel da mulher. O sensível permeia a análise ao investigarem como as emoções dos personagens, seus desejos de liberdade e pertencimento, e as transformações afetivas que vivenciam são representadas em ambas as histórias. A forma como as cores, a música e as expressões faciais e corporais contribuem para a construção desses estados emocionais e das relações interpessoais evidencia fortemente a dimensão do sensível.

Ainda nessa linha, Silva e Paraíso (2020) destacam que o uso de curtas-metragens, como “Caminhando com Tim Tim”, atuam como disparadores de redes de conversação na formação de professores, e defendem que essas interações fortalecem o coletivo docente na criação de novas composições curriculares e na expansão dos processos inventivos na/da escola. O sensível emerge na análise das autoras ao explorarem como as emoções, as memórias e as percepções das professoras são ativadas pelas imagens, produzindo novos sentidos às práticas docentes. O modo como o cinema afeta os corpos e as subjetividades no processo de “sacudir a poeira” do currículo evidencia a dimensão afetiva e experimental do aprendizado.

E, por fim, o texto de Mendonça *et al.* (2020) que utiliza o filme *O pagador de promessas* na composição com as conversas entre pesquisadores para analisar como questões sociais podem se transformar em questões curriculares. Explora como o cinema pode criar novas redes educativas, promovendo reflexões sobre os cotidianos escolares e universitários, além de propor currículos mais polifônicos e inclusivos. Nesse sentido, o sensível se destaca na metodologia de pesquisa em educação adotada, as “Cineconversas”, que se baseia na potência das conversas e nas experiências afetivas despertadas pelas imagens cinematográficas.

Nossa análise mostra que os estudos em questão, ao utilizarem a força das imagens cinematográficas em suas discussões, destacam a dimensão do sensível como um elemento crucial, permitindo-nos compreender mais profundamente as interações sociais e as relações de poder que nos envolvem, quer seja em relação a vida na cidade e na universidade, como observado por Amaral, Santos e Santos (2019), quer seja em relação as nossas percepções e valores, como os padrões culturais de masculinida-

de abordados por Carvalho Filho e Maknamara (2019) ou de feminilidade discutido por Ramos, Volmer e Bohm (2020). Além disso, ela se manifesta nas discussões curriculares, questionando as desigualdades (Mendonça *et al.*, 2020) e propondo currículos que afetam e são afetados pelos corpos, emoções e percepções de todos os envolvidos (Silva; Paraíso, 2020).

Quatro artigos destacam a potência da literatura em produzir novas formas de pensar e sentir, com as suas figuras de linguagem e múltiplos sentidos. Ferraço e Morais (2020) discutem a *fabulação* curricular em oficinas literárias, enfatizando a produção de potências coletivas e políticas. O sensível emerge na forma como os espaços das bibliotecas se tornam um lugar de encontros inesperados, de afetos gerados pelas leituras e narrativas, e de novas percepções sobre o conhecimento. A fabulação, como processo criativo, permite que sonhos, imaginação e experiências subjetivas transformem o currículo em algo vivo e fluído, ressaltando a dimensão emocional e experimental da aprendizagem.

Já Carmo e Vasconcelos (2022) defendem, através do livro infanto-juvenil *O menino do dedo verde* (Druon, 1976), uma abordagem metodológica, que denominam de “uma pesquisa verde”, inspirada na infância, caracterizada pela experimentação e criatividade, desafiando a lógica de maturidade e rigidez acadêmica tradicional. Ao considerar a infância como um modo habitar o mundo, o artigo evidencia a dimensão do sensível ao realçar como as sensações, as brincadeiras e as formas singulares de experimentar o espaço e o tempo operam como força para a criação de conhecimento, valorizando a afetividade e imaginação.

De modo semelhante, Cangi e Gonçalves (2023) utilizam fábulas literárias em composição com o pensamento de Gilles Deleuze para provocar deslocamentos nos estudos curriculares. Eles refletem sobre a crise da razão moderna e defendem o fim da crítica negativa, propondo uma abertura na educação aos pluralismos existenciais que possibilitam novas pedagogias. Assim, ao enfatizarem a importância de provocar experiências que afetem o corpo e a subjetividade para além do cognitivo, gerando modos diferentes de sentir e perceber o mundo, os autores trazem destaque para o atravessamento do sensível em processos curriculares.

E, por fim, Chagas *et al.* (2023), que também analisam o conto literário de Guimarães Rosa para pensar as “travessias curriculares” ocorridas durante a pandemia do novo coronavírus, defendendo a relevância dos sentidos, dos afetos, das artes e da coletividade como caminho para ressignificar o mundo e nossa existência. O sensível se manifesta ao destacarem como as experiências de deslocamento e as percepções subjetivas dos sujeitos que “migram” influenciam a construção do currículo. A dimensão sensível é evidente na valorização das narrativas pessoais, dos afetos gerados nas travessias e na forma como as culturas e identidades se (re)configuram, criando novas paisagens de sentido que fogem de padrões preestabelecidos.

Vimos, portanto, que a dimensão do sensível nos artigos citados se manifesta como força vital da literatura na produção de novos modos de existir, pensar e sentir, distantes da lógica da representação e da normatividade racional. Em todos os textos, percebe-se a valorização da literatura como campo de experimentação e devir, em que a linguagem não comunica verdades fixas, mas provoca deslocamentos, afetos e fabulações coletivas.

A tecnologia também foi destaque como força de uma educação do sensível em outros 4 artigos. Camas, Fofonca e Galkowski (2020) exploram o uso de tecnologias e letramento visual, especificamente o *stop motion*, na Educação Básica, por meio de cartas narrativas. Desse modo, o sensível se manifesta na forma como a técnica do *stop motion*, aliada às narrativas pessoais, permite que os estudantes expressem suas emoções, memórias e percepções de maneira criativa e visual. As experiências metodológicas destacam como a construção dessas animações e histórias ativa a sensorialidade, o engajamento afetivo com o aprendizado e a capacidade de dar sentido visual às suas vivências. Contudo, os autores relatam ainda que, embora os docentes reconheçam a importância das tecnologias na sala de aula para explorar várias linguagens artísticas, eles enfrentam desafios como inadequações pedagógicas e estruturais.

Já Felice e Schlemmer (2022) defendem o acesso as tecnologias de metaverso como modo de desafiar as práticas comunicativas e interativas na educação, evidenciando novos habitares. O sensível atravessa a discussão ao considerar como a imersão nos metaversos pode gerar

novas percepções corporais e espaciais, alterando a forma como experimentamos e nos relacionamos com o ambiente digital. A dimensão sensível é evidenciada na análise das interações multissensoriais, nos afetos despertados pela presença e comunicação nesses espaços virtuais, e na forma como a subjetividade e a experiência do habitar são reconfiguradas nesse novo ecossistema educativo.

Velloso e Castanheira (2022) investigaram como jovens quilombolas incorporaram as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em seu cotidiano através de um curso, concluindo que a inclusão digital vai além da oferta de aulas, dependendo da integração das tecnologias na vida e práticas culturais dos usuários. O sensível se manifesta ao destacarem como as memórias, culturas e subjetividades dos participantes são expressas e ressignificadas na interação com as tecnologias. A pesquisa evidencia como as percepções visuais e sonoras dos “cliques” e imagens, aliadas às narrativas orais e escritas, tecem um processo de letramento que é profundamente afetivo e experimental, revelando a riqueza das culturas e vivências locais.

Complementarmente, Lima (2023) analisou como um jogo digital pode ser uma ferramenta pedagógica, afetando interações e aprendizado. Em seu contexto de estudo, concluiu que o jogo foi eficaz na promoção e compreensão de temas curriculares de forma contextualizada ao engajar os participantes. O sensível se manifesta na análise das emoções, dos engajamentos e das subjetividades que emergem das interações dos sujeitos com o jogo e entre si. A pesquisa explora como a experiência lúdica e imersiva do ambiente digital mobiliza afetos, gera novas percepções e influencia a construção de vínculos e aprendizagens de forma não linear, por meio de experimentações.

Nos artigos destacados, as discussões sobre tecnologia evidenciam a relevância da dimensão do sensível ao mostrarem como os recursos digitais, quando integrados de forma criativa e contextualizada, podem ampliar os modos de sentir, perceber e aprender, indo além da simples instrumentalização técnica. Em todos esses estudos, a tecnologia não aparece como mero suporte técnico, mas como força intensiva e criadora, capaz de potencializar encontros, afetos e fabulações no campo da educação.

Por fim, os dois últimos artigos selecionados para esta categoria de análise exploram as práticas artísticas e seus efeitos nos processos curriculares. No texto de Jesus e Monteiro (2020), por exemplo, ao refletirem com as crianças sobre suas narrativas em torno da prática do “cantinho do pensamento”, os autores observam que, embora essa prática seja tradicionalmente entendida como um mecanismo normativo na relação entre professora e criança, as crianças, por meio de suas *artistagens*, devires e vivências, resistem às tentativas de captura de suas subjetividades. Elas criam seus próprios modos de existência, manifestando uma força afirmativa que transforma a experiência em um gesto de resistência.

Já Campos, Corazza e Reis (2021) defendem o uso dos métodos espírográfico e sonhográfico na educação, compreendendo-os como movimentos que impulsionam a prática da “aula-tradução”. As autoras demonstram como as pesquisas realizadas por meio das “escrileituras” — articulação entre leitura e escrita — permitem que o conhecimento se converta em novas formas de expressão, criando realidades dentro da linguagem curricular. Para elas, a “aula-tradução” configura-se como uma poética geradora de sentidos, revelando uma didática inventiva, em sintonia com os sonhos e as explorações intelectuais do presente contexto educativo.

Esses dois artigos, em conjunto, evidenciam o importante papel das práticas artísticas na criação de um ambiente pedagógico que valorize a dimensão do sensível, com suas emoções, percepções e potências criadoras. Tais práticas se contrapõem tanto a abordagens disciplinadoras, como mostram Jesus e Monteiro (2020), quanto a perspectivas excessivamente racionalistas, como discutem Campos, Corazza e Reis (2021). Ao invés de reduzir o conhecimento à simples reprodução, essas abordagens promovem sua criação por meio de processos expressivos, sensíveis e inventivos, que se enraízam em formas de percepção mais profundas e não estritamente lógicas.

Com base nos artigos analisados, evidencia-se que a dimensão do sensível atravessa os textos como uma força formativa que impulsiona uma educação das sensibilidades, onde cores, sons e práticas artísticas não apenas ilustram conteúdos, mas constituem modos de existência,

pensamento e expressão nos cotidianos escolares. As imagens cinematográficas, as fabulações literárias, os experimentos com tecnologias digitais e as práticas poético-pedagógicas atuam como instrumentos que ampliam a escuta, provocam deslocamentos nas formas de saber e ensinar, e mobilizam afetos, corpos e imaginações.

Nessas experiências, o sensível deixa de ser um adorno e adquire relevância na produção curricular, criando condições para uma educação em que o aprendizado emerge do encontro com o outro, da abertura ao inesperado, e da valorização do cotidiano como território ético, estético e político. Essa imersão no sensível, nas cores, sonoridades e narrativas do mundo, é, de acordo com Rancière (2005), a própria “partilha do sensível”, uma forma de subjetividade política que nos capacita a “tomar parte no comum”. Assim, os artigos revelam uma educação que não apenas reflete sobre o mundo, mas se faz com ele, transformando-o em matéria viva de formação e resistência, onde o sensível é o elo entre a compreensão individual e a ação política coletiva.

Quadro 5: A arte do sensível e o sensível da Arte nos currículos de formação docente

ANO	TÍTULOS	AUTORES/AS
2019	Aprendizagens interdisciplinares significativas: filosofia em interlocução com a arte	Nádia Dumara Ruiz Silveira Luis Fernando Lima e Silva
2023	O Currículo e a arte no curso de pedagogia de três instituições de ensino superior públicas do estado do Paraná	Andréia Bulaty Ana Luiza Ruschel Nunes

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A presença da arte nos currículos de formação docente, em tese, fortalece as experiências estéticas no ensino, ampliando a subjetivação e as possibilidades pedagógicas. Ao ocupar um lugar central, a arte convida à escuta, à fruição e à criação, integrando o sentir e o imaginar como modos legítimos de conhecer. Dessa forma, a formação docente torna-se mais sensível e inventiva, capaz de articular ética, estética e política na construção de práticas educativas plurais.

Nesse sentido, os estudos de Silveira, Lima e Silva (2019) apresentam a Arte e a Filosofia como campos complementares na construção do conhecimento, promovendo reflexões críticas sobre o mundo e o papel do indivíduo na sociedade. Os autores exploram essa relação, evidenciando como a Filosofia se interliga com a experiência estética proporcionada pela Arte. O processo de fruição artística instiga o pensamento crítico e amplia a compreensão dos alunos sobre diferentes formas de expressão, permitindo que se tornem agentes ativos na construção do saber. Nesse contexto, a interdisciplinaridade entre Arte e Filosofia surge como um caminho enriquecedor para o ensino, possibilitando novas formas de interpretação e diálogo com as múltiplas dimensões da cultura e da subjetividade.

No entanto, a formação docente nem sempre considera esse potencial integrador da Arte no currículo. Isso porque Bulaty e Nunes (2023) apontam que, apesar da presença da disciplina nos cursos de Pedagogia, sua abordagem ainda é superficial e fragmentada. A Arte frequentemente se reduz a um instrumento metodológico para o ensino de outras matérias, sem um aprofundamento teórico das linguagens artísticas, o que compromete sua função formadora. Além disso, o currículo educacional se revela um espaço de disputa entre forças de poder, refletindo interesses ideológicos que regulam os conteúdos ensinados.

Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de repensar a presença da Arte nos currículos de formação docente, garantindo que ela não apenas figure como uma disciplina obrigatória, mas seja abordada de maneira interdisciplinar e aprofundada. A Arte, como ferramenta pedagógica, deve ir além da técnica e do ensino polivalente, promovendo experiências estéticas e criativas que incentivem o desenvolvimento sensível dos futuros pedagogos. O fortalecimento da formação artística contribui não apenas para a construção do conhecimento, mas também para uma educação mais crítica e humanizadora, permitindo que os professores compreendam a Arte como um campo essencial à formação cultural e à transformação social.

Se, por um lado, Silveira, Lima e Silva afirmam a relevância da relação entre Arte e Filosofia na construção do conhecimento, por outro, Bulaty e

Nunes evidenciam que a formação docente precisa incorporar a Arte de maneira mais profunda e significativa nos currículos de Pedagogia. Enquanto os primeiros destacam, a partir da relação entre Arte e Filosofia, seu potencial reflexivo e enriquecedor no ensino interdisciplinar, os segundos apontam as limitações estruturais que reduzem a Arte a um componente metodológico, sem explorar seu caráter formador e criativo.

Assim, a revisão curricular deve considerar a Arte não apenas como uma ferramenta de ensino, mas como um campo essencial para a sensibilização estética, a criatividade e o desenvolvimento do pensamento crítico. É por meio dessa valorização que se abre à possibilidade de garantir uma formação docente que integre o sensível e o inteligível, promovendo uma educação mais humanizadora e conectada às múltiplas dimensões da cultura e da sociedade.

Considerações

A análise dos artigos publicados na revista *e-Curriculum*, entre 2019 e 2023, permitiu mapear as diversas formas como a educação do sensível tem sido tematizada na produção acadêmico-científica. Seguindo a dimensão da partilha do sensível de Jacques Rancière e da análise do discurso de Michel Foucault, o estudo demonstrou que os discursos sobre o sensível não são neutros, mas se inscrevem em relações de poder que delimitam o que é considerado legítimo no campo educacional.

Enquanto alguns artigos reafirmam a lógica produtivista ao tratar o sensível como ferramenta instrumental, outros abrem espaço para práticas que contraditam estruturas curriculares enrijecidas, promovendo novos modos de experienciar e compartilhar o conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa evidencia que, nos artigos selecionados, a educação do sensível se apresenta como um campo de disputa onde coexistem perspectivas emancipatórias e abordagens que ainda reforçam hierarquias e desigualdades. A problematização dessas enunciações permite ampliar o debate sobre o papel da escola na democratização do sensível, apontando caminhos para uma educação mais inclusiva, estética e política.

O movimento de revisão guiado pela compreensão da dimensão sensível de Rancière (2005) culminou com a leitura integral das produções selecionadas. A partir desse movimento, ficou evidente que, apesar de alguns artigos percorrerem caminhos que se afastam do entendimento da dimensão do sensível apresentada pelos preceitos de Rancière, a escolha de mantê-los ocorreu considerando que, mesmo apresentando uma compreensão diferente da defendida no artigo, eles representam ruptura com a lógica cognitivista tradicional ao considerarem o papel das emoções e dos sentidos nos processos de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, em diferentes versões teórico-metodológicas, os artigos selecionados nesta temática evidenciam o afastamento das prescrições presentes nas diretrizes curriculares para uma educação do sensível que emerge como competências e habilidades socioemocionais, tendo sido evidenciado que os movimentos apresentados abrem caminhos para pensar o papel da educação e da escola deslocado da ideia de preparação para o trabalho, defendendo-as como movimentos de experimentação, fruição e de formação ética-estética e política que abre novos caminhos para um mundo em devir em que a força esteja na multiplicidade e nas diferenças.

Referências

AMARAL, Mirian Maia do; SANTOS, Rosemary; SANTOS, Edméa. Culturas cotidianas na inter-relação da cidade com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ à luz do documentário lixo extraordinário. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 592-615, abr./jun. 2019.

ANDRADE, Ana Paula Menezes; SOARES, Jurema Rosa Lopes. Corpos infantis e pandemia: contraposições para a existência de um currículo comum. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-21, 2023.

BULATY, Andréia; NUNES, Ana Luiza Ruschel. O Currículo e a arte no curso de pedagogia de três instituições de ensino superior públicas do estado do Paraná. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-24, 2023.

CAMAS, Nuria Pons Vilardell; FOFONCA, Eduardo; GALKOWSKI, Andrei Rafael. Tecnologias e letramento visual com stop motion na educação básica: experiências metodológicas com cartas narrativas. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1531-1545, jul./set. 2020.

CAMPOS, Maria Idalina Krause de; CORAZZA, Sandra Mara; REIS, Marina dos. Aula-tradução da diferença: os métodos espiritográfico e sonhográfico em transcrições intercambiantes. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 794–816, abr./jun. 2021.

CANGI, Adrián; GONÇALVES, Michele Fernandes. Fazer Sentir. Testemunho de uma transformação da sensação. (Modos de interrogar nossas práticas educativas e pedagógicas). **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1–28, 2023.

CARMO, Robert Santos do; VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de. Verde-hódos, verde-metá: por uma infância metodológica. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 1189–1214, jul./set. 2022.

CARVALHO FILHO, Evanilson Gurgel, MAKNAMARA, Marlécio. Masculinidade nos currículos de “Tropa de Elite” e de “Praia do Futuro”. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n.4, p. 1502–1522, out./dez. 2019.

CHAGAS, Claudia; MACHADO, Marcelo Ferreira; CASTRO, Maria Cecília Sousa. de; LOBO, Thamy. Migrações Curriculares: cotidianos, travessias e criações de outras margens como possibilidades. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1–22, 2023.

CIERVO, Tassia Joana Rodrigues; SILVA, Roberto Rafael Dias da; MACEDO, Elizabeth. A centralidade das competência socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 382–401, abr./jun. 2019.

CORRÊA, Mirele; MONTEIRO, Alexandrina. Cinema na escola: uma máquina de guerra contra a violência performática narcisista. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 282–303, jan./mar. 2019.

CORREIA, Elder Silva; ZOBOLI, Fabio. Corpo, “produção do comum” e currículo: sobre a (im)possibilidade de uma Base Nacional Comum Curricular. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 301–322, jan./mar. 2021.

FELICE, Massimo Di; SCHLEMMER, Eliane. As ecologias dos metaversos e formas comunicativas do habitar, uma oportunidade para repensar a educação. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1799–1825, out./dez. 2022.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; MORAES, Fabiano de Oliveira. Currículo-fabulação: biblioteca escolar entre-linhas de fuga. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1559–1579, out./dez. 2020.

FERREIRA, Sabrina Mendonça; GOUVÊA, Tânia da Costa. A vida grafada nas asas invisíveis da docência: memória, afetos e experiências formativas na produção de currículos. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1–22, 2023.

GARCIA, Alexandra; MOREIRA, Maria Alfredo; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Narrativas, conversas e as múltiplas grafias de vida: reverberações curriculares. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-22, 2023.

GONÇALVES, Camila Borini Vazzoler; CARVALHO, Janete Magalhães. Os códigos alfanuméricos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e as brincadeiras das crianças. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 219-240, jan./mar. 2021.

HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Fernando; SANCHO-GILLI, Juana María. Pensar la praxis del campo del currículo como um entramado rizomático de relaciones y derivas. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1052-1068, jul./set. 2020.

JESUS, Eliane Maria de; MONTEIRO, Silas Borges. “Cantinho do pensamento”: um ato normativo? **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 391-407, jan./mar. 2020.

LIMA, Marcio Roberto de. Quando um jogo digital afeta as relações: rastros de mediações pedagógicas em uma rede. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-23, 2023.

LOUZADA, Virgínia; GOMES, Lisandra Ogg. Educação infantil como direito, alegria e possibilidade de criação e encontros. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 241-260, jan./mar. 2021.

MACEDO, Elizabeth. A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1101-1122, jul./set. 2019.

MENDONÇA, Rosa Helena de; SANTOS, Joana Ribeiro dos; TOJA, Noale; MORAIS, Maria. “Cineconversas” e fabulações curriculantes: o uso de filmes e a potência das conversas como metodologia de pesquisa em educação. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1109-1130, out./dez. 2020.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; FERRARI, Anderson; CHAR, Carla. “A história que a história não conta”: heterotopias de um samba-enredo no currículo. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 634-658, abr./jun. 2021.

OLIVEIRA, Iris Verena. “Isso é batom para vir às escola?” Disputas estético-metodológicas nos pátios do currículo. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1523-1544, out./dez. 2019.

PARAÍSO, Marlucy Alves. O currículo entre o que fizeram e o que queremos fazer de nós mesmos: efeitos das disputas entre conhecimentos e opiniões. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1414-1435, out./dez. 2019.

PAULA, Rosiana da Silva Novaes; KELER-FRANCO, Elize. Outro projeto, outra escola: outros fazeres-saberes curriculares. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1198-1221, jul./set. 2021.

RAIC, Daniele Farias Freire. O Currículo e a Produção de Rostidade: afecções, desterritorializações e reterritorializações em cenário pandêmico. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-23, 2023.

RAMOS, Flávia Brocchetto; VOLMER, Lovani; BOHM, Verônica. Rapunzel e enroscados: aproximações e distanciamentos. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 372-390, jan./mar. 2020.

SANTOS, Cláudia Aparecida dos. Processos de Criação em Currículos: "O Possível Precisa Ser Inventado". **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1729-1749, out./dez. 2022.

SECATTI, Keysa Katiere Garcia; GUIMARÃES, Lucelia Tavares. Gênero e justiça curricular: os desafios na construção do currículo crítico em um contexto neo-conservador e antidemocrático. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-24, 2023.

SILVA, Carlos Augusto Silva e; COSTA, Tatiana dos Santos; SANTOS, Franciele Pereira dos; CHRISTOFOLETTI, Rafael. Entre cartas: considerações sobre currículo escolar. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-20, 2023.

SILVA, Lêda Valéria Alves da; CHAVES, Sílvia Nogueira. Eles, os desgraçados! Ou manifesto para pensar um currículo amoroso. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1648-1664, out./dez. 2019.

SILVA, Luíza Cristina; SALES, Shirlei Rezende. Corpo, gênero e sexualidade no currículo da nudez: entre denúncias e resistências. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1480-1501, out./dez. 2019.

SILVA, Sandra Kretli da; PARAÍSO, Marlucy Alves. E sacode a poeira: fazendo o currículo embalar em composição com imagens cinematográficas e professoras. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1895-1914, out./dez. 2020.

SILVEIRA, Dumara Ruiz; SILVA, Luciene Ribeiro da. Projeto Leituraço e descolonização do currículo: uma construção coletiva e inovadora. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1542-1566, out./dez. 2021.

SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz; LIMA E SILVA, Luis Fernando. Aprendizagens interdisciplinares significativas: filosofia em interlocução com a arte. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 768-787, abr./jun. 2019.

SUÁREZ, Daniel Hugo. El giro pedagógico en el currículum, la formación y el oficio de enseñar: experiencias, principios e inspiraciones con investigaciones narrativas en educación. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-24, 2023.

TRAVERSINI, Clarice Salete; LOCKMANN, Kamila; GOULART, Ligia Beatriz. Uma ação de contraconduta no currículo para enfrentamento à distorção idade-série em tempos de neoliberalismo: o projeto trajetórias criativas. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1566-1586, out./dez. 2019.

UNGER, Lynna Gabriella Silva; BERTOLDO, Tássia Alexandre Teixeira, CARDOSO, Livia de Rezende. A Escola da Escolha e suas produções curriculares para a juventude, o futuro e a diferença. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1603-1632, abr./jun. 2022.

VELLOSO, Maria Jacy Maia; CASTANHEIRA, Maria Lúcia. Cliques, palavras e imagens: a escrita em um telecentro de uma comunidade quilombola. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 783-808, abr./jun. 2022.

CAPÍTULO 4.

Educação do sensível: currículos, docências e pesquisas em travessias dissidentes do pensar

Sunamita Astir Daud de Souza
Eliana Aparecida de Jesus Reis
Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.4

Por sentidos outros à educação: ressonâncias de afetos, vibrações e devires

A educação do sensível convoca-nos a *verpensarsentirtocar*¹ o mundo sob os efeitos de forças que entram em relações de ressonâncias com a potência de currículos e docências que, compondo um sistema de vibrações e variações infinitas, suscitam movimentos dissidentes de abertura a outros possíveis. Ao operar nessa dimensão do sensível, a educação pode

1 A grafia contínua inscreve-se em uma perspectiva *teóricopolítica* vinculada aos estudos do cotidiano e à filosofia da diferença, na qual se busca tensionar as dicotomias modernas. É um gesto *estéticopolítico* que faz da linguagem um campo de intervenção produzindo um bloco de sentido que resiste à leitura fragmentada e hierarquizante da experiência.

criar, no encontro entre corpos nos currículos das escolas, nas docências e nos modos de fazer pesquisas educacionais, “[...] novos perceptos e novos afectos como desvios, retornos, linhas de partilha, mudanças de níveis e de escalas” (Deleuze, 2010, p. 228). Na composição de travessias dissidentes, na produção de outros sentidos para a educação, em meio à fusão das relações entre saberes, poderes e subjetividades que escapam ao campo representacional, inscreve a linguagem das sensações como força capaz de reconfigurar formas de inteligibilidade e legibilidade, suscitando outros modos de relação com o mundo.

Assim, nesse fluxo de tessituras sensíveis, entramos em relação com artigos e pesquisas que, em travessias do pensar, se constituem como força *éticoestéticopolítica* na afirmação da vida e da diferença. São pesquisas que se inscrevem na linguagem das sensações que reverberam afetos e afecções em meio às forças de inteligibilidade e legibilidade dominantes. Não se trata de traduzir o real, tampouco negar forças cognitivas que compõem a educação, mas acompanhar os movimentos do pensamento em linhas flutuantes que atuam na tessitura de dobras, variações e devires ativando a produção de outros sentidos à educação.

Nessa direção, buscamos estabelecer conversas com os artigos publicados na revista *Acta Scientiarum Education* (ASE), entre 2019 e 2023, com a intenção de compor a partilha de saberes em movimentos de pesquisa que, como força *éticoestéticopolítica* de afirmação da vida e da diferença, potencializam a produção de outros sentidos à educação.

A escolha da periodização (2019 a 2023) justifica-se devido à necessidade de constantes problematizações em relação à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), que assume lógicas neoliberais e ultraconservadoras de currículo e docência no âmbito da educação básica, ao adotar, exclusivamente, uma perspectiva cognitivista e representacional dos processos de *aprenderensinar*. Diante desse contexto, buscamos mapear as pesquisas que tensionam essas lógicas, apostando na dimensão do sensível como forças que atravessam o campo educacional.

Nosso primeiro movimento de análise consistiu-se no levantamento e leitura de títulos, resumos e palavras-chave dos 223 artigos publicados na

revista ASE, no período supracitado. Nesse processo inicial, selecionamos 20 artigos. Em um segundo movimento, após a leitura integral, mantivemos 12 artigos que abordam, predominantemente, questões relacionadas a currículos, docências e pesquisas em experimentações estéticas. Excluímos 8 por apresentarem acentuado distanciamento em relação à temática da educação do sensível, bem como ao objetivo deste artigo. Para esta escrita, os 12 artigos foram organizados em três categorias temáticas: a) Pesquisas em Arte-Educação: experimentações estéticas sensíveis (3 artigos); b) Currículos e docências em travessias do pensar: invenção, resistência e diferença (4 artigos); c) Cartografia e pesquisas com os cotidianos: modos dissidentes do pensar na invenção de uma pesquisa outra (5 artigos).

Vale destacarmos, ainda, a distribuição dos artigos por ano de publicação/volume: em 2019 (volume 41), foram selecionados e analisados 4 artigos; em 2020 (volume 42), 1 artigo; em 2021 (volume 43), 2 artigos; em 2022 (volume 44), não houve artigos selecionados; e, por fim, em 2023 (volume 45), foram selecionados e analisados 5 artigos.

Inspiradas pela cartografia, conforme contribuições de Deleuze e Guattari (2012), buscamos — no encontro com os textos selecionados — abrir rasgos entre composições de pesquisas educacionais que, mesmo assumindo diferentes perspectivas teóricas, afirmam a vida e põem em suspensão lógicas cristalizadas assumidas por categorias fixas e hegemônicas do saber.

Por entre experimentações estéticas sensíveis que ganham força na revista ASE, na produção de enunciados que se expressam por modos de *versentirpensartocar* o mundo, seguimos problematizando os modos de constituir currículos, docências e pesquisas, para afirmar a potência da criação de outros possíveis à educação. Recorremos às contribuições de Deleuze, Guattari, Espinosa, Rancière e Corazza na aposta de um *corpopenamento* que afirma a educação do sensível como força de reconfiguração das formas de inteligibilidade e legibilidade que nos põem em relação com o mundo. A escolha deste referencial convoca-nos às travessias do pensar em experimentações estéticas constituídas na relação com o mundo.

Pensar a educação do sensível implica, portanto, dispor-se a outros modos de compor currículos, docências e pesquisas: um gesto de atenção e escuta a imagens, sons, palavras, texturas, silêncios e presenças que habitam os cotidianos escolares e produzem afetos e afecções. Nesse exercício de atenção, currículos, docências e pesquisas educacionais *transcriam-se* (Corazza, 2013), tornando-se processos de invenção que nos convocam a outros mundos que, por entre fluxos de forças em travessias do pensar, se deslocam e se transformam em constante devir. Pesquisar sob os efeitos da educação do sensível é, nesse sentido, mover-se com o mundo — deixar-se afetar pelas forças que o atravessam e que, ao mesmo tempo que o distendem, também o inventam.

Pesquisas em arte-educação: experimentações estéticas sensíveis

Nesta seção, compomos conversas com artigos que abordam arte e educação, estética e ética, em travessias conceituais que rejeitam o conforto das sínteses e a estabilidade dos consensos. Interessa-nos transitar por zonas de contágio e fricção, em que os pensamentos se aproximam e se distanciam, produzindo deslocamentos, tensões e invenção. Em uma perspectiva de multiplicidade de conceitos (Deleuze; Guattari, 2010), que entrelaçam arte e educação, estética e ética, buscamos, no encontro com os artigos que compõem essa categoria, problematizar a lógica instrumental e representacional que sustenta e normatiza políticas educacionais como a BNCC.

Apresentamos, no quadro abaixo, os artigos e os nomes dos autores e coautores, cujos escritos, em campos conceituais, se destacam pelas possibilidades de transfigurar e subverter os modos de pensar *arteeducação*.

Quadro 1: Categoria “A” – Pesquisas em arte-educação:
experimentações estéticas sensíveis

Ano/vol.	Título	Autor e instituição	Instituição
2019 Vol. 41	Por uma literatura menor	Cruz, Denise Viuniski da Nova; Neitzel, Adair de Aguiar (2019)	Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil
2019 Vol. 41	Estética, ética e formação na perspectiva adorniana	Santos, Leônidas Melo; Neuvald, Luciane (2019)	Universidade Estadual Centro Oeste – Paraná, Brasil.
2021 Vol. 43	Arte-educação e seus desdobramentos à formação pedagógica	Conte, Elaine; Habowski, Adilson Cristiano; Piedade, Juliane de Almeida; Milbradt, Carla (2021)	Universidade La Salle – Rio Grande do Sul, Brasil.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O artigo *Por uma literatura menor*, de Denise V. da Nova Cruz e Adair de Aguiar Neitzel (2019), problematiza as funções da literatura a partir de dois conceitos: o de *deslocamento*, em diálogo com Roland Barthes (2007), e o de *literatura menor*, elaborado por Deleuze e Guattari (2003). Para desenvolverem essa discussão, os autores aproximaram-se das obras de Guimarães Rosa, Franz Kafka e Clarice Lispector, buscando a produção de outros sentidos para a literatura. Diante disso, apresentam questões provocadoras: Como romper com a inflexibilidade das regras linguísticas? Como fazer da linguagem um espaço de invenção? Segundo os autores, para além das palavras de ordem que sustentam relações de poder, a literatura abre-se às *linhas de fuga* (Deleuze; Guattari, 2012), à desterritorialização absoluta do plano de organização e das formas. Isso exige uma subversão da língua, uma travessia do pensar que penetre suas fissuras e poros, escapando de sua função normativa.

No encontro com as obras de Kafka, Rosa e Lispector, o artigo é atravessado pela força inventiva de uma literatura que tensiona a língua dominante e desloca-se de seus usos hegemônicos, por meio de desvios, interrupções e transgressões às regras estabelecidas. Trata-se de uma escrita que atua contra a rigidez da linguagem instituída, desautomatizando os modos de dizer e abrindo espaço para outras possibilidades de expressão e existência.

Nesse sentido, em interlocução com Deleuze e Guattari (2003), os autores apostam na literatura como potência de vida, como criação de mundos que desestabilizam a linguagem funcional, instrumental e a lançam ao campo do delírio, do impensado, do poético. Uma língua que gagueja, hesita, treme, mas, justamente por isso, torna-se viva, imprevisível, vibrátil. Ao fazer da linguagem um território de experimentação, essa “literatura menor” não assume um compromisso com a representação da realidade, mas faz variar a língua produzindo sensações, afectos em um tempo de criação (Deleuze; Guattari, 2010).

O artigo provoca-nos em intercessão com Barthes (2007, p. 16) a “[...] trapacear com a língua” na tentativa de desconstrução dos marcadores de poder. Para Deleuze e Guattari (2003), a língua carrega em si a potência de um devir minoritário — um compromisso *éticoestéticopolítico* com a vida em sua diferença:

O escritor se serve de palavras, mas criando uma sintaxe que as introduz nas sensações e que faz gaguejar a língua corrente, ou tremer, ou gritar, ou mesmo cantar: é o estilo, o ‘tom’, a linguagem das sensações ou a linguagem estrangeira na língua, a que solicita um povo por vir [...] (Deleuze; Guattari, 2010, p. 208).

Desse modo, o conceito de “literatura menor” constitui-se na articulação entre estética e ética: não como categorias separadas, mas como forças indissociáveis que produzem efeitos de sentidos. A estética, aqui, não diz respeito ao campo da representação, mas se inscreve no domínio do sensível que faz “rachar as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados” (Deleuze, 1988, p. 57). A ética, por sua vez, não assume um compromisso com as regras linguísticas dadas por relações inflexíveis, mas afirma uma língua outra que produz vida.

Nessa perspectiva, é possível dizer que a literatura, tal como pensada por Cruz e Neitzel (2019), é criação de mundos, invenção de possíveis. Sua potência não reside em descrever o que é, mas em fazer *versentirpensar*—tocar outros mundos que entram pelas palavras e nelas se torcem, fazendo a língua gaguejar, vibrar, deslocar-se.

Já o artigo *Estética, ética e formação na perspectiva adorniana*, de Santos e Neuvald (2019), discute os conceitos de arte, estética e formação a partir da filosofia de Theodor Adorno. A experiência estética assume uma função emancipadora: o sujeito não pensa de maneira condicionada pelas determinações do mundo, mas exerce um pensar livre e autônomo. Trata-se de um exercício de resistência à lógica adaptativa da cultura do consumo.

Com Adorno, Santos e Neuvald (2019) apresentam a arte como uma forma de tensão com a realidade, capaz de resistir aos apelos mercadológicos que impõem modos de vida padronizados. Enfatizam a relevância da estética na proposição de outros sentidos para a arte. Como afirmam os autores, a arte é “[...] a possibilidade de denunciar a sociedade danificada e de resistir às tendências sociais regressivas [...]” (Santos; Neuvald, 2019, p. 5). Nesse entendimento, os autores argumentam que a escola pode ser espaço de formação voltada à consciência, à autonomia e à liberdade dos sujeitos — práticas educacionais que rompem com o condicionamento imposto pelas determinações do mundo fenomênico e os efeitos de uma sociedade danificada. Assim, a arte pressupõe uma relação estética com o objeto que favorece o fortalecimento da autorreflexão crítica e escapa à lógica utilitarista, movendo-se por uma ética que não busca enquadrar o outro em modelos normativos, mas, ao contrário, preserva no pensamento o estranhamento diante de toda forma de passividade cultural.

Em um contexto contemporâneo atravessado pelo **capitalismo estético** (Moriceau, 2020), que permeia as políticas educacionais como a BNCC e impõe processos de subjetivação alinhados aos padrões planificados do consumo, torna-se imprescindível problematizarmos as relações entre arte e educação. Sob essa perspectiva, entendemos que a *arteeducação* pode ser compreendida tanto como um **campo de tensionamento ante as lógicas adaptativas** criticadas por Adorno quanto como **um espaço de criação de possíveis** e de ruptura ao sistema de representação, nos termos de Deleuze e Guattari (2012).

Nessa direção, o artigo *Arte-educação e seus desdobramentos à formação pedagógica*, de Conte *et al.* (2021), busca evidenciar a arte no campo da educação do sensível. Nesse sentido, os autores argumentam que a ação pedagógica não deve operar por via prescritiva sustentada

por normas enunciativas expostas em habilidades e competências, mas provocar processos de criação que resistem às certezas do saber e ao conformismo do olhar. Para eles, as experiências com *arteeducação* instauram relações inesperadas com o outro no mundo, possibilitando encontros com a diferença e evidenciando aquilo que Rancière (2009) apresenta como *partilha do sensível*.

O que se deseja, em composição com experiências estéticas, são cenas educacionais capazes de romper com os parâmetros e abrir espaço para a (re)invenção de si no encontro com o outro, com suas ideias, sensações e afectos. A *arteeducação* estende-se, assim, à dimensão da criação, da fabulação, da liberdade de manifestar e viver a diferença no cotidiano escolar.

Assim, compreendemos que a arte, em sua potência estética e ética, se constitui como um campo de criação capaz de tensionar os modos instituídos de *pensarfazer* educação pautados em lógicas representacionais e instrumentais do saber. Nesse horizonte, arte, estética e ética apresentam-se como dimensões indissociáveis em uma experiência sensível à multiplicidade de mundos e existências que não se fixam nem se reduzem às forças de aprisionamento do pensamento.

Currículos e docências em travessias do pensar: invenção, resistência e diferença

Pensar outros sentidos para a educação é um chamado à resistência ante a precarização da vida, um gesto de afirmação de que existem outros modos de composição educativas para além da mera decifração de códigos e *sobrecódigos* inscritos na BNCC. Nesta categoria, queremos abrir espaço para experiências curriculares e docências que convocam o *corpopenamento* a habitar zonas de invenção, encontro e diferença.

Assim, em agenciamento com os artigos apresentados no quadro abaixo, queremos pensar com Corazza (2013), o que se *transcria* em currículos e docências que escapam à função de representar ou transmitir informação, de modo a conservar os efeitos do tempo intensivo em que reside sonhos, fantasias, mistérios, devaneios, silêncios e resistências.

Quadro 2: Categoria “B” – Currículos e docências em travessia:
entre invenção, resistência e diferença

Ano/vol.	Título	Autor/a	Instituição
2019 Vol. 41	Entre procedimentos e roteiros didáticos de tradução – condições de invenção	Nodari, Karen Elisa-bete Rosa; Corazza, Sandra Mara (2019)	Colégio de Aplicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul, Brasil.
2021 Vol. 43	Um mergulho no silêncio: o mistério da aula de História	Torelly, Gabriel; Pereira, Nilton Mullet(2021)	Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
2020 Vol. 42	Curtas metragens e narrativas docentes: problematizando diferença racial e branquitude	Zubaran, Maria An-gélica; Cruz, Joice Mari Ferreira da (2020)	Universidade Lute-rana do Brasil – Rio Grande do Sul, Brasil.
2019 Vol. 41	Práticas de resistên-cia de alunos em uma escola pública: uma outra possibilidade de ver a indisciplina e a ‘defasagem’ de aprendizagem	Tedeschi, Sirley Lizott; Pavan, Ruth (2019)	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Mato Grosso do Sul, Brasil.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O artigo *Entre procedimentos e roteiros didáticos de tradução – condições de invenção*, de Nodari e Corazza (2019), apresenta a docência sob o signo da invenção, ao propor experimentações que atribuem outros sentidos e significados à didática, em composição com a diferença.

As autoras acompanham movimentos de pesquisa com professores/as vinculados/as a quatro núcleos do Projeto *Escrileituras* (UFRGS, UFPel, UNIOESTE e UFMT) e propõem a tradução de roteiros didáticos como um gesto *éticoestético-político* que tensiona os esquemas de representação do pensamento baseados em formas fixas, clichês e identidades cristalizadas. Nesse contexto, os/as professores/as são convidados/as a criar

outras possibilidades de experimentações de roteiros didáticos em agenciamentos com os signos da arte.

O que se passa nesse movimento de formação docente é a tradução da aula como experiência estética inventiva que segue os fluxos e se constitui no entre — no ir e vir entre corpos, afectos e ideias —, cortando o consenso e as formas sedimentadas. Sob o efeito das oficinas de *escrelaturas*, instala-se uma didática *transcriadora*, em que a prática pedagógica se (re)faz no encontro com os signos da arte, em composição de outras cenas educacionais.

A aposta em roteiros didáticos de tradução, sob a condição da invenção, constitui-se por um plano de afirmação de outros possíveis que operam desviante entre fluxos de forças imanentes e violentam o pensamento, implicando o exercício do questionamento das forças de reprodução no que diz respeito ao pensar, ao dizer, ao saber e ao fazer.

O artigo provoca-nos a pensar docências como potência na produção de sensações e afectos capazes de resistir às imposições representacionais do mundo, da existência e da vida. Para Corazza (2019), o docente é um ser de sensações artísticas, que se põe em relação com diferentes mundos em planos de composições anorgânicas abertas ao devir, à experimentação, à invenção. Em agenciamentos com a arte — composições plásticas, melódicas, rítmicas, literárias —, o docente mobiliza o pensamento em um tempo de criação.

Nesse mesmo movimento, o artigo *Um mergulho no silêncio: o mistério da aula de História*, de Torelly e Pereira (2021) também compõem forças de resistência aos modos representacionais de pensar as docências. Os autores expõem uma aula em seu percurso de deslizar infinito, atravessada pelo desejo de expansão da vida e pela ruptura com os processos de instrumentalização do conhecimento. O que passa? São silêncios provocados por pensamentos que saltam ao infinito, movimentando-se em um plano de composição caótica. Não se trata da ausência de barulho, mas do exercício do pensamento na produção da diferença. Um campo intenso que engendra dobras ao infinito, transformando a aula em um espaço de travessias do pensar em variações infinitas e incontroláveis.

Os autores convocam-nos a pensar no que acontece, quando, na aula de História, sentidos e narrativas hegemônicas entram em ruínas. As lógicas explicativas, que buscam apresentar uma Idade Média linear, perdem-se nas dobras do pensamento, na experiência do fora que ultrapassa os limites do que se diz e do que se vê. A sala de aula torna-se espaço de variáveis que torce o pensamento escapando ao plano da representação.

Torelly e Pereira (2021) expõem os efeitos da aula-caos que abre fendas e outras temporalidades com o passado e o presente. O silêncio e o mistério “[...] carregam consigo a oralidade, o sonho e a memória” (2021, p. 10), abrigam forças em um campo intensivo que, nos dizeres de Deleuze e Guattari (2010), anuncia um povo por vir.

Assim, uma aula-caos expõe-se a infinitas possibilidades de composição de forças e desdobramentos em “[...] inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências” (Deleuze, 1988, p. 76). Gostamos de pensar, com Corazza (2019, p. 3), o caráter infinitivo da aula, essa que se deixa agitar pelo acontecimento. Nela, a docência experimenta o silêncio, o mistério, o (ir)real; inventa outros modos de compor com o mundo ao *transcriar* currículos, abrindo passagem a outros possíveis.

Em descontinuidade aos discursos hegemônicos assumidos pela BNCC, que impõem modos de constituição dos currículos, das docências e de produção de subjetividades, somos convocados a agir como tensores na produção de outros sentidos à educação. No artigo *Curtas-metragens e narrativas docentes: problematizando diferença racial e branquitude*, Zubaran e Cruz (2020) argumentam que o uso de imagens fílmicas por professores/as pode contribuir para uma educação antirracista, ao problematizar verdades estabelecidas por grupos dominantes para a criação de representações estigmatizadas de grupos minoritários.

Zuraban e Cruz (2020), ao constituírem movimentos de pesquisa com professores/as da educação básica, em composição com a potência inventiva dos curtas-metragens *Cores e Botas* (2010) e *Pode me chamar de Nadí* (2009), discutem o impacto das representações da branquitude na produção de subjetividades. O estudo demonstra que as imagens fílmicas abrem espaço para a composição de um campo de indagação capaz

de desnaturalizar discursos e representações dominantes tomadas como verdades. A circulação e o funcionamento dessas verdades (Foucault, 2021) sustentam práticas racistas, produzem exclusões e reforçam a baixa autoestima de estudantes considerados fora dos padrões da branquitude.

Em composição com a força da pesquisa de Zuraban e Cruz (2020), pensamos a arte como signo que movimenta o pensamento (Deleuze, 2022), não em sua função utilitária, mas como experiência sensível e intensiva de afirmação da vida, que nos força a romper com as configurações das relações de poder hegemônicas. As imagens fílmicas convocam-nos à invenção de um povo por vir (Deleuze; Guattari, 2010), capaz de resistir ao apagamento e às tentativas de silenciamento de forças minoritárias. Elas possibilitam evidenciar processos de subjetivação que escapam às relações dominantes e instauram, em uma postura ética, estética e política, e, portanto, sensível, novas maneiras de pensar e liberar a vida lá onde ela se encontra aprisionada (Deleuze, 2013).

Em agenciamento com as imagens fílmicas, o docente é, então, provocado a resistir aos discursos que padronizam e regulam a existência, abrindo-se aos currículos insurgentes que potencializam a produção de subjetividades múltiplas.

Em desvio aos modos de produção de subjetividades dominantes, que buscam silenciar o corpo e a vida nos cotidianos escolares, o artigo *Práticas de resistência de alunos em uma escola pública: uma outra possibilidade de ver a indisciplina e a 'defasagem' de aprendizagem*, de Tedeschi e Pavan (2019), problematiza a escola como espaço de práticas de liberdade. As autoras, em interlocução com Foucault, ressaltam que, onde há relações de poder, também emergem práticas de resistência. Nesse sentido, a indisciplina e a chamada 'defasagem de aprendizagem' são deslocadas de seu enquadramento deficitário e passam a ser compreendidas como modos de constituição de resistência diante dos efeitos das relações de poder que atravessam o contexto escolar.

Nessa perspectiva, Tedeschi e Pavan (2019) compreendem o contexto escolar como território de forças em movimento — poder e resistência —, em constante tensão. Trata-se de um campo atravessado por forças

heterogêneas, entrelaçadas e intercambiantes, cujos embates evidenciam fraturas nas relações de poder. Tais fraturas não apenas desestabilizam a homogeneização dos processos de aprendizagem, mas também abrem brechas para processos de criação e produção de possíveis.

Inspiradas em Deleuze (1988), pensamos que a vida insiste em afirmar-se, resistindo às tentativas de aprisionar o pensamento a verdades instituídas. A vida, nesse movimento, em produção de fissuras e desvios, instaura um pensar livre, não regulado por políticas curriculares de controle e normalização. Entendemos que há um desejo de invenção, de resistência que se conecta com a vida que insiste em perdurar na escola. O que se passa por entre relações de *saberpoder* e *subjetividades* são modos outros de constituir currículos e docências em um plano de composição estética de outros possíveis à educação. Uma educação que, atenta à dimensão do sensível, libera sensações e cria agenciamentos coletivos com novas formas de existir, de pensar e de aprender. Uma educação que, ao resistir aos modelos representacionais e instrumentais de currículos e docências, põe em relação diferentes mundos em planos de composição abertos ao devir, às experimentações, à invenção, à diferença.

Cartografia e pesquisa com os cotidianos: modos dissidentes do pensar na invenção de uma pesquisa outra

No encontro com os artigos que constituem esta categoria, desejamos destacar a força de pesquisas que assumem modos dissidentes do pensar, pondo em suspensão lógicas cristalizadas de currículos, docências e pesquisas. Os artigos elencados no quadro abaixo destacam-se pela força *éticoestético* e *política* de desnaturalizar imagens dogmáticas do pensamento assumidas pela ciência moderna. Inspirados na Filosofia da Diferença, esses modos dissidentes de pesquisar constituem-se como um exercício do pensamento que suscita outros modos de *versentir* e *pen-sartocar* o mundo.

Quadro 3: Categoria “C” – Cartografia e pesquisas com os cotidianos: modos dissidentes do pensar na composição de uma pesquisa outra

Ano/vol.	Título	Autor/a	Instituição
2023 Vol. 45	Cartografia para pesquisar currículos e infâncias em dissidências: um exercício experimental de invenção	Silva, João Paulo de Lorena; Paraíso, Marlucy Alves	Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.
2023 Vol. 45	Zapear: arsenal metodológico para sintonizar políticas de morte e escapes afirmativos em um currículo	Gurgel, Evanilson; Maknamara, Marlécio	Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Rio Grande do Norte, Brasil; e Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil.
2023 Vol. 45	Montar um céu estrelado: possibilidades metodológicas com imagens na pesquisa em educação	Balthazar, Gregory da Silva; Cardoso, Livia de Rezende; Moreno, Lydia Huerta	Universidade Tiradentes, Sergipe, Brasil; e University of Nevada, Nevada, Estados Unidos
2023 Vol. 45	Entre o azul e o sol, as narrativas cristalinas e fabulatórias nos processos de pesquisa: do si às multiplicidades	Carvalho, Janete Magalhães; Silva, Sandra Kretli da; Delboni, Tania Mara Zanotti Guerra Frizzera	Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil.
2023 Vol. 45	Pesquisas com os cotidianos	Toja, Noale; Machado, Marcelo; Alves, Nilda	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No desejo de afirmarmos a potência das *artistagens* (Corazza, 2013), ampliamos as possibilidades de pensar infâncias em dissidências de gênero e sexualidade no currículo escolar, destacando o artigo *Cartografia para pesquisar currículos e infâncias em dissidências: um exercício experimental de invenção*, de Silva e Paraíso (2023). Trata-se de uma composição singular que apresenta as sensações produzidas nos *entrelugares* dos corpos. Uma experimentação estética (Deleuze, 1988) que aposta nas nar-

rativas em dissidências — uso menor, intensivo — e não se reduz ao campo da representação. Portanto, constitui-se como dimensão do sensível, pois reverbera a potência de encontros, sensações, afectos, perceptos, conceitos, vozes que transbordam vida por entre linhas de uma pesquisa que se faz resistência e assume com a cartografia um modo outro de *pensar*compor pesquisas educacionais.

O artigo afirma que produzir um mapa no movimento cartográfico, inspirado em Deleuze e Guattari (2012), é operar com “[...] a polissemia de vozes, com a confusão de sentidos, com o burburinho de sons e com o desejo movente de multiplicar as perspectivas em torno de um objeto ou acontecimento” (Silva; Paraíso, 2023, p. 8). É movimentar-se por um território pesquisa que se passa em acontecimento, invenção sob o efeito de demolições e produção de devires.

Para os autores, no cotidiano das escolas e por entre os burburinhos e sons de multiplicidade, são liberadas forças ativas que suscitam uma vida outra. Uma vida que não se faz prisioneira, mas se inventa em movimentos de dissidência e não sucumbe à fixação de lugares e de identidades. A escrita acontecimento de Silva e Paraíso (2023) é um convite a uma fresta, uma brecha, um rasgão no pensamento, pois convoca-nos “[...] a rever e visitar nossos pressupostos, aquilo que é tido como dado (Moriceau, 2020, p. 140).

Nesse mesmo sentido, o artigo de Evanilson Gurgel e Marlécio Maknamara (2023) — *Zapear: arsenal metodológico para sintonizar políticas de morte e escapes afirmativos em um currículo* — produz em nós uma sinergia de afetos, ao fazer da pesquisa um modo de existir. Trata-se de anunciar, em linhas insurgentes, experimentações estéticas no exercício de uma “metodologia-zapping”, ao *escrever* (Corazza, 2019) um currículo que verte sangue e transborda vida. Travessias de uma pesquisa em que “[...] é possível conectar o ‘mapa da produção de morte’ com o ‘mapa dos escapes’ e da ‘afirmação da vida’” (Gurgel; Maknamara, 2023, p. 11). Uma dimensão do sensível que vaza por entre forças da inteligibilidade e da legibilidade em travessias que vibram em variações infinitas do pensar

O modo dissidente de pensar pesquisas educacionais afirma a força da cartografia que, ao “zapear” o campo de pesquisa, atenta à possibilidade

de demorar-se na relação com imagens que saltam ao olhar; de ouvir com atenção tanto o dito quanto o não dito; de sintonizar diferentes canais, buscando compreender as regularidades do que se enuncia; e de dispor de um catálogo que corresponda não apenas ao material empírico a ser analisado, mas também aos saberes articulados e aos modos de operá-lo.

Ao assumir o currículo das narrativas midiáticas seriadas, a pesquisa de Gurgel e Maknamara (2023) produz agenciamentos coletivos de enunciação com a diferença, a alegria, o devir e o desejo no encontro com imagens fílmicas. Os autores problematizam forças que tentam normalizar, segregar, separar e controlar as expressões de gênero, sexualidade e raça, criando desvios em relação aos modos dominantes de pensar a vida, o outro, o currículo, a pesquisa. Trata-se da afirmação *ético-política* de outros modos de educação abertos às sensações, aos afectos e afecções, à produção de subjetividades.

Nessa perspectiva, seguimos apostando na potência de pesquisas que engendram movimentos dissidentes do pensar. Entramos em relação com as *artistagens* tecidas na escrita do artigo *Montar um céu estrelado: possibilidades metodológicas com imagens na pesquisa em educação*, de Balthazar, Cardoso e Moreno (2023). A força de sua potência inventiva faz nosso *corpopenso* deslizar por entre relações de *saberpodersubjetividades*. Assumindo também a cartografia como modo de pesquisa, trata-se da afirmação de outros possíveis para a composição de pesquisa de modos insurgentes, suscitando uma aposta *ético-política* de afirmação da vida e diferença.

Corroboramos com os autores que, ao escrever uma pesquisa, não se trata de sujar o branco de uma folha, mas, a um só tempo, sujar nossas mãos, nossos corpos, nossas subjetividades, nossos modos de pensar e de existir. Ao *escrevivermos* a pesquisa, somos reviradas, afetadas, transcriadas por aquilo que *escrevivermos*. Ao pesquisador cabe a difícil tarefa de eleger o que dizer e o que não dizer; fazer ressoar, entre linhas de escrita, o sentido, o pensado, o visto e o vivido. Os agenciamentos produzidos com essa escrita põem-nos em processos de demolição, deslocam nosso pensamento, suscitam dúvidas, medos, sensações. Reverberam afectos

que vazam por entre uma linha e outra na composição de uma pesquisa que vive em travessias do pensar para afirmação de forças sensíveis que põem em suspensão lógicas dominantes sobre métodos de pesquisa.

Para os autores, a escrita é problematizada como “um modo de mobilizarmos o nosso pensamento em um movimento de transformação do que somos (Balthazar; Cardoso; Moreno, 2023, p. 2). Mas, afinal, o que somos e o que podemos vir a ser quando experienciamos uma *escritapesquisa* que produz movimentos de desterritorização do pensamento?

Entre as muitas afecções que mobilizam nosso *corpopensamento* no encontro com o artigo de Balthazar, Cardoso e Moreno (2023), destacamos o movimento de pesquisa rasurado por modos dissidentes de *versentirpensartocar* o campo de pesquisa. Trata-se de um desafio de compor uma metodologia que se traduza, minimamente, como uma tarefa ética do olhar, o que nos convoca a desnaturalizar o olhar marcado por lógicas arborescentes (Deleuze; Guattari, 2012) em relação aos modos de pesquisar e de existir com a/na pesquisa. Assim, a partir desse encontro, questionamos: que modos de *olharpesquisar* nos permitem *sentirpensartocar* imagens no campo de pesquisa justamente onde elas nos escapam?

Os autores atentam-nos sobre a possibilidade de pensar a “inversão do olhar”, ou seja, a potência de afirmar a diferença. Nesse sentido, consideramos as obras do historiador de arte alemão Warburg, que cria agenciamentos com o pensamento de Didi-Huberman, ao pensar a imagem como forças montáveis, desmontáveis, remontáveis, fluidas...

Deleuze e Guattari (2010, p. 230), em interlocução com as obras de Dubuffet (pintor francês que buscava romper com as tendências artísticas dominantes do século XX — surrealismo e abstracionismo —, propondo uma linguagem espontânea e livre de influências, mas que surgisse da psique humana), afirmam que “[...] a pintura é pensamento: a visão existe pelo pensamento, e o olho pensa, mais ainda do que escuta”. A relação entre o plano de composição técnica e o plano de composição estética em diferentes signos artísticos não cessa suas possibilidades de variações, uma vez que, na literatura e na arte, o plano técnico é recoberto ou absorvido pelo plano da composição estética (Deleuze, 1988).

O convite à inversão de um olhar dominante em variações infinitas em movimentos de desterritorialização (Deleuze; Guattari, 2012) ganha força em movimentos de pesquisas dissidentes que instauram em travessias a arte de pensar por entre perceptos e afectos. Transfigura-se em uma dimensão do sensível, modos outros de educação que escapam aos modos fixos e hegemônicos do pensar. O que nossos olhos tocam? O que nossos olhos pensam? De que modos nosso olhar nos governa em nossos movimentos de pesquisa?

Na companhia de Carvalho, Silva e Delboni (2023), entramos em relação com aquilo que se passa *Entre o azul e o sol, as narrativas cristalinas e fabulatórias nos processos de pesquisa: do si às multiplicidades*. O artigo apresenta os signos da arte como via de acesso a movimentar o pensamento que se torce e retorce entre formas e forças em processos de efeitos e de variação do si às multiplicidades, girando em direção àquilo que até então era desconhecido, impensado. Desse modo, a potência inventiva dos signos da arte auxilia-nos a olhar com atenção para aquilo que nos toca, nos afeta, nos faz pensar o impensado; aquilo que nos governa e nos desestabiliza diante do estranho, diante do campo de pesquisa.

Nessa perspectiva, as autoras, recorrendo à cartografia (Deleuze; Guattari, 2013), afirmam modos dissidentes de pesquisa que problematiza o presente, provoca e tensiona as relações de *saberpodersubjetividades* nos cotidianos das escolas. Trata-se de interrogar as condições de sujeição e de redução de nossa potência vital, tendo por efeito a produção de forças de criação e de afirmação da diferença no campo do currículo. Desse modo, o processo de pesquisa implica as práticas, os conceitos e as análises, articulados à arte de *transcriar* (Corazza, 2013) a educação, assumindo a dimensão do sensível como força *éticoestéticopolítica*.

Com atenção ao plano de imanência e sua complexa variação de velocidades, Carvalho, Kretli e Delboni (2023) assumem como estratégias de registro das experimentações — implicadas por forças, afectos e afecções da/na pesquisa, — diários de campo, cadernos de registro, as agendas de trabalho, dando ênfase aos processos de efeitos que compõem o campo de pesquisa. *Transcriar* (Corazza, 2013) afetos em escrita ressoa como um

convite para pensar sobre si e também a relação com o outro. A escrita é processo, exercício e prática de si, que pode provocar transformações dentro-fora da pesquisa.

Conforme ressaltam Passos e Barros (2015), na cartografia, não se trata de conhecer para transformar a realidade, mas de transformar para conhecer. O conhecimento é produzido em um campo de implicações cruzadas por expectativas, desejos, forças. Ao inverter a lógica do olhar em relação ao campo de pesquisa, a cartografia apresentada por Carvalho, Kretli e Delboni (2023) suscita a força da intervenção imagética inserida no contexto da pesquisa-intervenção que deseja tensionar, problematizar tanto os modos quanto as éticas do ver nos processos educativos. Assim, as pesquisadoras fazem do conhecimento um trabalho de invenção e composição que “[...] se dá através do cartógrafo, mas não por ele, pois não há agente de invenção” (Kastrup, 2015, p. 46).

Nesse sentido, aproximamo-nos de outro modo de pesquisa que, assim como a cartografia, afirma a potência de afectos e afecções em constante vibração nos cotidianos escolares. O artigo *Pesquisas com os cotidianos*, de Toja, Machado e Alves (2023), ao celebrar os 30 anos de pesquisas com os cotidianos, afirma sua aposta *éticaestéticapolíticapoética* na diferença. Celebra a força vital dos bons encontros e boas conversas que deslocam o pensamento no encontro com imagens e com narrativas de professoras que habitam e resistem nos cotidianos da escola.

Para as autoras, as escolas, assim como as *cineconversas* são *espaçotempos* para muito além da absorção de conteúdo. Em ações coletivas e singulares, de exercício cotidiano de cidadania, podemos *verouvirsentirpensar* seus *espaçotempos* como múltiplos e diversos. *Espaçotempos* que expandem a potência da vida e a diferença, que, por sua vez, interligam o íntimo e o comunitário, e promovem o afeto e o acolhimento, “[...] percebendo os cheiros, criando memórias, vivenciando sentimentos múltiplos que movimentam nossos pensamentos e nos potencializam em muitos sentidos do que é a vida” (Toja; Machado; Alves, 2023, p. 8-9).

Pensar por outras vias do dito e do não dito; escrever por entre o visto e não visto; criar agenciamentos com forças de um currículo que simultanea-

mente verte sangue e transborda vida (Gurgel; Maknamara, 2023), implica modos de existência e de resistência. Modos dissidentes de pesquisa são um convite à demolição de formas de *saberpodersubjetividades* que ainda parecem impregnados em nós, quando somos capturados por modos de olhar impostos pela ciência moderna.

Assim, inspiradas em Deleuze (2002, p. 128) e em seus agenciamentos com as obras de Espinosa, este artigo concebe a educação e a pesquisa “[...] não como uma forma, ou um desenvolvimento de forma, mas como uma relação complexa entre velocidades diferenciais, entre abrandamento e aceleração de partículas”. Assim, o currículo, a docência, a pesquisa não são uma questão de viver, mas de modos de viver, pois é, pela velocidade e lentidão, que “[...] a gente desliza entre as coisas, que a gente se conjuga com outra coisa, a gente desliza por entre, se introduz no meio, abraça-se ou se impõe ritmos” (Deleuze, 2002, p. 128).

Nas travessias de uma pesquisa em movimentos dissidentes do pensar, deslizamos entre coisas, abraçamos umas, abandonamos outras e *escrivemos* entre velocidades diferenciais que ora aceleram, ora perdem força, ao suscitarem um corpopesquisa que, para Espinosa, não são nem substâncias nem sujeitos, mas modos. Um modo “[...] é uma relação complexa de velocidade e de lentidão, no corpo, mas também no pensamento, e é um poder de afetar e de ser afetado, do corpo ou do pensamento” (Deleuze, 2002, p. 129).

Sendo assim, quando assumimos os currículos, as docências e pesquisas — como a cartografia e a pesquisa com os cotidianos —, afirmamos a força de uma educação do sensível que se tece em linhas flutuantes que expandem a invenção de possíveis ao *versentirtocar* o mundo. Trata-se de um *corpopensamento* que transcria a vida em experimentações estéticas que vibram sob os efeitos de sensações, perceptos, afectos e afecções. Linhas desviantes que giram em direções infinitas por entre travessias do pensar a suscitar outros modos de afirmar a vida e a diferença.

Modos outros de *versentirpensartocar* o mundo para afirmação da vida e da diferença

Ao entrarmos em relação aos artigos publicados na revista ASE, entendemos que a dimensão do sensível se inscreve em apostas de pesquisas que se tecem por linhas de afirmação da vida e da diferença. Trata-se de pesquisas em travessias do pensar que afirmam a potência de currículos, docências e pesquisas que nos convocam a *versentirpensartocar* o mundo em multiplicidade de afetos e afecções.

Nesse movimento, uma educação sensível, conforme nos inspira Rancière, escapa à lógica utilitarista e mercadológica das políticas educacionais, como a BNCC. Possibilitam outros modos de relação com o mundo, sob a dimensão do sensível, em que se passam as experiências estéticas que atuam na invenção de outros horizontes montáveis, desmontáveis, remontáveis, fluidos...

A experiência estética, como força do sensível nos currículos, docências e pesquisas, é, assim, travessia do pensar, deslocamento das forças coercitivas de modelagem e de representação dos modos de ser e estar no mundo. Toca-nos por sensações — afetos e perceptos — e nos põe em relação com o desconhecido.

Os modos dissidentes de pesquisar atentam à experiência estética que acolhe o impensado, forças de criação, fabulação e desejos. O campo de pesquisa move-se por múltiplas possibilidades de pensamento e modos de existir. Conecta-se a uma linguagem menor, intensiva, que se produz no encontro com a literatura, as imagens fílmicas, a polissemia de vozes e as *escreleituras* que se afirmam como potência de composições curriculares e de docências inscritas em um regime ético, estético, político e sensível.

Os artigos analisados da revista ASE apresentam experimentações estéticas com currículos, docências e modos insurgentes de pesquisa que se constituem como força de resistência capaz de deslocar a educação das lógicas racionalistas e instrumentais, abrindo-se a diferentes modos de conhecer e de produzir sentidos à educação. Assim, ao transitarmos por zonas de contágio e fricção no encontro com os artigos

analisados, compreendemos que uma educação na dimensão do sensível expande modos de ser e estar no mundo não conformados e não consensuais com formas e forças fixas e hegemônicas na relação *saber-podersubjetividades*. Uma experiência estética de si e do mundo se faz invenção, fluxo de intensidades e cria rasuras em perspectivas fixas e ordenadas pela ciência moderna.

A dimensão do sensível e seus fazeres de dimensões *éticoestético-políticas* desestabilizam discursos institucionalizados, liberando forças vibráteis e sensíveis que suscitam outros modos de *versentirpensartocar* o mundo. Nesse sentido, os artigos da revista ASE apontam a possibilidade de compor pesquisas que se constituem como travessias do pensar, atentas à passagem de um intensivo de forças que produzem deslocamentos, desvios, variações e devires constantes que engendram outros sentidos à educação, para afirmar a vida e a diferença.

Referências

BALTHAZAR, G. S.; CARDOSO, L. R.; MORENO, L. H. Montar um céu estrelado: possibilidades metodológicas com imagens na pesquisa em educação. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 45, p. 1-13, 2023.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS; KASTRUP, V.; ESCÓSSA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BARTHES, R. **Aula**: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, pronunciada em 7 de janeiro de 1977. 14. ed. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

CARVALHO, J. M.; SILVA, S. K.; DELBONI, T. M. Z. G. F. Entre o azul e o sol, as narrativas cristalinas e fabulatórias nos processos de pesquisa: do si às multiplicidades. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 45, p. 1-12, 2023.

CONTE, E.; HABOWSKI, A. C.; PIEDADE, J. de A.; MILBRADT, C. Arte-educação e seus desdobramentos à formação pedagógica. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 43, p. 1-12, 2021.

CORAZZA, S. M. **O que se transcria em educação**. Porto Alegre: Doisa, 2013.

CORAZZA, S. M. O direito à poética na aula: sonhos de tinta. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-15, 2019.

CRUZ, D. V. da N.; NEITZEL, A. de A. Por uma literatura menor. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 41, p. 1-12, 2019.

DELEUZE, G. **Foucault**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. São Paulo: Editora 34, 2022.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: para uma literatura menor**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 3. São Paulo: Editora 34, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GURGEL, E.; MAKNAMARA, M. Zapear: arsenal metodológico para sintonizar políticas de morte e escapes afirmativos em um currículo. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 45, p. 1-17, 2023.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

LISPECTOR, C. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: PPG-COM; UFMG, 2020.

NODARI, K. E. R.; CORAZZA, S. M. Entre procedimentos e roteiros didáticos de tradução – condições de invenção. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 41, p. 1-12, 2019.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSEA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, p. 17–31, 2015.

PODE me chamar de Nadí. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal Déo Cardoso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HNmi-zlrjQKU&t=6s>. Acesso em: 25 abr. 2025.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, L. M.; NEUVALD, L. Estética, ética e formação na perspectiva adorniana. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 41, p. 1–12, 2019.

SILVA, J. P. de L.; PARAÍSO, M. A. Cartografia para pesquisar currículos e infâncias em dissidências: um exercício experimental de invenção. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 45, p. 1–12, 2023.

TEDESCHI, S. L.; PAVAN, R. Práticas de resistência de alunos em uma escola pública: uma outra possibilidade de ver a indisciplina e a ‘defasagem’ de aprendizagem. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 41, p. 1–12, 2019.

TOJA, N.; MACHADO, M.; ALVES, N. Pesquisas com os cotidianos. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 45, p. 1–11, 2023.

TORELLY, G.; PEREIRA, N. M. Um mergulho no silêncio: o mistério da aula de História. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 43, p. 1–12, 2021.

ZUBARAN, M. A.; CRUZ, J. M. F. da. Curtas metragens e narrativas docentes: problematizando diferença racial e branquitude. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 42, p. 1–12, 2020.

CAPÍTULO 5.

Retratos da escola: bordado escriturístico rascunhado com linhas intensivas e expressivas de uma educação do sensível

Ana Paula Patrocínio Holzmeister
Gisely Mara Favalessa
Nilma Moreira da Penha
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.5

Iniciando um bordado escriturístico

A educação contemporânea, em meio às dobras do tempo e às tensões do presente, torna-se território fértil para experiências formativas que desafiam o instituído e afirmam o direito de existir por outras vias — mais sensíveis, mais imprevisíveis, mais implicadas e afirmativas com processos educativos baseados em políticas cognitivas inventivas (Kastrup, 2007) articuladas a outras sensibilidades e modos de existências. A partir da proposta investigativa engendrada por uma pesquisa dedicamo-nos a analisar os artigos publicados no periódico *Retratos da Escola*, no período compreendido entre 2019 e 2023. Foram selecionados 19 textos pelo critério de estarem em convergência com uma perspectiva acadêmico-filosófica vinculada à diferença, a qual considera que a educação se desdobra na

articulação da lógica do inteligível e do sensível em composição. Torna-se evidente, nessas publicações, o deslocamento de uma educação com viés mercadológico, que marca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de caráter tecnocrático e esvaziamento conceitual, para uma abordagem mais ampla, que valoriza as dimensões ética, estética, política e poética¹ como eixos das práticas pedagógicas.

Essas dimensões, longe de operarem isoladamente, entrelaçam-se em discursividades que evidenciam a urgência de criar uma outra sensibilidade que acolhe e produz com as enunciações das infâncias; valoriza os saberes originários e minoritários; afirma outras formas de conhecer e de promover a formação docente pela via do sensível, utilizando signos artísticos como linguagem nos *encontros-conexões-agenciamentos*. E busca dar visibilidade a outras formas de produção dos currículos nos/com os cotidianos escolares, tomando-os como plano afetivo, sempre em variação, como *espaço-tempo* de pesquisa, de invenção e resistência.

Trata-se de uma educação rizomática, que se desdobra a partir de princípios éticos, políticos, estéticos e poéticos advogando sobre a existência e validade de múltiplas formas de pensar, saber e existir, para *além-aquém* das hegemônicas, de influência da cultura ocidental. Em outras palavras, reconhece a pluralidade do mundo e a importância de diferentes universos epistêmicos: saberes das populações originárias que se atualizam a cada mudança paisagística, saberes da infância, saberes populares, saberes dos considerados atípicos (os quais movimentam as políticas cognitivas por outra via, menos e mais que a razão), saberes e conhecimentos em que a poética não se dissocia da política, nem a estética da ética.

Werneck, Melo e Carvalho (2023) convidam-nos a compreender que a educação do sensível é aquela que se permite afetar pelas intensidades do mundo, abrindo-se às vibrações do que escapa à racionalidade disciplinar.

1 Em Rancière (2005), a dimensão estética é o processo de criação de formas de ver, pensar e agir no mundo, enquanto a dimensão poética é a forma como esses processos são expressos através da linguagem e das práticas culturais. A estética é a reconfiguração do sensível, enquanto a poética é a sua expressão, criando possibilidades de experiência e de ação política.

Afirma que é na dobra entre o visível e o invisível que se enraíza a potência da invenção de outros modos de experimentar o currículo — aquilo que escapa pode nos abrir a outros mundos possíveis.

Ao mobilizar diferentes contextos, como as escolas do campo, o Proeja, a Educação Infantil, a formação de professores e as pedagogias culturais afrodescendentes, os textos analisados apontam para a urgência de uma pedagogia situada, comprometida com a diferença e com a criação de mundos mais justos, solidários e habitáveis, instaurando um caminho de discussão que busca compreender como essas quatro dimensões se articulam para construir um novo *ethos* educativo.

Nesse contexto, tem-se como objetivo aqui destacar a força da dimensão sensível social-cultural que se desdobra nos currículos imanentes evidenciados em tais publicações. Busca-se, inicialmente, traçar linhas sobre os conceitos éticos, estéticos, políticos e poéticos que atravessam os artigos, de modo que afirma o traçado de rasura de uma cartografia, sempre em deslocamento, entre as linhas, palavras e afirmações ético-estético-política-poética do vivente. Segundo Manning (2023), a cartografia não é a fixação de territórios, mas a arte de acompanhar o movimento. Trata-se de seguir as linhas do mundo em sua variação contínua, como forças em agenciamento (Manning, 2023).

Buscando (des)organizar o pensamento, inicialmente discutiremos os conceitos em articulação com as dimensões e as categorizações realizadas na pesquisa junto aos textos do periódico indicado. Na sequência, abordaremos sobre cada uma das dimensões, a saber: experiência sensível como forma de conhecimento, compromisso ético com territórios moventes e sujeitos invisibilizados; (re)existência pela criação, os movimentos micropolíticos, a potência das forças minoritárias e as políticas de invisibilizações; e inscrições estilísticas e fabulatórias na escrita: criações expressivas com os afetos experimentados nos encontros.

Para finalizar, desdobraremos as linhas estendidas na intercessão com os documentos oficiais para rascunhar os afetos que nos atravessaram em propostas de educação que recusam a homogeneização e a padronização. Em vez disso, assumem o risco da escuta, do acompanhamento das vibra-

ções dos corpos, da abertura ao inesperado e da criação. Essa educação se inscreve na confluência vibrátil entre ética, estética, política e poética não como protocolo, mas como campo de potência viva, onde o currículo se faz bordado de afetos, fricções e criações. Uma educação do sensível que convoca educadores/as a se implicarem naquilo que ensinam, a tensionarem o instituído e a inventarem, com os/as estudantes, novas possibilidades de existência no e para o mundo. Os professores/as, ao assumirem tal perspectiva, também assumem o risco de operar com uma nova sensibilidade o que exige colocarem o corpo sensivelmente em abertura ao inesperado, lançando-se à pesquisa e à criação de outros sentidos para a docência.

Bordando com linhas intensivas

Os 19 textos analisados compõem um mosaico teórico-prático de produções que desafiam o pensamento educacional que se quer hegemônico e afirmam a potência de uma educação sensível, situada e comprometida com a invenção, com a diferença e a justiça social.

Os textos do periódico *Retratos de escola* foram selecionados a partir dos descritores: afeto, sensibilidade, educação do sensível, estética, política, ética, poética, currículo e docência. Dentre os quinze volumes de dossiês analisados, no período de 2019 a 2023,² entre os três primeiros anos analisados, apenas dois apresentaram textos abordando os processos educativos a partir de uma dimensão simultaneamente sensível e inteligível. Nota-se que uma abordagem estética aparece predominantemente em um campo de estudos específico na área de currículo, emergente em um dossiê publicado em 2023, composto por textos que compõe a referida publicação intitulada *Processos educativos em suas dimensões éticas, estéticas, políticas e poéticas* do qual selecionamos 14 artigos.

Outra publicação em que a temática tem uma relevância é o dossiê *A batalha em torno do gênero: a Educação Básica contra-ataca*. Outros dossiês temáticos, como o *Valorização de funcionários e funcionárias da*

2 Período definido pelo critério de dez anos após implementação da BNCC.

educação básica, Militarização das escolas públicas no Brasil, Cidades que educam e se educam, A implementação do Novo Ensino Médio nos estados, Políticas de financiamento no Brasil contemporâneo, Educação de Jovens e Adultos: políticas, pesquisa e práticas educativas, Políticas de formação docente: desafios à Educação Profissional, Trabalho docente em tempos de pandemia, Paulo Freire: educação e emancipação, A batalha em torno do gênero: a Educação Básica contra-ataca, Ataques à Educação: um balanço de perdas e danos, Custo Aluno-Qualidade: a quem interessa? e A BNCC e a formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias, eles não abordam as dimensões ético-estético que envolvem as políticas educativas, centrando-se predominantemente em uma perspectiva macropolítica.

Os textos selecionados a partir das dimensões éticas, estéticas, políticas e poéticas, convergiram nos seguintes platôs: *Compromisso ético com territórios moventes e sujeitos invisibilizados; Criação como experiência sensível e curricular; (Re)existência pela criação, movimentos micropolíticos, a potência das forças minoritárias e as políticas de invisibilizações*. Tais platôs foram elencados a partir do uso de uma perspectiva estética em suas análises, seja pelos signos artísticos que acionaram com a literatura, a poesia e o bordado; ou mesmo, por um devir estético do texto, por fabulações, narrativas, olhares, devires...

Não pretendemos aqui seguir linearmente as linhas escriturísticas de cada texto, mas como os bordados ativados por Toja, Chagas e Rangel (2023), em seus devires grãos e bruxas, teceremos linhas expressivas atravessando transversalmente os textos escolhidos para criar uma imagem de pensamento diferencial que se insinua ético-político e esteticamente como criação e resistência anunciando a emergência de uma **Nova Terra**. Como nos afirma Deleuze (1997, p. 11), “a tarefa da literatura é inventar uma nova língua, uma nova terra. Fazer o povo que falta”, em operação criacionista de atuação rizomática por entre as linhas duras das tentativas de normatização e controle implementado pelos currículos nacionais.

A **Nova Terra** aqui não é um território geográfico, mas um campo de experiência sensível, político e estético que se descola do já dado para

abrir espaço ao devir, à diferença e à emergência do novo, sobretudo o novo no plano da linguagem e da subjetividade.

Movimentados pelos devires experimentados nos agenciamentos com os artigos-ideias-forças, desliza-se pela superfície limiar e fronteira de um devir-pele (Toja; Chagas; Rangel, 2023) que envolve uma perspectiva ético-político e estética que diz respeito à performance é abordada como criação de novas formas de ser e sentir no cotidiano escolar. Devires que em sua dimensão política afirma a invenção curricular como forma de resistência coletiva contra tentativas, cada vez mais incisivas, de imposições normativas.

Envolvendo-nos nos bordados e nas linhas intensivas que tecem rizomaticamente o texto *Ecce Femina* (Toja; Chagas; Rangel, 2023) desdobram-se em sua dupla-face a força do cuidado e das ancestralidades como prática de resistência ativa e afetiva. Resistência que sempre se atualiza outra para atuar com as modulações das forças opressoras do colonialismo, de modo que as forças minoritárias das mulheres e das personagens conceituais das bruxas ativam-se como forças subversivas nas redes educativas. Força poética onde a bruxa expressa saberes outros, ligados à criação, desejo e resistência.

Experiência sensível como forma de conhecimento

Ao puxarmos uma ou outra palha do coqueiro, traçamos linhas de luz sobre a educação do campo, fazendo emergir sua singularidade como força minoritária na defesa das infâncias, das territorialidades e das epistemes que escapam às formas fixadas do saber em sua dimensão ético-estético-política de singularização e diferenciação. Apostamos, assim, na potência minoritária das crianças na afirmação do direito e das experiências da educação do campo, mesmo reconhecendo os limites das discursividades da lógica do direito, também colonizada por forças majoritárias que, por meio da lei, buscam conter e regular os processos de diferenciação da vida — uma vida que não se reduz ao sujeito.

A afirmação ético-política em defesa e reconhecimento das singularidades das culturas rurais, ainda que se compreenda que estas não se

inscrevem em um modelo homogêneo e unificado, aponta para a necessidade de acompanhar as forças de diferenciação que atravessam esse campo. Tal movimento nos convoca a atentar para o mosaico múltiplo e diverso que se desenha por linhas intensivas, fazendo escapar, em várias direções, as normativas que pretendem fixá-lo. Como defende Manning (2013), o sujeito não se constitui como um ponto fixo ou autônomo, mas como uma emergência relacional, sempre em devir, sendo a subjetividade continuamente produzida em redes de coemergência com o mundo (Manning, 2013).

*O direito a olhar das crianças*³ afirma a educação do olhar e as experiências sensoriais como dimensões constitutivas do currículo. Em sua dimensão poética, as crianças são reconhecidas como sujeitos ousados e criativos, na reinvenção do cotidiano. Em articulação com *O lugar em narrativas do campo*, que também reivindica o direito das crianças do campo à fala e à escuta em suas territorialidades, evidencia-se que as narrativas infantis produzem sentidos sobre seus mundos, seus modos de vida e suas formas de habitar o campo.

Nesse contexto, a dimensão poética aposta nas memórias e nos afetos como forma de resistência, constituindo diferenças que engendram outras diferenças nas produções curriculares. Tais diferenças atravessam tanto o plano das normativas — tensionadas por forças sociais minoritárias a acolher a diversidade em suas orientações e diretrizes — quanto as produções imanentes que se desdobram nos contextos do campo, sejam eles quilombolas, de colonos, ribeirinhos, indígenas, ciganos, e... e... e..., evidenciando a multiplicidade de territorialidades e modos de existência. Por outra via, o texto *Era uma casa muito engraçada* apresenta uma denúncia da precariedade das escolas rurais multisseriadas, historicamente invisibilizadas, trazendo à cena as condições materiais e simbólicas que atravessam a educação do campo.

Seguindo outra configuração estética do bordado, puxamos o fio que deixa ver uma aposta ética, estética e política na partilha do sensível. A partir dos estudos de Rancière, o texto *Entre o inteligível e o sensível*, articu-

3 A ideia do direito refere-se a um dos textos analisados.

la razão e sensibilidade como dimensões indissociáveis da aprendizagem, onde a cognição e a razão não se separam nos processos de formação docente. Conceituado em uma perspectiva da educação do sensível aposta em práticas educativas que afirmam a vida em seus processos de diferenciação, a partir de uma crítica contundente às políticas curriculares de perspectivas normativas, que tentam a cada vez, enquadrar e reenquadrar os currículos na lógica mercadológica fortemente articulada às práticas e às políticas meritocráticas. Valoriza práticas micropolíticas na formação docente por intermédio dos signos artísticos que, quando da emergência do encontro, tocam sensivelmente os corpos em agenciamento, instaurando um movimento diferencial do pensamento, como resistência ativa e inventiva ao capital. Como propõe Rancière (2005), “a estética é uma partilha do sensível”, ou seja, uma distribuição do espaço do visível, do dizível e do pensável. As práticas educativas que se abrem ao sensível deslocam os modos habituais de percepção e criam possibilidades para uma educação inventiva e igualitária (Rancière, 2005).

No texto *Pela Janela* explora-se o conceito do *sublime* como forma de intensificação da experiência estética do currículo, defendendo a diferença como potência de uma política curricular pós-fundacional. *Pela Janela* vemos esperar o fio condutor da resistência sensível e coletiva. Nesse sentido, Lyotard (1993) nos lembra que o sublime é aquilo que excede a razão, abrindo o pensamento ao impensável — dimensão central à estética do currículo que se quer mais do que funcional.

Mas por quais linhas, seus coloridos e suas espessuras desenhamos os sentidos para a ética, a política e a estética?

Compromisso ético com territórios moventes e sujeitos invisibilizados

A ética, presente nos textos aqui analisados, não se constitui como uma normativa e nem como abstração: ela emerge do encontro com o outro, da escuta das infâncias (*O lugar nas narrativas do campo, O direito a olhar*), do reconhecimento dos saberes territoriais (*Educação do/no campo*) e da ancestralidade (*Capulana*). Trata-se de uma ética implicada, que denuncia

exclusões e propõe práticas formativas pautadas no cuidado, no reconhecimento e na valorização das múltiplas existências escolares e culturais.

Tal bordado ou tessitura é circunscrito por uma estética que atravessa como um rio que escapa de linhas de uma enseada, os textos como elemento vital do aprender, especialmente se tomamos a aprendizagem na perspectiva de uma política dos afetos conforme problematizado por Espinosa, ou seja, uma atenção às relações de convergências entre os corpos que podem promover a ampliação de sua potência. Trata-se de uma aprendizagem que excede os limiares da cognição e da racionalidade objetivista, vibrando por entre a superfície da pele; aquela aprendizagem concebida como busca pelo entendimento das relações de composição entre os corpos, de pontos de convergência via a produção de comunicações expansivas fortes e ativas (Carvalho, 2015).

Os artigos abordam a experiência estética como uma forma de criação de si e de mundos — seja nas performances corporais (Devir-Pele), na arte popular do Cordel, na visualidade da Capulana, ou na produção artística durante a pandemia (*Pela janela da minha casa*). Há uma aposta clara em uma formação sensível, onde o currículo se abre para o sentir, o ver, o ouvir e o criar, apostando no compromisso ético com territórios moventes e sujeitos invisibilizados

Tais movimentos expressivos e intensivos são envolvidos por uma perspectiva política, e longe de ser reduzida à militância institucional, aparece como atividade micropolítica dos cotidianos escolares, como gesto de invenção e resistência. Os textos enunciam escolas rurais invisibilizadas (*Era uma casa muito engraçada*), práticas curriculares inventivas (*Modos de inventar com vassouras de bruxa*), combate à desinformação (*Cordel e Fake News*), tensionamento de currículos coloniais (*Capulana*) e crítica à meritocracia formativa (*Entre o inteligível e o sensível*). A política aqui se dá na construção de outros mundos possíveis, outros modos de existência, novas sensibilidades. É o que Manning (2013) propõe, uma política da micropercepção, onde gestos mínimos e quase imperceptíveis reconfiguram o sensível e abrem brechas para novos modos de existir no cotidiano.

Trata-se de uma poética gestualística capaz de deformar rostidades, como força que atravessa todas as demais dimensões. Não se limita à linguagem literária, mas assume a forma de narrativas sensíveis, de bordados, de brincadeiras, de memórias corporais, de afetos compartilhados. A poética é uma linguagem que reinventa a escola, que rompe com os silenciamentos e que inscreve no cotidiano escolar novas formas de ser, estar e aprender (*Ecce Femina, Pistas de devir-criança, Processos educativos em suas dimensões...*).

Por onde as linhas se misturam com a tessitura, as intensidades, o suor das mãos que tecem (ou dos pés) ou mesmo do corpo inteiro? Pode onde as palhas expressam um saber originário sobre um modo de cultivar a vida? Por quais forças continuamos tecendo a vida com amoro­sidades, apesar da inteligência artificial? Por quais conexões nos diferenciamos como viventes? Não humanos, mas viventes. Essas questões emergem no encontro entre os corpos textuais, corpos expansivos em vivências, apostas ético-políticas e estéticas e por algumas linhas de diminuição de potência. Mas, o que se passam entre as discursividades presentes nos corpos textuais-viventes-intensivos, os quais expressam, muita vontade de potência?

(Re)existência pela criação, movimentos micropolíticos, a potência das forças minoritárias e as políticas de invisibilizações

Uma hecceidade...

Uma vida....

Sempre em movimentos micropolíticos de diferenciação.

Os textos aqui analisados formam um panorama contemporâneo da produção acadêmica brasileira que se dedica a repensar a educação a partir de práticas inventivas, sensíveis e ético-políticas, especialmente voltadas para os cotidianos escolares, as infâncias, os territórios e os currículos. No campo estético, os artigos reafirmam a importância de uma educação que ultrapasse a racionalidade instrumental e abraça a experiência sensível como forma

de conhecimento. A performance (Devir-Pele), o sublime (Lyotard), a arte na pandemia (*Pela janela da minha casa*) e a educação do olhar (*O direito a olhar das crianças*) ilustram como o sensível pode ser curricularizado sem ser domesticado, mantendo sua potência criadora e subjetivadora. Porém, as perspectivas de estética se diferenciam em cada um deles, criando nuances diferenciais para o bordado, tanto do ponto de vista da textura, como das intensidades das cores...

Nos textos, a dimensão política pode aparecer como denúncia e proposição. Há uma crítica contundente às políticas meritocráticas (*Entre o inteligível e o sensível*), à invisibilidade das escolas rurais (*Era uma casa muito engraçada*) e à colonização dos saberes territoriais (*Educação do/no campo*). Em contrapartida, são apresentados percursos rizomáticos de (re) existência micropolítica e curricular (*Modos de inventar com vassouras de bruxa*) e práticas insurgentes como forma de existência e reinvenção do comum (*Devir-Pele, Ecce Femina*). Trata-se de percursos sempre múltiplos e abertos à diferenciação. Não mais um currículo único, mas uma multiplicidade de discursividades curriculares em emergência, que podem fazer passar a força da pesquisa e da invenção nos contextos educativos expressando suas singularidades.

São textos que, em seus movimentos micropolíticos entre linhas de vida, se comprometem com a valorização de viventes historicamente marginalizados — crianças do campo, educadores periféricos, saberes femininos, práticas minoritárias — reafirmando a força e a potência dos processos de diferenciação para a produção de outros currículos, outras docências, apostas ético-estéticas e políticas que favorecem a todas as existências. Ética que é relacional, implicada, sensível ao outro, como demonstrado em *O lugar nas narrativas das crianças do campo* e *Ecce Femina*. Para Deleuze (2006), a diferença é força produtiva e não separação — ela inventa, movimenta e atravessa as práticas educativas como campo de criação e variação contínua. Movimenta-se poeticamente como linguagem expressiva e como modos de produção de outros/novos sentidos — um caminhar errante por entre linhas que tecem a cada vez uma paisagem (sempre em transformação). Ao recorrer a bordados, linhas, brincadeiras, aos feitiços das bruxas, narrativas infantis e criações

coletivas, os textos dão a ver processos educativos comprometidos com o *fazeresentirpensar*, onde currículo e vida se entrelaçam em processos de subjetivação, de caráter intempestivo, imprevisível e antecipável. Puro acontecimento. Devir-minoritário que emerge por forças da política de imediação, conforme nos ensina Erin Maning (2023).

Inscrições estilísticas e fabulatórias na escrita: criações expressivas com os afetos experimentados nos encontros

Na dobra entre o brincar como experiência criadora e as poéticas do sensível que irrompem nos cotidianos escolares, inscrevem-se as vozes e os gestos de bruxas, cordéis, peles e tecidos que desenham figuras do encantado. A linguagem deixa de ser veículo de representação para tornar-se gesto de invenção, de abertura para uma **Nova Terra**, onde o currículo já não se dobra à normatividades hegemônicas, mas se reinventa nos entre.

Com *Modos de inventar-praticar currículos e formação docente com vassouras de bruxa* afirma-se a potência das linhas torcidas, da educação como campo de insurgência simbólica. As vassouras, símbolo da bruxa e da faxineira, limpam e fabulam. Produzem deslocamentos que permitem habitar o espaço escolar como campo estético-político. A **vassoura de bruxa** é, aqui, personagem fabulatório que varre o pó do currículo normativo e abre passagens para devires sensíveis, plantados no solo da experiência cotidiana. Como em Deleuze (1995), o conceito nasce no meio — como agenciamento — e desloca a centralidade do sujeito docente para uma multiplicidade de forças.

Já em *Ecce Femina*, de uma cosmopolítica das linhas que bordam, costuram, contam e recontam histórias de mulheres, bruxas, bichos, sementes emerge um currículo que é costurado como tecido vivo que pulsa nos bordados ancestrais, onde a escrita performa. É um corpo intensivo, não hierárquico, em que a experiência se dá não pelo acúmulo de saberes, mas pela passagem dos afetos. Trata-se de uma escrita que se inscreve nas dobras da pele e do mundo, um entre que dança e fabula.

E é na superfície de um *Devir-Pele* um potente agenciamento autoral que desconstrói o currículo como corpo fechado e propõe um corpo

poroso, onde a pele é superfície de contato, memória e invenção. A performance rasura o instituído. O devir não é aquilo que virá a ser, mas o que escapa, o que dança nas margens. A pele, como lugar de inscrição do mundo, é também lugar de escrita.

Se o cordel afirma a força da poesia popular como linguagem crítica e educativa, se a Capulana revela a ancestralidade bordada nas imagens e nos tecidos, e se a brincadeira abre mundos no rastro do devir, o que se passa na intercessão com as normativas legais?

Aqui, não se trata de negação da norma, mas de produção de fissuras, de intercessões que fabulam outras formas de existência. É preciso afirmar que a escola pode ser campo de poesia, mas também campo de combate. E é aí, nesses jogos de forças sempre em movimento, que as normativas são tensionadas via experiência sensível dos corpos que habitam a escola: corpos brincantes, corpos em devir, corpos intensivos.

Como afirmam os agenciamentos vibráteis presentes nessas textualidades discursivas, a fabulação não é fuga, é força política, um modo de afirmar o direito à diferença, à criação, ao múltiplo. É a pele do currículo sendo rasgada por linhas outras, que bordam territórios de infância, memória e luta.

Um último e provisório desdobramento de linhas — currículos por vir: entre a regulação e a fissura

As normativas curriculares da BNCC, embora se anunciem como promotoras da formação integral, operam sob o regime tecnocrático da padronização. O que se enuncia como direito à aprendizagem transforma-se, na prática, em controle da aprendizagem. Sob o disfarce da equidade, a BNCC tenta impor um currículo empresarial, fundado em competências, habilidades e resultados mensuráveis. Um currículo funcionalizado, que submete o processo educativo a um regime de evidência e eficácia, silenciando as vozes que escapam ao consenso.

Como adverte Rancière (2005), toda forma de ordenamento consensual tende a apagar o dissenso — justamente aquilo que torna possível a política,

a invenção e a partilha do sensível. O currículo, então, deixa de ser campo de disputa, de reinvenção da experiência e da linguagem e torna-se norma que governa os corpos e os tempos escolares. Uma pedagogia da obediência que nega o tempo do acontecimento e a potência da fabulação.

Por isso, afirmar um currículo micropolítico, sensível e inventivo é gesto de resistência e criação. É pôr-se a sentir e fazer existir o direito de ensinar e aprender a partir da experiência situada, do encontro com o outro, da potência dos territórios, das infâncias plurais. É bordar os saberes como quem borda uma capulana ancestral — cada ponto, uma memória viva, uma linha de fuga ao currículo colonizador.

Os textos de Souza e Delboni (*Vassouras de bruxa*), Toja *et al.* (*Ecce Femina*) e Justiniano e Ferraço (*Devir-Pele*) caminham na direção de se pensar currículos como corpos em fuga. Assim, compreendem o currículo como um corpo sensível, em devir, que se inscreve na pele, na terra, no tempo do brincar, nas danças rituais e nas linhas tortuosas da experiência. Nessas produções, o currículo não é negado, mas atravessado. Suas linhas retas são rasuradas, suas competências reiteradas são tensionadas e suas avaliações, reduzidas a notas de corte, são deslocadas por outras formas de significar o *aprenderensinar*. O que se anuncia é uma cosmo-política da diferença: a afirmação do direito de inventar outros modos de ensinar e aprender, de compor com o mundo por meio de relações afetivas, poéticas e fabulatórias, fazendo do currículo um território de criação, sensibilidade e abertura ao múltiplo.

Na intercessão entre os tecidos da experiência e as normativas da BNCC, não há síntese possível — há forças em tensão. De um lado, o currículo prescrito, normativo, padronizado; de outro, currículos que dançam, que escutam, que bordam, que escrevem o mundo com vassouras, com peles, com sementes. São esses currículos outros que permitem que o cordel vire crítica, que a capulana vire história, que o brincar vire pensamento. São neles que se afirma uma educação como política da arte e arte da política, onde a docência não é uma função, mas uma invenção.

Mas o que faz passar? O que se passa na intercessão entre os textos e as normativas legais não é apenas um embate — é uma composição instável

de forças. O que faz passar são os corpos em movimento, as infâncias em criação, os objetos que ganham vida, os gestos que excedem. O que faz passar é o desejo, não como falta, mas como força produtiva, desejo de produção como diria Deleuze e Guattari (1972).

A BNCC opera sobre o que já foi codificado. Os currículos insurgentes operam sobre o que ainda não tem forma, o que não é, o que se faz no entre. Assim, a resistência não se dá apenas por oposição, mas por criação de mundos. Por isso, avaliar é escutar o que vibra, o que emerge, o que insiste. Uma avaliação que não mede, mas que acompanha; que não compara, mas que sintoniza; que não captura, mas que faz dançar o currículo com a vida.

Concluimos, no encontro com os artigos analisados, que uma educação do sensível é atravessada por uma ética, estética, política e poética que não se organiza como manual ou roteiro de ação, mas como uma cartografia afetiva em constante devir, ao contrário das normativas rígidas, como as propostas pela BNCC, que pretendem domesticar o sensível e o criativo, as experiências aqui analisadas apostam na força do encontro, na escuta dos territórios, na reinvenção do currículo como bordado coletivo.

Inspiradas por Rancière, afirmamos que a educação é sempre política na medida em que redistribui o sensível, reconfigura os lugares de fala e rompe com as hierarquias do saber. E com Manning, compreendemos que aprender é mover-se com o mundo, é dançar com suas linhas, suas intensidades e seus afetos.

Que essas linhas — insurgentes, amorosas e sempre em variação — sigam bordando mundos habitáveis, onde o ensino não seja função, mas criação; onde cada gesto, palavra e silêncio possam tensionar o instituído e inaugurar o possível, onde cada corpo, cada gesto e cada palavra tenham lugar.

Referências

ALVES, Nilda Guimarães; TOJA, Noale; RANGEL, Leonardo. Processos educativos em suas dimensões éticas, estéticas, políticas e poéticas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 751-755, 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1990>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CARVALHO, Janete Magalhães. O “comunismo do desejo” no currículo. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo *et al.* **Diferentes perspectivas de currículo na atualidade**. Petrópolis/RJ: De Petrus, 2015. p. 79–98.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

HABOWSKI, A. C.; GIBBON RATTO, C. Pistas de devir-criança do/da pesquisador/a: linhas de fuga do dispositivo da redenção. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 843–862, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1848. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1848>. Acesso em: 14 ago. 2025.

JUSTINIANO, Ana Carolina; FERRAÇO, Carlos Eduardo. Devir-Pele: performances que rasuram currículos. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 879–895, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1882. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1882>. Acesso em: 14 ago. 2025.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Autêntica: Belo Horizonte, 2007.

LYOTARD, Jean François. **Lições sobre a analítica do sublime**. Tradução de Constança Marcondes Cesar e Lucy R. Moreira César. Campinas, SP: Papirus, 1993.

MANNING, Erin. **Sempre mais do que um: a dança da individuação**. São Paulo: Editora Glac, 2013.

MANNING, Erin. **Políticas do toque: sentidos, movimento e soberania**. Tradução de Bianca Scliar. São Paulo: GLAC edições, 2023.

MOSSIN, Eduardo André; MARTINS, Giselle Alves; FERNANDES, Tiago Ferreira. Poesia de Cordel, a formação de leitores/as e o combate às *fake news*. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 1131–1148, 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1843>. Acesso em: 14 ago. 2025.

OLIVEIRA, Anderson Ignácio; LOPES, Alice Casimiro Estética, política e currículo com Jean-François Lyotard. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 775–794, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1852. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1852>. Acesso em: 14 ago. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

SANTOS, Rosemary dos; BARBOSA, Alexsandra; SANTOS, Amanda Reis dos. Ciberdocumentário AmarElo como dispositivo de experiências culturais periféricas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 757–773, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1846. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1846>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SOARES, André de Souza. Era uma casa muito engraçada: a persistência da educação rural multisseriada em Japi/RN. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 815–842, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1813. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1813>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SOUZA, Sunamita; DELBONI, Tania. Modos de inventar–praticar currículos e formação docente com vassouras de bruxa. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 863–878, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1844. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1844>. Acesso em: 14 ago. 2025.

TOJA, Noale; PINHEIRO, Claudia Regina Ribeiro Chagas; RANGEL, Leonardo. Ecce Femina pela cosmopolítica das linhas: tecendo bordados com mulheres e bruxas e grãos e animais nas redes educativas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 897–918, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1875. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1875>. Acesso em: 14 ago. 2025.

WERNECK, Hociene Nobre Pereira; MELO, Carlos Pereira de; CARVALHO, Janete Magalhães. Entre o inteligível e o sensível: a potência dos agenciamentos éticos, estéticos e políticos em formação continuada de professores/as. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. 795–814, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1862. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1862>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CAPÍTULO 6.

Mapeando o sensível em meio às discursividades presentes na *Revista Educação em Questão*

Magda Simone Tiradentes
Letícia Gonçalves Rosa
Tânia Mara Zanotti G. Frizzera Delboni
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.6

Introdução

Uma ocasião,
meu pai pintou a casa toda
de alaranjado brilhante.
Por muito tempo moramos numa casa,
como ele mesmo dizia,
constantemente amanhecendo.
(Poema *Impressionista*, de Adélia Prado).

Compreendendo a força que as produções acadêmico-científica educacionais possuem para validar ou tensionar a realidade da educação brasileira, podendo fixar-se na inconventionalidade da tinta alaranjado brilhante ou na sua potencialidade para inventar amanheceres, o presente artigo é parte de um movimento de pesquisa que se propõe a mapear e analisar de que modo

a dimensão do sensível se apresenta nas produções acadêmico-científicas publicadas em periódicos nacionais e internacionais do campo da educação, que se destacam nas avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para esse fim, o foco do presente artigo são as publicações realizadas entre os anos de 2019 e 2023, na revista *Educação em Questão*, classificada como A2 no Qualis-Capes mais recente, referente ao quadriênio 2017–2020. Seguindo uma abordagem teórico-epistemológica pós-fundamentalista, esse movimento de pesquisa apoia-se em Michael Hardt (2007) e Jacques Rancière (2022) para delimitar o que consideramos como educação sensível, e nas ideias de Foucault (2008) sobre poder, relações discursivas e regimes de verdade para mapear os enunciados presentes no periódico analisado.

Ao discutir as ideias propostas por Spinoza, em sua obra *Ética*, publicada pela primeira vez em 1677, Michael Hardt (2007) destaca que, ao propor a correspondência de forças entre mente e corpo, ação e emoção, o filósofo nos provoca a pensar os processos cognitivos, o corpo e os aspectos sensíveis de forma interligada. Pensar a educação, guiados por essa provocação, passa pela defesa de *práticas políticas*¹ (Alves, 2019) sensíveis em que a corporeidade, a sensibilidade e a razão lógica não são tratadas de forma hierárquica e dicotômica, mas como dimensões indissociáveis.

Arelado a isso, a afirmação de Hardt (2007) também levanta questionamentos sobre como construir esses movimentos sensíveis em contextos educacionais cada vez mais tomados por práticas reprodutivistas, previsíveis e mensuráveis em que o foco está na promoção de competências e habilidades em escala nacional, como defendido pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). Isso porque, como destaca Deleuze (2003), os aspectos sensíveis disparam processos que fogem dos modelos representacionais e homogeneizantes da reconhecimento, potencializando movimentos inventivos em que a força não está em objetivos previamente

1 Com a professora Nilda Alves (Uerj), afirmamos esse modo de escrever, reunindo algumas palavras em itálico, como gesto de tensionar as dicotomias que a modernidade nos ensinou a naturalizar e, assim, afirmar outras possibilidades de composição do pensamento e da escrita.

estabelecidos, mas nas relações coletivas e nos *conhecimentossignificações* (Alves, 2019) cotidianos.

Oferecendo algumas pistas nessa direção, Rancière (2022) argumenta que pensar a educação atrelada a movimentos sensíveis passa por afastar a escola da lógica tecnicista em que o conhecimento é reduzido a potencial produtivo para o mundo do trabalho, e compreendê-la, fundamentalmente, como separação, pois, para ele “a escola não é, a princípio, uma função ou um lugar definido por uma finalidade social exterior. Ela é, antes, uma forma simbólica, uma norma de separação dos tempos e ocupações sociais” (Rancière, 2022, p. 77). A escola, nessa perspectiva, torna-se espaço que retira os sujeitos dos ciclos de exploração e submissão do mundo do trabalho para que possam tomar parte de um comum partilhado de experimentação e fruição que coletiviza o sensível, reconfigurando o “[...] mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão” (Rancière, 2009, p. 59).

A seleção dos artigos guiou-se, portanto, pelo mapeamento de debates e práticas que possibilitassem aproximações e diálogos com essas reflexões, ao potencializar linhas de fuga (Deleuze; Guattari, 2012) à lógica utilitarista neoliberal. Para a análise das produções selecionadas, argumentamos com Foucault (2008) que os discursos presentes nesses artigos não se limitam a representar o sistema educacional brasileiro, mas possuem poder constitutivo de influenciar as organizações estruturais, as políticas públicas e as práticas pedagógicas que atravessam esse sistema. Isso porque a realidade não é formada por objetos pré-existentes, mas por “regimes de verdade” produzidos por práticas enunciativas e não enunciativas situadas geo-histórica e socialmente, enquanto resultado de uma série de regras “[...] anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2008, p. 133). A seleção que essas regras fazem são um exercício de poder, pois determinam aqueles que podem fazer parte do jogo enunciativo e quais discursividades serão acolhidas como verdadeiras, ao mesmo tempo que legitimam práticas sociais, subjetividades e estruturas, em detrimento de outras.

Nesse sentido, os diferentes campos do saber, a partir dos enunciados que produzem e difundem, são parte dessa complexa relação de poder, pois: “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1987, p. 27). Analisar a revista *Educação em Questão* torna-se, portanto, um exercício de mapear como a dimensão sensível está sendo abordada nos debates educacionais acolhidos e validados pelo periódico. Para isso, orientamo-nos pelas seguintes problematizações: Quais discursos sobre a dimensão sensível na educação estão presentes no periódico *Educação em Questão*? Com que intensidade essas discussões se apresentam? As experimentações sensíveis presentes nos artigos selecionados fazem emergir quais possibilidades para a educação sensível?

Partindo da primeira pergunta, foram analisados os 236 artigos publicados durante o período de 2019 a 2023. Para isso, foram estabelecidos descritores que se relacionassem com o tema de interesse, sendo eles: Sensível, Afeto, Emoção, Experimentação, Experiência, Estética, Arte. Os artigos incluídos pela presença dessas palavras tiveram o resumo, título e palavras-chave lidos para verificar a possibilidade de interseções com a educação sensível, gerando a seleção final de vinte artigos.

Tabela 1: Levantamento bibliográfico

REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO			
ANO	Nº DE ARTIGOS	INCLUSÃO	EXCLUSÃO
2019	54	4	50
2020	65	8	57
2021	49	3	46
2022	33	2	31
2023	35	3	32
TOTAL	236	20	216

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para organizar e dialogar com os vinte artigos selecionados, realizamos a leitura integral dos trabalhos, atentando-nos para as abordagens teórico-metodológicas, os principais enunciados apresentados e as relações possíveis com a educação sensível. Em seguida, para apresentar os achados que surgiram desse processo, optamos por dividir os artigos em três categorias de análise, sendo elas: (1) Movimentos inventivos como possibilidade de reconfigurar o mapa do sensível na educação; (2) Os impactos das macropolíticas na partilha do sensível e (3) Os “outros” que desviam e tensionam: hospitalidade e estranhamento. Com a separação dos artigos em categorias, intencionamos apresentar as problematizações feitas entre as discussões apresentadas nos trabalhos em articulação com as categorias elaboradas, evidenciando interseções que potencializam o sensível na educação.

Movimentos inventivos como possibilidade de reconfigurar o mapa do sensível na educação

Para Rancière (2009, p. 16), a estética também é política, pois as diferenças de ocupações ditam aqueles que podem participar ou não da construção de um plano comum “[...] em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter essa ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum”. Nesse sentido, as desigualdades sociais implicam no quanto cada um pode tomar parte na partilha do sensível, fazendo com que grupos que ocupam espaços de poder e prestígio obtenham uma parcela maior dessa divisão.

Em busca de mapear discursos que tensionam a partilha do sensível, bagunçando arranjos desiguais e apostando na criação de reconfigurações mais justas, foram selecionados os nove artigos a seguir.

Tabela 2: Artigos selecionados categoria 1

Categoria: Movimentos inventivos como possibilidade de reconfigurar o mapa do sensível na educação		
Título	Ano	Autor(es)
A forma-escola inovadora: permanências, resignificações e deslocamentos	2020	Antônia Regina Gomes Neves; Sabrina Borges de Mello Hetti Bahia e Eli Terezinha Henn Fabris
Métodos Espiritográfico e Sonho-gráfico: poéticas tradutórias na pesquisa-docência	2020	Maria Idalina Krause de Campos Sandra Mara Corazza
"O Menino e o Mundo": perdas e enfrentamentos da criança no cinema brasileiro	2020	Andréa Bezerra Cordeiro Gizele de Souza Vera Lucia Gaspar da Silva
Inventar o fora como um dentro e fazer da clausura uma educação	2021	Luiz Carlos Quirino da Silva e Máximo Daniel Lamela Adó
Entre um "currículo-obsceno" e um "currículo-louco": composições de um "currículo-menor"	2021	Evanilson Gurgel; Marlécio Maknamara e Silvia Chaves
Movimentando pensamentos e criações no experienciar docências	2022	Lucia de Fatima Dinelli Estevinho e Antonio Carlos Rodrigues de Amorim
Pesquisas com os cotidianos da Educação: problematizações e invenções de mundos	2023	Carlos Eduardo Ferraço
Entre o olhar e a leitura: a imagem fotográfica presente nos livros de literatura infantil	2023	Ludmila Magalhães Naves e Ilsa do Carmo Vieira Goulart
Aprendizes de ficção sobre o ler e o escrever histórias na escola	2023	Gildene Lima de Souza Fernandes e Alessandra Cardozo de Freitas

Fonte: Elaboração própria (2025).

O artigo *Pesquisas com os cotidianos da Educação: problematizações e invenções de mundos* problematiza a centralidade que as práticas descritti-

vas e analíticas possuem nas pesquisas em educação e propõe, em diálogo com teóricos como Certeau (1994), Deleuze e Guattari (2012), movimentos que apostem nas conversas e experimentações com os cotidianos. O ato de pesquisar é apresentado como devir que envolve habitar os espaços, acompanhando as potências e possibilidades que se apresentam nas relações cotidianas. Nesse sentido, o foco não está em confirmar ou refutar hipóteses fechadas sobre a educação, mas em mapear as forças dos acontecimentos que atravessam as relações vividas, sempre em processo de transformação e em estado de inacabamento. A invenção do novo, de outras formas de pensar e fazer educação, torna-se, portanto, parte das relações cotidianas em constante movimento.

Apresentando alguns movimentos de pesquisa que apostam na experimentação, como problematizado pelo artigo anterior, foram selecionados os artigos *Métodos Espiritográfico e Sonhográfico: poéticas tradutórias na pesquisa-docência e movimentando pensamentos e criações no experimentar a docência*. O primeiro, disserta sobre dois métodos que se pautam na Filosofia da Diferença para pensar outros possíveis para a formação docente. Nesse sentido, pautam-se em movimentos de pesquisa em que a força não está na reprodução de modelos, mas na experimentação sensível. São apostas em movimentos poéticos, atrelados aos signos artísticos, aos sonhos e à leitura e escrita como caminhos para desterritorializar as linhas duras e abrir espaço aos afetos que fazem emergir o inesperado, aquilo que escapa do convencional e potencializa outros possíveis para o fazer docente.

Também pensando na formação de professores, em diálogo com a Filosofia da Diferença, o segundo artigo, intitulado *Movimentando pensamentos e criações no experimentar a docência*, apresenta experimentações realizadas com alunos dos cursos de licenciatura em Química, Física e Biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Propondo um movimento, na formação de professores, que fuja ao prescrito, os autores compartilham achados de uma pesquisa-criação tecida a partir dos encontros dos discentes com diferentes produções artísticas. O artigo destaca a potência de aulas que se constituem nas relações, nos encontros coletivos disparados pelos signos artísticos, capazes de fazer emergir experiências sensíveis e aprendizagens em devir.

Trazendo esses movimentos inventivos para o contexto pandêmico, vivido no Brasil e no mundo, de 2020 a 2023, o artigo *Inventar o fora como um dentro e fazer da clausura uma educação* guia-se pela Filosofia da Diferença para pensar práticas docentes inventivas no contexto das restrições causadas pela pandemia do coronavírus. Para isso, os autores defendem que os processos inventivos advêm de forças externas que violentam o pensamento pela diferença, sendo essa força apresentada como “fora”. Com esse fim, assumem a necessidade de virar do avesso, de problematizar o estado natural das coisas e de se atentar aos elementos cotidianos com novos olhares, procurando, a partir dos materiais e das práticas estabelecidas, criar outros modos de existir que subvertam os sentidos fechados, como evidenciado no trecho a seguir: “[...] como possibilidade de invenção em educação, defendemos um tipo de leitura que falseia os materiais com que se depara e os desrespeita” (Silva; Adó, 2021). Nesse sentido, apesar de o artigo apresentar como contexto as condições restritivas pontuais geradas pela pandemia, consideramos que as discussões apresentadas corroboram com o que o filósofo Agamben (2007) apresenta como profanação, pois defende a apropriação dos dispositivos de poder e controle para a criação de outros modos e usos como possibilidade de resistências coletivas e cotidianas. A profanação, portanto, não acontece só no contexto pandêmico, mas a todo momento em que rasuras são feitas, em meio às linhas duras das macropolíticas.

Os dois próximos artigos selecionados focam em pensar a educação a partir da análise e problematização de produções televisivas. O primeiro, intitulado *A forma-escola inovadora: permanências, ressignificações e deslocamentos*, discute os doze episódios que compõem a série documental *Destino: Educação – Escolas Inovadoras*, produzida pelo Canal Futura, a partir do conceito de forma-escola de Rancière (2022). Entendendo a escola como um espaço de separação constituído por *espaços-tempos* que escapam à lógica do trabalho, as autoras defendem que o que é apresentado como escolas inovadoras não implica, necessariamente, no rompimento com os aspectos que caracterizam esse espaço e o diferenciam de outros, trata-se de modificações que podem profanar a ordem natural das coisas e criar outras formas de *aprenderensinar*. Entretanto, alertam que para que essas criações profanem os espaços escolares, a

invenção de outras formas de habitar esses espaços devem tensionar os fundamentalismos e apostar nas diferenças em relação.

O segundo, de título *Entre um “currículo-obsceno” e um “currículo-louco”: composições de um “currículo-menor”*, dialoga com a forma que Deleuze e Guattari (2012) conceitualizam menor e maior, entendendo o primeiro como movimentos clandestinos e de resistência e o segundo como a ordem vigente. A partir desses autores, o artigo propõe-se a pensar nas séries televisivas *Fleabag* e *Crazy Ex-Girlfriend*, atreladas às compreensões de currículo-maior e currículo-menor. A defesa feita é de que as narrativas presentes nas duas séries produzem currículos menores, ao subverterem convenções de gênero e sexualidade, apresentando subjetividades desviantes que se constituem em modos de ser e estar no mundo, que desestabilizam as normas sociais.

Embora o texto extrapole conceitos empregados nas pesquisas em educação para analisar artefatos culturais, sem tratar diretamente da educação, o artigo foi selecionado, considerando a potencialidade de suas discussões para problematizar as linhas duras que atravessam as organizações dos currículos escolares. Ao propor competências e habilidades comuns e nacionais, a BNCC tenta produzir subjetividades homogêneas e em conformidade com a lógica vigente, enquanto os movimentos menores que se constituem nos cotidianos escolares são desvios que podem fazer emergir existências inventivas que tensionam os padrões sociais.

Diferentemente dos artigos anteriores, os três trabalhos apresentados a seguir se afastam da perspectiva teórico-epistemológica que guia este movimento de pesquisa, por dialogarem de forma mais direta com autores críticos, entretanto, foram selecionados por apresentarem pesquisas atreladas às linguagens artísticas. Nesse sentido, apesar de os artigos apresentarem a arte como caminho para apropriação de conhecimentos específicos, consideramos que as relações sensíveis escapam das intencionalidades previamente estabelecidas, fazendo emergir invenções cotidianas que desafiam a linearidade.

O primeiro, intitulado *Entre o olhar e a leitura: a imagem fotográfica presente nos livros de literatura infantil*, analisa três obras de literatura

infantil ilustradas com fotografias. O artigo defende que o trabalho conjunto entre texto e imagem contribui para que as crianças desenvolvam o apreço pela leitura e, ao mesmo tempo, fomenta a formação de um olhar atento, que ultrapassa o gesto mecânico de enxergar em direção à leitura crítica das imagens como parte da construção narrativa.

O artigo *Aprendizes de ficção sobre o ler e o escrever histórias na escola*, por outro lado, relata alguns dos atravessamentos de uma pesquisa desenvolvida com crianças do 5º ano de uma escola pública no Rio Grande do Norte. A pesquisa foi composta por três momentos principais, o primeiro teve como foco a leitura de obras literárias, o segundo proporcionou momentos de conversas e trocas para que os alunos pudessem dialogar uns com os outros e o terceiro foi voltado para que, inspirados pelas leituras e conversas, os alunos produzissem suas próprias histórias ficcionais. A partir da apresentação dos achados da pesquisa, as autoras destacam a importância da mediação literária para potencializar a escrita das crianças.

Por fim, o artigo *O Menino e o Mundo: perdas e enfrentamentos da criança no cinema brasileiro* se debruça sobre a animação de Alê Abreu, intitulada *O menino e o mundo*, lançada em 2013. A proposta do artigo foi analisar a forma que a infância aparece e é tratada em meio às questões como a migração forçada e a constituição dos espaços urbanos. A partir do filme, são discutidas as possíveis razões que levam uma pessoa a migrar para outra região do território brasileiro, a arquitetura hostil que compõe as grandes metrópoles, o consumismo e a globalização.

Os efeitos das macropolíticas na partilha do sensível

Se a partilha do sensível, conforme Rancière (2009), configura um agenciamento de corpos, tempos e espaços que delimita o visível, o dizível e o possível no comum, a educação emerge como um território privilegiado, no qual essa distribuição é incessantemente tensionada. Neste subitem, não nos limitamos a mapear políticas educacionais, mas buscamos cartografar como elas moldam o sensível no espaço escolar — ora cristalizando hierarquias, ora abrindo fissuras para transformações radicais. Entre a máquina abstrata do Estado, com suas palavras de ordem (Deleuze; Guattari, 2012),

e as microrresistências que as subvertem, pensamos: Como pensar as relações sensíveis em meio a políticas educacionais de controle?

Para aprofundar essa questão, selecionamos quatro artigos que, a partir de diferentes enfoques, analisam os impactos das macropolíticas na configuração do sensível. A seguir, apresentamos os artigos que compõem esta categoria.

Tabela 3: artigos selecionados na categoria 2

Categoria: Os impactos das macropolíticas na produção e distribuição justa do sensível		
Título	Ano	Autor(es)
Ética como espaço de voz e ressonâncias do cuidado de si docente na escola pública e na Base Nacional Comum Curricular	2020	Cláudia Soave Simone Corte Real Barbieri Geraldo Antônio da Rosa
Educação e Democracia: os desafios das Universidades Públicas	2019	Maria da Conceição de Almeida
Educación para la comprensión humana: desarrollo de la intersubjetividad desde la complejidad	2019	Adriane Lorenzon Michelle Romero Gallardo
Para além da racionalidade neoliberal: o comum e a práxis instituinte como princípios ético-formativos	2020	Angelo Vítório Cenci Cleriston Petry

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os artigos analisados não descrevem um sistema fechado, mas compõem um corpo coletivo de enunciações que expõe o paradoxo da educação contemporânea: de um lado, a sobrecodificação neoliberal (Deleuze; Guattari, 2010), que reduz o comum à lógica do capital humano; de outro, práticas pedagógicas que reinventam a escola como *espaçotempo* de força, onde arte, política e vida inventam novas formas de ser e estar na escola. A BNCC, por exemplo, não é meramente um documento curricular — é um dispositivo de captura que busca domesticar tempos, gestos e saberes docentes.

No encontro com Soave, Barbieri e Rosa (2020), no artigo *Ética como espaço de voz e ressonâncias do cuidado de si docente na escola pública e na Base Nacional Comum Curricular*, emerge a questão sobre a ética do cuidado de si docente, entendendo “ressonâncias” como uma metáfora: as pressões externas (trabalho, políticas públicas, relações) amplificam a “vibração” do professor, gerando ondas que afetam sua própria constituição, a dos alunos e, por extensão, a sociedade. Diante da BNCC, percebe-se uma divergência de objetivos, pois enquanto sua elaboração teve como foco estabelecer um conjunto de aprendizagens essenciais e competências que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio), garantindo equidade e qualidade na educação nacional (Brasil, 2017), sua análise aponta “[...] as intencionalidades dos movimentos de silenciamento docente pela progressiva não explicitação da formação docente no documento e suas possíveis reverberações” (Soave; Barbieri; Rosa, 2020, p. 4).

O artigo discute o cuidado de si, que deixa de ser uma premissa e passa a ser secundário, diante dos desencontros vivenciados nos agenciamentos em sala de aula: enquanto o docente preocupa-se em cumprir metas e tarefas que propõem a homogeneização dos saberes discen-tes, suprime-se o espaço para autorreflexão profissional e dificulta-se a construção de uma verdadeira transformação social (Soave; Barbieri; Rosa, 2020). Com Carvalho, Silva e Delboni (2023, p. 17), tensionamos ainda mais essa reflexão, por acreditarmos que

A experiência sensível, como princípio estético, pode orientar as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas em ação. Precisamos encontrar os fundamentos dessa nova estética, colocá-la, então, não de modo hierárquico em normativas legais definindo competências e habilidades de caráter universal, mas como princípios a serem estabelecidos de forma a permitir a flexibilidade necessária para o estabelecimento de uma partilha justa entre diferentes contextos e/ou corpos sociais.

Os artigos analisados a seguir, embora estejam orientados pela tradição crítica, marcada pelo uso de categorias que enquadram e denunciam os efeitos das políticas neoliberais sobre a educação, precisam ser considerados nesta análise. Ao evidenciar os modos como as macropolíticas regulam corpos, tempos e saberes, tais estudos revelam a face disciplinar da escola e permitem compreender os mecanismos de captura que incidem sobre o sensível. Ainda que não se articulem pela via pós-crítica, esses trabalhos tensionam a partilha do sensível ao mostrar que todo regime de visibilidade é também um campo de disputa.

Com Foucault (2008), acreditamos que todo dispositivo carrega em si brechas, das quais emergem práticas de resistência. É nesse sentido que, em *Educação e Democracia: os desafios das Universidades Públicas*, Almeida (2019, p. 3), evidencia o modo como as universidades públicas resistem à lógica mercadológica da educação. A autora também aponta que a transformação social não pode ser delegada exclusivamente ao sistema escolar — exigindo que outras esferas, como políticas públicas, economia e cultura, sejam responsabilizadas. Essa crítica ecoa a partilha rancieriana do sensível: se o comum é definido por quem pode nele participar (Rancière, 2009), a educação, sozinha, não detém o monopólio dessa redistribuição. A estética política revela-se justamente nos tensionamentos entre as ocupações legitimadas (o docente, o gestor, o especialista) e as vozes excluídas desse comum. Assim, a resistência universitária à mercantilização (Almeida, 2019) e a insurgência das práticas invisibilizadas são gestos que reconfiguram o sensível, expondo as fraturas de um sistema que reduz a justiça a competências hierarquizadas.

Já em *Educación para la comprensión humana: desarrollo de la intersubjetividad desde la complejidad*, Lorenzon e Gallardo (2019, p. 6, tradução nossa) deslocam a reflexão para o campo da intersubjetividade, ao propor que “[...] um dos efeitos decisivos da educação para a compreensão humana seria a geração de habilidades para a convivência pacífica no século XXI”. Se, em Rancière (2009), a partilha do sensível define os contornos de quem pode ser visto e ouvido no comum, em Lorenzon e Gallardo a tarefa educativa é precisamente criar condições para que esse comum não se reduza a uma comunidade homogênea, mas se constitua

como espaço de encontro entre diferenças. A intersubjetividade, compreendida como prática de abertura e reconhecimento da alteridade, rompe com a lógica de um sensível capturado pela racionalidade instrumental e neoliberal, deslocando a educação de uma gestão de competências para uma política do vínculo.

Assim, a proposta de uma compreensão humana desde a complexidade pode ser lida como um gesto de redistribuição do sensível. Em lugar de um arranjo hierárquico que fixa papéis e silencia vozes, Lorenzon e Gallardo (2019) sugerem um exercício de *hospitalidade epistemológica*, no qual os sujeitos educativos se reconhecem mutuamente como coautores do comum. Essa perspectiva reverbera em Rancière: a política, mais do que uma estrutura institucional, emerge como a irrupção de quem não tinha parte, instaurando novos modos de ver, sentir e dizer. Nesse sentido, a intersubjetividade não é mero adorno relacional, mas um dispositivo estético-político que tensiona as macropolíticas educativas e reabre o campo da educação como partilha radical do sensível.

Cenci e Petry (2020), em diálogo com Dardot e Laval (2016) e Foucault (2008), desvelam, em *Para além da racionalidade neoliberal: o comum e a práxis instituinte como princípios ético-formativos*, a anatomia do neoliberalismo hiper autoritário: uma máquina abstrata que não apenas formata currículos, mas engendra uma cartografia existencial, na qual educadores oscilam entre a docilidade e a resistência.

Diante de uma lógica que vai além do acúmulo de capital (Cenci; Petry, 2020, p. 5) o neoliberalismo teima em moldar a sociedade, considerando a lógica de mercado. Não se trata de sujeitos que agem sob pressão “faça isso ou faça aquilo!”, mas da construção de sujeitos que passam a agir por conta própria, acreditando agir sob seu desejo, mas na verdade, moldados pelos desejos do sistema. É o que Foucault nos convida a pensar quando traz o saber como algo atrelado ao poder e à subjetivação (Diaz, 2012). As verdades que tomamos como óbvias e naturais são resultado de um processo de “fabricação” de verdades, em um determinado tempo histórico.

Nesse movimento, entendemos a escrita desses artigos como forma de continuar a vibrar e problematizar a educação. Enquanto questionamos

as macropolíticas e seu impacto na distribuição do sensível e pensamos em como criar linhas de fuga (Deleuze; Guattari, 2012) que nos movam a pensar os dispositivos de poder, estaremos resistindo às forças instituídas que tentam controlar os corpos e as subjetividades (Foucault, 2008).

Os “outros” que desviam e tensionam: hospitalidade e estranhamento

No campo da configuração do sensível, que define quem pode ser visto e ouvido (Rancière, 2009), a hospitalidade, segundo Moriceau (2020), em diálogo com Derrida (2003), surge como abertura ética e afetiva à alteridade, reconhecendo a singularidade e vulnerabilidade do outro sem assimilação ou silenciamento. Mais do que receptividade, trata-se de uma prática política-estética de resistência, capaz de criar “lugares outros” onde infâncias *queer*, professores LGBTQIA+ e demais sujeitos marginalizados existam de forma legítima e ativa.

É nessa perspectiva que situamos os artigos desta categoria, que analisam como experiências dissidentes tensionam as normatividades e produzem estranhamento nos espaços escolares. Ao trazer à cena vozes e corpos historicamente invisibilizados, os textos desestabilizam verdades naturalizadas e criam brechas para a construção de mapas sensíveis.

Tabela 4: artigos selecionados na categoria 3 (continua)

Categoria: Os “outros” que desviam e tensionam: hospitalidade e estranhamento		
Título	Ano	Autor(es)
Para uma cartografia de infâncias queer no currículo escolar	2019	João Paulo de Lorena Silva Marlucy Alves Paraíso
Políticas públicas, gênero e currículo: notas para equidade	2020	Cláudio Eduardo Resende Alves
Monstros que assustam, atraem e fascina: um mapa das linhas de constituição das infâncias queer	2021	João Paulo de Lorena Silva Marlucy Alves Paraíso

Tabela 4: artigos selecionados na categoria 3 (conclusão)

Juventude LGBTQI+ e a educação: do governo das crianças em Herbart às políticas inclusivas	2020	Maria Heloisa de Melo Cardoso Dinamara Garcia Feldens Marizete Lucini
As brincadeiras denunciavam que eu era uma criança viada”: o gênero “fabricado” na infância	2019	Pedro Paulo de Souza Rios Alfrancio Ferreira Dias José Paulo Gomes Brazão
Subjetividades de um ensino: marcações de gênero na educação escolar (1970-1980)	2020	Jorge Luiz Zaluski
Os Outros na escola e a escola dos Outros: contestações à colonialidade da educação	2022	Bárbara Ramalho Lúcia Helena Alvarez Leite

Fonte: Elaboração própria (2025).

Se toda ordem social estabelece práticas que definem regras e comportamentos (Foucault, 2008), temos em Silva e Paraíso (2019), em *Para uma cartografia de infâncias queer no currículo escolar*, infâncias desidentificadas dos padrões de gênero e sexualidade instituídos. Os autores tensionam os conceitos de infância, que, diferente da verdade produzida em nosso tempo (Diaz, 2012), não são homogêneos. Partindo de uma pesquisa de mestrado sobre infâncias *queer*, foi possível cartografar as angústias dos profissionais da educação da rede pública de Belo Horizonte/MG, inquietos e preocupados com alunos cujos corpos e expressões de gênero e sexualidade fogem aos padrões determinados.

Para Foucault (2008, p. 48), a sexualidade é um objeto construído histórica e socialmente. São práticas e discursos que definem o que é normal e anormal, regulando assim os corpos e as subjetividades. No tensionamento dessas normas, Silva e Paraíso (2019) propõem “lugares outros” em que as crianças são estimuladas a se expressar. As chamadas “crianças-fogueirinhas”, que apresentavam comportamento diferente do desejado, tornam-se, assim, metáforas vivas desse devir transformador: “[...] assim como as chamas das fogueirinhas multicores que cartografamos, nela tudo é centelha, faísca, devir” (Silva; Paraíso, 2019, p. 18).

Em Alves (2020), no artigo *Políticas públicas, gênero e currículo: notas para equidade*, temos uma análise crítica sobre o processo de elaboração do Plano Municipal de Equidade de Gênero, de Belo Horizonte/MG, que aconteceu entre 2019 e 2020. Um dos aspectos centrais de sua investigação é mostrar como as crianças da Educação Infantil foram retiradas do escopo das discussões, o que explicita a exclusão precoce de sujeitos que poderiam tensionar normas de gênero e sexualidade já nos primeiros anos de escolarização. A partir de quatro registros de diários de campo, o autor investiga o avanço nas pautas conservadoras e o retrocesso nas discussões de políticas de gênero.

Em seu segundo relato, Alves (2020) descreve que o título original do evento, *1º Seminário do Plano Municipal de Equidade de Gênero*, foi alterado por razões estratégicas e políticas, optando-se pela retirada da palavra “gênero” para evitar confronto direto. Essa escolha, segundo o autor, explicita uma “injunção de inexistência”, ao mesmo tempo em que suscita a provocação: escrever “gênero” não pode, mas falar pode? Para Foucault (1988, p. 82), “A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação, e de mutismo”. Ou seja, cria-se a ilusão de que se está suprimindo algo, quando, na verdade, estimula-se o “falar sobre” como forma de exercer um controle, um modo de monitorar os movimentos dos corpos.

O objetivo é evitar um confronto direto com o poder instituído, o que não é diferente do que estamos vivendo em âmbito escolar. Trata-se do tema, sem trazer palavras específicas, numa censura lexical que o autor chama de “[...] uma espécie de silenciamento léxico seletivo” (Alves, 2020, p. 11). Quando as crianças da Educação Infantil são tiradas do escopo das discussões, fica nítida a reafirmação de um currículo que reforça verdades instituídas, em vez de questioná-las.

Em *Monstros que assustam, atraem e fascinam: um mapa das linhas de constituição das infâncias queer*, Silva e Paraíso (2021) aprofundam a cartografia dessas existências dissidentes, argumentando que as infâncias *queer* são constituídas por três linhas de força simultâneas e contraditórias: a precariedade, a estética e a política. A linha da precariedade revela

a vulnerabilidade a que estão submetidas essas crianças, posicionadas à margem do que é aceito socialmente e, portanto, mais expostas à violência, à exclusão e à negligência institucional. No entanto, a partir desse lugar se ergue a linha estética, que as transforma em figuras monstruosas que, ao mesmo tempo que assustam pela transgressão das normas, fascinam por encarnarem a pura potência do devir, a alegria dionisíaca e a criatividade de outros modos de vida. Por fim, a linha política manifesta-se na resistência cotidiana e na insurgência contra os mecanismos de normatização, em que a amizade *queer* e as alianças entre pares surgem como estratégias vitais de sobrevivência e reexistência.

Essa composição de forças permite compreender a infância *queer* não como uma identidade fixa, mas como um campo de tensões. Elas são, como propõem os autores, monstros no sentido foucaultiano: corpos que violam as leis da natureza e da sociedade, e que, por isso, tornam-se alvo de controle e patologização, mas também, e sobretudo, pontos de fuga que desestabilizam a ordem binária e abrem fissuras no tecido social. A provocação central do artigo está em mostrar que essas crianças provocam sentimentos paradoxais: o medo e o fascínio, “[...] criando modos de vida transviados que muito têm a nos ensinar” (Silva; Paraíso, 2021, p. 13).

Nos demais artigos analisados, mesmo quando a abordagem crítica privilegia a categorização das diferenças (gênero, sexualidade, identidades subalternizadas) é possível perceber a potência de um deslocamento. Ao trazer à cena sujeitos que foram historicamente invisibilizados ou silenciados, esses textos contribuem para expor a precariedade das fronteiras impostas pela escola e pela sociedade. Assim, abrem espaço para pensar outras formas de ser e estar no mundo, instaurando a possibilidade de hospitalidade e estranhamento como práticas educativas. Nessa aproximação, o diálogo entre teoria crítica e pós-crítica se torna potente, pois ambas, a seu modo, desestabilizam o instituído e promovem uma redistribuição do visível e do audível.

Rios, Dias e Brazão (2019) acompanharam as experiências e existências docentes, revelando seu olhar para as brincadeiras que “denunciam” aqueles que subvertem a ordem estabelecida. No artigo *As brincadeiras*

denunciavam que “[...] eu era uma criança viada”: o gênero “fabricado” na infância, por meio de narrativas autobiográficas, os pesquisadores apresentam casos de seis professores gays, egressos dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Matemática e Biologia do Campus VII, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O estudo mostra como sua trajetória é atravessada pelas verdades fabricadas. A educação funciona como máquina de normalização, encarregada de moldar os indivíduos (Dias, 2012, p. 13).

Nas narrativas dos seis professores, aparecem com frequência a discriminação que sofreram na infância. A brincadeira é usada como dispositivo de vigilância e categorização. Para Rancière (2009, p. 63), “[...] um mundo ‘comum’ não é nunca simplesmente o etos. É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das ocupações no espaço de possíveis”. Sendo assim, a brincadeira se torna território de polêmica: existe brinquedo de menino e de menina? Quem pode brincar do quê? Há uma distribuição de papéis que reforça as fronteiras impostas pela família, pela mídia, pela sociedade, e mostram o que é “correto” e “natural”.

Esse processo de normalização, que se manifesta nas brincadeiras infantis, também pode ser observado em outras práticas escolares. Em *Subjetividades de um ensino: marcações de gênero na educação escolar (1970-1980)*, Zaluski (2020) apresenta como a educação nas décadas de 1970-1980 produzia subjetividades marcadas pelo discurso de gênero. O autor relata o caso de uma escola do Paraná que, em 1980, passa a ofertar a disciplina de “Indústria Caseira”, que, entre seus objetivos “[...] incluía a preparação para o casamento, orientar para o cumprimento de atividades domésticas e cuidados com o corpo de acordo com as características socioculturais da época” (Zaluski, 2020, p. 4). Como forma de fixar fronteiras entre o visível e o audível, confinando às meninas papéis domésticos, a escola funciona como espaço que determina as interações possíveis entre meninas e meninos (Rancière, 2009).

Esse mecanismo de exclusão também ressoa em outras práticas escolares que, sob a aparência de neutralidade, perpetuam a normatização e o silenciamento das diferenças. Nessa direção, Cardoso, Feldens e Lucini (2020) dialogam, em seu artigo *Juventude LGBTQI+ e a educação: do*

governo das crianças em Herbart às políticas inclusivas, sobre como a pedagogia conservadora de Herbart ainda reverbera pré-conceitos e invisibilidades nas práticas escolares contemporâneas. O controle disciplinar, a normatização e a imposição moral ainda são instrumentos centrais para a configuração do sensível na escola.

Essa lógica educativa, que busca dominar e moldar as subjetividades em formação, relaciona-se diretamente com as macropolíticas de dominação descritas por Foucault (2008) e a sobrecodificação neoliberal analisada por Dardot e Laval (2016), que reproduzem padrões rígidos e excludentes. No caso da juventude LGBTQI+, essas políticas conservadoras se manifestam na marginalização, na invisibilização e na violência institucional contra identidades e expressões dissidentes de gênero e sexualidade, tornando a escola um dispositivo que tensiona o reconhecimento e a legitimação desses “outros” no espaço social e político do comum (Rancière, 2009).

Nesse contexto, uma ética da abertura e do acolhimento à alteridade constitui-se como gesto político-estético fundamental para a reversão desses processos. Ao propor a aceitação das diferenças não como meras categorias a serem assimiladas, mas como singulares instabilidades que desafiam as normas, criam-se “lugares outros” para a emergência e coautoria dos sujeitos marginalizados. Assim, a construção de políticas inclusivas na escola se apresenta não apenas como reação à exclusão, mas como ato de reconfiguração do comum sensível, promovendo a redistribuição do visível e do audível e protagonizando uma educação que reconhece e valoriza a diversidade como princípio estético e ético.

As reflexões de Ramalho e Leite (2022) deslocam o olhar para sujeitos historicamente marginalizados no contexto escolar. Em *Os Outros na escola e a escola dos Outros: contestações à colonialidade da educação*, as autoras usam o termo “feitos outros” para denunciar o alinhamento histórico entre educação formal e projeto colonial. Em diálogo com a obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, ilustram como a escola tradicional reproduz narrativas coloniais e exclui saberes e identidades não hegemônicas.

Ao analisar a presença de crianças e jovens de territórios subalternizados em instituições públicas, as autoras mostram que tal presença, longe

de significar apenas “problemas de desempenho”, constitui-se como fissura na colonialidade que estrutura a cultura escolar. Aqui podemos ler, com Rancière (2009), que se trata da irrupção dos “sem-parte” no espaço escolar, instaurando uma redistribuição do sensível: vozes antes inaudíveis tornam-se audíveis, experiências antes invisíveis passam a disputar reconhecimento no comum.

Sob essa perspectiva, a escola deixa de ser concebida apenas como reprodutora de desigualdades e se abre como espaço de contestação, onde vozes e experiências historicamente silenciadas emergem como produtoras de conhecimento e de cultura. A crítica ao universalismo moderno, que impõe uma infância abstrata, uma verdade única sobre qualidade da educação e um currículo centrado no eurocentrismo, encontra aqui seu contraponto político: é no encontro com os “outros”, aqueles que desorganizam o já instituído, que a escola pode reinventar-se como partilha radical do sensível.

Em síntese, os “outros” que desviam e tensionam nos mostram que a escola, longe de ser apenas espaço de reprodução normativa, é também lugar de disputas, brechas e reconfigurações. Reconhecer o estranhamento como possibilidade de hospitalidade significa deslocar o olhar para uma educação que se abre como experiência estética e política, capaz de afetos e afecções e de reinventar continuamente o comum.

Breves considerações para afirmar uma política de possibilidade

Ao longo desta análise cartográfica, observamos que as políticas educacionais, os currículos e as práticas docentes não apenas organizam conteúdos e métodos, mas produzem modos de ver, dizer e sentir — configurando o campo sensível da educação. Inspirados em Rancière (2009), compreendemos que toda distribuição do sensível define o que pode ser percebido como legítimo, quem pode falar e quem permanece invisível. Os artigos analisados evidenciam que, entre as forças de normatização e as potências de invenção, o espaço escolar torna-se lugar de disputa ética, estética e política.

Se, de um lado, as macropolíticas reiteram hierarquias e buscam capturar corpos e subjetividades, por meio de uma lógica de eficiência e controle, de outro, emergem práticas que escapam e potencializam outras formas de configurar o comum, deslocando fronteiras entre o visível e o audível. Essas fissuras, muitas vezes sutis, são também gestos de criação: nelas habitam infâncias que escapam às normas, professores que subvertem a ordem, e sujeitos que afirmam sua existência pela diferença.

Nesse movimento, o sensível torna-se condição política de possibilidade. Pensar a educação como partilha do sensível implica reconhecer que o comum não é dado, mas continuamente reinventado nas relações entre corpos, vozes e tempos. As experiências analisadas revelam, assim, que a potência transformadora da escola reside menos na transmissão de verdades do que na criação de espaços em que o inesperado possa emergir como força de pensamento e de vida.

Referências

- AGAMBEN, G. **Profanações**. Tradução de Selvino J. Assman. 1. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALMEIDA, M. da C. de. Educação e Democracia: os desafios das Universidades Públicas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 52, p. 1-19, 2019.
- ALVES, C. E. R. Políticas públicas, gênero e currículo: notas para equidade. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 58, p. 1-23, 2020.
- ALVES, N. Imagens das escolas: sobre redes de conhecimentos e currículos escolares. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 53-62, 2001.
- ALVES, N. Sobre as redes educativas que formamos e que nos formam. In: ALVES, Nilda. **Práticas pedagógicas em imagens e narrativas: memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje**. São Paulo: Cortez, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017
- CARDOSO, M. H. de M.; FELDENS, D. G.; LUCINI, M. Juventude LGBTQI+ e a educação: do governo das crianças em Herbart às políticas inclusivas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 55, p. 1-20, 2020.

CARVALHO, J.; SILVA, S. K. da; DELBONI, T. M. Z. G. F. A dimensão do sensível nas normativas curriculares legais para a formação de professores. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 23, e1146, 2023.

CAMPOS, M. I. K. de; REIS, M. dos; CORAZZA, S. M. Métodos Espiritográfico e Sonhográfico: poéticas tradutórias na pesquisa-docência. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 58, p. 1-23, 2020.

CENCI, A. V.; PETRY, C. Para além da racionalidade neoliberal: o comum e a práxis instituinte como princípios ético-formativos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 56, p. 1-19, 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORDEIRO, A. B.; SOUZA, G. de; SILVA, V. L. G. da. "O Menino e o Mundo": perdas e enfrentamentos da criança no cinema brasileiro. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 57, p. 1- 25, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs V1**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2012a.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs V3**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed 34, 2012b.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DERRIDA, J. **Da Hospitalidade**: Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar. Tradução de Fernanda Bernardo. Viseu: Palimage Editores, 2003.

DIAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

ESTEVINHO, L. de F. D.; AMORIM, A. C. R. de. Movimentando pensamentos e criações no experienciar docências. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 64, p. 1-23, 2022.

FERRAÇO, C. E. Pesquisas com os cotidianos da Educação: problematizações e invenções de mundos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 61, n. 70, p. e-34627, 2023.

FERNANDES, G. L. de S.; FREITAS, A. C. de. Aprendizes de ficção: sobre o ler e o escrever histórias na escola. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 61, n. 70, e-34627, 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade do saber. 13. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GURGEL, E.; MAKNAMARA, M.; CHAVES, S. Entre um “currículo-obsceno” e um “currículo-louco”: composições de um “currículo-menor”. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 62, p. 1-22, 2021.

HARDT, M. “Foreword: What affects are good for”. In: CLOUGH, Patricia Ticineto; HALLEY, Jean (Org). **The affective turn**: theorizing the social. London: Duke University Press, 2007.

LORENZON, A.; GALLARDO, M. R. Educación para la comprensión humana: desarrollo de la intersubjetividad desde la complejidad. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 53, p. 1-18, 2019.

MORICEAU, J. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte, MG: Fafich; Selo PPGCOM; UFMG, 2020.

NAVES, L. M.; GOULART, I. do C. V. Entre o olhar e a leitura: a imagem fotográfica presente nos livros de literatura infantil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 61, n. 69, p. 1-24, 2023.

NEVES, A. R. G.; BAHIA, S. B; de M. H.; FABRIS, E. T. H. A forma-escola inovadora: permanências, ressignificações e deslocamentos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 58, p. 1-24, 2020.

RAMALHO, B. LEITE, L. H. A. Os Outros na escola e a escola dos Outros: contestações à colonialidade da educação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 64, p. 1-21, 2022.

RIOS, P. P. de S.; DIAS, A. F.; BRAZÃO, J. P. G. As brincadeiras denunciavam que eu era uma criança viada”: o gênero “fabricado” na infância. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-21, 2019.

RANCIÈRE, J. **Partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. **Escola, produção, igualdade**. In: CARVALHO, José Sérgio Fonseca (org.). Jacques Rancière e a escola: educação, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, J. P. de L.; PARÁISO, M. A. Para uma cartografia de infâncias *queer* no currículo escolar. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-21, 2019.

SILVA, J. P. de L.; PARÁISO, M. A. Monstros que assustam, atraem e fascinam: um mapa das linhas de constituição das infâncias *queer*. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 62, p. 1-23, 2021.

SILVA, L. C. Q. da; ADÓ, M. D. L. Inventar o fora como um dentro e fazer da clausura uma educação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 62, p. 1-20, 2021.

SOAVE, C.; BARBIERI, S. C. R.; ROSA, G. A. da. Ética como espaço de voz e ressonâncias do cuidado de si docente na escola pública e na Base Nacional Comum Curricular. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 56, p. 1-23, 2020.

ZALUSKI, J. L. Subjetividades de um ensino: marcações de gênero na educação escolar (1970 -1980). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 57, p. 1-25, 2020.

O que pode o sensível na escola: experiências, agenciamentos e processos inventivos

Alice de Souza Gomes
Fernanda Binda Alves Touret
Sandra Kretli da Silva
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.7

Introdução

Este capítulo apresenta uma pesquisa bibliográfica-documental a partir dos encontros com os textos publicados no periódico *Educação da Unisinos*, entre os anos de 2019 e 2023. A escolha dos textos partiu de uma atenção especial à presença da dimensão do sensível nas problematizações propostas, reconhecendo-a como força política, ética e estética que atravessa práticas docentes, curriculares e investigativas no campo educacional. Tal sensibilidade não se restringe ao afeto com sentido de afetividade ou à emoção, mas se desdobra no sentido de afetar, mover, isto é, como aquilo que aumenta ou diminui a potência de agir dos corpos em relação (Spinoza, 2009), constituindo-se como abertura ao outro, ao mundo e à experiência, com potência de produzir rupturas nos discursos normalizados e inventar novas possibilidades de vida, de educação e de pensamento.

A análise dos textos selecionados permitiu a construção de três linhas de força que organizam este estudo: *Movimentos do sensível*, que reúne artigos voltados à criação de movimentos curriculares; *Escutas encarnadas*, que trazem a infância, os corpos e os territórios como campos de produção de subjetividades em relação; e *Corpos insurgentes*, que problematizam regimes de normalização e exploram a força da sensibilidade como resistência. Cada um desses movimentos expressa, à sua maneira, o modo como a educação pode ser tomada como espaço de travessia, no qual pensar e sentir não se separam.

Esta pesquisa, portanto, não pretende apenas sistematizar conteúdos, mas percorrer intensidades e tornar visíveis os modos como a produção acadêmica recente tem convocado a escola, as relações e os saberes a se entrelaçarem em meio às experiências sensíveis. Tal estudo se inscreve como aposta: a de que é preciso tocar o pensamento com o corpo, ouvir com o tempo, vivenciar experiências com o mundo.

Caminhos metodológicos: a pesquisa bibliográfica-documental como aproximação do sensível na educação

Essa pesquisa caracteriza-se como bibliográfica-documental, pois toma como objeto de análise um conjunto de produções acadêmicas e textuais para compor um movimento de problematização sobre a presença do sensível nos processos educativos. O *corpus* foi constituído por 33 artigos publicados no periódico *Educação*, da Unisinos, entre os anos de 2019 e 2023, selecionados a partir de um critério central: a presença da dimensão do sensível como força problematizadora dos modos de aprender, pensar, sentir e viver os processos formativos. Em uma busca preliminar no periódico, identificamos um total de 192 artigos publicados no recorte temporal estabelecido. Foram excluídas da seleção as produções estrangeiras e aquelas que mediante análise de títulos e resumos não apresentavam aproximações com a temática ou os referenciais deste movimento de pesquisa.

A investigação bibliográfica se configurou como um exercício de leitura analítica e relacional, no qual os artigos foram tomados como documentos

que produzem discursos, tensionamentos e aberturas no campo da educação. Nessa direção, inspirada por uma ética da atenção (Rolnik, 2006), a pesquisa não partiu de categorias pré-estabelecidas. Ao contrário, seguiu um movimento intensivo de leitura e afecções, buscando relacionar os modos como o sensível se entrelaça na tessitura conceitual das produções analisadas.

O sensível, aqui, é compreendido como aquilo que foge à objetivação dos saberes normativos e que convoca o pensamento à sua condição de criação e relação. Tal perspectiva aproxima-se do que Deleuze (2021) propõe como “pensamento sem imagem”: um pensamento que se faz a partir do encontro com o fora, com o que escapa, com aquilo que insiste e força o pensar. Como afirma Munhoz (2019, p. 396), ao defender uma docência nômade, “trata-se de investir na prática docente como uma potência em termos de experimentação do pensamento, isto é, um lugar aberto ao pensar e, nessa medida, território de criação”.

A seleção dos textos ocorreu por leitura atenta dos títulos, resumos e, posteriormente, dos artigos completos. Foram destacados aqueles em que o sensível aparece como campo de tensionamento ético, político, estético ou afetivo, seja por meio da tematização dos corpos, das infâncias, das relações, dos afetos, das imagens, dos territórios ou das resistências às normas que tentam capturar a vida.

A análise inspirou-se na ideia de mapa conceitual em movimento (Deleuze; Guattari, 1995), no qual os conceitos emergem do encontro com o material em aberturas para estranhar e se afetar, reconhecendo que os modos de aprender e ensinar não se esgotam nas prescrições curriculares, mas se constroem em meio a disputas, desejos e resistências.

Dessa análise emergiram três linhas de força que organizam o texto: 1. “Movimentos do sensível”, com artigos que abordam os currículos e as docências como movimentos de travessia e criação; 2. “Escutas encarnadas”, que reúne textos voltados às infâncias, aos corpos e às experiências como territórios de relação e afecção; 3. “Corpos insurgentes”, que problematiza regimes de normalização e aposta na sensibilidade como gesto ético-estético-político.

Assim, essa análise bibliográfica-documental não pretende totalizar nem classificar, mas abrir um campo expansivo para o sensível como aquilo que se dá entre políticas, desejos, normas e transgressões.

1. Movimentos do sensível: travessias pedagógicas e curriculares

Neste segmento, o sensível pulsa como movimento. Sendo assim, os artigos aqui reunidos desenhavam caminhos em que os currículos e as docências não são tratados como estruturas fixas, mas como superfícies de passagem, composição e reinvenção. São escritas que arriscam, experimentam e transbordam a racionalidade técnica ao buscar na criação, na arte e no pensamento da diferença modos outros de compor experiências nas docências, nos currículos e nos processos de *aprenderensinar*.

No texto *Por uma docência nômade: em defesa de uma política do movimento*, Munhoz (2019) com base em Spinoza, Deleuze, Guattari, Foucault e outros filósofos da diferença, aposta em uma docência nômade, território de experimentação do pensamento e de criação. Desse modo, problematiza: como produzir uma docência disparadora do movimento de pensar, uma docência que arrebatava o pensamento e o impulsiona para a criação?

Busca Spinoza (2007) para argumentar que o nosso corpo é instigado a agir ou não a partir das afecções de outro corpo. Com Deleuze (1988) afirma que somente se pensa quando se é forçado a pensar, ou seja, o movimento do pensamento se constitui por meio de um encontro do pensamento com novas combinações de forças. Assim, problematizamos: que afecções e agenciamentos têm impulsionado o corpo-pensamento de professoras na problematização das políticas educacionais e curriculares e na invenção das docências, dos currículos e de processos de aprendizagens?

Para Munhoz (2019, p. 426), “[...] o ato de pensar consiste na corporificação efetiva de nossos modos de existência”. Assim, o pensamento, ao ser colocado em movimento, se torna uma potência criadora capaz de produzir uma docência inventiva que rejeita as imagens dogmáticas do pensamento, questiona os gestos habituais e automatizados pelas tentativas de controle, de padronização dos corpos e de esquadrinha-

dos currículos. O pensamento nômade, vagueia, experimenta, respira, busca liberdade, escapando dos códigos e das normatizações.

Seguindo a inspiração do nomadismo, apoiada em Deleuze (2006), Munhoz (2016) problematiza a noção de nômade como aquele que, ainda que permaneça no mesmo lugar, produz deslocamentos intensivos no pensamento e na vida. A autora convoca uma docência artista, saltimbanca, nômade, que experimenta com seu próprio corpo a invenção do aprender-ensinar, instaurando deslocamentos inventivos no currículo e produzindo aprendizagens e ensinagens contínuas. Essa proposta compreende o pensamento em movimento como potência criadora, capaz de gerar modos outros de docência que escapam à rigidez e se abrem a possibilidades educativas em devir.

Estamos imersos em regimes de verdades (Foucault, 2007) na educação que tentam capturar as docências com códigos de conduta e de procedimentos. Listas imensuráveis de atribuições e de relatórios. Assim, questionamos com Munhoz (2019, p. 435):

Quais experimentações fazemos com o pensamento para escapar dos registros das verdades postas, da reconhecimento dos saberes? De que maneira pensar os processos de ensinar na docência não como dispositivos de dar forma a um corpo-pensamento, mas como ativadores do pensamento? Com efeito, tais indagações tangenciam um campo procedimental. Assim, teríamos de nos perguntar: Como, de fato, mover o pensamento?

Acreditamos que para mover o pensamento se faz necessário encontros com os signos artísticos, pois só a arte cria um pensamento diferencial. Os signos artísticos possibilitam a descoberta do tempo como “tempo puro”, capaz de transformar o tempo perdido em tempo redescoberto (Machado, 2009).

Na mesma linha de pensamento, Rochefort e Garcia (2022, p. 3) problematizam a prática de uma docência epidérmica de uma professora-artista num centro de artes de uma universidade pública, questionando: “Como

trabalhar com a potência compositiva, de criação do currículo? Como produzir processos de subjetivação a partir de e apesar de estruturas curriculares maiores?”. Buscam inspirações na Filosofia da Diferença, para estranhar, desterritorializar, reterritorializar e *acontecimentalizar* o currículo (Corazza, 2006). Acontecimentalizar o currículo é pensá-lo como força que se constitui por meio de conexão, composição coletiva, fazendo aberturas, rachando as prescrições e normatizações, fabricando inventividades, movimentos de pensamentos e multiplicidades nas subjetividades e nos sentidos do conhecimento.

O ensaio nos convida para uma travessia epidérmica, que seria um atravessamento no território-curriculo para praticar uma docência que questiona a concepção de pedagogia fundamentada na eficiência de transmissão de determinados saberes e se abre para a experimentação em composição, sempre atenta aos acontecimentos e aos devires que pedem passagem para fazer a escola pública um *corpoescola* vibrátil. O corpo vibrátil é a potência que o nosso corpo tem de vibrar a música do mundo (Rolnik, 1999).

Desse modo, a docência se coloca aberta e em conexão com o *dentro-fora* das escolas, aos múltiplos contextos e processos do *aprenderensinar* e, sobretudo, às relações de poder-saber implicadas em uma experiência docente-artista. O docente, ao artistar a educação, retira a relação funcional do currículo e propõe uma “partilha do sensível” (2009) que provoca blocos de sensações e subverte a distribuição e ocupação do espaço e do tempo, possibilitando *um comum compartilhado*.

Como afirmam Rochefort e Garcia (2022, p. 7), a experiência epidérmica docente e dos currículos “acontece no instante suspenso – o da pergunta, o da composição, o do possível – no encontro dos corpos, no entre”, por meio das forças invisíveis e cambiantes dos afetos e da diferença, produzindo outros modos de existência.

Para Rancière (2009a, p. 58), “o real precisa ser ficcionado para ser pensado”. A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem “ficcões”, ou seja, faz rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que faz e o que se pode

fazer. As imagens que se tem das escolas e dos currículos precisam ser problematizadas, para que outras e novas imagens sejam inventadas.

No artigo de Petry e Cenci (2019), a aposta no “comum” como princípio pedagógico tensiona diretamente a captura neoliberal que reduz a escola à lógica da eficiência e da concorrência. Os autores deslocam a discussão do comum como bem ou propriedade para pensá-lo como “práxis instituinte”, como movimento coletivo que emerge do agir-com. O pensamento do comum como princípio ativo encontra ressonância no pensamento de Rancière (2009a), ao propor uma “partilha do sensível” que redistribui lugares e visibilidades e, ao mesmo tempo, se distancia de uma leitura essencialista ao recusar a naturalização de uma “vontade geral” que homogeneiza as diferenças.

No contexto da educação, essa perspectiva desestabiliza o modelo de ensino pautado na meritocracia e nos dispositivos de exclusão, como os exames, classificações e reprovações, e convoca professoras e professores a instituírem espaços de ação em que as singularidades possam compor o mundo em comunalidade expansiva (Carvalho, 2016). Trata-se, portanto, de pensar o currículo não como ferramenta de controle, mas como plano de cocriação de mundos e de sentidos, abrindo fissuras no campo das políticas e dos dispositivos que intentam capturar a escola.

Santos e Cervi (2020) cartografam as capturas que atravessam os currículos escolares ao analisarem o grêmio estudantil como uma máquina abstrata de rostidades (Deleuze; Guattari, 2012). O estudo problematiza como os processos curriculares produzem binarismos e normalizações que buscam fixar os sujeitos em rostidades elementares, neutralizando os fluxos do devir e a potência da diferença. Ao operar como dispositivo de sobrecodificação, o currículo tenta transformar a multiplicidade em diversidade administrável, reduzindo a potência criadora dos agenciamentos que escapam às formas instituídas.

A análise do grêmio evidencia como os dispositivos disciplinares e os regimes de verdade (Foucault, 2007) ainda estruturam as práticas escolares, convertendo a diferença em desvio e deslocando-a para posições hierarquicamente tidas como inferiores. No entanto, ao cartografar as linhas

molares e moleculares que atravessam esse território, o artigo abre espaço para pensar resistências e fugas micropolíticas (Deleuze; Guattari, 2012), que se insinuam nos interstícios das normatizações.

É nessa tensão que se delineia um campo potente para a invenção de currículos-vida, que acolhem os devires e as multiplicidades sem reduzi-los à lógica da representação. Pensar o currículo a partir dessa problematização, implica romper com a captura da diferença e deslocar a docência de um lugar de docilização dos corpos para um lugar de vibração e criação, em que o pensamento possa respirar fora dos moldes.

Sob essa mesma perspectiva pedagógica e curricular, Chaves (2020) se debruça a uma análise de imagens de uma coleção de livros didáticos de geografia. A partir de uma leitura foucaultiana e inspirada na filosofia da diferença, problematiza binarismos e opera com estes signos visuais como recursos semióticos, que tensionam sentidos específicos através de diferentes elementos — textuais, imagéticos. A autora coloca que “se considerarmos a mediatização permanente na qual estamos imersos, o invisível não é somente o insignificante, mas o inexistente” (Chaves, 2020, p. 9).

É interessante e se torna necessário pensar os efeitos que as imagens têm sob corpos e currículos. Elas produzem e podem fortalecer modos de enxergar e se relacionar com o mundo, com a escola. Esta última, aprendemos com Rancière (Carvalho, 2022) ser o lugar da igualdade por excelência, ou pelo menos deveria ser pensada como um. Todos os signos e recursos que compõem travessias pedagógicas, aprendentes, curriculares têm significativo potencial para condicionar aberturas à multiplicidade histórica, social e às experimentações. Negligenciar o acesso e compreensão das existências significa, nesses meios, reduzir repertório cultural e possibilidades de encontros e insurgências, especialmente no que emerge do agenciamento com os estudos e temáticas da geografia (Chaves, 2020).

Gert Biesta (2021) discorre sobre o que chama de coração democrático da educação. O autor se fundamenta teoricamente em Rousseau para dizer que os educadores têm um trabalho importante a fazer em relação à liberdade das crianças. Ele expõe a necessidade de entender que os educadores devem criar ou estimular um certo distanciamento entre a

sociedade e a criança. É curioso, desafiador e faz sentido. Entre rotinas curriculares, a escola e a operação com este *espaçotempo* deve permitir liberdade onde seja possível encontrar o “mundo”, mas que ainda não é tão complexo como o “mundo” externo. Não devemos produzir o eu, mas possibilitar processos de subjetivações e resistências. “Nosso interesse é que encontrem sua própria liberdade” (Biesta, 2021, p. 6).

Juntos, os artigos que compõem este bloco de travessias anunciam experimentações que produzem sensibilidades que não se esgotam na descrição, porque sempre há mais do que podemos capturar. A força que emerge de cada texto aponta para uma onda potente de olhares para as afetações na educação. O que cada decisão, imagem, proposta curricular traz como efeitos para os corpos com quem entra em relação? Essa pesquisa dá pistas de que existe mais potência de criação e superação quando menos se aprisiona, quando mais se expande. E é por aí que desejamos continuar a caminhar.

2. Escutas encarnadas: infâncias, corpos e experiências em relação

Este eixo reúne artigos em que a sensibilidade se manifesta como potência de relação nos encontros com as infâncias. O sensível aparece encarnado nos corpos, nos tempos partilhados e na atenção aos territórios que constituem as experiências educativas. Mais do que uma dimensão complementar ao cognitivo, o sensível é aqui motor ético e político da ação pedagógica, sendo aquilo que funda a possibilidade de estar-com o outro, de produzir mundos juntos.

São pesquisas que evidenciam o sensível como condição de existência da relação educativa, e não como um complemento do cognitivo. Nessa direção, aproximam-se da concepção de Rancière (2023), para quem a experiência estética rompe a partilha consensual do sensível, desestabilizando os lugares previamente atribuídos e abrindo passagens para o dissenso. Os estudos aqui elencados apontam que estar em relação com as crianças requer desestabilizar modos cristalizados de engendrar o encontro, deixando-se atravessar pelo imprevisível. A relação, que alguns

desses estudos trazem, desorganiza as hierarquias da escola e afirma a partilha do sensível (Rancière, 2009a).

Essa ética da partilha aparece de modo evidente no estudo de Salutto (2020), que acompanha os encontros dos bebês com os livros, compreendendo o rasgo, o toque e o balbucio como modos de invenção e presença. Essa abordagem pode ser lida com Deleuze (2010), que aborda o pensamento como algo que só surge quando é forçado por um signo, e com Deleuze e Guattari (1995), que potencializam o agenciamento como composição transitória entre corpos e tempos. O gesto de “deixar rasgar” se aproxima, ainda, da aposta de Rancière (2009b) na igualdade das inteligências como princípio, recusando a espera do “depois” como condição de potência inventiva das crianças. É preciso marcar que Salutto (2020) defende uma implicação sensível que acolhe as invenções dos bebês no cotidiano da creche, o que exige atenção ética e não mero “deixar fazer”.

Paulo Fochi (2020, p. 1) também sustenta a centralidade das relações, afirmando que elas “são o coração da pedagogia”. Inspirado em pedagogias participativas, o autor convoca professoras e professores à escuta ativa, o que se aproxima de Domingues e Saraiva (2022), quando propõem a cartografia como método atento aos fluxos de afetos que atravessam os corpos e os espaços

Essa escuta implicada ecoa ainda Moriceau (2020), que defende uma pesquisa afetada, capaz de acolher os efeitos do encontro no próprio corpo do pesquisador. que elas “são o coração da pedagogia”. Inspirado em pedagogias participativas, o autor convoca professoras e professores à escuta ativa, o que se aproxima de Domingues e Saraiva (2022), quando propõem a cartografia como método atento aos fluxos de afetos que atravessam os corpos e os espaços.

Essa escuta implicada ecoa ainda Moriceau (2020), que defende uma pesquisa afetada, capaz de acolher os efeitos do encontro no próprio corpo do pesquisador. Nesse horizonte, a invenção não se reduz à criação de algo novo como resultado, mas diz respeito à produção de modos de existência no processo, como condição de possibilidade do pensar e do viver (Kohan, 2007). Contudo, cabe tensionar que, se a documentação pedagógica for

capturada por lógicas de controle, pode perder essa potência inventiva e se distanciar de uma perspectiva deleuziana de enunciações coletivas e não hierárquicas.

Carine Steffens e Jacqueline Silva (2023) acompanham a prática de uma professora que constrói estratégias lúdicas e abertas para escutar as vozes das crianças. As autoras afirmam que a escuta potencializa o ensino e a aprendizagem ao reconhecer as crianças como sujeitos de linguagem e cultura. Essa concepção possui pontos de convergência com Rancière (2009b), ao suspender a ideia de “níveis de competência” para afirmar a potência de aprendizagem de todas e todos. Também se aproxima de Moriceau e Mendonça (2016), quando defendem a experiência estética como perturbação que nos obriga a pensar. A escuta, nesse caso, se mostra como prática que acolhe o imprevisível e as invenções que fazem a língua gaguejar (Deleuze; Guattari, 1995).

Já no artigo de Moro (2020), a experiência do Agrinido, na Itália, expõe o modo como a relação com a natureza pode ampliar a escuta dos corpos e dos contextos. As atividades sensoriais no ambiente rural são descritas como oportunidades de aproximação curiosa e atenta às vivências inéditas. Articulamos encontros com a ecosofia de Guattari (1990), que entende a educação como entrelaçamento de ecologias mental, social e ambiental, e também à ideia de agenciamentos, em que os elementos naturais não são cenário, mas coautores da experiência, compondo-a. É necessário, contudo, evitar uma naturalização da infância: Moro (2020) não propõe a natureza como essência da educação, mas como possibilidade de recompor o sensível, o que depende de políticas, tempos e relações cuidadosas.

O artigo de Haddad (2020), ao analisar práticas pedagógicas em um centro infantil dinamarquês, mostra como o ambiente pode ser configurado como matéria sensível de relação. Seu estudo, amparado pelo método de observação fenomenológica Sophos, evidencia como as materialidades e os tempos participam da produção das práticas. Cabe, contudo, precisar que não se trata de uma convergência direta com Deleuze (2021), uma vez que a observação fenomenológica busca descrever como algo aparece na experiência, enquanto, na filosofia deleuziana, o interesse recai sobre os processos de produção, transformação e criação dos modos de existir.

Ainda assim, é possível estabelecer aproximações no que diz respeito à atenção às forças, aos encontros e às condições que fazem emergir as experiências. Essa perspectiva também se relaciona a Rancière (2023), ao considerar que a organização do espaço interfere na partilha do sensível. Aqui, cabe ressaltar que, por tratar de outro contexto sociocultural, a transposição direta de suas conclusões para o Brasil requer atenção, mas a ênfase no ambiente como participante do ato educativo afirma a potência de pensar as experiências educativas a partir das relações que se engendram entre os corpos.

A revisão bibliográfica de Silva e Neves (2020) traça o campo dos estudos sobre bebês no Brasil e aponta o crescimento de pesquisas que referenciam os bebês como sujeitos complexos, capazes de experimentar e significar o mundo desde o início da vida. Diante dessa perspectiva, nos aproximamos de Rancière (2009a; 2023), que desafia as hierarquias de capacidade que classificam inteligências em graus, assim como de Simondon (2020), ao afirmar os bebês como atravessamentos de processos sempre em constituição. Diferente dos demais textos, esse estudo não descreve práticas específicas, mas evidencia uma mudança epistemológica no campo, o que abre espaço para a incorporação das cartografias de afetos (Domingues; Saraiva, 2022) como método que acompanha o movimento de subjetividades.

O artigo de Naves e Lobo (2021) aborda as fotografias de Vivian Maier como dispositivos que produzem deslocamentos no modo como se vê a infância na cidade. As autoras mobilizam Flusser, Benjamin e Sontag para argumentar que a fotografia, como linguagem, narra ideias e convoca outras sensibilidades. Isso nos leva a pensar com Rancière (2023), ao reconfigurar os regimes do visível e do dizível, e com Deleuze (1990), ao pensar a imagem como cristal de tempo que faz ver o que escapa ao olhar habitual. As autoras contribuem para potencializar a relação como abertura ao inesperado sensível que a imagem convoca.

As experiências com as famílias e com a cultura escrita comparecem de modo potente no estudo de Formosinho e Passos (2020), que relatam três jornadas de envolvimento parental em uma creche de Lisboa, sustentadas na Pedagogia-em-Participação, destacando a construção de

confiança e corresponsabilidade entre famílias e educadores. Essa aposta na coautoria pode ser lida com Hardt (2015), que concebe os afetos como força do comum. Trata-se de um movimento que afirma a família como parte constituinte do comum que sustenta a vida coletiva da instituição. Já Mendonça e Fonseca (2020) analisam projetos sociais Xakriabá, mostrando como as práticas de letramento emergem de relações entre oralidade e escrita, constituindo experiências de autoria coletiva. Essa abordagem nos leva a referenciar Deleuze e Guattari (1995), pois nos convoca a pensar a escrita como enunciação coletiva que gagueja a língua dominante e inventa novos modos de se abrir ao mundo.

Por fim, Silveira (2019) acompanha os gestos de crianças dos anos iniciais diante do livro *Os Invisíveis*, de Freitas e Moriconi, para evidenciar como a literatura pode convocar modos de dizer o indizível e dar corpo ao que é socialmente apagado. Essa experiência se articula aos nossos estudos com Rancière (2023), pois desloca os regimes do visível e do dizível, assim como Moriceau e Mendonça (2016), que evocam a experiência estética como perturbação que desestabiliza os hábitos de interpretação e nos obriga a pensar. Ainda que trate de crianças mais velhas, o estudo sustenta a ideia de que a escuta encarnada se faz na atenção aos traços que escapam às linguagens formais, mas pulsam como pensamento no corpo.

No conjunto, esses artigos reafirmam a relação como disposição a ser afetada em meio ao acolhimento dos acontecimentos que irrompem nos encontros com as infâncias. Com Rancière (2009a; 2023), podemos pensá-la como política da partilha do sensível e com Deleuze e Guattari (1995), como abertura aos signos que forçam a pensar e aos agenciamentos que entrelaçam os corpos. Entrar em relação com as crianças, portanto, é compor com aquilo que ainda não tem nome e, mesmo assim, já cria mundos como um modo sensível de pensamento que se tece nos entremeios, sem antecipações e sem prescrições.

3. Corpos insurgentes: fissuras, afetos e resistências

Aqui, o sensível é força e abertura. Este bloco de sensações se constitui como eixo da análise ao reunir textos que problematizam os corpos

atravessados por normas, diagnósticos, políticas de controle e discursos de verdade. Mas também anunciam a insubmissão: nas brechas do sofrimento, na recusa à homogeneização, na denúncia e na invenção de outros modos de existir e educar. Nesse movimento, o sensível é potência e força desnormalizadora.

Quanto maior o nosso poder de ser afetado, maior o nosso poder de agir. Deleuze (2002) nos provoca a pensar a potência que movimentos de afetações têm para exorcizar a tristeza, imaginar e encontrar o que destrói suas causas. Rancière (2009) nos ajuda a pensar os modos de partilha das intensidades sensíveis, de suas variações. É isso que experimentamos em meio aos estudos com afetos. Eles são frutos das e constituem as ações individuais e coletivas, podendo provocar efeitos múltiplos em diferentes contextos. Manning (2023) afirma que nenhum sistema simbólico — entendemos político, ético — pode assegurar que um determinado espaço será o mesmo depois que o atravessamos, insurgimos. Isso garante que, do poder dos afetos possam emergir estéticas a serem experimentadas em engendramento com aquilo que se manifesta em/com cada corpo.

Sobre o que resulta dessa estética, não podemos afirmar. Com Manning (2023), concordamos que é essa imprevisibilidade do toque, do afeto, da insurgência, que desestabiliza. Rompe os confinamentos. Abre condições para que novas práticas sejam vividas e enunciadas na política, na educação e na sociedade. É um potencial movimento singular que opera no sensível e nos processos de individuação. Entre experimentações políticas, discursivas e em diferentes territórios e contextos, os 11 artigos que compõem esta linha de força cartografam histórias, narrativas, imagens que dão pistas sensíveis de meios para alcançar (espaços, mudanças, desejos).

Gallo e Carvalho (2023) provocam o pensamento ao abordarem o conceito de biopolítica em Foucault, ao indicarem que a constituição de uma determinada concepção de vida implicou o abandono de outras possibilidades, como apontam já no início do artigo. O escrito se fundamenta teórica e historicamente nas experimentações e registros escritos de Foucault para falar de corpos e movimentos insurgentes. “Nos anos de 1960, a concepção de descontinuidade histórica já rompia radicalmente com

o estruturalismo” (Gallo; Carvalho, 2023, p. 3), mostrando que há muito as experiências políticas, estéticas e discursivas vêm reconhecendo a força do descontínuo, do imprevisível, daquilo que provém do afeto. Os autores destinam suas discussões para questões clínicas, estruturais. Eles enunciam um empenho político em prol da redução da normalidade vital à mera funcionalidade social: “No lugar da potência em multiplicidade, a vida passou a ser esquadrinhada por quadriculados bivalente: estar ou não estar na norma” (Gallo; Carvalho, 2023, p. 7).

Nesse sentido, caminhamos com Manning (2023) ao perceber os efeitos violentos que sofrem e causam os corpos dentro de uma lógica estrutural de pensamento e posicionamento político, apostando que

a violência que irrompe através das muitas rupturas e transformações que envolvem o corpo tátil e sensorial pode ser concebida como distinta de e mais produtiva do que a violência imposta pelo Estado aos corpos “estáveis” de seus cidadãos (Manning, 2023, p. 94-95)

Com Menezes e Kraemer (2023), essa problematização chega na escola. As autoras defendem a escola como lugar capaz de resistir ao que fragiliza a vida no que possa ser potência inventiva. Elas também entram em relação com a perspectiva foucaultiana para falar de uma captura de singularidade nas escolas, atravessando aspectos clínicos e enfatizam o quanto devemos cuidar de nossas traduções nas experimentações cotidianas escolares. Sensivelmente, precisamos desterritorializar aquilo que entendemos a respeito da escola como um espaço de atenção à diferença. Reconfigurar nosso olhar. Permitir que a existência seja desejável coletivamente.

O artigo de Silva e Araújo (2020) tensiona o olhar sob um tema que nos pareceu curioso. O encontro com o conceito de racismo algorítmico envolveu nosso pensamento em direção aos efeitos do sensível no mundo digital. Não em relação às práticas discursivas enunciada por textos, postagens, performances etc., mas acerca de mecanismos computacionais que replicam e potencializam microagressões. A violência que irrompe e estabelece conexões com o corpo extrapola aquilo que é físico. As redes

com as quais cotidianamente entramos em relação nos afetam, atravessam e constituem. Numa concepção foucaultiana, mecanismos como o meio digital ampliam nossas capacidades de afetação e requerem, cada vez mais, serem experimentados, a partir de Deleuze (1996), com injeções de prudência, desterritorializados sem mortes em vida.

Os estudos de Groppo e Sousa (2022) e Breder e Figueiredo (2019) têm afetos em comum: evidenciam corpos que insurgem no cenário estudantil, cartografando ciclos de ações juvenis pelo Brasil. “As ocupações foram processos de autoeducação” (Santos, 2007 *apud* Groppo; Sousa, p. 13), subjetivação, constituição do corpo. Os movimentos de pesquisa que se lançam à essa realidade se entranham no sensível, compõem de outra maneira e conseguimos sentir a força do que transborda na escrita.

Vidal Pereira e Oliveira (2019) refletem sobre os sentidos atribuídos às diferenças culturais articuladas a discursos presentes nos espaços escolares e, como caminho teórico, operam com aportes pós-estruturais e pós-coloniais. Elas nos convidam a pensar na linguagem que enuncia perspectivas, de onde emergem vestígios de um corpo-político (Manning, 2023, p. 103). Em experimentação com a escola e entrando em relação com a Educação Especial, as autoras tecem linhas que enunciam uma realidade cotidiana insuficiente de condições para a superação de discursos e práticas hegemônicas na perspectiva da inclusão, dos afetos. O sensível atravessa o estudo como potência para compreensão da diferença, do que quer e pode o corpo.

As relações de poder e a ideia de estatização compõem o artigo de Casanova e Ferreira (2023). Ainda pensando nos enunciados, nas relações, este estudo se mostra aberto ao que se constitui no campo de ideias e discursos. Rancière (2009a) afirma que, políticos ou literários, eles fazem efeito no real. É a força contra hegemônica da pesquisa com afetos e relações que provoca sensibilidades no encontro com este escrito. Elas lembram que o Estado é uma das formas de poder, existem outras potências. Vidas que existem. Vibram e *artistam* se constituindo no/com o mundo.

Do artigo de Kalya Maroun (2021), insurgem linhas tecidas por afirmação cultural, ao indicar que, a partir do corpo no/do jongo, a comunida-

de quilombola conquista legitimidade pública. O nomadismo, aquilo que viola o espaço propondo novas estéticas políticas, atravessa as narrativas que compõem a escrita, ampliando as possibilidades de resistências e de intensidades do corpo. A experimentação do jongo com a arte também evidencia a potência sensível dos afetos na luta por visibilidade e reconhecimento.

O conceito de biopolítica retorna nos estudos de Santos (2021), que nos provoca a pensar se as diretrizes dispostas para a apropriação da Educação Ambiental nos currículos escolares estão isentas das tentativas de captura do corpo pelo Estado, em um campo macropolítico. É preciso que elas reconheçam e abram condições para a emergência das potencialidades de todos. O autor problematiza a regulação das populações por meio de aparatos legais e, sobretudo, a naturalidade conferida aos instrumentos de docilização dessas intensidades nas políticas curriculares.

Dessas insurgências educacionais, Torres e Saraiva (2021) falam do que emergem nas microrrelações e daquilo que pode um professor. A pesquisa dos autores revela cotidianos escolares atravessados por uma preocupação com as questões de gênero e sexualidade. A escola, no percurso metodológico, se torna vestígios de uma realidade social que ainda não sabe lidar com a diferença, apesar de muito estudo e luta para sua compreensão. Uma história de confusão: às vezes complacentemente entretida, às vezes violentamente denunciada (Rancière, 2009b). Como fazer com que nossos cotidianos deixem de se tornar insuportáveis para a vida de muitos? é o que a pesquisa faz reverberar em nosso pensamento.

Brasil e Dias (2022) fecham esta linha com um olhar atento à obra *Para seu próprio bem*, da psicanalista Alice Miller, para pensar processos de subjetivação e vivências escolares de crianças. Os pesquisadores defendem que traumas de infância, maus tratos, insensibilidades sofridas por estes corpos diminuem a capacidade de ação do corpo e os articulam como marcas que acompanham e afetam seu crescimento. À espera de amor e proteção, aceitam tudo como verdades (Brasil; Dias, 2022). Neste artigo, o corpo infantil encontra na escola a segurança de um *espaçotempo* propício à reparação de sua dignidade.

Enfim, este emaranhado de sensações evidencia práticas discursivas de onde emergem vestígios de resistências cotidianas cartografadas por movimentos de pesquisa. Entre imagens, narrativas, articulações com múltiplos referenciais teóricos e modos de operar, nos engendramos com o sensível que transbordou destes textos. Apostando na força desse encontro, com Moriceau (2020) acreditamos que uma investigação pode individuar, isto é, produzir transformações naquele que a concebe, como processo contínuo de individuação que não se encerra no sujeito, mas o mantém em variação (Simondon, 2020), e, nesse sentido, confiamos no potencial de promoção de vida das pesquisas que se dispõem a uma abertura aos afetos e desejos do corpo.

Considerações finais: o sensível como potência de pensamento e criação na educação

A revista *Educação* se compromete com a produção científica das ciências humanas desde 1997, alargando as discussões sobre a educação, a formação de professores e as políticas educacionais. Sob a ótica da filosofia da diferença, entendemos que essa abertura às experimentações possibilita criações, invenções e insurgência nos cotidianos escolares, nas práticas e relações curriculares. Incentiva a produção de ações com potencial sensível de transformação de realidades.

Este artigo objetiva evidenciar justamente isso, a dimensão do sensível e suas travessias na educação, os efeitos que ela provoca e a partir de onde/que têm emergido. Aqui, nos debruçamos em direção às enunciações das práticas discursivas da revista *Unisinos*, no período de 2019 a 2023. Acreditamos que o que emerge desses movimentos tem potência para disparar novas práticas e políticas educacionais.

Estes enunciados produzem sensibilidades que evidenciam uma realidade escolar que têm lutado, resistido e em meio a contextos múltiplos, entram em relação com corpos, coletividades. Uma realidade que é atravessada por autores e pesquisadores que escrevem sobre o que experimentam, cartografam, entram em relação com o conhecimento e com a imprevisibilidade do cotidiano.

Os 192 artigos que, selecionados para nossa análise nos permitiram cartografar a força do sensível, nos apresentaram diferentes modos de existir e pensar a educação brasileira, seus múltiplos contextos e discussões. Este encontro nos afeta e, com Deleuze e Guattari (1996), potencializam nossa capacidade de ação, de formação. Esperamos, nesse sentido, provocar desejos. Desejos de conhecer outros *espaçostempos*, outros modos de escrever, viver, de partilhar o sensível na educação. Damos pistas de que existe força no alargamento de ideias, de que tem muito sendo vivido e aproximações são possibilidades para fazer emergir o que pode o sensível.

Referências

BIESTA, G. Reconquistando o coração democrático da educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1-13, 2021.

BRASIL, R. Z.; DIAS, R. Para seu próprio bem: educação e castigo na obra de Alice Miller. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 26, 2022. Disponível em: www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23295. Acesso em: 29 set. 2025.

BREDER, D.; FIGUEIREDO, M. P. E. de. De sonhos e insurreições: fragmentos de um discurso (esperançoso) sobre a ocupação de uma escola pública em Petrópolis/RJ. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 23, n. 3, p. 505-525, 2019. Disponível em: http://educacao.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102019000300505. Acesso em: 29 set. 2025.

CARVALHO, A. F. de; GALLO, S. Anarquizar a clínica em defesa de outras vidas para a educação. **Educação**, São Leopoldo, v. 46, n. 2, p. 1-13, 2023.

CARVALHO, J. M. Currículos enredados por forças, afetos e afecções: o que pode um currículo? **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 440-455, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/carvalho.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2026.

CARVALHO, J. S. F. de (org.). **Jacques Rancière e a escola**: educação, política e emancipação. São Paulo: USP, 2022.

CASANOVA, L.; FERREIRA, V. S. Relações entre escolas, famílias e políticas educacionais: uma complexa rede de relações em um campo de disputas na constituição de ideias e discursos. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 27, 2023. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23828>. Acesso em: 29 set. 2025.

CHAVES, A. P. N. Ensinar geografia é ensinar a ver? **Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2020.

CORAZZA, S. M. **Artistagens**: filosofia da diferença e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. **A imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996

DOMINGUES, F. F.; SARAIVA, L. A. S. Cartografia e teoria dos afetos: um caminho para os estudos organizacionais. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD (EnEO), 11., 2022, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPAD, 2022.

FOCHI, P. A relação entre adultos e crianças na Educação Infantil. **Educação**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 1-21, 2020.

FORMOSINHO, J.; PASSOS, F. Jornadas de envolvimento parental em creche – um estudo longitudinal. **Educação**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 1-22, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GROPPO, L. A.; SOUSA, F. A. de. Experiências, emoções e memória de jovens: ocupações secundaristas no Ceará em 2016. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 26, 2022.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papius, 1990.

HADDAD, L. Compreensões de práticas pedagógicas em educação infantil: olhares sobre o ambiente de um centro infantil de idades integradas na Dinamarca. **Educação**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 1-23, 2020.

HARDT, M. Para que servem os afetos? Tradução de Luiz Roberto Leite Farias. **Intersemiose – Revista Digital**, ano 4, n. 7, p. 1-4, jan./jun. 2015.

KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MANNING, E. **Políticas do toque**: sentidos, movimento e soberania. Traduzido por Bianca Scliar Cabral. São Paulo: GLAC edições, 2023.

MAROUN, K. Corpo, educação e identidade em comunidades quilombolas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23114>. Acesso em: 29 set. 2025.

MENDONÇA, A.; FONSECA, M. A gente senta e vai escrever: apropriação de práticas de letramento e da cultura escrita no desenvolvimento de Projetos Sociais Xakriabá. **Educação**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 1-20, 2020.

MENEZES, E. da C. P. de; KRAEMER, G. Entre políticas educacionais e regimes discursivos do campo clínico. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 27, 2023. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/26861>. Acesso em: 29 set 2025.

MORICEAU, J. L. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: PPGCOM; UFMG, 2020.

MORICEAU, J. L.; MENDONÇA, C. M. C. **Afetos e experiência estética**: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, C. M. C.; DUARTE, E.; CARDOSO FILHO, J. (org.). Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas. Belo Horizonte: PP-GCOM; UFMG, 2016. p. 78-98.

GALLO, S.; CARVALHO, A. F.de. Psicagogia hoje: pensar a educação para além do pedagogismo. **Praxis & Saber**, v. 14, n. 37, P. 1-15, 2023.

MACHADO, R. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MORO, C. Agrinido: um encontro das crianças com a natureza. **Educação**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 1-19, 2020.

MUNHOZ, A. Por uma docência nômade: em defesa de uma política do movimento. **Educação**, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 423-437, 2019.

NAVES, L.; LOBO, D. Narrativas da infância e a arte fotográfica de Vivian Maier como ferramenta para a educação do olhar. **Educação**, São Leopoldo, v. 44, n. 1, p. 1-21, 2021.

PETRY, C.; CENCI, A. V. Comum: por um princípio pedagógico. **Educação**, São Leopoldo, v. 23, n. 3, p. 439-454, 2019.

RANCIÈRE J. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo; Editora 34, 2009a.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2009b.

RANCIÈRE, J. **Mal-estar na estética**. Tradução de Gustavo Chataignier e Pedro Hussak. São Paulo: Editora 34, 2023.

ROCHEFORT, C. C.; GARCIA, M. M. A. Território–currículo: uma travessia da docência–epidérmica. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, p. 1–18, 2022.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ROLNIK, S. O corpo vibrátil: uma cartografia do desejo. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio (org.). **Nietzsche e Deleuze**: filosofias da diferença. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. p. 79–92.

SALUTTO, N. Pode deixar rasgar? **Educação**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 1–22, 2020.

SANTOS, A. I. dos; CERVI, G. M. Grêmio estudantil e rostidades e agenciamentos binários: capturas curriculares na contemporaneidade. **Educação**, São Leopoldo, v. 24, p. 1–16, 2020.

SANTOS, L. R. O. Educação (Ambiental): moldando corpos para gerir a vida? **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, p. 1–14, 2021.

SILVA, E. B. T.; NEVES, V. Os estudos sobre a educação de bebês no Brasil. **Educação**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 1–23, 2020.

SILVA, M. L. da; ARAÚJO, W. F. Biopolítica, racismo estrutural–algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.40>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVEIRA, R. M. H. Invisibilidade social e leitura literária de crianças: um estudo sobre “Os Invisíveis”, de Freitas e Moriconi. **Educação**, São Leopoldo, v. 42, n. 3, p. 1–21, 2019.

SIMONDON, G. **A individuação à luz das noções de forma e de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEFFENS, C.; SILVA, J. A escuta da voz das crianças. **Educação**, São Leopoldo, v. 44, n. 1, p. 1–24, 2023.

TORRES, M. A.; SARAIVA, I. M. M. Professores/as de coragem: a escola nas disputas sobre o governo dos corpos. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/19984>. Acesso em: 29 set. 2025.

VIDAL PEREIRA, T.; OLIVEIRA, R. L. Discursos de inclusão e o bloqueio das diferenças. **Educação Unisinos**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 338–351, 2019.

CAPÍTULO 8.

Composições curriculares entre macro/micropolíticas: experimentações como afirmação da vida e acolhimento à diferença

Andrea dos Santos Gabriel
Elidiana do Amaral Chaves
Sandra Kretli da Silva
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.8

Entre formas e forças, há vida que vaza, (re)existe e...e...e...

Mas escrever funciona para mim como uma febre
incontrolável, que arde, arde, arde...

Conceição Evaristo

Esta escrita insere-se em uma pesquisa¹ constituída no Grupo de Pesquisa *Com-versações com as Teorias Pós-Críticas em Currículos e Formação de Professores*, orientado pela professora doutora Janete Ma-

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e pelo **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** (CNPq).

galhões Carvalho, da Universidade Federal do Espírito Santo. O grupo de pesquisa tem por principal objetivo afirmar a vida no cotidiano escolar, questionando as políticas nos campos do currículo e da formação docente, como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), em redes de conversações, debatendo seus efeitos na educação.

Inspirada na força coletiva da arte literária de Conceição Evaristo (2016), esta escrita mergulha nos discursos da revista *Cadernos de Educação*, período 2019–2023, pós-edição da BNCC (2018), no intuito de tecer conexões e/ou afastamentos entre as práticas discursivas sobre currículos, culturas e formação docente na relação com a BNCC e outras políticas curriculares e de avaliação, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Brasil, 2012) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (Brasil, 2013).

A revista *Cadernos de Educação* é um periódico científico–eletrônico do Programa de Pós–Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, que visa contribuir para a disseminação e a publicação de artigos provenientes da comunidade científica nacional e internacional, os quais abordam questões pertinentes ao campo educacional.

Nesse movimento, esta escrita como febre incontrolável (Evaristo, 2016) move-se na heterogeneidade de teorias expressas nas práticas discursivas da revista, apostando com Deleuze e Guattari (2011) em outros modos de ser e de estar na escola, num compromisso ético–estético–político. Assim, opera como um rizoma, com múltiplas entradas nas linhas que compõem o cotidiano escolar: as linhas duras (do que está estabelecido), as linhas flexíveis (que operam no entre) e as linhas de fuga (criação de outros modos de ser e de estar na escola, onde a diferença é afirmada).

Nesse contexto, apostamos na educação que não descola a dimensão do inteligível do sensível (Rancière, 2009), afirmando que o ato de aprender ocorre numa dimensão sem hierarquia, numa relação que se abre às experimentações, problematiza o vivido e dá outros sentidos. Afirmamos uma educação que se move pela via dos afetos (Spinoza, 2009), pelas linhas flexíveis, que nos provocam a agir em meio às tensões curriculares cotidianas.

Assim como as personagens do conto *A gente combinamos de não morrer* (Evaristo, 2016), que, num cotidiano marcado por disputas e ameaças constantes, combinam de não morrer, mergulhamos nas práticas discursivas dos artigos que, nas composições curriculares entre macro/micropolíticas, afirmam a vida que pulsa no cotidiano escolar, inventando outros modos de existência na escola. Em meio às multiplicidades teóricas, juntamo-nos aos autores e autoras, combinando de (re)existir ante as formas curriculares que cotidianamente insistem em tentar apenar a vida.

Como metodologia, escolhemos a abordagem de pesquisa bibliográfico-documental, que tomou como matéria um *corpus* de 166 artigos publicados cinco anos após a promulgação das novas diretrizes curriculares para a Educação Básica (Brasil, 2018) e para a formação de professores (BNC-Formação) (2018-2023). Após a leitura cuidadosa dos resumos dos artigos publicados na revista *Cadernos de Educação*, selecionamos 19 com temática convergente para a pesquisa.

Os 147 artigos não selecionados são divergentes da temática da pesquisa, pois priorizam a dimensão do inteligível em detrimento das sensações, o que nos provoca a pensar a necessária constituição de pesquisas e de currículos que rasurem as prescrições (que priorizam a dimensão do inteligível) e se abram à experimentação de outros modos de ser e de estar no cotidiano escolar, numa dimensão de abertura aos afetos em que corpo e pensamento sejam indissociáveis.

São esses movimentos de experimentação de outros modos de ser e de estar na escola, em meio às complexidades que atravessam o cotidiano escolar, que são afirmados nas práticas discursivas expressas nos artigos analisados nas temáticas, a saber: *Composições curriculares coletivas como práticas de resistência: por uma educação do sensível* (seis artigos); *Entre macro/micropolíticas e a educação do sensível: porque a vida não se deixa aprisionar* (seis artigos) e *Experimentações curriculares como abertura e acolhimento à diferença* (sete artigos). Nesse mergulho no cotidiano escolar, juntamo-nos às práticas discursivas para argumentar que, entre formas e forças, há vida que vaza, (re)existe e insiste em ser afirmada numa escrita como febre incontrolável, como nos lembra Evaristo (2016), que arde, arde, arde...

Composições curriculares coletivas como práticas de resistência: por uma educação do sensível

Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel.

Conceição Evaristo

Os artigos² analisados nessa categoria abordam temáticas que problematizam a formação de professores e os discursos dos saberes e fazeres docentes; analisam os efeitos do currículo e da avaliação nos cotidianos escolares; discutem os coletivos docentes como percursos formativos e de produção de saberes partilhados; discutem sobre como as desigualdades sociais e o racismo afetam as trajetórias de jovens no sistema socioeducativo feminino; provocam o debate histórico da docência que se constrói por contingência, sendo os currículos textos de gênero e de raça; e problematizam a representação de currículo de professoras(es) da Educação Básica da rede pública.

O artigo *Formação de professores alfabetizadores: reverberações do saber no fazer (2020)*, de Jânio Nunes dos Santos, Adriana Cavalcanti dos Santos e Eliana Sampaio Romão, sob o aporte teórico dialógico de Bakhtin (2011), por meio de entrevistas narrativas, analisa as reverberações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC),³ nos discursos de professoras alfabetizadoras, no que se refere a seus saberes e fazeres da/na prática docente a partir do trabalho com gêneros textuais no processo de alfabetização.

Os autores questionam: Levando em conta o que a criança descobre e representa sobre a língua escrita e o que é necessário lhe ser ensinado,

2 Para um aprofundamento das temáticas abordadas nos artigos citados neste texto, recomendamos a leitura integral dos trabalhos, que constituem a base central das ideias aqui apresentadas. As referências utilizadas pelos(as) autores(as) também podem ser conferidas nos respectivos trabalhos.

3 O PNAIC foi um programa implantado no Brasil, em 2013, como uma estratégia para garantir que as crianças do ciclo de alfabetização atingissem melhores resultados nas avaliações nacionais, em caráter censitário.

como a escola deve proceder ante a tarefa de alfabetizar? Seguir pela via da alfabetização ou do letramento? Há outros caminhos possíveis de trilhar? Defendem, com Soares (2006), letramento como variável contínua que ocorre nas práticas sociais do indivíduo, considerando suas vivências acerca das práticas de leitura e escrita e, com relação à alfabetização, apontam o letramento funcional em que as práticas de leitura e escrita são tidas como habilidades para que o indivíduo funcione adequadamente em um contexto social. No bojo das discussões, o PNAIC define a alfabetização como um processo de natureza complexa permeado por fatores políticos, econômicos, culturais e sociais, abordando-a na simbiose com o letramento.

Na análise das narrativas das professoras, os autores constataam incipiência na compreensão teórica sobre alfabetização, letramento e gêneros textuais (saberes teóricos), o que não influencia, necessariamente, o trabalho em sala de aula, tendo em vista seus saberes práticos que sobressaem, dada a experiência das professoras na construção dos saberes ordinários da prática em alfabetização. Assim, os resultados apontam que as participantes, embora não teorizem suas práticas nos moldes da academia, as configuram em novos entendimentos e ressignificações.

Ressaltamos que a configuração de novas ressignificações ou arranjos curriculares apontados pelos autores pode constituir-se na criação de linhas de fuga, quando há um tensionamento das formas curriculares, por meio das micropolíticas ativas (Rolnik, 2015). Nesse movimento de riscos em devir, as linhas duras dos padrões curriculares são fissuradas, abrindo espaço para a vida se constituir. São nos movimentos de micropolíticas ativas que o coletivo se fortalece, problematizando o que afeta o cotidiano escolar e criando modos outros de existência, linhas de respiro, de fuga. Afirmamos que só é possível constituir currículos coletivamente, nunca sozinho, por isso apostamos nesse movimento como força coletiva, porque somos múltiplos (Deleuze; Guattari, 2011).

Argumentamos que, cada vez mais, são necessários os movimentos de micropolíticas ativas e de encontros docentes para a problematização da realidade educacional recheada de políticas de padronização do fazer

docente. Nas práticas cotidianas, esses movimentos ganham força para resistir às políticas curriculares que insistem em tentar engessar nossos *saberesfazeres*. Nesse sentido, é importante perguntarmos: que movimentos temos constituído no cotidiano escolar para problematizar as políticas curriculares e de educação que insistem em ditar modos para os processos de aprender e de ensinar? Os movimentos de micropolíticas ativas agem a favor da vida, problematizam o caos e nele criam para fazer vazar a vida, ainda que insistam em querer aprisioná-la (Gabriel, 2023).

No artigo *Problematização e contraconduta na composição de um currículo do devir para o enfrentamento da distorção idade-série* (2019), de Clarice Salete Traversini, Júlia Milani Reis e Renata Sperrhake, as autoras analisam, embasadas nas noções foucaultianas de problematização e de contraconduta, os efeitos do currículo e da avaliação do Projeto Trajetória Criativa, focado no enfrentamento da distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, em tempos de BNCC.

As autoras compreendem, com Corazza (2001), o currículo como linguagem que, por ser falante, diz o que quer, não apenas representando as coisas, mas as fabricando mediante os discursos que assume, numa trama discursiva inserida em um contexto mais amplo, histórico e social. Afirmam, com Corazza (2001), Foucault (2010) e Silva (1999), que a ênfase na linguagem e sua conexão com as relações de poder-saber nos permitem problematizar as noções de verdade que constituíram os currículos contemporâneos.

Nesse sentido, partindo do gesto investigativo da problematização, indagam: que verdades farão parte de determinado currículo na escola? Juntamo-nos às autoras para continuar a problematizar: que efeitos as verdades de um currículo podem provocar no *corpopensamento* de quem compõe o cotidiano escolar? Que lugar tem a dimensão do sensível nesse movimento curricular? Insistimos em afirmar que as verdades de um currículo que se abre aos afetos são sempre provisórias, agem de modo que a dimensão do inteligível não se sobreponha à dimensão do sensível e rompem com os processos lineares da reconhecimento, permitindo fissuras no que está cristalizado.

As autoras compreendem a BNCC como documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais, como uma resposta do governo brasileiro para os indicadores nacionais não satisfatórios. Temos, então, os questionamentos: quer-se reconfigurar o currículo a partir da BNCC? Como escolher as verdades que farão parte do currículo para enfrentar a chamada distorção idade-série? Afirmam com Oliveira (2007) que há uma cegueira epistemológica em cada um de nós, oriunda da parcialidade de nossa visão desenvolvida no seio da cultura e de experiências singulares. Diante disso, afirmam que poderá ser mais produtivo construir currículos se aceitarmos a pluralidade epistemológica do mundo. Com Paraíso (2015), inspirada em Deleuze, argumentam que o currículo pode ser pensado como espaço de possibilidades e como território onde as forças podem deformar as formas e instaurar o devir, o vir a ser para além da formatação.

Com Foucault (2008), afirmam que contraconduta é a luta contra procedimentos postos em prática para conduzir os outros. Percebem no projeto Trajetória Criativa, duas situações que podem ser consideradas contracondutas: uma, no acolhimento aos estudantes de 15 a 17 anos que ainda permanecem nos anos finais do ensino fundamental, não os excluindo da instituição por já terem completado 14 anos; a outra, no currículo em permanente construção, cujos saberes e conhecimentos, entendidos como verdades, são escolhidos a partir do que mobiliza os estudantes a aprender, diferentemente de adotar a sequência de habilidades da BNCC.

Ousamos afirmar que atentar-se ao que mobiliza os estudantes a aprender, muito mais do que preocupar-se com o cumprimento de uma prescrição curricular, é experimentar processos educativos que fazem a vida vibrar. É movimentar-se pelos encontros, e não pelo instituído, agindo na intenção de mudar alguma coisa, por menor que seja.

As autoras afirmam que os caminhos curriculares delineados pelos professores do Projeto Trajetórias Criativas, na medida em que são singulares a cada turma de alunos, podem potencializar o encontro da diferença de cada um, pois, mesmo tomando como ponto de partida certos conhecimentos e saberes consagrados como escolares, abre-se a possibilidade de criação de novas conexões.

O artigo vai ao encontro de nossa aposta com Deleuze (2022) na afirmação de que pensar é criar. Criar outros movimentos curriculares entre macro/micropolíticas para fazer a vida vazar. Mover-se sem destino, vagueando num espaço aberto e escapando de qualquer tentativa de controle, uniformização e padronização. É sacudir a poeira (Paraíso; Silva, 2020) e fazer circular agenciamentos de desejos em tempos não lineares. Tempo intensivo, das multiplicidades. É não se deixar cronometrar, porque se move pela força da ação coletiva, fazendo conexões e combinações curriculares, apesar do tempo que não para de passar. Pensar outros modos de existência nas linhas flexíveis, desmanchando os territórios cristalizados das linhas duras e provocando mudanças, ainda que quase imperceptíveis. Pensar no que se passa nos intervalos, num movimento que potencializa os encontros e a constituição de novos *saberesfazeres*.

Esse é o movimento percebido por Tânia Gouveia e Alexandra Garcia, no artigo *O coletivo como poder disruptivo: o processo autoral da docência* (2023). As autoras discutem os coletivos docentes como percursos formativos e de produção de saberes partilhados, defendendo-os como processos autorais enquanto produções cotidianas. Apresentam os resultados da pesquisa desenvolvida em uma escola de Educação Infantil entre 2017 e 2019, que tem os encontros como espaços instituintes e como caminhos metodológicos na promoção de diálogos entre narrativas como formas de afecção (Spinoza, 2009), ao operar e potencializar a produção de novos outros *fazeressaberes*.

Afirmam que, nos cotidianos das escolas, professoras rompem com os rótulos de inadequadas e mostram astúcias (Certeau, 1998) e assim vão inventando outros modos de *aprenderensinar*. Nessa ação, não só produzem conhecimentos, como também criam outros modos de existir como docentes e de existirem as escolas, subvertendo a lógica existente e afirmando-se como autoras de saberes, currículos e formação.

As autoras entendem a docência e o currículo em permanente movimento de disputas e composições em que a hegemonia, mesmo quando percebida e tensionada, se faz insistente. Argumentam que os encontros, como *espaçostempos* privilegiados e singulares, enredam um processo

próprio de formação coletiva entre docentes e provocam deslocamentos de sentidos e percepções, contribuindo para a produção de novos e outros *fazeressaberes*. Compreendem, com Alves (2003) e Oliveira (2013), que tais *espaçostempos* entrelaçam teoria e prática como indissociáveis. Com Carvalho (2009), compreendem os encontros como comunidade de afetos, tornando possível a (re)invenção, isso porque conjugam potências distintas que caracterizam nossos atos de conhecer e afetar, operando com a diferença, em meio às relações de poder.

Nesse pensamento, problematizamos: o que podem os encontros docentes no cotidiano escolar? Podem causar fissuras nas linhas duras que, cotidianamente, insistem em querer ditar modos de ser e de estar na escola, pois operam com desenho de resultado determinado. Os encontros docentes podem constituir-se em micropolíticas ativas, nas linhas flexíveis, para gaguejar na língua e fazer uso da língua menor, numa abertura de mundos para a experiência do sensível.

Abrir-se aos encontros é também abrir-se ao estranho, ao estrangeiro, como percebemos no artigo *O aquilombamento como táticas de resistência contra o epistemicídio: as pessoaspensantes mulheres poetisas do sistema educativo* (2023), de Rosângela Hilário Ronald Lopes e Vinicius de Souza. No texto, os autores discutem como as desigualdades sociais e o racismo afetam as trajetórias de jovens no sistema socioeducativo feminino. Como metodologias empretecidas, mapeiam as violências no processo de escolarização no sistema socioeducativo, incluindo diálogos e escrevivências, numa reflexão coletiva durante os meses da pandemia da covid-19, que roubou sonhos, dias, esperança e perspectiva de futuro. Afirmam que a leitura de Carolina de Jesus em *Quarto de Despejo* contribuiu para transformar as perspectivas das jovens do sistema socioeducativo.

Expõem que o que se questiona em relação aos processos socioeducativos são as diferenças de tratamento de acordo com a cor da pele. Quando o adolescente é branco e oriundo de famílias abastadas, nem chega a ir para o sistema: a família responsabiliza-se pelo “erro” cometido. Já as jovens negras em processo de privação/restrrição de liberdade por um ato infracional são tratadas pela sociedade brasileira como se tivessem perdido seu direito ao tempo de aprender a viver e conviver com seus pares.

Afirmam, com Missiatto (2021), que esses atravessamentos são um artefato da branquidade e da colonialidade contemporânea que reitera o ir e vir de pessoas negras no Brasil. Concordam em que aquilombar-se é a única maneira de essas juventudes resistirem ao apagamento e/ou genocídio, pois as meninas pretas, em uma sociedade racista, são “ensinadas” desde cedo no sistema de representações sociais a ocupar lugares de subserviência.

Argumentam que a arte sensibiliza e faz com que possamos vivenciar e sentir os fenômenos sem que precisemos sofrer com eles: por meio da estética, da sensibilidade, da fruição e da educação dos sentidos, é possível ser tocado para contribuir nas mudanças que trazem entendimento para avanços sociais importantes. As conclusões preliminares sugerem que a abordagem empoderou as reeducandas, tornando-as protagonistas das próprias histórias, produzidas no *pretoguês*, de Lélia Gonzalez (2020).

O artigo provoca-nos a pensar que o que foge aos padrões instituídos parece estar inscrito numa política de morte, que afasta a legitimação de direitos e, conseqüentemente, da vida. Nesta sociedade marcada pelos resquícios da escravização, parece não haver outra saída para os corpos negros, a não ser o lugar de subserviência. O comportamento de aversão às características fenotípicas de grupos historicamente marginalizados, como a população negra, é fruto da máquina abstrata de rostidade (Deleuze; Guattari, 2012), da sociedade capitalista que criou um protótipo de rosto que define as subjetividades.

Quem não se enquadra nesse rosto é relegado à margem da sociedade. Nesse sentido, é importante problematizarmos: no contexto do cumprimento das legislações que tratam do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, que sentidos têm as práticas curriculares no cotidiano escolar? Que lugar tem o corpo negro nos currículos escolares? Que movimentos curriculares são necessários para desfazer o rosto? Que efeitos a arte pode provocar nos currículos que se abrem a experimentar outras histórias para a população negra? Defendemos a afirmação da vida na escola, por isso afirmamos que, mesmo em meio às tentativas de apequenamento da vida, ela pulsa e insiste em perseverar, criando outros modos de existência.

A vida que (re)existe e insiste em ser afirmada é também evidenciada no artigo *Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca* (2023), de Maria Luiza Sussekind, Lorena Azevedo do Carmo e Juliana de Souza Lima. As autoras problematizam o peso que o patriarcado inflige sobre os ombros, principalmente, das professoras negras do país, a partir dos currículos de formação, debatendo que, historicamente, a docência se constrói por contingência, sendo os currículos textos de gênero e de raça.

Afirmam, com Gomes (2023), que uma educação feminina é mais importante que uma educação feminista e uma educação negra é mais importante que uma educação antirracista, uma vez que estamos falando de pessoas, mulheres, docentes pretas que não se reduzem às violências que sofrem. Com Pinar (2008), compreendem a identidade como categoria que organiza as investigações educacionais em que o “eu” é diretamente proporcional, como o estudo de grandezas na matemática, a quem os outros são. Com Sílvio Gallo (2010), afirmam que o outro é produto do pensamento. O outro sou eu mesmo.

Ressaltam que, historicamente, o Brasil teve, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje, como o disposto no Decreto n.º 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, recheado de estratégias montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. Afirmam que o branqueamento e a miscigenação complexificaram a questão racial no Brasil, sustentando, por muito tempo, a ideia de que docentes negros eram exceções. Até os anos 1990, a presença de mulheres negras no magistério foi amplamente negada. Questionam como a formação docente pode romper com esse projeto histórico. Com Evaristo (2015), afirmam: “Em tempos em que insistem em nos matar, combinamos todas de não morrer”.

Nessa lógica que insiste em apequenar a vida, faz-se importante problematizarmos: Que movimentos curriculares temos constituído para afirmar a vida de pessoas negras? Na complexidade das linhas que atravessam o cotidiano escolar, o que temos escolhido: reproduzir as formas ou traçar fluxos? Ao escolhermos operar com os fluxos, rasuramos o desenho da escola que prioriza as linhas duras e define o aprendizado como meta a

ser alcançada. Escolhemos mergulhar nas linhas flexíveis que tensionam a lógica da reprodução e da manutenção do que apequena a vida. Abrimos espaço para uma relação por meio dos afetos, onde o aprender ocorre no encontro com o que faz pensar. Nesse movimento, para além da afirmação dos direitos legais, escolhemos afirmar a vida que pulsa e não se deixa aprisionar. Tensionamos a lógica universal e escolhemos pensar a escola como lugar onde se aprende por aprender, o lugar da igualdade por exce-lência (Rancière, 2009).

No artigo *Professores, professoras e suas imagens sobre currículo* (2023), de Carmem Eloísa Berlote Brenner e Maria Cecília Lorea Leite, as autoras discutem a compreensão e a representação da concepção de currículo de um grupo de professores(as) da Educação Básica da rede pública, com base na seguinte questão: “Escolha ou produza uma imagem, com uma pequena descrição, que represente o que é Currículo para ti”. A análise das imagens foi realizada à luz do livro *Teorias de Currículo*, de Lopes e Macedo (2011). Os resultados evidenciaram o protagonismo dos(as) professores(as), a pluralidade teórica e o vínculo com a linguagem escrita. Os resultados instigam-nos a pensar a educação coletivamente na busca por um currículo democrático.

Com Lopes e Macedo (2011), as autoras compreendem o currículo como um campo heterogêneo e de múltiplos interesses. Assim, seguindo a ideia dos estudos sobre currículo e da percepção sobre quanto os movimentos curriculares podem ser complexos, buscaram aliar as imagens à análise, entendendo como o universo imagético pode ser um potente recurso investigativo. As autoras também apresentam a discussão dos estudos nos/dos/ com os cotidianos de Nilda Alves, afirmando que o currículo é aquilo que é praticado pelos sujeitos nos *espaçostempos* em que se esteja pensando a formação, numa prática que engloba todos os múltiplos contextos em que os sujeitos são constituídos como redes de subjetividades.

Na análise, concluem que há uma pluralidade de saberes, pois cada participante da pesquisa apresentou uma concepção diferente de currículo. Ressaltam que essa pluralidade é de extrema relevância, pois, associada a um pensar coletivo da educação, é capaz de proporcionar um currículo mais democrático e, conseqüentemente, mais justo.

Diante da proposição das autoras na pesquisa, torna-se importante perguntarmos: Que imagens temos de currículos, de docências e de aprendizagens? De que modos essas imagens nos ajudam a pensar os processos educativos no cotidiano escolar? Que efeitos essas imagens provocam em nossas práticas curriculares cotidianas?

Pensar a educação pela via dos afetos (Spinoza, 2009) é nossa aposta. Nesse pensamento, é preciso ousarmos operar com as linhas do rizoma (Deleuze; Guattari, 2011), sabendo dos riscos desse movimento. A segurança das linhas duras é lançada por terra, pois qual o sentido de permanecer reproduzindo o mesmo, se a multiplicidade não se deixa aprisionar? Quem ousa arriscar-se prefere as linhas flexíveis, que evocam o desejo de romper padrões e criar linhas de voo, abrindo-se ao desconhecido, ao estrangeiro, ao estranho, sem seguir um roteiro fixo, cujo destino está traçado. Nas linhas flexíveis, ousamos problematizar o que nos afeta e traçamos linhas de vida, que re(existem) em toda forma curricular que insiste em apequenar a vida.

Entre macro/micropolíticas e a educação do sensível: porque a vida não se deixa aprisionar

Gosto de ver as palavras plenas de sentido ou carregadas de vazio dependuradas no varal da linha.

Conceição Evaristo

O que nos leva a aproximar os seis artigos a essa categoria consiste no fato de estarem inseridos em temáticas educacionais diversificadas, mas, a seu modo, os(as) autores(as) compartilham a preocupação com a educação das sensibilidades, emergindo provocações que investigam os documentos normativos e afirmando que, entre macro/micropolíticas, é possível produzirmos invenções curriculares que afirmam a vida, liberando-a dos enquadramentos.

O artigo *A tríade ciclo de alfabetização – PNAIC – ANA como fluxo biopolítico circular que gerencia a alfabetização no Brasil* (2019), de Rosimar Isidoro Machado e Kamila Lockmann, faz um mergulho investigativo nos documentos normativos que instituem e definem ações e diretrizes do

Pacto Nacional pela Idade Certa, Cadernos de Apresentação e Formação do professor alfabetizador (Brasil, 2012). O documento organiza a proposta curricular do círculo de alfabetização para pensar a tríade da educação entre o Ciclo de Alfabetização, o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), na relação com os enunciados produzidos pelos professores que participaram dos encontros de formações no período entre 2015 e 2017.

As autoras argumentam que essa tríade Ciclo, PNAIC e ANA se complementa e não se anula, fazendo operar o Fluxo Biopolítico Circular. Amparam-se no pensamento foucaultiano, provocando pensar o saber estatístico, mobilizados pelas avaliações em larga escala. A tríade funciona como um mecanismo que mobiliza saberes (estatísticos), poder (formação, controle e regulação) e subjetivação (como os professores se relacionam com essas diretrizes). A estatística é vista como estratégia de poder por onde sujeitos podem ser classificados, organizados e controlados pelo Estado, além de influenciar na produção de discursos e nos modos de ser e pensar a alfabetização. Afirmam, com Foucault, que qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e exerce uma multiplicidade de relações e forças.

O artigo *Conflitos entre a demarcação do infantil e a antecipação da alfabetização no currículo do ensino fundamental (2019)*, de Maria Carolina da Silva Caldeira e Marlucy Alves Paraíso, desenvolve um estudo sobre os conflitos existentes entre o dispositivo da infanthidade e o dispositivo da antecipação da alfabetização em um currículo de uma turma de primeiro ano do ensino fundamental. Aponta que o dispositivo da antecipação da alfabetização, para atingir o objetivo de alfabetizar todas as crianças aos 6 anos, precisa apagar algumas marcas do infantil criadas pelos dispositivos da infanthidade. Nesse processo de luta entre os dois dispositivos, são determinados modos de ser infantil, que visam ao controle daqueles/as que o vivenciam.

As autoras contrapõem um currículo que busca apagar marcas da infância e moldar uma criança sedenta por alfabetização, ao passo que continua reproduzindo papéis infantis como dependência e controle da sexualidade. Caldeira e Paraíso (2019) tensionam o valor da infância, com

seu ritmo próprio e sua potência espontânea, ante as exigências de um sistema escolar que impõe antecipações. Trata-se de um movimento delicado de resistir ao apagamento infantil que implica recuperar o direito ao brincar, à agitação e à imaginação, mesmo em tempos de pressa por alfabetização. A antecipação do processo alfabetizador no currículo da BNCC é uma estratégia que ignora a especificidade das infâncias, promovendo o esvaziamento da Educação Infantil como etapa com identidade própria.

O artigo *Práticas de in/exclusão: modos de ensinar e aprender no ciclo da alfabetização (2019)*, de Rejane Ramos Klein e Darlize Teixeira de Mello, problematiza os processos de ensino e aprendizagem e as práticas de alfabetização que consideram as potencialidades das diferenças e os desafios enfrentados pelas crianças do/no ensino fundamental. As autoras questionam as orientações das políticas públicas para a atuação pedagógica, destacando os processos de leitura e escrita aos modos de ensinar e aprender que podem levar à exclusão de certas crianças.

Para as autoras, as estratégias pedagógicas padronizadas pelas políticas públicas do PNAIC incluem e excluem na medida em que apontam as questões individuais e a flexibilização do currículo. Afirmando, ainda, que essas políticas que parecem inclusivas podem produzir efeitos excludentes. Apresentam a urgência de questionar esse imperativo da inclusão, a fim de conhecer os complexos jogos de in/exclusão.

O artigo *Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação (2020)*, de Amanda Moreira da Silva, Thayse Ancila Maria de Melo Gomes e Vânia Cardoso da Motta, problematiza a precarização do trabalho docente na Educação Básica pública brasileira, fenômeno que vem corroendo a carreira docente, enfraquecendo a capacidade política coletiva dos professores e transformando a educação em lógica empresarial. As autoras afirmam que a precarização não ocorre isoladamente, mas é parte de um rearranjo das relações de trabalho moldadas por interesses capitalistas.

A análise é amparada em dados concretos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) por meio do Censo Escolar que expõe as tensões e vulnerabilidades que

docentes enfrentam hoje. As autoras afirmam que terceirizar a educação é atestar a imperícia de quem a gerencia. Nesse sentido, alertam para a falta de compromisso com a lógica pública materializada na ausência de gestão de combate às desigualdades sociais e na compactuação com um modelo que privilegia o lucro e esquece as pessoas e seus direitos, transformando a educação em um nicho de mercado sustentado por recursos públicos. Como reverter esse quadro? Apostamos, com Carvalho (2009), na força da rede de conversações e na potência dos encontros como resistências coletivas que fissuram a lógica empresarial.

O artigo *Desempenho regulando a docência nas políticas de currículo* (2021), de Rosanne Evangelista Dias, investiga o termo desempenho, que, longe de ser neutro, atua como dispositivo de regulação da docência em textos políticos na Ibero-América e no Brasil, orientado pelas perspectivas discursivas da teoria do discurso e do currículo como política de significação (Lopes; Macedo, 2011). O desempenho é incorporado e significado na tentativa de controle de uma ideia de profissional docente buscando normatizar um conjunto de regras de como agir na prática curricular.

O texto evidencia como os elementos discursivos estruturam práticas docentes que, muitas vezes, são influenciadas pela linguagem política, não apenas por imposições normativas. Dias (2021) enfoca que os processos de avaliação com ênfase na mensuração e na observação dos comportamentos, como verificação da aprendizagem, aproximaram o modelo curricular por objetivos do currículo por competências.

Para a autora, a BNCC associa-se a metas de desempenho e contribui para o controle da prática docente, como se esse controle fosse capaz de garantir a plenitude da tão desejada qualidade da educação apoiada na verificação da eficácia, na fiscalização e no controle dos conteúdos da formação. Nesse sentido, a BNCC afasta-se da visão de um currículo como construção coletiva, situada na ética, estética e política.

O artigo *O dilema das plataformas e redes digitais: processos educativos, docência e o neoliberalismo* (2022), de Sandro Faccin Bortolazzo, denuncia a influência do neoliberalismo nas plataformas digitais educacionais, fenômeno acentuado com a implementação da BNCC. O autor parte

da provocativa metáfora do documentário *O Dilema das Redes* (Netflix) para explorar como plataformas digitais, moldadas pela lógica neoliberal, transformam a docência e os processos educativos. O artigo problematiza os efeitos disciplinadores das plataformas digitais na formação docente e no processo educativo como um todo. Destaca como a lógica neoliberal invade o campo pedagógico, individualizando e mercantilizando a educação e a docência.

Os textos dessa categoria tratam de contextos históricos diferentes em que a educação do sensível é atravessada pelas macropolíticas que tentam impor à sociedade o controle das pessoas, tornando-as prisioneiras dos limites forjados e convencionados socialmente para balizar os desejos, a liberdade e sua expressividade. Ronilk (2018) traz a noção de micropolítica a um processo de descolonização que sacode e altera as posições tradicionais de natureza e cultura, de sujeito e objeto.

Os artigos baseiam-se em dados estatísticos de âmbito nacional e documentos oficiais de secretarias de educação municipais e estaduais e em conversas e estudos acadêmicos. A imposição expressa nos documentos oficiais determina o modo de funcionamento da sociedade e de sua correlação, pois, segundo afirma Deleuze (2012), tudo é político, mas toda política é, a um só tempo, macropolítica e micropolítica.

A partilha do sensível é pensada como força e, conforme nos aponta Deleuze (2012), como uma linha de fuga, mesmo começando por um minúsculo riacho, sempre correndo entre os segmentos, escapando de sua centralização e furtando-se à sua totalização. Os artigos tratam de uma sociedade que se constitui por instituições incorporadas de discursos e regimes de verdades pensados para controlar, hierarquizar e tentar aprisionar modos de ser e estar docente.

Contudo, os textos aqui apresentados provocam-nos a pensar na urgência de constituirmos, nos cotidianos escolares, movimentos de micropolíticas ativas como força coletiva entrelaçada aos currículos pela partilha do sensível (Rancière, 2009) no enfrentamento à representação imposta num mundo que tenta controlar e apequenar a vida. Somos provocadas, então, a pensar o coletivo como *espaçotempo* de problematização do que precariza

o trabalho docente e tenta impedir a afirmação da vida, constituindo-se como força de criação de outros modos de ser e de estar no mundo.

Experimentações curriculares como abertura e acolhimento à diferença

Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas.

Conceição Evaristo

O que podem os currículos que se abrem ao acolhimento da diferença? É o que propomos problematizar na relação com os artigos dessa categoria. O trabalho *Modos de dizer e deixar ver: as dissidências de gênero e sexualidade na série animada Steven Universo (2013)*, de Alexandro Rodrigues, Dante Almeida Ladeira, Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves e Steferson Zanon Roseiro (2023), apresenta alguns indícios para pensarmos os modos como o corpo produz suas relações entre gênero e sexualidade a partir de uma série cinematográfica em suas fusões corpóreas.

No decorrer do texto, os autores provocam-nos a pensar a força da sensibilidade, dos afetos e da amizade como política de vida. Ao evidenciarem pontos importantes abordados na série animada de *Steven Universo (2013)*, os autores trazem à tona a discussão sobre a fixação das identidades a partir de um pertencimento a grupos específicos que segregam outras possibilidades de existência. Assim, segundo os autores, alcançar esses afetos como política de vida no pensamento da série pode ser um compromisso com a educação estética, a ética na construção de relações socialmente estabelecidas, promovendo um desenvolvimento integral do ser humano.

Outro artigo que também aborda o lugar do sensível nos cotidianos escolares denomina-se *Curricular com os cotidianos escolares: poetizar uma vida, não sucumbir ao fascismo (2023)*, de Marina de Oliveira Delmondes e Carlos Eduardo Ferraço. Os autores contrapõem os currículos normatizados com base nos múltiplos currículos praticados-inventados com os cotidianos escolares, a fim de problematizar os processos constitutivos do necrogoerno (gestão do Governo Federal no período de 2018 a 2022, na pandemia da covid-19) em interface com o campo da educação.

Os autores apostam em currículos afetos às invenções que insurgem contra os múltiplos fazeres-saberes cotidianos. Afirmam que considerar a escola como espaço-tempo de tessitura curricular significa reconhecer que o cotidiano escolar possui um potencial criativo que abre possibilidades para experimentações, para escrita como dispositivo de criação e encontros.

Para problematizarem a necropolítica, os autores recorreram à poesia de Carolina Maria de Jesus, quando ela expressa: “Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: – Mamãe, eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!” (Jesus, 1960, p. 56 *apud* Delmondes; Ferraço (2023)). Com base nessa provocação, o artigo segue buscando pensar uma política contra a lógica cartesiana/arborescente, empreendendo a busca por criar rupturas e conceber os processos *curriculantes*, como uma máquina de guerra nômade (Deleuze; Guattari, 2012).

Pensar o currículo em conexão com o corpo, com o mundo social e com as coisas do mundo põe-nos em relação com o texto *Currículos: novos desenhos, novos contornos...territórios de sensibilidades* (2023), de Carlos Pereira de Melo, Hociene Nobre Pereira Werneck e Janete Magalhães Carvalho, que entendem os currículos como um campo de territórios sensíveis, cheio de ordenamentos, de linhas fixas, de corpos organizados e de identidades majoritárias, concordando com Paraíso (2008).

O artigo convoca-nos a pensar os currículos a partir de uma perspectiva sensível e plural, como territórios em constante movimento, que não devem ser encarados apenas como instrumentos normativos ou estruturas fixas, mas como espaços abertos à escuta, à experiência e à invenção. Nessa perspectiva, os “novos desenhos” e “novos contornos” são movimentos de abertura para múltiplas vozes e experiências, especialmente para professores e crianças de escolas públicas que têm suas existências contestadas constantemente.

O artigo problematiza uma experiência vivida em sala de aula de uma escola municipal de ensino fundamental, apontando como essa experiência reverbera na educação. Os autores visualizam a força dos corpos e provocam-nos a imaginar currículos que se constroem nas bordas, nos

encontros e nas dobras da vida comum. Trata-se de um chamado para pensarmos, com Spinoza (2009), a relação/composição com um corpo múltiplo que afeta e pode ser afetado.

Ao focarmos as redes de conversações como *práticas políticas*, estamos entendendo política como um modo de atividade humana que põe sujeitos em relação. Nesse sentido, o artigo *Práticas políticas em contextos cotidianos curriculares como invenção de outros modos possíveis de existência* (2023), de Sunamita Astir Daud de Souza e Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni, propõe a formação de professores como um campo inventivo e político, no qual práticas micropolíticas cotidianas, como agenciamentos coletivos, resistem às formas prescritivas hegemônicas e formam um currículo inventivo. Essa construção ocorre na perspectiva da filosofia da diferença e com métodos rizomáticos, facilitando modos alternativos de subjetivação, existência e ensino para além da lógica dominante do capital.

As autoras apostam nas possibilidades de *pensar praticar* currículos que se conectam a um modo de agir e pensar próprios de quem habita as escolas e resiste às tentativas de controle e/ou regulação da existência. As autoras põem-se a favor da vida, da criação de outros mundos povoados por intensidades, desejos e afetos; da criação do novo, por diferentes modos de existência que se desenham na relação com o outro. Um experimentar de múltiplas possibilidades que nos convoca a deslocar, transitar, forjar novos roteiros de vida e inventar novos processos curriculares subvertendo os mecanismos de regulação instituídos pelas políticas educacionais de governo.

O artigo *Nós: as condenadas da Terra?* (2023), de Luciane Tavares dos Santos, Márcio Caetano e José Valter Pereira (Valter Filé), aposta na conversa como metodologia e evidencia os modos como jovens negras/os de favelas cariocas constroem táticas de *reconhecimento existência*, em uma lógica que é produtiva de inexistência, por meio de espaços educativos. Os autores trabalham com o conceito de tática proposto por Certeau (2014), que compreende os sujeitos praticantes não como objetos passivos a serem conhecidos, mas como agentes que atuam criativamente dentro das estruturas instituídas.

Os autores problematizam a política de morte, recorrendo a Achille Mbembe (2018) e a seu conceito de necropolítica (poder de decidir quem deve viver, quem deve morrer e quem pode ser exposto à morte, especialmente por meio da violência armada). Em tempos em que a vida de algumas pessoas vale mais do que a de outras, a precariedade da existência se torna evidente.

Assim, agenciar o mundo, fazer-se escuta como uma possibilidade de nos questionarmos acerca dos dizeres aprendidos, dos velhos ditados, das palavras acostumadas que fazemos circular é a aposta do artigo *Por entre diárias de pesquisa, a tessitura de um campo problemático que questiona os usos dos conceitos de indisciplina e deficiência no cotidiano escolar* (2023), de Anelice Ribetto e Débora de Souza Santos Madeira.

Tomando o pensamento de Larrosa (2020), as autoras problematizam o que há de singular na atuação de uma assistente de alunos, que ocupa o espaço educacional de uma instituição pública, que presta diversos atendimentos e possui uma escola especializada na área da cegueira e da baixa visão. Para violentarem o pensamento, as autoras consideram que o gesto de estar à escuta pode habilitar-nos para uma desnaturalização das palavras, para um empreendimento que viabilize uma intervenção, um plano comum, que não sugere consensos, mas reafirma a diferença. Utilizam o diário cartográfico como um ensaio de alguém que se deixa afetar e também deseja provocar efeitos no mundo.

O artigo *Complicando os caminhos nos mapas da diversidade: o cotidiano como resposta possível à questão da diferença* (2023), de Matheus Saldanha do Amaral Reis e Jeferson Maske, tensiona as noções de diferença, diversidade e a produção de sentidos que fundamentam as bases dos entendimentos que traduzem as noções de democracia. A partir de uma abordagem que combina pesquisa bibliográfica e investigação nos cotidianos, os autores desafiam a tendência das políticas curriculares de fixarem identidades e traçarem caminhos definitivos, uma busca por um “comum” que pode vir a ser violento e limitador. Consideram a necessidade de pensar a democracia como processo de luta contínua, exaltando o dissenso e a disputa como possibilidades de valorização do Outro.

Assim, ao pensarmos sobre as experimentações curriculares como abertura e acolhimento à diferença na reinvenção dos cotidianos escolares, inspiradas nos textos dessa categoria, apostamos nas experiências vividas como um exercício de invenção das docências e afirmação da diferença. Ecoamos um movimento que pode abrir espaço para afetos que desafiam o modelo tradicional de conhecimento rígido e desvinculado da vida. A sensibilidade, a diferença e os cotidianos emergem como dimensões potencializadoras nas experiências singulares. Tais dimensões contribuem para pensar a diferença, que ultrapassa os limites dos currículos formais, afirmando a vida e transpondo as estruturas disciplinares convencionais.

Afinal, o que quer a vida?

Combinamos de não morrer.

Conceição Evaristo

Retornamos ao conto de Evaristo (2016) para lembrar o enredo que apresenta a complexidade de um cotidiano atravessado pelas linhas duras que imprimem medo e violência. Mas, nesse mesmo conto, como arte literária, agarramo-nos para afirmar, com as personagens, que combinamos de não sucumbir ao que tenta apequenar a vida. Combinamos de não morrer! Mais do que isso. Escolhemos não morrer! Escolhemos viver a vida em toda a sua potência, em toda a sua beleza, na constituição da existência não como sujeito, mas como uma obra de arte, afirmando com Deleuze o pensamento-artista de Foucault (Deleuze, 1992). Escolhemos fazer da vida encontros intensivos, coletivos, com afetos alegres, por isso, agarramo-nos à arte para liberar a vida, lá onde ela é prisioneira (Deleuze; Guattari, 2010).

Os artigos da revista *Cadernos de Educação*, no período de 2019 a 2023, apresentados nesta análise, expressam diferentes modos de vida na relação com os movimentos curriculares que tentam aprisioná-la. Nessa relação, os(as) autores(as), sob diferentes lentes teóricas, engendram movimentos que escapam ao instituído e agem nas linhas flexíveis, causando fissuras nas linhas duras e traçando rascunhos como linhas de fuga, nos movimentos de micropolíticas ativas.

Afirmamos que se faz necessária, no cotidiano escolar, a problematização dos interesses e das tentativas de aprisionamento de macropolíticas, como a BNCC, cujas estratégias estão atreladas às políticas neoliberais e neoconservadoras, de responsabilização docente/discente pelo fracasso escolar, à avaliação sob a lógica empresarial que separa quem sabe de quem não sabe e à premiação pelo desempenho, empurrando a educação pública na direção da privatização.

Argumentamos em favor de uma educação do sensível (Rancière, 2009) que não se descola do inteligível e afirma que o aprender ocorre no encontro com o que violenta o pensamento (Deleuze, 2022), num movimento sem hierarquia, numa relação que se abre às experimentações, problematiza o vivido e dá outros sentidos à vida. Que vida? A vida intensiva que (re)existe e insiste em ser afirmada. A vida que, nas brechas das normatizações que insistem em apequená-la, cria movimentos de micropolíticas ativas e abala o instituído. Vida que insiste em criar linhas de fuga, de respiro; linhas que fazem gaguejar na própria língua. É essa vida que, entre macro/micropolíticas, combinamos de continuar a afirmar.

Referências

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 23, p. 62-74, 2003.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: Formação do professor alfabetizador: Caderno de apresentação. ano 1, unidade 1. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília, DF: INEP, 2013. 20 p. ISBN 978-85-7863-027-0. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/533581893/Avaliacao-Nacional-ANA-documento-basico>. Acesso em: 25 de abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 de dez. 2019.

CARMO, Lorena Azevedo do; LIMA, Juliana de Souza; SÜSSEKIND, Maria Luiza. Nem toda mulher é bunda, nem toda professora é branca. **Cadernos de Educação**, Pelotas-RS, n. 67, 2023.

BRENNER, Carmem Eloísa Berlot; LEITE, Maria Cecília Lorea. Professoras, professores e suas imagens sobre o currículo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

BORTOLAZZO, Sandro Facin. O Dilema das Plataformas e Redes Digitais: processos educativos, docência e neoliberalismo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 66, 2022.

CAETANO, Márcio; PEREIRA, José Valter (Valter Filé); SANTOS, Luciane Tavares dos. Nós: as condenadas da Terra? **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva; PARAÍSO, Marlucy Alves. Conflitos entre a demarcação do infantil e a antecipação da alfabetização no currículo do ensino fundamental. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 62, 2019.

CARVALHO, Janete Magalhães. **O cotidiano escolar como comunidade de afetos**. Petrópolis, RJ: DP et al., 2009.

CARVALHO, Janete Magalhães; MELO, Carlos Pereira de; WERNECK, Hociene Nobre Pereira. Currículo: novos desenhos, novos contornos. Territórios de sensibilidade. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORAZZA, Sandra Mara. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

DELMONDES, Marina de Oliveira; FERRAÇO, Carlos Eduardo. Curricular com os cotidianos escolares: poetizar uma vida, não sucumbir ao fascismo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

DELBONI, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera; SOUZA, Sunamita Astir Daud de. *Práticas políticas* em contextos cotidianos curriculares como invenção de outros modos possíveis de existência. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2022.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. v. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caifá. São Paulo: Editora 34, 2012.

DIAS, Rosanne Evangelista. Desempenho regulando a docência nas políticas de currículo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 65, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros** (1982–1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GABRIEL, Andrea dos Santos. **Currículos inventivos entre macro/micropolíticas: por uma vida bonita no coletivo do cotidiano escolar**. 2023. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2023.

GALLO, Silvio. Educação: entre a subjetivação e a singularidade. **Educação – UFSM**, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 1–15, 2010.

GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo; MOTTA, Vânia Cardoso da; SILVA, Amanda Moreira da. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 63, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2023.

GONÇALVES, Nahun Thiaghor Lippaus Pires; LADEIRA, Dante Almeida; RODRIGUES, Alexandro; ROSEIRO, Steferson. Modos de dizer e deixar ver: as dissidências de gênero e sexualidade na série animada Steven Universo (2013). **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, Pelotas, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GOUVÊA, Tânia; GARCIA, Alexandra. O coletivo como poder disruptivo: o processo autoral da docência. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

KLEIN, Rejane Ramos; MELLO, Darlize Teixeira de. Práticas de in/exclusão: modos de ensinar e aprender no ciclo da alfabetização. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 62, 2019.

LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Rosimar Isidoro. A tríade Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA como um Fluxo Biopolítico Circular que gerencia a alfabetização no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 62, 2019.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Ronald; HILÁRIO, Rosângela; SANTOS, Vinicius de. O aquilombamento como estratégia de resistência contra o epistemicídio: as pessoas pensantes mulheres poetas do sistema educativo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

MADEIRA, Débora de Souza Santos; SOUZA, Anelice Ribetto. Por entre diárias de pesquisa, a tessitura de um campo problemático que questiona os usos dos conceitos de indisciplina e deficiência no cotidiano escolar. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

MASKE, Jeferson; REIS, Matheus Saldanha do Amaral. Complicando os caminhos nos mapas da diversidade: o cotidiano como resposta possível à questão da diferença. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 67, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, [S. l.], v. 13, n. 24, p. 252–273, 2021.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e processos de *aprendizagem* *ensino: políticas práticas* educacionais cotidianas. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 375–391, 2013.

PARÁISO, Marlucy Alves. Um currículo entre formas e forças. **Educação**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 49–58, 2015.

PARÁISO, Marlucy Alves. Composições curriculares: culturas e imagens que fazemos e que nos fazem. **Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 9, n. esp., p. 108–125, 2008.

PARÁISO, Marlucy Alves; SILVA, Sandra Kretli da. E sacode a poeira: fazendo o currículo embalar em composição com imagens cinematográficas e professoras. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1895–1914, out./dez. 2020.

PINAR, William. **Estudos curriculares**: ensaios selecionados. São Paulo: Cortez, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

REIS, Júlia Milani; SPERRHAKE, Renata; TRAVERSINI, Clarice Salete. Problemática e contraconduta na composição de um currículo do devir para o enfrentamento da distorção idade-série. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 62, 2019.

ROLNIK Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROMÃO, Eliana Sampaio; SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; SANTOS, Jânio Nunes dos. Formação de professores alfabetizadores: reverberações do saber no fazer. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 64, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CAPÍTULO 9.

Cartografia da discursividade sobre a relação educação e sensibilidade social na revista *Educação Temática Digital* (ETD)

Janete Magalhães Carvalho
Marina R. Suhett de Rezende
Victor Nogueira Lage
DOI: 10.52695/978-65-5456-196-9.9

Introdução

Pensando a produção acadêmico-científica como um processo que amplia modos de investigar, sentir e compreender a educação, este artigo analisa as discursividades presentes no periódico *Educação Temática Digital*. O objetivo foi delinear o diagrama de forças e discutir como a educação do sensível e da sensibilidade social se manifesta nas práticas discursivas do campo educacional publicadas em periódicos classificados nos estratos superiores da Capes entre 2019 e 2023, período posterior à edição da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Cumprе considerar que para além da BNCC, como modo de assegurar o tripé currículo formatado por competências e habilidades, avaliação em

larga escala e formação de professores, são editados o Parecer CNE/CP n.º 22/2019 e a Resolução CNE/CP n.º 02/2019 evidenciando a padronização da formação inicial de professores, imposta como uma “grade” formativa que retira a subjetividade docente do centro do processo formativo, concentrando atenções na dimensão técnica da formação com competências e habilidades pré-definidas e estabelecendo padrões a serem utilizados em uma avaliação docente de larga escala em forma de auditoria. Essa normativa fabrica identidades docentes quando prescreve os modos de ser professor/a e alinha a formação ao conteúdo da BNCC (Brasil, 2018).

Diante dessa paisagem disciplinar e controladora, este artigo se impõe como um ato de escuta poética e rigor filosófico. A problematização que nos move é: como a produção acadêmica do campo da educação, expressa em periódicos de excelência, resiste e inventa novos modos de partilhar o sensível, deslocando o ato de compreender da dimensão meramente intelectual para o corpo e as suas experimentações?

Partimos da hipótese de que a defesa da relação entre estética e política, bem como entre o sensível e o inteligível, não se vincula a uma ideologia liberal alinhada ao capital. Para Rancière (2005), a estética diz respeito à partilha do sensível, que define o plano das condições da experiência, da ação e do pensamento e estabelece o que pode ou não ser visto, ouvido ou imaginado no âmbito da experiência comum.

Desse modo, falamos de uma educação que desloca o ato de compreender a dimensão meramente intelectual para o corpo e as suas experimentações. Nessa compreensão, que é corporal e afetiva, o sentir une-se à memória e à imaginação, agencia valores que conferem significado à experiência ético-estética-cultural-política, pois, a partir dela, a realidade vivida pode ser questionada e (re)significada.

Metodologicamente, usamos uma abordagem cartográfica de análise dos arquivos, que tomou como matéria uma totalidade de 277 artigos publicados no período considerado, a saber: cinco anos após a promulgação das novas diretrizes curriculares para a educação básica (BNCC) e para a formação de professores (BNC-Formação) (2018-2023). A partir de um extenso trabalho cartográfico sobre a revista ETD, delineamos cinco categorias que funcio-

nam como cortes no tecido do instituído, anunciando as forças moleculares que insurgem contra o molar, conforme apresentado a seguir:

- 1. Relações de poder macro/micropolíticas: assujeitamento e resistência;**
- 2. Docências em fuga à normatividade;**
- 3. Escola, sensibilidade e processos criativos;**
- 4. Práticas do si às multiplicidades em rede;**
- 5. Presenças insurgentes em gestos de escuta.**

Cada categoria tece uma malha entre as ideias dos autores analisados e os operadores conceituais que nos ajudam a pensar a vida em sua potência: a composição espinosana, as linhas de fuga deleuzianas, os dispositivos foucaultianos e o dissenso ranciêrino. O sensível, aqui, é a matéria-prima do pensamento que se move, vibra e resiste.

Categoria 1 — Relações de poder em macro/micro políticas: assujeitamento e resistência

Pensar uma Base Nacional Comum Curricular formulada em termos de competências e habilidades individuais, que fundamenta as avaliações em larga escala e os processos de aprendizagem de caráter recognitivo, implica retomar o perfil e os objetivos que vêm orientando o processo educacional. Nessa lógica, afirma-se a supremacia do inteligível sobre o sensível, resultando em uma educação cada vez mais afastada dos processos de sensibilidade político-social.

Segundo Foucault (2008) e Deleuze e Guattari (1995), assistimos a uma expansão contínua da sociedade empresarial, na qual os interesses corporativos e a figura do *Homo economicus* neoliberal passam a dominar os diversos setores da vida social. Nesse cenário, intensificam-se as interferências privatistas na área educacional, a ponto de a escola e seu currículo serem concebidos como algo a ser gerido e administrado nos moldes de uma empresa.

Assim, o investimento educacional passou a ser compreendido como capital humano, associado a pessoas economicamente ativas, produtivas e orientadas para a empregabilidade e para as competências e habilidades exigidas. Uma espécie de homem-máquina, como afirma Rosa (2009, p. 378):

Máquina constituída pelo trabalhador e sua competência. Aliás, trata-se de uma verdadeira miscelânea de competências a serem desenvolvidas por todos: da gestão de recursos humanos nas empresas à problematização da aprendizagem através das competências, ou ainda a interação humana focada no desenvolvimento de competências emocionais e coletivas. Competências que visam produzir pessoas “saudáveis, sadias e produtivas”. Ou melhor, sujeitos flexíveis e adaptados.

No cenário curricular, esse avanço da lógica empresarial se expressa na convivência tensa entre resquícios da sociedade disciplinar, como horários rígidos, seriação, sequenciação e compartimentalização dos conteúdos, e práticas próprias da sociedade de controle, como a valorização de competências individuais, a flexibilização curricular e a expansão do trabalho de estudantes e professores para além da escola por meio das tecnologias. Mesmo assim, emergem brechas em que a biopotência se afirma e práticas artísticas ganham força na formação docente, gerando experiências estéticas que ampliam processos de subjetivação e abrem outras possibilidades pedagógicas. Nesse contexto, a arte deixa de ser mero conteúdo e passa a operar como linguagem que articula conhecimento, emoção, política e ética, compondo uma educação na intersecção entre inteligível e sensível. Para compreender essas dinâmicas, realizamos uma seleção de artigos que dialogam com essa temática e, a partir dela, organizamos categorias analíticas que orientam a leitura crítica da produção da revista *Educação Temática Digital*.

Tabela 1: Artigos selecionados na categoria 1

Ano	Título	Autoria
2019	Macro/micropolítica, cotidiano escolar e constituição de um corpo coletivo em devir.	Janete Magalhães Carvalho.
2019	Cartografia de um processo de experimentação com arte e linguagens em aulas de Geografia no ensino técnico-profissionalizante integrado ao ensino médio.	Ernandes de Oliveira Pereira e Gisele Girardi.
2019	AEconomia; política e educação: a aula como um espaço menor de abertura ao mundo.	Viviane Klaus e Maria Alice Gouvêa Camposato
2023	Experimentar a literatura na educação: uma estratégia nômade de microrevolução do desejo.	Alexandre Filordi de Carvalho e Danilo da Silva Gonçalves.
2023	História no ensino secundário: reformas, currículo e sensibilidades.	Arnaldo Pinto Junior e Carlos Halferd Junior.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisarmos os artigos relacionados nesse quadro, observamos que os textos trazem como ponto de convergência às políticas curriculares neoliberais que impactam a educação brasileira, reforçando desigualdades e limitando a construção de um ensino mais democrático e inclusivo.

Carvalho (2019) problematiza as relações de poder que, macro e micropoliticamente, atuam nos corpos coletivos, potencializando uma vida em composição com forças heterogêneas no plano de imanência dos cotidianos escolares. Busca argumentar sobre os lugares, os espaços e a ordem institucional que tomam corpo e possibilitam a constituição de coletivos articulados como políticas ativas, assim como, questionar os conceitos e as práticas a partir das quais os corpos que habitam e/ou atravessam os cotidianos escolares são qualificados, passando pelas forças e fluxos que os modelam ou os criam.

Se o capitalismo apresenta, dentre suas características, a transformação da vida em mercadoria e a captura das forças em fluxos dos corpos, impondo ao corpo uma intensa produção de percepções e desejos, a au-

tora argumenta que se torna, cada vez mais necessário, numa micropolítica do corpo, que enfatize a dimensão sensível e inacabada e ignorada que é própria dos seres vivos. Como afirmam Guattari e Rolnik (1986, p. 127), “A questão micropolítica [...] diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamarei de ‘molar’), com aquele que chamarei de molecular”. E prosseguem: “Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar a lógica [...] as lutas sociais são ao mesmo tempo, molares e moleculares” (Guattari; Rolnik. 1986, p. 127).

Enfim, a autora enfatiza que a ação micropolítica interfere na cartografia social dominante e na realidade sensível e, na maior parte das vezes, invisível, que é fruto da presença da alteridade, da capacidade de diferir que não cessa de afetar os nossos corpos e, pela constituição de um coletivo plural, produzir resistência ao instituído.

Pereira e Girardi (2019) evidenciam que arte e ciência geográfica, quando funcionam como intercessoras umas das outras, podem propiciar novas maneiras de pensar o espaço e, com efeito, movimentar o pensamento dos jovens em torno do currículo de Geografia do ensino técnico-profissionalizante integrado ao Ensino Médio. Durante a experimentação, o comportamento dos estudantes deslocou-se de uma atitude de subordinação aos paradigmas impostos pelo capitalismo global propagado pelos meios de comunicação, sobretudo internet, para uma postura de subversão criativa desse pensamento hegemônico, mesmo no contexto da educação profissional.

Ao manipular palavras e expressões com livre associação com a ciência geográfica, traços de outras geografias começaram a surgir, para além da Geografia formal dos currículos e livros didáticos. Essa estratégia faz parte do campo da educação menor (praticado no âmbito das salas de aula na relação professor-aluno) e subverte a educação maior (das políticas educacionais, dos documentos oficiais, das leis etc.) que padroniza os modos de pensar.

Dobrando essa perspectiva para a Geografia, podemos dizer que os estudantes foram mobilizados a fazer geografias menores a partir da arte. Poderiam criar fissuras na Geografia maior, ensinada na escola, que faz

parte de uma grande máquina de ensino obrigatória que “nunca comunicou informações, mas sempre impôs as coordenadas semióticas, com todas as bases da sua gramática” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 12).

Klaus e Campesato (2019), partindo de uma breve contextualização do cenário político contemporâneo, que experimenta crescentes movimentos de cunho conservador, em um ensaio teórico, buscam discutir a política em suas diferentes dimensões, indo além da razão de Estado e das funções de governo em suas articulações com a Educação. Para tal, realizam um movimento histórico do termo política e o problematizam, ancorando-se principalmente no pensamento de Arendt, em duas de suas obras: *A condição humana* (2008) e *O que é política?* (2007). O ensaio ainda aborda as relações entre economia, política e formas de governo da população — chave importante para entender a sociedade contemporânea e dos desafios que se colocam ao campo educacional. Por fim, a partir do conceito de “menor”, de Deleuze e Guattari, refletem sobre a aula como possibilidade de abertura ao mundo, como um espaço democrático, político, de acolhimento às novas gerações e de produção de novas formas de existência e resistência ao instituído.

No cenário brasileiro, a polarização manifesta nos acontecimentos que antecederam e sucederam a campanha eleitoral de 2018 parece não nos deixar dúvidas de que este é um momento delicado. O racismo, a homofobia e o preconceito figuram no epicentro discursivo daqueles que clamam para si a detenção da verdade e da moral. Assistimos ao extermínio de pessoas e de ideias. Vivenciamos ameaças a vidas e projetos. A educação, neste contexto, vê-se atacada com propostas como a da “Escola sem Partido”, em que se busca retirar da vida escolar o exercício do pensamento, a possibilidade de escolha e a liberdade pedagógica. A pergunta “como resistir?”, seguida de outras por ela suscitadas, como “resistir a quê?” e “ao lado de quem?”, parecem ser as mais instigantes para pensarmos no papel da educação, na produção de outros modos de subjetivação e em outras possibilidades de existência.

De que maneira, então, podemos pensar a educação? Como a política pode ser concebida no âmbito educacional? Qual é o lugar da democracia

nesse contexto? Que modos de existência estamos a formar? Qual é o papel da escola hoje? Que mundo estamos apresentando e legando às novas gerações? Qual é o nosso compromisso ético com as crianças e jovens e com aqueles que ainda não nasceram?

Uma educação menor, diz Gallo (2003, p. 173), é “um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas”. A sala de aula, pois, constitui-se como um espaço “a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquele para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância”. (Gallo, 2002, p. 173). É, pois, um espaço político. A aula, portanto, constitui-se como um espaço menor, desterritorializado, coletivo e político.

Tomar a aula a partir do conceito “menor” de abertura ao mundo possibilita pensá-la como um lugar público e democrático — um lugar em que não se estabelece, *a priori*, separação ou distinção de classes, gênero, etnia, escolha política ou religiosa. Como problematizam Alexandre Filordi de Carvalho e Silvio Gallo (2017, p. 637), assim como a “cultura do cotidiano escolar, padecida pelas crianças e pseudo-eternidade, mina lentamente as ações que poderiam permitir aos sujeitos a pensarem de modo diferente”, ela não se institui como um lugar possível de encontro de afetos, produção da diferença, criação e invenção de novas possibilidades de existência?

Alexandre Filordi de Carvalho e Danilo da Silva Gonçalves (2023) pontuam que as redes políticas em torno da demonização do agir docente e do aparelho estatal escolar. Sob tal contexto, fazem-se necessárias novas estratégias de resistência ao avanço da racionalização neoliberal. A partir de uma pesquisa realizada com alunas e alunos leitores, oportunizou-se a experimentar a literatura fora do circuito da demanda de formação curricular nas escolas públicas, o objetivo do artigo é mostrar o investimento teórico que concebeu a literatura como experiência de monumento de perceptos, de afectos e bloco de sensações. A hipótese investigativa sustenta que, ao se gerar experimentações por meio da máquina de expressão literária, a semiotização dominante escapa ao controle das demandas dos sistemas de formação capitalísticos funcionais. Nesse caso, indica-se a possibilida-

de de uma insurreição nômade na educação baseada na experiência literária, por sua vez, a potencializar a produção política de microrrevolução do desejo. Para tanto, os pensamentos de Berardi, Deleuze e Guattari são empalmados como condição favorável à análise em tela. Ao cabo, conta-se emergir uma disposição teórica a partir da qual a educação seja experiência de eclodir o desconhecido, a saber, aquilo que está por experimentar.

Arnaldo Pinto Junior e Carlos Halfeld Junior (2023) destacam concepções do ensino de História. Refletir sobre propostas curriculares destinadas à disciplina História no denominado ensino secundário e suas relações com a constituição de sensibilidades é uma tarefa complexa, requer um olhar acurado dos pesquisadores interessados nessa temática. Seja pelos distintos objetivos traçados em diferentes currículos, seja pelas interpretações da ideia de sensibilidades, temos um instigante desafio diante das suas imbricações tanto no âmbito da educação escolar quanto na da formação sociocultural mais ampla.

Se nossa pretensão fosse abarcar o contexto em que vivemos, poderíamos observar, a partir de relativa proximidade, a atuação de diversos grupos políticos que procuram, entre movimentos de dominação e de resistência, legitimar suas visões de mundo por meio de linguagens. Produtos culturais analógicos e digitais circulam pelos espaços de sociabilidade, dinamizando discursos orais, escritos e imagéticos que, por sua vez, compõem o padrão de representações simbólicas, com as respectivas disputas acerca do que comunica e de significação. As disputas simbólicas evidenciam as ações dos sujeitos e seus posicionamentos nos cenários sociais. No caso da disciplina História, tal dinâmica se refere à elaboração e à defesa de determinadas narrativas sobre o passado, à qualificação de critérios identitários ou às perspectivas de tratamento da alteridade fazem parte de agendas políticas, evidenciando sua filiação nas relações de força hodiernas. Ao considerar as tensões tais embates, acreditamos que as sensibilidades são forjadas nas relações que sujeitos travam socialmente.

Outro problema apontado pelos autores é o estabelecimento de uma relação única e direta entre sensibilidades e sentimentos. Tal forma de abordagem é desenvolvida, muitas vezes, com a mesma noção para os

dois termos, sem distinção de suas especificidades. Procurando não incorrer em tal procedimento, nos aproximamos das contribuições de Pesavento (2004), que reconhece as potencialidades dessa temática para os estudos culturais. Diferentemente daqueles que assemelham sensibilidade a sentimentos, e mais, associam sensibilidades a sentimentos puros, refinados, civilizados, Pesavento (2004) afirma que as sensibilidades se situam nas dimensões implícitas do jogo social, apresentam-se por meio de insinuações, de silêncios e de recursos metafóricos da linguagem.

Segundo a autora, “A sensibilidade é, pois, capacidade humana, que fundamenta a apreensão do real; é uma habilitação sensorial que marca a capacidade de ser afetada pelo mundo ou de reagir a estímulos físicos ou psíquicos por meio das sensações” (Pesavento, 2004, p. 222).

Por outro lado, a sensibilidade estaria na base do próprio conhecimento sobre o mundo que o espírito é capaz de produzir. Entretanto, o conhecimento sensível marca um assalto contra o pensamento cognitivo racional. Porque opera na esfera das sensações e pertence à ordem da intimidade, porque atua na esfera dos sentimentos e fundamenta a percepção, interpretando e qualificando o mundo, o conhecimento sensível não segue exatamente as regras da racionalidade, mas não deixa, com isso, de produzir verdades, valores, ou seja, critérios de interpretação da realidade (Pesavento, 2004).

Ao tratar da sensibilidade como capacidade humana que fundamenta a apreensão do real, posicionando-a na base do conhecimento, a autora apresenta tanto uma definição que ultrapassa os limites dos sentimentos quanto às potencialidades de sua discussão acerca dos estudos históricos e as formas de aprendizagem estimuladas pelas interpretações e qualificações do mundo inseridas nos conteúdos escolares, advogando uma relação entre o inteligível e o sensível.

Categoria 2 — Docências em fuga à normatividade: o gesto estético da resistência

O corpo docente contemporâneo se vê atravessado por forças que disputam seus modos de existir. A expansão da racionalidade técnica,

materializada em dispositivos curriculares como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e a Base Nacional de Formação de Professores (Brasil, 2019), não age apenas como um conjunto de orientações pedagógicas, mas como verdadeira tecnologia política. Sob o horizonte foucaultiano (2005), tais normativas operam como a atualização do **dispositivo** disciplinar no tecido da sociedade de controle, procurando **governar condutas** e modular subjetividades.

Desse modo, o trabalho pedagógico é tensionado à redução, esvaziando-se de sua potência criadora e tornando-se, como aponta Gallo (2003, p. 79), uma “máquina de controle, de subjetivação, de produção de indivíduos em séries”. O risco é visceral: transformar a partilha do sensível (Rancière, 2005) em um território unívoco, no qual apenas o previsível e o mensurável têm autorização para existir.

É precisamente diante desse estreitamento que emerge a pergunta espinosana que nos move: como o corpo docente varia sua potência de agir? Como abrir brechas de respiro, diálogo e invenção que recusem os afetos tristes da normatividade e do adoecimento? Para Deleuze e Guattari, nas bordas dessa macroestrutura, o sensível irrompe como força molecular, como linha de fuga (1995): um desvio ético-estético que não equivale à evasão, mas à criação ativa de outros modos de ensinar e de viver a escola. A docência em fuga constitui, assim, uma guerrilha estética, silenciosa e persistente, capaz de reconfigurar o espaço-tempo escolar e fazer emergir o acontecimento. Nessa esteira, os de artigos analisados nesta categoria buscam ampliar como práticas estético-políticas instauram esses gestos de resistência.

Tabela 2: Artigos selecionados na categoria 2

ANO	TÍTULOS	AUTORES/AS
2019	O vazio e o movimento	Ana Godinho Gil
2021	Educar para ler desde a infância: O valor poético da vocalidade e da imaginação.	Ângela Cogo Fronckowiak e Maria Carmen Silveira Barbosa
2022	Identidade, diferença e personalização no ensino híbrido: reflexões em tem- pos de pandemia, mas para além dela	Carlos Jorge da Silva Cor- reia Fernandes e Luís Paulo Leopoldo Mercado
2022	Possíveis aproximações sobre o con- ceito de trabalho coletivo em Freinet e Freire.	Adriana Varani e Adriana Alves Fernandes Costa
2023	Formação estética na educação in- fantil como ato político	Maria Franciane Bezerra Oli- veira e Erika Natacha Fernan- des de Andrade
2019	Uma pedagogia esquecida do Amor	Rinaldo Voltolini
2023	O convite para ler e para conversar sobre a leitura	Carlos Skliar

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse horizonte, Maria Franciane Bezerra Oliveira e Érika Natacha Fernandes de Andrade (2023) defendem que a formação estética não é adorno, mas ato político que amplia a sensibilidade, da percepção acurada das produções artístico-culturais, da vivência da fruição, do desenvolvimento do gosto, do alargamento dos horizontes e da capacidade de criação” (Oliveira; Andrade, 2023, p. 3), reafirmando o direito da infância à arte, ao jogo e à imaginação. Recolocar a estética no centro da experiência educativa é afirmar a potência de um comum que resiste à homogeneização das práticas e à antecipação da alfabetização. Cada gesto artístico, cada brincadeira, cada variação inventiva torna-se ato micropolítico, operando linhas de fuga que, como lembram Deleuze e Guattari (1995), não enfrentam a ordem frontalmente, mas a fazem vibrar em outra frequência.

Afinal, “é o recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do dizível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está

em jogo na política como forma de experiência” (Rancière, 2005, p. 16). E é nesse terreno em movimento, onde sensível e resistência se enlaçam, que a docência em fuga encontra sua força, não para se fechar em respostas, mas para continuar abrindo o possível.

Essa mesma insurgência reverbera no pensamento de Rinaldo Voltolini (2019), quando ele problematiza a “deserotização” da relação pedagógica e evidencia o empobrecimento do encontro quando a docência se aprisiona em protocolos técnicos, distanciados da vida que pulsa. Para o autor, a docência só pode florescer como experiência de desejo, relação e invenção. Ao convocar a pedagogia esquecida do amor, não o amor romantizado, mas aquele gesto político e ético que sustenta o vínculo, Voltolini abre brechas para uma prática docente capaz de se deixar atravessar pelo outro, de compor com ele, desestabilizando a lógica da competência, da eficiência e da mensuração.

Essa proposição encontra eco na *Ética* de Espinosa (2007), para quem o corpo se define por sua potência de afetar e ser afetado. Na perspectiva espinosana, as afecções tristes diminuem nossa capacidade de agir, ao passo que as afecções alegres ampliam nossa força de existir, pensar e criar. Assim, o amor aparece como essa afecção alegre que desfaz distâncias hierárquicas e reabre o campo do possível na relação pedagógica. Dessa maneira, a docência deixa de operar por dever ou como exercício de explicação, aquilo que Rancière (2013) denuncia como a prática do “explicador”, que reforça a distância entre saber e não saber, e se reinventa como uma experiência de emancipação. Trata-se do professor “interessante” de que fala Voltolini (2019, p. 374): aquele que produz espaços de escuta, partilha e criação, onde o amor funciona como linha de fuga e força inventiva, permitindo que a docência se refaça como obra coletiva, sempre em movimento.

Sob outra inflexão, Ana Godinho Gil (2019) desloca a pergunta para o próprio corpo, esse território instável onde pensamento e gesto se engendram mutuamente. “O que move um corpo [...] e o pensamento? Como libertar o corpo e a mão? De que corpo falamos?” (Gil, 2019, p. 848). Não se trata, para a autora, de um corpo já dado, estabilizado em identidades

docentes ou discentes, mas de um corpo em devir, composto por movimentos, deslocamentos e variações imperceptíveis, verdadeiro feixe de “linhas abstratas” que modulam tensões e forças (Gil, 2019, p. 851). O **vazio** que a autora evoca não é a ausência de conteúdo, nem falta, antes, configura o intervalo fértil: espaço de criação, zona de passagem em que forças se cruzam, se tocam e se transformam, abrindo a possibilidade de gestos, mundos que escapam ao já sabido, ao já pensado. Nesse prisma, a docência deixa de ser estrutura rígida e converte-se em sopro, metamorfose: Cada silêncio que suspende a mecânica da aula, cada gesto que desafia o comando automático, opera como fenda por onde a escola pode respirar. É nesse mínimo deslocamento que a docência encontra potência: fazer tremer o que parecia estável, deixar o cotidiano escolar reverberar em outra frequência, onde o aprender e o ensinar se inventam mutuamente.

Na mesma vibração, Carlos Skliar (2023) nos provoca a pensar a leitura como gesto de alteridade, um deslocamento ético e estético que resiste à lógica utilitária e da pressa que governa o tempo escolar. Para Skliar, a leitura, em sua “inutilidade”, guarda uma potência política capaz de abrir fendas no cálculo do útil, acolhendo a linguagem como invenção. Nesse horizonte, Ângela Cogo Fronckowiak e Maria Carmen Silveira Barbosa (2021) afirmam que o ato de ler não germina na decodificação precoce, mas na oralidade, na escuta e nas fabulações da infância. Ler exige repertórios que preservem “a idiosincrasia humana das crianças, incluindo o exercício da liberdade linguística oral e escrita” (Fronckowiak; Barbosa, 2021, p. 166), assegurando a singularidade dos modos de dizer e imaginar. Jorge Larrosa (2009, p. 17) nos lembra que “viver é interpretar, dar um sentido ao mundo e atuar em função desse sentido”, ampliando o horizonte da leitura como experiência existencial.

Mas se estética, amor, vazio e leitura abrem espaço para a invenção, a diferença continua sendo um território delicado de disputa. Cristiane J. S. C. Fernandes e Luís Paulo Leopoldo Mercado (2022) chamam atenção para as armadilhas da personalização e da identidade regula, no ensino híbrido, mas não restrito a ele, quando a promessa de singularidade é capturada pelo mercado e ajustada à lógica neoliberal. Em realidades escolares sempre dinâmicas e atravessadas por relações de poder, a crítica

foucaultiana à subjetivação neoliberal ganha ressonância ao afirmar que “resistir é lutar contra formas que obrigam o indivíduo a se recolher em si mesmo e vinculá-lo à própria identidade de uma forma constritiva” (Foucault, 1988, p. 6). Nesse movimento, Fernandes e Mercado (2022, p. 116) alertam ainda para o “daltonismo cultural” que apaga multiplicidades: saberes, corpos e desejos em nome da uniformização. A diferença, contudo, não é algo a ser simplesmente “incluído” ou “personalizado” no currículo; ela é a força viva que o constitui, aquilo que o faz vibrar, deslocar-se e criar outros modos de existir na escola.

É nessa trilha que Adriana Varani e Adriana Alves Fernandes Costa (2022), inspiradas em Freinet e Paulo Freire, afirmam o coletivo não como soma de indivíduos, mas como campo vivo de escuta, solidariedade e criação compartilhada. Desterritorializar a lógica da competição para instaurar o comum torna-se gesto insurgente que reconfigura o sensível: o comum é o território onde cada voz ganha ressonância na voz do outro, sustentando a docência como agenciamento coletivo de enunciação.

O que atravessa esses movimentos é a potência da docência em fuga como prática micropolítica do sensível, força que se inscreve entre as ondas do radar das grandes estruturas. A formação estética como direito da infância, o amor como fundamento esquecido, o vazio como movimento de criação, a leitura como alteridade, a diferença como potência e o coletivo como resistência, tornam-se linhas de fuga, pois “não há nada mais ativo do que uma linha de fuga”, como lembram Deleuze e Guattari (1995, p. 78). Ao reativar a política do sensível, a docência deixa de ser função para tornar-se força de escuta, invenção e alteridade, reencantando a educação como arte de criação de modos outros. E talvez seja isso que mova um corpo: o desejo irreduzível de fazer cintilar, no cotidiano escolar, a potência insubmissa dos possíveis, sempre em abertura, sempre em devir.

Categoria 3 — Escolas, sensibilidades e processos criativos

A arte, em suas múltiplas formas de expressão, não se limita à representação do real; ela afirma-se como força capaz de inventar subjetividades e reinventar modos de existência. No campo educacional, desloca-se

do lugar de mero componente curricular para agir como potência desestabilizadora, abrindo brechas para outros modos de ver, sentir e habitar o mundo. Partimos, então, do questionamento espinosiano: “O que pode um corpo?”¹ Em *Ética*, Espinosa (2007, p. 119) nos lembra que “os corpos distinguem-se entre si pelo movimento e pelo repouso, pela velocidade e pela lentidão e não pela substância, mas pelas relações de movimento e de afetação que um corpo estabelece com outros corpos”. Nesse horizonte, a educação aparece como prática artesanal, que busca a matéria-prima para o pensamento, ampliando os limites do conhecido e impulsionando-nos a um devir que se faz no encontro entre corpos, imagens e afetos. É nesse limiar, onde o sensível encontra o inteligível, que a arte faz vibrar sua potência inventiva. O quadro a seguir reúne os artigos da *Educação Temática Digital* (ETD), como ecos pulsantes que atravessam o pensamento e nos convocam a tecer com eles e os fios de criação, a trama que se inaugura em devir.

Tabela 3: Artigos selecionados na categoria 3 (continua)

ANO	TÍTULOS	AUTORES/AS
2019	Cinema educativo em cena: Raymond Williams, análise fílmica e produção de um saber	Alexandro Henrique Paixão e Anderson Ricardo Trevisan
2019	Spencer Tunick: fotografia, arte contemporânea e educação	Amanda Maurício Pereira Leite
2021	Cartografias de cinema: dialogando com o imaginário geográfico docente	Gisele Girardi; <u>Ernandes de Oliveira Pereira</u> e <u>Mayara Perinni de Aguiar</u>
2021	A tirania do visível e suas imaginações geográficas: sobre um arquivo cinematográfico na escola	Ana Paula Nunes Chaves e Camila Benatti Policastro

1 O corpo, sistema dinâmico complexo de movimentos internos e externos, pressupõe e afirma a intercorporeidade como originária sob dois aspectos: de um lado, porque ele é, enquanto um ser singular, uma união de corpos; de outro, porque sua vida se realiza na coexistência com outros corpos externos (Spinoza, *op. cit.*, Segunda Parte, proposição 13, axioma 2, definição, p. 64).

Tabela 3: Artigos selecionados na categoria 3 (conclusão)

2021	As telas da escola: cinema e professores de geografia perguntas e reflexões em torno de uma pesquisa	Wenceslao Machado de Oliveira Junior; Flaviana Gasparotti Nunes; Gisele Girardi
2021	O dia que o audiovisual invadiu a aula de geografia e (des)norteou o cinema	Valéria Cazetta e Ingrid Rodrigues Gonçalves
2022	Delicadezas e (re)-existências na terra da Makunaima: proposições educativas	Ivete Souza da Silva
2022	Estudo das ilustrações aplicadas a livros infantis: uma pesquisa bibliográfica a partir dos portais Datacapex e Scielo	Patricia Michelotti, Graziela Frainer Knoll; Valeria Iensen Bortoluzzi; Taís Steffenello Ghisleni
2022	Utilização de vídeos educativos de biologia no youtube por estudantes do ensino médio	Maria Eduarda Melo; Leandro Duso

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sob o projeto de democratização do cinema, nas escolas, Wenceslao Machado de Oliveira Junior, Flaviana Gasparotti Nunes e Gisele Girardi (2021) defendem que esta não se limita a políticas normativas, mas se enlaça ao desejo dos docentes de tomar o cinema como matéria viva da prática pedagógica. Entendida como experimentação, a proposta busca um “avizinhamento” (Oliveira Junior; Nunes; Girardi, 2021, p. 296) entre cinema e educação, sem impor modelos de linguagem, permitindo que cada escola invente seus próprios modos de criação de imagens que acolham a diferença. Inspirados no “mestre ignorante” e na “igualdade das inteligências” de Rancière, os autores destacam o valor pedagógico dos filmes produzidos em contextos escolares, nos quais cada experiência abre novas possibilidades de pensar e viver tanto o cinema quanto a escola.

Nessa tessitura, a escola se configura como um espaço de produção de conhecimentos na perspectiva do entre, nas brechas, uma zona de comunalidade expansiva. Buscamos dialogar com a filosofia da diferença de

Deleuze (1988) e com as potências de Spinoza (2007) e Nietzsche (2001), para pensar os possíveis com os signos artísticos como germinadores de vida no ambiente escolar. Quando docentes se permitem ser atravessados por desejos, afetos e paixões que compõem o cotidiano, encontram neles a matéria-prima para criar imagens que brotam do próprio chão da escola. A arte, enquanto território de experimentação e produção de sentidos, emerge como força capaz de instaurar novas, desmontando paisagens cristalizadas e promovendo a emancipação do olhar. Nesse movimento, surgem imagens outras, produzindo modos de fazer e pensar o cinema no contexto educativo.

Já Maria Eduarda Melo e Leandro Duso (2022) iluminam uma dinâmica cada vez mais presente no cotidiano escolar: estudantes do ensino médio recorrem intensamente a vídeos educativos no *YouTube* para preparar-se para provas, privilegiando conteúdos rápidos, objetivos e de fácil circulação. Embora essa prática amplie o acesso à informação, ela revela um descompasso entre aquilo que as plataformas audiovisuais prometem e o que efetivamente entregam. Os autores, tensionando a perspectiva inventiva, questionam se as tecnologias digitais nos libertam ou se nos capturam em novos modos de dependência, já que o potencial crítico e democratizador desses vídeos nem sempre se converte em aprendizagens reflexivas.

Essa tensão torna-se ainda mais visível no contexto contemporâneo marcado pela chamada sociedade educativa, na qual viver e aprender se confundem e na qual os dispositivos eletrônicos intensificam os agenciamentos entre corpo, espaço e subjetividade. Nesse cenário, pensar a arte na escola exige deslocar o olhar: não se trata apenas de incorporar tecnologias ou conteúdos, mas de compreender como certos modos de ver, ouvir e sentir estão sendo modulados, e como a arte pode reinstaurar pausas, fricções e outras possibilidades de experiência.

Para Valéria Cazetta e Ingrid Rodrigues Gonçalves (2021), uma análise micropolítica permite enxergar as dinâmicas complexas entre cinema, audiovisual e educação geográfica na contemporaneidade. Esse encontro, ao se inter-relacionar nas práticas pedagógicas, revela um paradoxo intrínseco sobre o sentido e o não-sentido na educação. O sentido se sustenta na

aprendizagem, na conexão significativa e inteligível entre o aluno e o objeto de estudo. Entretanto, o não-sentido seria o oposto disso, ou seja, são acontecimentos que, muitas vezes aparentemente desconexos, atravessam e transformam as práticas pedagógicas e modificam as dinâmicas do tecido social, como forma disruptiva, complexificando e deslocando as fronteiras tradicionais entre o cinema e o audiovisual.

Assim, o audiovisual não se soma apenas ao cinema como dispositivo pedagógico, mas (des)norteia os modos tradicionais de ensinar e aprender, promovendo uma ambiência educativa que integra ambientes presenciais e virtuais, espaços territorializados e desterritorializados, num fluxo constante entre formal e informal. Essa mistura cria uma nova cartografia educativa, na qual o sentido é contestado e atravessado pelo não-sentido, gerando possibilidades enriquecedoras de aprendizagem e subvertendo as noções de coerência e linearidade do processo educativo. Essa análise dialoga diretamente com a concepção foucaultiana de “dispositivo”, que, como Esther Díaz (2014, p. 14) explica, é uma rede heterogênea de elementos que produzem visibilidade e discursividade, moldando saberes e subjetividades. A escola, nesse contexto, pode ser vista como um dispositivo que, ao mesmo tempo em que busca organizar o sentido, é atravessada por forças que o desestabilizam, abrindo espaço para o não-sentido e para a emergência do novo.

É nesse prolongamento que o cinema, as fotografias e os vídeos, conforme propõem Alexandro Henrique Paixão e Anderson Ricardo Trevisan (2019) a partir de Raymond Williams deixam de ser meros recursos didáticos para tornarem-se experiências encarnadas, atravessadas por afetos e contextos sociopolíticos. A análise fílmica converte-se, então, em gesto de resistência ao apagamento das subjetividades, sustentando-se na singularidade das interpretações e na tessitura entre imagem e vida. Em meio às violências e políticas de morte, a pergunta insiste: como forjar imagens cotidianas que desarmem a desesperança? Como afirmam Ana Paula Nunes Chaves e Camila Benatti Policastro (2021, p. 335), as imagens funcionam como uma “espécie de dobradiça, tanto pode revelar e dar existência a determinadas realidades, ao mesmo tempo em que ocultam outras, produzindo silenciamentos. Essa ambivalência convoca o olhar docente a problematizar os

espaços de enunciação, os discursos que se cristalizam nas imagens e as formas como se perpetuam, moldando e delimitando nosso conhecimento de mundo (Chaves; Policastro, 2021; Fischer, 2002; 2006). Diante dessa “tirania do visível”, exige-se uma postura ética e estética capaz de desmontar pactos visuais dominantes e semear fissuras interpretativas. A microfísica do poder, como lembra Díaz (2014, p. 13), manifesta-se no caráter aparentemente neutro das imagens, que operam como vetores de controle e normalização, demandando do educador vigilância crítica e disposição para o questionamento permanente.

Compondo com o Imaginário Geográfico Docente, Gisele Girardi, Ernandes de Oliveira Pereira e Mayara Perinni de Aguiar (2021) mostram como as imagens cartográficas acionam memórias e experiências singulares, conectando o conteúdo escolar às vivências de estudantes. Ao mobilizar filmes como *Central do Brasil*, *Encontro com Milton Santos* e *Ilha das Flores*, ampliam-se os modos de ver o espaço, o território e os sujeitos, numa pedagogia ética e estética da escuta e da afetação. Essa articulação não apenas evidencia dimensões físicas e geográficas, mas também convoca narrativas históricas e modos de vida que compõem identidades socioculturais, abrindo-se ao múltiplo e do não-padronizado.

Nesse mesmo horizonte, Ivete Souza da Silva (2022), ao analisar *Terra da Makunaima*, afirma que a “delicadeza e a (re)-existência movimentam o olhar para as experiências e as marcas que carregamos” (Silva, 2022, p. 348), indicando que reexistir é fazer da vida um campo de criação tecido no gesto paciente do bordado, nos objetos impregnados de saberes ancestrais, no corpo que toca e canta. A atenção às pequenas coisas, marcas, excessos, arestas do criar, torna-se postura ética e política, convocando uma educação que afeta, acolhe e inaugura espaços de (re) existências culturais e subjetivas. Assim, a “delicadeza” e a “reexistência” operam frente a dispositivos que tendem à homogeneização, abrindo espaço para a potência criativa dos corpos e para modos singulares de habitar e imaginar o mundo.

Essa sensibilidade, quando deslocada para o campo da imagem, encontra eco nas reflexões de Patricia Michelotti, Graziela Frainer Knoll, Valeria

lensen Bortoluzzi e Taís Steffenello Ghisleni (2022), que reconhecem nas ilustrações dos livros infantis uma linguagem dotada de potência educativa. Longe de serem meros ornamentos, as imagens materializam ideias e afetos, ampliam repertórios, instigam a imaginação e desafiam leituras lineares do mundo. Para as autoras, a criança, mesmo antes de se apropriar da linguagem escrita, já lê o mundo por meio das imagens; por isso, a ilustração deve ser entendida como linguagem visual que compõe, tensiona e desloca o texto. Nesse contexto, cabe ao professor escapar da “servidão leitora-fluente, produzir bons encontros entre texto e imagem, entre criança leitora e em processo, ativando paixões alegres e cultivando uma formação leitora sensível, capaz de ver e imaginar para além do óbvio. Tal gesto aproxima-se do que Rancière denomina “partilha do sensível”, isto é, a possibilidade de reconfigurar o campo do visível e do dizível, abrindo novas formas de percepção e de conhecimento.

Assim, a arte na escola revela-se como prática política, ética e estética que se faz no cotidiano, nos pequenos gestos e na escuta atenta. Sustentar o sensível em tempos de normatização e silenciamento talvez seja nosso maior desafio ético. Apostar na arte como prática viva e processual significa manter aberta a escola como espaço de brechas, por onde a vida e a força emancipatória dos signos artísticos possa passar. Apostar na arte como processo é insistir na delicadeza, na invenção e na possibilidade de outros mundos que nascem nos encontros, nos detalhes e nas potências silenciosas que atravessam quem ensina e quem aprende.

Categoria 4 — Práticas do si às multiplicidades em rede

Como pensamos a escola? É possível falar em uma escola enquanto instituição com limites demarcados? Ou, melhor, quais seriam esses limites? Onde começa e onde termina um processo formativo? Ao categorizar nossas análises, foi possível observar a emergência de artigos que buscavam pensar a educação para além do espaço formal das escolas. Assim, fomos provocados a, ao refletir sobre o sensível nas escolas, pensar a relação entre educação e uma formação ética, estética e política, que necessariamente transpassa uma noção delimitada de escola. Em outras palavras, ao falarmos em educação ou escola, entendemos um espaço

amplo, formado por muitas redes que atravessam uma formação constante das subjetividades, as quais se constituem processual e incessantemente nos encontros.

Exatamente por pensar a escola enquanto um emaranhado de múltiplos encontros, no presente capítulo fez-se necessário tomar emprestado de Michel Foucault (2010) o conceito de práticas de si. É sabido que, ao longo de sua obra, as metodologias de Foucault, assim como sua concepção de pesquisa, foram ganhando contornos cada vez mais voltados a pensar a moral e a ética com preocupação pela subjetividade contemporânea. Foucault inicia sua investigação em *História da Loucura* com uma arqueologia das instituições e práticas que delimitam o que é considerado normal e anormal, destacando o papel da exclusão social. Ao longo do tempo, seu foco se desloca para as tecnologias do eu e as formas como os sujeitos se relacionam consigo mesmos, culminando em *O cuidado de si*, onde explora práticas éticas e modos de autoconstituição que vão além das instituições, ressaltando a dimensão reflexiva e ativa da subjetividade.

Com isso, não queremos afirmar que a obra de Foucault siga uma evolução linear em direção às questões ético-estético-políticas, como se o ápice de sua pesquisa fosse a preocupação com as possibilidades de resistência. No entanto, é possível considerar, ao menos de forma sintomática, a relevância desses aspectos em sua produção filosófica, sobretudo por constituírem o foco de suas últimas obras. Assim, ao pensarmos as redes e os processos que configuram a escola, refletir sobre um cuidado de si por meio da escrita, da arte ou de outras formas de elaboração do sensível no espaço escolar revela-se um caminho importante para acessar modos de existir que escapam de uma vida e de uma educação maquínicas.

Tabela 4: Artigos selecionados na categoria 4

Ano	Título	Autoria
2019	O cuidado de si como experiência do pensamento: uma reflexão a partir de um espaço informal de educação	Rodrigo Pelloso Gelamo, José Roberto Sanábria Alelúia e Álvaro Matheus Valim Rosa.
2020	Realização de atos de escrita com função social como fator de motivação dos escolares para a produção escrita	Érika Christina Kohle, Stela Miller e Cleber Barbosa da Silva Clarindo.
2020	Felicidade em gif: pedagogias dos mini-vídeos em loop no Instagram Stories	Joana Dourado França de Souza e Edvaldo Souza Couto
2020	Escrita e poética na pesquisa em educação: autoficção e performance – aborda o “pesquisar como ato poético”, trazendo o sensível como elemento central da formação e da escrita educativa.	Diego Winck Esteves e Máximo Daniel Lamela Adó
2021	Cinema feito por mulheres: figurando gêneros no cinema	Ana Carolina Domingues e Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa
2022	A (re)existência macumbeira nos espaços tempos das redes sociais: facebook e instagram.	Marcio Caetano, Luciane Tavares dos Santos, Nilcelio Sacramento de Sousa.
2023	A autoformação como “cultivo de si”: o Artista, o Filósofo e o Santo como tipos pedagógicos.	Márcio Danelon e Sílvia Cristina Fernandes Lima.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No primeiro artigo da categoria, *O cuidado de si como experiência do pensamento: uma reflexão a partir de um espaço informal de educação* (Gelamo; Alelúia; Rosa, 2019), partimos do ensino de filosofia para refletir em que medida o saber cotidiano produz um conhecimento ético–estético–político. O texto fundamenta com clareza a importância de questionar os modelos estruturados de educação, propondo a escrita de si como ferramenta para ir além do ensino institucionalizado da filosofia.

Já em *Realização de atos de escrita com função social como fator de motivação dos escolares para a produção escrita* (Kohle; Miller; Clarindo,

2020), a dimensão sensível também aparece por meio da escrita. Embora imerso em um referencial bastante distinto daquele que busca pensar uma educação do sensível, o texto procura mostrar a importância dos atos de escrita e como eles podem fomentar uma produção que valoriza uma formação mais complexa das subjetividades que ali se constituem.

Rancière (2002) propõe que pensemos a educação como algo que vai muito além da simples transmissão de saberes, sendo possível a redistribuição e reconfiguração do que chamamos aqui de dimensão do sensível, ou seja, como nos percebemos e percebemos o mundo, desde seus aspectos estéticos até os éticos e políticos. Dessa forma, a escrita se apresenta como algo que vai muito além da mera expressão individual, sendo um ato político que revela a posição de um sujeito. Ao mesmo tempo, carrega pressupostos éticos e uma dimensão estética. Assim, ao falar em sensível, é fundamental considerar que se trata de algo muito além da simples sensação.

Dessa forma, os exercícios e atos de escrita levantados na pesquisa criam brechas para que os sujeitos, as crianças, sejam mais do que público-alvo ou mera finalidade do currículo. O que se cria é a possibilidade de uma educação emancipadora (Rancière, 2002), que vai além da simples transmissão e reconhece a dimensão sensível da experiência.

Esse outro olhar, não instrumentalizado do aluno, ou às vezes menos instrumentalizado, que observamos como uma brecha para pensar o sensível na escola também se faz presente em *Felicidade em gif: pedagogias dos minivídeos em loop no Instagram Stories* (Souza; Couto, 2020). O artigo problematiza, a partir de uma abordagem netnográfica, como os jovens utilizam as funções das redes sociais para produzir o que os autores chamam de uma performance de felicidade. Se, por um lado, reconhece o uso do Instagram como um disparador de processos de ensino-aprendizagem, por outro, aponta os problemas dessa chamada performatividade da alegria como um imperativo tácito no comportamento dos alunos. Assim, o texto levanta a importância de pensar essa dimensão do sensível em espaços não formais, como os espaços digitais.

De modo parecido, o artigo *A (re)existência macumbeira nos espaços-tempo das redes sociais: Facebook e Instagram* (Souza; Santos, 2022)

levanta provocações acerca do ambiente virtual. Aqui, pensaremos na possibilidade de enfrentamento ao racismo religioso, bem como nos riscos de banalizar a religião por meio de piadas ou pastiches reproduzidos na internet. Em ambos os artigos, podemos notar que, na contemporaneidade, as redes sociais se apresentam como um elemento formativo inserido de forma capilar no cotidiano dos sujeitos. A partir dessas leituras, levantamos o seguinte questionamento: em que medida as redes podem ser um ganho de potência ao pensarmos os ambientes não formais e em que medida podem dificultar, produzindo espaços de mera reprodutividade de uma cultura da felicidade vazia?

Outros trabalhos, apesar de não abordarem a questão da internet, pensam o contexto de formação para além dos ambientes formais, aproximando-se talvez mais dos primeiros textos analisados. É o caso do artigo *Cinema feito por mulheres: figurando gêneros no cinema* (Domingues; Costa, 2021), que, embora não tenha como foco direto a escola, levanta potências importantes na relação entre cinema e o que o texto chama de educação visual, ou seja, os modos pelos quais as telas também são um elemento fundamental na nossa formação. Também em *A autoformação como “cultivo de si”: o Artista, o Filósofo e o Santo como tipos pedagógicos* (Danelon; Lima, 2023), observamos um trabalho que pensa a formação do sujeito como algo complexo e muito além do que poderia ser reduzido à educação institucional. Enquanto o primeiro texto pensa a educação a partir do audiovisual, o segundo retoma a ideia de cuidado de si, por meio da obra de Nietzsche, concebendo a autoformação como uma afirmação da existência.

Por fim, o artigo *Escrita e poética na pesquisa em educação: autoficção e performance* (Esteves; Adó, 2020) retoma a escrita de si, especialmente em seu aspecto mais pós-estrutural. Ou seja, ao pensar a escrita, consideramos uma ficção que jamais terá como meta a transcrição de uma realidade objetiva e essencial, como se houvesse um fundamento fixo para o sujeito. Por outro lado, entendemos aqui uma realidade que se constitui como composição, em que real e ficção se imbricam.

Assim, ao perceber que todos os trabalhos nos incentivam a pensar uma educação para além da lógica formal explicadora (Rancière, 2002), os artigos nos alertam para uma dimensão sensível da educação, conside-

rando a formação dos sujeitos em seus aspectos ético, estético e político a partir da educação. Nesse contexto, a retomada da ideia de cuidado de si funciona exatamente para aprofundar essa dimensão do sensível, retomando a pesquisa de Foucault sobre a antiguidade e a importância do cultivo de uma potência de transformação de si, ou melhor, um cuidado de si, por meio de exercícios eminentemente filosóficos, como os diálogos, seja na forma literal de diálogo, ou como escrita e reflexão.

Cuidado de si (Foucault, 2010) refere-se a um conjunto de práticas que Foucault retoma dos antigos para pensar modos de transformação pelos quais o sujeito trabalha sobre si, produzindo uma espécie de autocuidado. Porém, é importante enfatizar que, na era clássica, esse cuidado não remetia à ideia de sujeito isolado, como se pensa na modernidade, nem a uma introspecção pura. Tratava-se, na verdade, de exercícios práticos e éticos, atividades que sempre consideravam o diálogo com o outro e a importância do cultivo da fala, da leitura e da escrita.

Propomos, portanto, a partir do cuidado de si, uma lógica relacional, uma ideia de si que passa constantemente pelo outro. Assim, é fundamental entender que, ao pensar o cuidado de si como forma de produzir uma educação, não podemos nos restringir aos ambientes formais de ensino, embora, por vezes, isso possa ocorrer. Exatamente por isso, a perspectiva do cuidado de si surge como um elo que conecta os artigos analisados, pois a educação aqui é constantemente trabalhada como algo que transpassa a instituição escola. Seja ao pensar as redes sociais, o cinema ou a prática da escrita, a formação dos sujeitos não se reduz, de modo algum, à mera transmissão de conhecimentos.

Por fim, como pensar, uma vez que o cuidado de si implica a relação com o outro, as formas pelas quais a alteridade e a diferença se apresentam nos espaços formativos?

Categoria 5 — Presenças insurgentes em gestos de escuta

Se na categoria anterior pensamos o si mesmo atravessado por suas relações com o outro, neste momento, queremos nos voltar mais propriamente às alteridades, especialmente à forma como a ideia de outro é

pensada nos ambientes formativos. Ao falar em alteridade, baseamo-nos principalmente na obra de Deleuze e Guattari (2012), movidos pelo desejo de refletir sobre artigos que abordam identidade, decolonialidade, corpo, gênero e sexualidades não padronizadas, com o intuito de problematizar as lógicas que imperam no cotidiano escolar.

Tabela 5: Artigos selecionados na categoria 5

Ano	Título	Autoria
2019	Inclusão escolar: um olhar sobre as formas de conviver com o outro	Neusete Machado Rigo.
2019	Quem ainda ri da bicha preta, efeminada e pobre? : funk, (re)conhecimento e direitos LGBT em tempos de pânico moral	Thiago Duque.
2021	Encontros com-fabulatórios: criações imagéticas em ventos indígenas e afro-brasileiros	Ana Carolina Brambilla Costa, Alik Wunder.
2021	Escola de gente feia	Steferson Zanoni Roseiro e Janete Magalhães Carvalho.
2021	Existências mínimas: trapaçarias de um olhar aí. As práticas de um corpo sem órgãos	Carmen Lucia Vidal Pérez, Helen Pereira Ferreira, Marcelle Cristina Teixeira Barbosa.
2022	As (trans)vestes do humano: pluralidade e assujeitamento histórico.	Rudson Adriano Rossato da Luz, Altemir Schwarz e Geraldo Antônio da Rosa.
2023	A poética do mito e o caminho do mestre	Maria Inês de Almeida
2023	Os discursos racistas e a construção da memória a partir dos memes	Jonatan dos Santos Silva, Marlon Messias Santana Cruz, Felipe Eduardo Ferreira Marta, Edvania Gomes da Silva Silva.
2023	O que uma criança pode fazer por outra quando a heterogeneidade não tem lugar: sobre o efeito de Columbine nas escolas.	Maria Cristina Kupfer, Rinaldo Voltolini.
2023	Gêneros e sexualidades nos currículos: invenções, resistências e produção de alegrias em um projeto de formação docente	Shirlei Rezende Sales

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda traçando relações entre as categorias, observamos aqui também a internet surgindo como tema em um dos artigos. Em *Os discursos racistas e a construção da memória a partir dos memes* (Silva et al., 2023), assim como no artigo sobre resistências, os memes ganham grande importância. Nesse caso, a investigação acerca dos discursos racistas evidencia a necessidade de “[...] compreender o espaço da internet como lugar contemporâneo de circulação de discursos que se materializam de diferentes formas [...]”. O artigo demonstra com preocupação a formação dos discursos racistas na internet e sua relação com políticas públicas, aspecto que também tem bastante força nesta categoria de análise.

No artigo *Inclusão escolar: um olhar sobre as formas de conviver com o outro* (Rigo, 2019), a alteridade na perspectiva das políticas educacionais é tensionada por dois aspectos importantes. Por um lado, o processo de inclusão escolar no cotidiano pode normalizar um discurso que busca padronizar, anulando a possibilidade de crescimento por meio das diferenças. Por outro, pode promover encontros abertos ao outro. Essa problematização das relações de alteridade também está presente no artigo *O que uma criança pode fazer por outra quando a heterogeneidade não tem lugar: sobre o efeito de Columbine nas escolas* (Kupfer; Voltolini, 2023). Aqui, porém, enfatiza-se ainda mais o risco do não acolhimento da diferença, de modo que a disseminação de uma lógica de exclusão é apontada como um ponto de grande tensão na possibilidade de acolhimento entre as crianças. Pensamos, portanto, com esses artigos, não em uma lógica que subjaz no íntimo dos indivíduos que buscam se segregar, mas em como as condições dos enunciados produzidos podem levar à formação de sujeitos fragmentados e identitários, excluindo a diferença.

Em *Gêneros e sexualidades nos currículos: invenções, resistências e produção de alegrias em um projeto de formação docente* (Sales, 2023), ao analisar a relação com a alteridade em um recorte curricular, o artigo narra, de modo geral, uma experiência sobre como a universidade pode produzir resistências no campo dos estudos de gênero e sexualidades. Isso ocorre ao ir além do formalismo e da obrigação curricular, promovendo também o acolhimento da diferença enquanto uma forma cotidiana de fazer política.

Em outros textos, essa política pensada de maneira mais ampla, a partir do cotidiano, também se manifesta no acolhimento da alteridade pelos estudos de gênero e sexualidades como uma forma de produzir resistências. No artigo *Quem ainda ri da bicha preta, efeminada e pobre?: funk, (re)conhecimento e direitos LGBT em tempos de pânico moral* (Duque, 2019), transborda a ideia de que a política não se limita aos documentos, para pensarmos como a arte, mais especificamente a música por meio do funk brasileiro, pode ser uma ferramenta de resistência. Apesar de existirem muitos discursos que ainda carregam um peso homofóbico e machista, o funk potencializa vozes marginalizadas a se expressarem e afirmarem.

Também nos estudos étnico-raciais, o debate sobre as potências da arte como abertura à alteridade torna-se necessário. No trabalho *Encontros com-fabulatórios: criações imagéticas em ventos indígenas e afro-brasileiros* (Costa; Wunder, 2020), a criação de experiências artísticas ganha centralidade como forma de promover o encontro com outras culturas, capaz de transformar os olhares em relação à diversidade. De maneira análoga, visando essa dimensão estética como forma de criar aberturas nas relações de alteridade, *Existências mínimas: trapaçarias de um olhar aí. As práticas de um corpo sem órgãos* (Pérez; Ferreira; Barbosa, 2021), parte de uma questão central na obra de Deleuze e Guattari: a ideia de uma subjetividade maquina composta por encontros. O objetivo é pensar uma educação que valorize a singularidade, ou seja, a potência do encontro entre diferentes. Aqui, a arte se manifesta por meio da fotografia, mas também pela criação de ambientes onde a alteridade ganhe um lugar de potência, e não de empecilho.

Por fim, outros textos buscaram se aprofundar no debate propriamente da filosofia política, sem perder de vista seus impactos no cotidiano escolar. É o caso do artigo *Escola de gente feia* (Roseiro; Carvalho, 2021), que provoca e instiga a reflexão, a partir de uma crítica contundente à lógica normalizante do capitalismo, sobre o que a escola entende por beleza e feiúra. Dessa forma, o artigo nos convida a olhar para aqueles que não representam o rosto-padrão, as figuras marginalizadas, como uma força de resistência que tensiona as lógicas padronizadoras do capital, em prol de um ambiente mais livre.

De maneira semelhante, *As (trans)vestes do humano: pluralidade e assujeitamento histórico* (Luz; Schwarz; Rosa, 2022) tensiona o olhar colonizador europeu-branco para propor que a norma social e biológica, que não diz respeito a uma essência, mas a uma construção de conhecimento com força política, define o que é o humano, o que é ser homem, mulher, entre outros. Ao questionar esse conhecimento, o artigo pensa formas de resistência por meio das transvestimentas, consideradas atos de criação e reinvenção que tensionam a ordem padronizada macho-fêmea, complexificando e pluralizando as formas de existir e, conseqüentemente, as maneiras de se envolver com as alteridades.

Por fim, o artigo *A poética do mito e o caminho do mestre* (Almeida, 2023) traz um ensaio complexo sobre a alteridade a partir da educação indígena. Ao nos convidar a repensar a escola e sua relação com a escrita, cria-se a possibilidade de uma educação como processo complexo que não padroniza nem se isola da cultura na qual está inserida, mas que busca fortalecer essas relações.

Mas como pensar, afinal, a lógica presente na forma como concebemos as relações de alteridade? Deleuze e Guattari (2012) trabalham o conceito de rostidade para refletirmos sobre a forma, dito de maneira simplificada, como estabelecemos padronizações abstratas que categorizam e idealizam o outro. A ideia é bastante complexa, mas possui importância central para o pensamento da alteridade. Ao falar em rostidade, não devemos entender simplesmente a ideia literal de um rosto, mas sim uma maquinaria que funciona como eixo de exercício de micropoder e controle (Deleuze; Guattari, 2012).

Sendo assim, a rostidade funciona como uma espécie de pano de fundo cultural que demarca como aprendemos a atribuir valores estéticos e comportamentais a um modelo referência de humano. Por sua vez, a máquina abstrata de rostidades opera de dois modos: buraco negro e muro branco.

Hávamos encontrado dois eixos: um de significância e outro de subjetivação. Eram duas semióticas bastante diferentes, ou mesmo dois estratos. Mas a significância não existe sem um muro branco sobre

o qual inscreve seus signos e suas redundâncias. A subjetivação não existe sem um buraco negro onde aloja sua consciência, sua paixão, suas redundâncias (Deleuze; Guattari, 2012, p. 28)

Buraco negro seria, então, a forma mais fixada da subjetividade, aquilo que interiorizamos do muro branco e usamos para constituir o que chamamos de identidade. O muro branco, por sua vez, funciona como uma superfície de emanção dos padrões, estabelecimento das normas, aquilo que definiria o “bom” e o “correto”.

Nesse sentido, o processo de rostificação força uma multiplicidade complexa de corpos e subjetividades no sentido de unificação a um modelo específico, a saber: o modelo caucasiano, europeu, heterossexual, macho, entre outros (Rolnik, 2018).

Ao observar, ao longo da categoria, as diversas formas de lidar com o outro enunciadas e denunciadas, percebemos que o conceito de rostidade funciona como uma espécie de lente que ajuda a perceber e problematizar os modos pelos quais o exercício de normatização do outro expressa uma dinâmica de poder. Por outro lado, notamos que, por meio das resistências que potencializam a relação com a alteridade, é possível criar diversas brechas para a produção de linhas de fuga, desfazendo a máquina de rostificação.

Por fim, a categoria enfatiza que a alteridade não pode ser tratada como um tema isolado, mas como uma potência que desafia as normas, seja na educação formal ou em outros espaços da sociedade. A rostidade (Deleuze; Guattari, 2012) funciona como um conceito para pensar como a educação e a cultura são campos de disputa nos quais as subjetividades são constantemente formadas. Assim, no mesmo campo em que a lógica capitalística (Rolnik, 2018) exerce uma força padronizadora e produtora de afetos tristes, também existe uma enorme possibilidade de resistência a esse modo de produção de subjetividade e de invenção de novas formas de vida.

Considerações finais

A dimensão do sensível, especialmente enquanto dimensão estética, aparece nas normativas curriculares da BNCC (2018) sobretudo no componente curricular Arte, voltado para artes visuais, dança, música e teatro. O documento também destaca a importância do diálogo com a literatura e do contato com outras linguagens estéticas, como cinema, performance e artes circenses. Contudo, a BNCC define competências como a mobilização de conhecimentos e relaciona habilidades a práticas cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores voltados para a resolução de demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Essa formulação se distancia de uma relação entre inteligível e sensível e de uma educação orientada para a sensibilidade social.

Considerando a produção acadêmica como abertura para novos possíveis, buscamos analisar as discursividades presentes na revista *Educação Temática Digital*, os diagramas de força e a forma como a educação do sensível se manifesta no campo, especialmente após a publicação da BNCC de 2018. A presença contínua de artigos dedicados à dimensão do sensível nos cinco anos analisados revela uma preocupação recorrente, ainda que marcada por enfoques distintos conforme os temas dos volumes e as tendências mais amplas da área.

Apesar da variedade de perspectivas, observou-se uma crítica comum aos dualismos corpo e mente, razão e emoção, objetividade e subjetividade, indicando um movimento em direção a concepções mais integradas de conhecer e aprender. A experiência, em suas dimensões estética, corporal, afetiva e relacional, surge como elemento central dos processos educativos e como modo de reconhecer a singularidade dos sujeitos em sua dimensão coletiva.

Os resultados deste levantamento sugerem que a atenção ao sensível não é um adorno periférico, mas um eixo capaz de reorganizar modos de pesquisar, ensinar e habitar a educação. Ao evidenciar práticas que investem em experiências estéticas, afetivas e corporais, os artigos analisados mostram que o sensível opera como força de deslocamento das formas hegemônicas de pensar o currículo e a formação. Com isso, a pesquisa

não oferece respostas finais, mas abre brechas para inventar outras políticas do cotidiano escolar, de forma insurrecional, pelas quais a docência e a aprendizagem se afirmam como campos de criação e não apenas de cumprimento de prescrições normativas.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de. A poética do mito e o caminho do mestre. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, p. e023008, 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC; SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP n. 22, de 7 de novembro de 2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE; CP, 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2981/parecer-n-22>. Acesso em: 23 mar 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE; CP, 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>. Acesso em: 23 mar 2020

CAETANO, Marcio; SANTOS, Luciane Tavares dos; SOUSA, Nilcelio Sacramento de. A (re)existência macumbeira nos espaços-tempos das redes sociais: Facebook e Instagram. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 451–471, maio 2022.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GONÇALVES, Danilo da Silva. Experimentar literatura na educação: uma estratégia nômade de microrrevolução do desejo. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, p. 1–19, 2023.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio. Defender a escola do dispositivo pedagógico: o lugar do experimentum scholae na busca de outro equipamento coletivo. **Educação Temática Digital**, v. 19, n. 4, p. 622–641, 2017.

CARVALHO, Janete Magalhães. Macro/micropolítica, cotidiano escolar e constituição de um corpo coletivo em devir. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 47–62, jan./mar. 2019.

CAZETTA, Valéria; GONÇALVES, Ingrid Rodrigues. O dia que o audiovisual invadiu a aula de geografia e (des)norтеou o cinema. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 335–353, abr./jun. 2021.

CHAVES, Ana Paula Nunes; POLICASTRO, Camila Benatti. A tirania do visível e suas imaginações geográficas: sobre um arquivo cinematográfico na escola. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 354–373, abr./jun. 2021.

COSTA, Ana Carolina Brambilla; WUNDER, Alik. Encontros com-fabulatórios: criações imagéticas em ventos indígenas e afro-brasileiros. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 4, p. 990–1009, out. 2020.

DANELON, Márcio; LIMA, Sílvia Cristina Fernandes. A autoformação como “cultivo de si”: o artista, o filósofo e o santo como tipos pedagógicos. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, p. e023075, 2023.

DIAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2012.

DOMINGUES, Ana Carolina; COSTA, Alan Victor Pimenta de Almeida Pales. Cinema feito por mulheres figurando gêneros no cinema. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 4, p. 905–926, out. 2021.

DUQUE, Thiago. Quem ainda ri da bicha preta, efeminada e pobre? Funk, (re) conhecimento e direitos LGBT em tempos de pânico moral. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 889–907, out. 2019.

ESPINOSA, Bento de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ESTEVES, Diego Winck; ADÓ, Máximo Daniel Lamela. Escrita e poética na pesquisa em educação: autoficção e performance. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 354–368, abr. 2020.

FERNANDES, C. J. S. C.; MERCADO, L. P. L. Identidade, diferença e personalização no ensino híbrido: reflexões em tempos de pandemia, mas para além dela. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 113–132, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRONCKOWIAK, Ângela Caliman; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Educar para ler desde a infância: o valor poético da vocalidade e da imaginação. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 157–176, 2021.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GELAMO, Rodrigo Pelloso; ALELUIA, José Roberto Sanábria; ROSA, Álvaro Matheus Valim. O cuidado de si como experiência do pensamento: uma reflexão a partir de um espaço informal de educação. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 797–817, jul. 2019.

GIL, A. G. O vazio e o movimento. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 847–856, 2019.

GIRARDI, Gisele; PEREIRA, Ernandes de Oliveira; AGUIAR, Mayara Perinni de. Cartografias de cinema: diálogos com o imaginário geográfico docente. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 315–334, abr./jun. 2021.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

KLAUS, Viviane; CAMPESATO, Maria Alice Gouvêa. Economia, política e educação: a aula como um espaço menor de abertura ao mundo. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 607–625, jul./set. 2019.

KOHLE, Érika Christina; MILLER, Stela; CLARINDO, Cleber Barbosa da Silva. Função social do texto como motivação para a produção escrita. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 441–459, abr. 2020.

KUPFER, Maria Cristina; VOLTOLINI, Rinaldo. O que uma criança pode fazer por outra quando a heterogeneidade não tem lugar: sobre o efeito Columbine nas escolas. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.25, e023035, p. 1-16, 2023.

LARROSA, Jorge Bondía. **Pedagogia profana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LEITE, Amanda Maurício Pereira. Spencer Tunick: fotografia, arte contemporânea e educação. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, p. 908–925, out./dez. 2019.

LUZ, Rudson Adriano Rossato da; SCHWARZ, Altemir; ROSA, Geraldo Antônio da. As (trans)vestes do humano: pluralidade e assujeitamento histórico. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 258–274, maio 2022.

MELO, Maria Eduarda; DUSO, Leandro. Utilização de vídeos educativos de Biologia no YouTube por estudantes do ensino médio. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 1, p. 71–90, jan./abr. 2022.

MICHELOTTI, Patricia; KNOLL, Graziela Frainer; BORTOLUZZI, Valeria Iansen; GHISLENI, Taís Steffenello. Estudo das ilustrações aplicadas a livros infantis: uma pesquisa bibliográfica a partir dos portais Datacapes e SciELO. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 941–955, out./dez. 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de; NUNES, Flaviana Gasparotti; GIRARDI, Gisele. As telas da escola: cinema e professores de geografia – perguntas e reflexões em torno de uma pesquisa. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 293–314, abr./jun. 2021.

OLIVEIRA, M. F. B.; ANDRADE, E. N. F. Formação estética na Educação Infantil como ato político. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, n. 00, p. e023065, 2023.

PAIXÃO, Alexandro Henrique; TREVISAN, Anderson Ricardo. Cinema educativo em cena: Raymond Williams, análise fílmica e produção de um saber. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n.3, p. 738–759, 2019.

PEREIRA, Ernandes de Oliveira; GIRARDI, Gisele. Cartografia de um processo de experimentação com arte e linguagens em aulas de geografia no ensino técnico-profissionalizante integrado ao ensino médio. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 222–241, 2019.

PEREZ, Carmen Lucia Vidal; FERREIRA, Helen Pereira; BARBOSA, Marcele Cristina Teixeira. Existências mínimas: trapaçarias de um olhar aí. As práticas de um corpo sem órgãos. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 4, p. 863–881, out. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO JÚNIOR, Arnaldo; HALFERD JÚNIOR, Carlos. História no ensino secundário: reformas, currículo e sensibilidades. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, e023002, p. 1–21, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

RIGO, Neusete Machado. Inclusão escolar: um olhar sobre as formas de conviver com o outro. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 495–512, abr. 2019.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSA, Susel Oliveira da. Os investimentos em “capital humano”. In: RAGO, Margaret; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 377–388.

ROSEIRO, Steferson Zanoni; CARVALHO, Janete Magalhães. Escola de gente feia. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 776–792, 2021.

SALES, Shirlei Rezende. Gêneros e sexualidades nos currículos: invenções, resistências e produção de alegrias em um projeto de formação docente. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, p. e023021, 2023.

SILVA, Ivete Souza da. Delicadezas e (re)-existências na terra da Makunaima: proposições educativas. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 335–349, abr./jun. 2022.

SILVA, Jonatan dos Santos *et al.* Os discursos racistas e a construção da memória a partir dos memes. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, p. e023050, p. 1–21, 2023.

SKLIAR, Carlos. O convite para ler e para conversar sobre a leitura. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 25, n. 00, p. e023011, 2023.

SOUZA, Joana Dourado França de; COUTO, Edvaldo Souza. Felicidade em GIF: pedagogias dos minivídeos em loop no Instagram Stories. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 4, p. 931–947, 2020.

VARANI, A.; COSTA, A. A. F. Possíveis aproximações sobre o conceito de trabalho coletivo em Freinet e Freire. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 633–650, 2022.

VOLTOLINI, Rinaldo. Uma pedagogia esquecida do amor. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 363–381, 2019.

Dados dos autores

ALICE DE SOUZA GOMES é Mestranda em Educação pelo PPGE/UFES e Pedagoga pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Integra grupo de pesquisa no campo das teorias pós-críticas, com foco em currículo e formação de professores. Desenvolve experimentações sobre educação do sensível, afetos e cotidianos escolares, atuando nas interfaces entre educação, corpo e processos culturais. E-mail: alicegomes.prof@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4285-465X>.

ANA CLÁUDIA SANTIAGO ZOUAIN é Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFES). Professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Vitória. Pedagoga na rede estadual de ensino do estado do Espírito Santo – Sedu/ES. E-mail: aninhazouain@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0388-7551X>.

ANA PAULA PATROCÍNIO HOLZMEISTER é Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Professora substituta no Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (Dtepe), na Universidade Federal do Espírito Santo e professora de Educação Infantil do município de Vitória/ES. Email: ana.holzmeister@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7210-5501>.

ANDREA DOS SANTOS GABRIEL é Doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Ufes), na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. É professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Vitória. E-mail: andrea.gabriel@edu.ufes.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4415-5111>.

ANDRÉA SCOPEL PIOL é Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFES). Professora da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI/ES). Pedagoga na rede municipal de ensino de Aracruz (SEMED/ES). E-mail: andrea.piol@faceli.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1118-0903>.

CARLOS PEREIRA DE MELO é Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor e pedagogo nos municípios de Serra e Cariacica-ES. Integrante do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq *Com-Versações com as Teorias Pós-Críticas em Currículos e Formação de Professores*. E-mail: carlosp.melo40@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3739-7692>.

ELIANA APARECIDA DE JESUS REIS é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Ufes. Licenciatura em Letras e Pedagogia. Professora e Pedagoga do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino da Serra – ES. E-mail: eliana.reis@edu.serra.es.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6939-2311>.

ELIDIANA DO AMARAL CHAVES é Mestra em Educação pelo PPGE/UFES, na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. É professora de Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Vila Velha, ES. E-mail: elidiana.chaves@edu.ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7364-306X>.

FÁBIO MOTA SALVADOR é Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), na linha de pesquisa Docência, Currículos e Pro-

cessos Culturais. Professor de Língua Portuguesa e Literatura da Prefeitura Municipal de Educação de Vitória e de Serra (ES). E-mail: soufabiomota@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7391-3933>.

FERNANDA BINDA ALVES TOURET é Doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Ufes), na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. É professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Vitória. E-mail: ferbinda@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2898-8180>.

GISELY MARA FAVALESSA é Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Professora da Educação Infantil do município de Vitória/ES. Mestra em Educação Física, na linha de pesquisa Educação Física, Currículo e Cotidiano Escolar (PPGEF-UFES). Email: gisely.favalessa@edu.ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9862-3803>.

HOCIE NE NOBRE PEREIRA WERNECK é Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES), na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. É Professora e Pedagoga na Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Serra—ES. E-mail: hociene@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3839-5584>.

JANETE MAGALHÃES CARVALHO é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). Pesquisadora 1-C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: janete.carvalho0112@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9906-2911>.

JANNAÍNA CALIXTO DE LIMA É Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Professora das Séries Iniciais da Prefeitura Municipal da Serra (Sedu-Serra/ES). E-mail: jannainacl@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8419-4863>.

LETÍCIA GONÇALVES ROSA é Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES) na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. É Licenciada em Pedagogia pela Univer-

sidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora na rede municipal de Cariacica. E-mail: leticiagoncalvesrosa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7928-9856>.

MAGDA SIMONE TIRADENTES é Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE/UFES). Mestra em Letras (Profletras/IFES). Experiência na docência de Língua Portuguesa (Ensino Fundamental), atua na Secretaria de Educação da Serra com o Assessoramento Pedagógico e com a Literatura, na Formação Continuada de Professores. E-mail: magdatiradentes2014@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9862-3803>.

MARCÉLIA KLITZE DE OLIVEIRA é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo em Educação (UFES), na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. Licenciada em Pedagogia. É Pedagoga na Secretaria Municipal de Educação do município de Laranja da Terra/ES. E-mail: marcelia_klitzke@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4360-5861>.

MARINA RODRIGUES SUHETT DE REZENDE é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), vinculada à linha de pesquisa Docência, Currículo e Processos Culturais. Atua como professora e pedagoga na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal da Serra (ES). E-mail: suhett.marina@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1292-1408>.

NATHAN MORETTO FERNANDES é Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Professor de Geografia na rede estadual de ensino do estado do Espírito Santo – Sedu/ES. E-mail: nathanmoretto1@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9541-9370>.

NILMA MOREIRA DA PENHA é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Licenciada em Filosofia e Pedagogia. É professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Vitória e Prefeitura municí-

pal da Serra-ES. E-mail: nilma.filosofia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7584-9995>.

PRISCILLA COSTA MEIRELES é Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES), na linha de pesquisa *Docência, currículos e processos culturais*. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGPE/CE/UFES), na linha de pesquisa *Docência e Gestão de Processos Educativos*. E-mail: priscilla.meireles@edu.ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3776-4932>.

SAMMY WILLIAM LOPES é Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Educação pelo PPGE/UFES. Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Infância (EDU – UERJ). Integrante do Grupo de Pesquisa *Com-versações com as Teorias Pós-Críticas em Currículos e Formação de Professores* (PPGE – UFES/CNPQ), coordenado pela Professora Doutora Janete Magalhães Carvalho; e do Grupo de Pesquisa *Educação, pensamento e Filosofia: Forças Políticas do Ensinar e do Aprender* (PROPED –UERJ/CNPQ), coordenado pelo Professor Doutor Walter Omar Kohan. E-mail: samwlopes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6017-5844>.

SANDRA KRETLI DA SILVA é Doutora em Educação; Professora do Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE); do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE); do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: sandra.silva@ufes.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9800-6192>.

SUNAMITA ASTIR DAUD DE SOUZA é Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa *Docência, Currículos e Processos Culturais*. Professora da educação básica na Prefeitura Municipal da Serra-ES. E-mail: sunamitadaud@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0009-0003-5166-3314>.

SUZANY GOULART LOURENÇO é Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Professora do curso de Pe-

dagogia e coordenadora geral de extensão do campus Ibatiba do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Atua na formação de professores, com experiência em ensino, pesquisa e extensão voltadas à educação básica. E-mail: suzany.goulart@ifes.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4404-772X>.

TÂNIA MARA ZANOTTI GUERRA FRIZZERA DELBONI é Doutora em Educação; Professora adjunta do Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais (DTEPE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) da Ufes. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). E-mail: tania.delboni@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3950-0427>.

VICTOR NOGUEIRA LAGE é Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES) na linha de pesquisa Docência, Currículos e Processos Culturais. Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: vnlagey@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1872-1049>.

Copyright © 2026 Encontrografia Editora.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização da editora.

Este livro aborda como o necessário reencantamento do sensível social se apresenta na discursividade acadêmico-científica expressa em artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, classificados no Qualis Capes Educação, em seus estratos superiores A1 e A2. Composto por nove capítulos, este volume II parte do pressuposto de que a concepção de conhecimento expressa em periódicos qualificados contribui para o debate e ações políticas, interferindo em práticas discursivas vivenciadas nos múltiplos contextos educacionais, no âmbito dos processos de ensino, de pesquisa, de gestão. Busca, assim, verificar como a discursividade acadêmico-científica valoriza e debate a dimensão do sensível nos processos educacionais ou se divorcia o inteligível do sensível.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia,
Inovação e Educação Profissional



encontrografia

encontrografia.com
www.facebook.com/Encontrografia-Editora
www.instagram.com/encontrografiaeditora
www.twitter.com/encontrografia